

**GEOGRAFIA ELEITORAL: ANÁLISE ESPACIAL DE VINTE ANOS DE
RESULTADOS ELEITORAIS**

por

António Casimiro Marques Tavares de Campos Samagaio

Tese apresentada ao Instituto Superior de Estatística e Gestão de
Informação da Universidade Nova de Lisboa para cumprimento dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em Gestão de Informação – Sistemas de Informação Geográfica

Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

da

Universidade Nova de Lisboa

2014

**GEOGRAFIA ELEITORAL: ANÁLISE ESPACIAL DE VINTE ANOS DE
RESULTADOS ELEITORAIS**

por

António Casimiro Marques Tavares de Campos Samagaio

Tese realizada sob a orientação científica de

Professor Fernando José Ferreira Lucas Bação

Professor Pedro Miguel Dias Costa Coutinho Magalhães

Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação

da

Universidade Nova de Lisboa

2014

À Maria, à Iolanda e ao Leonardo, os pilares do meu equilíbrio emocional...

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, agradeço as sábias palavras, o permanente apoio e a forma objectiva com que evidenciaram as minhas debilidades. Espero que este trabalho consiga diminuir a dívida que contraí para com eles desde o início do meu percurso académico.

Ao longo deste árduo trajecto académico, cruzei-me com diversas pessoas, entre colegas de curso e professores. Cada um à sua maneira, com maior ou menor preponderância, representou um determinado papel. Para todos eles, os meus agradecimentos.

À minha família, agradeço o apoio e a compreensão por eu não poder ter estado presente em diversos momentos da forma como por certo mais gostaria. Em particular à minha esposa, deixo o reconhecimento da dificuldade do seu papel. Enalteço-lhe a compreensão, o apoio e a disponibilidade para manter o equilíbrio na vida familiar.

Por fim, gostaria de deixar uma palavra de incentivo aos meus filhos Iolanda e Leonardo, para que seguindo o exemplo do pai, nunca desistam dos seus objectivos. Afinal, o sonho comanda a vida e é necessário vontade para sonhar e perceber que a estrada vai para além do que se vê...

RESUMO

A Geografia Eleitoral definida como a análise da interação entre o espaço, o lugar e os processos eleitorais, compreende fundamentalmente três domínios: padrões de voto, influências geográficas nas eleições e a geografia da representação. A Geografia Eleitoral conta uma longa história, ao ponto de já ter tido um *status* próprio no âmbito da disciplina. Depois ter aparecido nos anos 70 e 80 com algum vigor no contexto português, esta abordagem dos fenómenos eleitorais tem sido relativamente negligenciada nos anos. Neste trabalho, conjugando as metodologias espaciais-analíticas mais tradicionais com um conjunto de novas tecnologias - como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e os *Self-Organizing Maps* (SOM) -, pretendemos dar uma nova ênfase à Geografia Eleitoral nacional, realçando o seu carácter explicativo e abrindo portas a abordagens multidisciplinares dos dados eleitorais.

Com base nos resultados das eleições legislativas portuguesas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011, analisamos neste trabalho os seguintes tópicos: a distribuição espacial dos resultados, em conjunto e individualmente, dos cinco partidos com representação parlamentar; a distribuição dos resultados deste conjunto de partidos por região, considerando uma das propostas de divisão administrativa referendada em 1998 e analisando a região da Estremadura e Ribatejo como um estudo de caso; os padrões gerados pela distribuição do bloco constituído pelos dois principais partidos (PS e PPD/PSD); o comportamento espacial dos blocos Direita/Centro-Direita e Esquerda/Centro-Esquerda; a abstenção eleitoral, confrontando os valores registados em cada freguesia com o resultado nacional; a comparação entre diferentes tipos de eleições; a distribuição dos resultados por partido nos dois principais distritos (Lisboa e Porto) que em conjunto representam mais de 40% da população portuguesa; o comportamento do Bloco de Esquerda, o mais jovem dos partidos considerados; e os mapeamentos das freguesias “sociais-democratas” e “socialistas”. Os resultados deste trabalho comprovam de forma geral, de que a georreferenciação dos dados eleitorais nacionais geram uma cartografia que permite confirmar aquilo que outras análises têm vindo a mostrar sobre o comportamento eleitoral dos portugueses. No entanto, existem aspectos específicos da distribuição espacial deste mesmo comportamento eleitoral que permitem aprofundar o conhecimento sobre a interacção entre o espaço e os processos eleitorais.

Palavras-chave: Geografia Eleitoral, cartografia eleitoral, eleições legislativas, resultados eleitorais, partidos, Sistemas de Informação Geográfica, padrões espaciais, análises espaciais, freguesias e regiões.

ABSTRACT

When defined as the analysis of the interaction between time, space and the electoral processes, Electoral Geography consists mainly of three domains: voting patterns, geographical influences in the elections, and geography of representation. Electoral Geography does tell a long story, which can be stated by the fact that it has already had its own status in the realm of this subject. Having appeared with some degree of relevance in the Portuguese context in the 1970's and 1980's, this approach to the electoral phenomena has been somehow neglected throughout the years. By conjugating the most traditional space-analytical methodologies with a set of new technologies – such as the Geographical Information Systems (SIG) and the Self-Organizing Maps (SOM), in this paper we aim at providing a new emphasis to national Electoral Geography, enhancing its explanatory character and making way to cross-disciplinary approaches to the electoral data.

Based upon the results of the Portuguese legislative election which have occurred within the time frame from 1991 and 2001, in this paper we shall analyse the following topics: space distribution of the results of the five parties bearing representation in Parliament, both as a whole and individually; the distribution of the results of this set of parties in each region, considering one of the proposals of administrative division which was held in a referendum in 1998, and analysing the Estremadura and Ribatejo region as a case study; the patterns generated by the distribution of the block made by the two main parties (PS and PPD/PSD); the space behaviour of the Right Wing / Centre-Right Wing and Left Wing/ Centre-Left Wing blocks; electoral abstention, comparing the results of each administrative parish to the national results; the comparison between different types of elections; the distribution of the results according to party in the two main districts (Lisbon and Oporto), which, as a whole, make up for more than 40% of the Portuguese population; the behaviour of *Bloco de Esquerda* (Left-Wing Block), the newest of the parties which are taken into account here; and the mappings of the “socialist” and “social-democrat” administrative parishes. The results of this study globally assert that the process of establishing georeference of national electoral data creates a cartography which enables us to confirm what other analysis have been displaying regarding the electoral behaviour of the Portuguese population. Nevertheless, there are some specific aspects regarding the space distribution of precisely this electoral behaviour which enable us to look deeper into the interaction between space and electoral processes.

Key-words: Electoral Geography, electoral cartography, legislative elections, electoral results, parties, Geographical Information Systems, spatial patterns, spatial analysis, administrative parishes and regions.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SOM	<i>Self-Organizing Maps</i>
LISA	<i>Local Index of Spatial Association</i>
CNE	Comissão Nacional de Eleições
PS	Partido Socialista
PPD/PSD	Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata
CDS/PP	Centro Democrático Social/Partido Popular
PCP/PEV	Partido Comunista Português/Partido Ecologista “Os Verdes”
BE	Bloco de Esquerda
UDP	União Democrática Popular
PSR	Partido Socialista Revolucionário
RN	Resultado Nacional
ANMP	Associação Nacional de Municípios
PLG	Primeira Lei da Geografia
ESRI	<i>Environmental Systems Research Institute</i>
HH	valores High/High
LL	valores Low/Low
HL	valores High/Low
LH	Valores low/High

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 3.1 - Resultados oficiais das Eleições Legislativas.....	39
Tabela 3.2 - Coeficientes de correlação entre os cinco principais partidos calculados a partir dos resultados das eleições legislativas realizadas entre 1991 e 2011.	43
Tabela 3.3 -Votação dos dois maiores partidos.....	44
Tabela 3.4 - Valores da taxa de abstenção em percentagem.....	49
Tabela 3.5 - Tipo de eleições realizadas entre 1989 e 2011.....	52
Tabela 3.6 - Número de freguesias por partido.....	53
Tabela 3.7 - Constituição dos <i>clusters</i> espaciais.	53
Tabela 5.1 - Estruturação da votação em classes, com RN = Resultado Nacional.	72
Tabela 5.2 - Resultados oficiais das Eleições Legislativas.	73
Tabela 5.3 - CDS/PP: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa.....	86
Tabela 5.4 - PCP-PEV: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa.	89
Tabela 5.5 - PPD/PSD: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa.	91
Tabela 5.6 - PS: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa.....	93
Tabela 5.7 - BE: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa.....	96
Tabela 5.8 - CDS/PP: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.....	98
Tabela 5.9 - PCP-PEV: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.	101
Tabela 5.10 - PPD/PSD: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto. .	103
Tabela 5.11 - PS: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.....	106
Tabela 5.12 - BE: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.....	109
Tabela 6.1 - Comparativo dos resultados do BE nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2001 no distrito de Faro.....	117
Tabela 6.2 - Comparativo dos resultados do BE nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2001 para os distritos que integram a região do Alentejo.	119
Tabela 6.3 - Comparativo dos resultados do BE nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2001 para os distritos que integram a região da Beira Interior.	121
Tabela 6.4 - Comparativo dos resultados do BE nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2001 para os distritos que integram a região da Estremadura e Ribatejo.	124

Tabela 6.5 - Comparativo dos resultados do BE nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2001 para os distritos que integram a região da Beira Litoral.	126
Tabela 6.6 - Comparativo dos resultados do BE nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2001 para os distritos que integram a região de Entre Douro e Minho.....	128
Tabela 6.7 - Comparativo dos resultados do BE nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2001 para os distritos que integram a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.	131
Tabela 6.8 - Posicionamento do BE entre os cinco partidos com representação parlamentar (ao nível da freguesia e por região).	137
Tabela 7.1- Resultados das eleições legislativas de 1995.....	140
Tabela 7.2 - Resultados das eleições legislativas de 1999.....	144
Tabela 7.3 - Resultados das eleições legislativas de 2002.....	147
Tabela 7.4 - Resultados das eleições legislativas de 2005.....	151
Tabela 7.5 - Resultados das eleições legislativas de 2009.....	154
Tabela 7.6 - Comparação entre o número de inscritos, o número de votantes e o número de abstencionistas nas eleições legislativas de 2005 e 2009.	155
Tabela 7.7 Resultados das eleições legislativas de 2011.....	158
Tabela 7.8- Comparação dos resultados do PS nas eleições legislativas de 2005 e 2011.	158
Tabela 9.1 - Conjugação dos valores do grau de confiança, com os parâmetros z e p.	192
Tabela 9.2 - Variação de z-score e p-valor.....	197
Tabela 9.3 - Valores do parâmetro z para diversos níveis de significância	197
Tabela 9.4 - Taxas de votação nos dois maiores partidos nacionais entre 1991 e 2011.	200

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 - Cronologia dos modelos explicativos das decisões de voto.....	20
Figura 2.2 - Provavelmente, estas duas colectâneas de artigos serão duas das mais emblemáticas publicações no contexto da Geografia Eleitoral nacional.....	32
Figura 3.1 - Resultados das eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011 e respectiva distribuição no parlamento. (fonte: http://eleicoes.cne.pt/)	40
Figura 3.2 - Distribuição espacial do voto nas eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011.....	42
Figura 3.3 - Distribuição da votação em conjunto de PS e PPD/PSD nas eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011.	45
Figura 3.4 - Distribuição da votação por blocos nas eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011.....	47
Figura 3.5 - Distribuição da votação por blocos nas eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011.....	50
Figura 3.6 - Eleições Legislativas <i>versus</i> Eleições Autárquicas: freguesias onde o partido mais votado não depende do tipo de eleição.....	52
Figura 4.1 - Divisão administrativa de Portugal continental	55
Figura 4.2 - Algarve: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas entre 1991 e 2011.....	58
Figura 4.3 - Alentejo: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.	60
Figura 4.4 - Beira Interior: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.....	62
Figura 4.5 - Estremadura e Ribatejo: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.....	64
Figura 4.6 - Beira Litoral: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.....	66

Figura 4.7 - Entre Douro e Minho: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.....	68
Figura 4.8 - Trás-os-Montes e Alto Douro: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.	70
Figura 5.1 - CDS/PP: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2011 e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.	74
Figura 5.2 - PCP/PEV: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2011 e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.	76
Figura 5.3 - PPD/PSD: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2011, e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.	79
Figura 5.4 - PS: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2011, e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.	81
Figura 5.5 - BE: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2011 e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.	84
Figura 5.6 - CDS/PP: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1991 a 2011.	87
Figura 5.7 - PCP/PEV: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1991 a 2011.	90
Figura 5.8 - PPD/PSD: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1991 a 2011.	92
Figura 5.9 - PS: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1991 a 2011.	94
Figura 5.10 - BE: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1999 a 2011.	97

Figura 5.11 - CDS/PP: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2011.	99
Figura 5.12 - PCP/PEV: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2009 e 2011.	102
Figura 5.13 - PPD/PSD: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2011.	104
Figura 5.14 - PS: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2011.	107
Figura 5.15 - BE: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2005, 2009 e 2011.	110
Figura 6.1 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região do Algarve.	115
Figura 6.2 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região do Algarve.	116
Figura 6.3 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região do Alentejo.	118
Figura 6.4 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região do Alentejo.....	119
Figura 6.5 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região da Beira Interior.	121
Figura 6.6 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região da Beira Interior.	122
Figura 6.7 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região da Estremadura e Ribatejo.	123
Figura 6.8 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região da Estremadura e Ribatejo.	124
Figura 6.9 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região da Beira Litoral.	125
Figura 6.10 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região da Beira Litoral.....	126

Figura 6.11 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região da Entre Douro e Minho.....	128
Figura 6.12 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região da Entre Douro e Minho.....	129
Figura 6.13 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região de Trás-os-Montes e Alto Douro.	131
Figura 6.14 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região de Trás-os-Montes e Alto Douro. (fonte: http://eleicoes.cne.pt/)	132
Figura 6.15 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 1999 (valores em %).	133
Figura 6.16 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 2002 (valores em %).	134
Figura 6.17 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 2005 (valores em %).	134
Figura 6.18 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 2009 (valores em %).	135
Figura 6.19 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 2011 (valores em %)	136
Figura 7.1 - Comparação dos resultados do Partido Socialista (esquerda) e Partido Social Democrata (centro) nas Legislativas de 1991 e 1995. Mapeamento das freguesias que se mantiveram fiéis ao PS (direita superior) e ao PSD (direita inferior).	142
Figura 7.2 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 1995.	
Figura 7.3 - Comparação dos resultados do Partido Socialista (esquerda) e Partido Social Democrata (centro) nas Legislativas de 1995 e 1999. Mapeamento das freguesias que se mantiveram fiéis ao PS (direita superior) e ao PSD (direita inferior).	145
Figura 7.4 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 1995.....	146

Figura 7.5 - Comparação dos resultados do Partido Social Democrata nas Legislativas de 1999 e 2002.	149
Figura 7.6 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 2002.	150
Figura 7.7 - Comparação dos resultados do Partido Social Democrata nas Legislativas de 2002 e 2005.	152
Figura 7.8 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 2005.	153
Figura 7.9 - Comparação dos resultados do Partido Socialista nas Legislativas de 2005 e 2009.	156
Figura 7.10 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 2009.	157
Figura 7.11 - Comparação dos resultados do Partido Social Democrata nas Legislativas de 2009 e 2011.	159
Figura 7.12 - - Transferência de freguesias nas Legislativas de 2011.	160
Figura 8.1 - A distribuição espacial dos resultados das Autárquicas de 2009 e 2013, e das Legislativas de 2011.	164
Figura 8.2 - Comparativo entre os mapeamento dos resultados das eleições autárquicas de 2009 e 2013.	165
Figura 8.3 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região do Algarve.	168
Figura 8.4 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013 (b) e das eleições Legislativas de 2011 (c)para a região do Alentejo.	170
Figura 8.5 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região do Estremadura e Ribatejo.	172
Figura 8.6 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região do Beira Litoral.	174

Figura 8.7 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região do Beira Interior.....	176
Figura 8.8 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região Entre Douro e Minho.	178
Figura 8.9 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.	180
Figura 9.1 - Índice Global de <i>Moran</i> (valores p e resultados Z) (http://edndoc.esri.com)	192
Figura 9.2 - Eleições Legislativas de 1991: análises <i>hotspots</i> (esquerda), Índice Local de <i>Moran I</i> (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita).	202
Figura 9.3 - Eleições Legislativas de 1995: análises <i>hotspots</i> (esquerda), Índice Local de <i>Moran</i> (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita)	203
Figura 9.4 - Eleições Legislativas de 1999: análises <i>hotspots</i> (esquerda), Índice Local de <i>Moran</i> (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita).....	203
Figura 9.5 - Eleições Legislativas de 2002: análises <i>hotspots</i> (esquerda), Índice Local de <i>Moran</i> (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita).	204
Figura 9.6 - Eleições Legislativas de 2005: análises <i>hotspots</i> (esquerda), Índice Local de <i>Moran</i> (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita).	206
Figura 9.7 - Eleições Legislativas de 2009: análises <i>hotspots</i> (mapa 1), Índice Local de <i>Moran</i> (mapa 2), estruturação dos resultados em classes (mapa 3) e localização espacial dos diversos grupos (mapa 4).	207
Figura 9.8 - Eleições Legislativas de 2011: análises <i>hotspots</i> (mapa 1), Índice Local de <i>Moran</i> (mapa 2), estruturação dos resultados em classes (mapa 3) e localização espacial dos diversos grupos (mapa 4).	208
Figura 9.9 - Partido Socialista: outputs da aplicação do <i>Índice Local de Moran</i> (I) ou <i>Índice Local de Associação Espacial</i>	211

Figura 9.10 - Partido Socialista: outputs da análise <i>HotSpots</i> e resultados do cálculo da estatística <i>Getis-Ord Gi*</i>	212
Figura 9.11 - Partido Social Democrata: outputs da aplicação do <i>Índice Local de Moran (I)</i> ou <i>Índice Local de Associação Espacial</i>	213
Figura 9.12 - Partido Social Democrata: outputs da análise <i>HotSpots</i> e resultados do cálculo da Estatística <i>Getis Ord Gi*</i>	214
Figura 9.13 - Partido Comunista Português: outputs da aplicação do <i>Índice Local de Moran (I)</i> ou <i>Índice Local de Associação Espacial</i>	215
Figura 9.14 - Partido Comunista Português: outputs da análise <i>HotSpots</i> e resultados do cálculo da Estatística <i>Getis Ord Gi*</i>	216
Figura 9.15 - Centro Democrático Social: outputs da aplicação do <i>Índice Local de Moran (I)</i> ou <i>Índice Local de Associação Espacial</i>	217
Figura 9.16 - Centro Democrático Social: outputs da análise <i>HotSpots</i> e resultados do cálculo da Estatística <i>Getis Ord Gi*</i>	218
Figura 9.17 - Bloco de Esquerda: outputs da aplicação do <i>Índice Local de Moran (I)</i> ou <i>Índice Local de Associação Espacial</i>	219
Figura 9.18 - Bloco de Esquerda: outputs da análise <i>HotSpots</i> e resultados do cálculo da Estatística <i>Getis Ord Gi*</i>	220
Figura 10.1 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos <i>clusters</i> relativos às eleições Legislativas de 1999.	224
Figura 10.2 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos <i>clusters</i> relativos às eleições Legislativas de 2002.	225
Figura 10.3 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos <i>clusters</i> relativos às eleições Legislativas de 2005.	226
Figura 10.4 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos <i>clusters</i> relativos às eleições Legislativas de 2009.	227
Figura 10.5 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos <i>clusters</i> relativos às eleições Legislativas de 2011.	228

Figura 10.6 - Mapas com as coordenadas planas para cada partido (de cima para baixo, 1ª linha=BE;2ª linha=CDS/PP;3ª linha=PCP/PEV;4ª linha=PPD/PSD;5ª linha=PS; da esquerda para a direita= 1999, 2002, 2005, 2009 e 2011).....229

ÍNDICE

Dedicatória.....	I
Agradecimentos.....	II
Resumo.....	III
<i>Abstract</i>	V
Lista de acrónimos.....	VII
Índice de tabelas.....	VIII
Índice de figuras.....	X
1. Introdução	1
1.1. Contexto.....	1
1.2. Estrutura da dissertação.....	4
2. Estudos eleitorais	
2.1. A importância dos estudos eleitorais.....	8
2.2. Modelos explicativos das decisões de voto.....	12
2.3. A Geografia Eleitoral: o contexto teórico e introdução.....	21
2.4. A influência do contexto geográfico nas decisões de voto.....	27
2.5. A geografia eleitoral no contexto nacional.....	31
3. Geografia Eleitoral portuguesa	
3.1. A importância dos dados espaciais no contexto da Geografia Eleitoral....	34
3.2. Eleições Legislativas 1991-2011.....	39
3.2.1. Distribuição espacial dos resultados eleitorais 1991-2011.....	39
3.2.2. Distribuição da votação dos dois principais partidos.....	44
3.2.3. Distribuição espacial por blocos ideológicos.....	46
3.2.4. Distribuição espacial da abstenção eleitoral 1991-2011.....	48
3.2.5. Eleições legislativas versus eleições autárquicas.....	51
4. Eleições Legislativas 1991-2011: Análise dos resultados eleitorais por região e por partido	
4.1. Introdução.....	55
4.2. Região do Algarve.....	57

4.3. Região do Alentejo.....	59
4.4. Região da Beira Interior.....	61
4.5. Região da Estremadura e Ribatejo.....	63
4.6. Região da Beira Litoral.....	65
4.7. Região de Entre Douro e Minho.....	67
4.8. Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	69
5. Eleições Legislativas 1991-2011: Análise dos resultados por partido	
5.1. Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP).....	73
5.2. Partido Comunista Português/ Partido Ecologista (PCP/PEV).....	75
5.3. Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD).....	77
5.4. Partido Socialista (PS).....	80
5.5. Bloco de Esquerda (BE).....	82
5.6. Variação por distrito.....	85
5.6.1. Distrito de Lisboa: Centro Democrático Social.....	85
5.6.2. Distrito de Lisboa: Partido Comunista Português.....	89
5.6.3. Distrito de Lisboa: Partido Popular Democrata.....	91
5.6.4. Distrito de Lisboa: Partido Socialista.....	93
5.6.5. Distrito de Lisboa: Bloco de Esquerda.....	95
5.6.6. Distrito do Porto: Centro Democrático Social.....	98
5.6.7. Distrito do Porto: Partido Comunista Português.....	100
5.6.8. Distrito do Porto: Partido Social Democrata.....	102
5.6.9. Distrito do Porto: Partido Socialista.....	105
5.6.10. Distrito do Porto: Bloco de Esquerda.....	108
5.7. Considerações finais.....	110
6. Estudo de caso: Bloco de Esquerda	
6.1. Introdução.....	113
6.2. Região do Algarve.....	114
6.3. Região do Alentejo.....	117
6.4. Região da Beira Interior.....	120
6.5. Região da Estremadura e Ribatejo.....	122

6.6 Região da Beira Litoral.....	125
6.7. Região de Entre Douro e Minho.....	127
6.8. Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	130
6.9. Considerações finais.....	132
7. Estudo de caso: análise do comportamento dos dois principais partidos (PS e PSD) nas eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011	
7.1. Introdução.....	139
7.2. Eleições Legislativas 1995.....	140
7.3. Eleições Legislativas 1999.....	144
7.4. Eleições Legislativas 2002.....	147
7.5. Eleições Legislativas 2005.....	150
7.6. Eleições Legislativas 2009.....	154
7.7. Eleições Legislativas 2011.....	157
7.8. Considerações finais.....	161
8. Estudo de caso: análise comparativa dos resultados das eleições autárquicas de 2009 e 2013, em contraponto com as eleições legislativas de 2011	
8.1. Introdução.....	162
8.2. Metodologia e resultados gerais.....	164
8.3. Resultados por região geográfica.....	167
8.3.1. Região do Algarve.....	167
8.3.2. Região do Alentejo.....	169
8.3.3. Região da Estremadura e Ribatejo.....	171
8.3.4. Região da Beira Litoral.....	173
8.3.5. Região da Beira Interior.....	175
8.3.6. Região Entre Douro e Minho.....	177
8.3.7. Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	179
8.3.8. Considerações finais.....	181
9. Estatística Espacial: conceitos, ferramentas e tipos de análises	
9.1. Introdução.....	182

9.2. Medidas de autocorrelação espacial.....	187
9.2.1. Índice Global de Moran.....	187
9.2.1.1. Significado dos valores de z e p	191
9.2.2. <i>Índice Local de Moran</i>	193
9.2.3. Análises Hot Spot (Getis-Ord G_i^*).....	195
9.3. Estudo de caso: Análise do comportamento do bloco PS & PSD.....	199
9.3.1. Introdução.....	199
9.3.2. Resultados e discussão.....	200
9.3.2.1. Eleições Legislativas de 1991.....	201
9.3.2.2. Eleições Legislativas de 1995.....	202
9.3.2.3. Eleições Legislativas de 1999.....	203
9.3.2.4. Eleições Legislativas de 2002.....	204
9.3.2.5. Eleições Legislativas de 2005.....	205
9.3.2.6. Eleições Legislativas de 2009.....	206
9.3.2.7. Eleições Legislativas de 2011.....	207
9.3.2.8. Considerações finais.....	209
9.4. Estudo de caso: Análise do comportamento eleitoral por partido.....	210
9.4.1. Partido Socialista.....	210
9.4.2. Partido Popular Democrata/Partido Social Democrata.....	213
9.4.3. Partido Comunista Português/Partido Ecologista.....	215
9.4.4. Centro Democrático Social/Partido Popular.....	216
9.4.5. Bloco de Esquerda.....	218
10. Caso de estudo: Análise comparativa para a região da Estremadura e Ribatejo, dos resultados das eleições legislativas realizadas entre 1999 e 2011.	
10.1. Introdução.....	221
10.2. Tratamento da Informação e resultados.....	222
10.3. Considerações finais.....	230
11. Discussão.....	232
Referências bibliográficas.....	246
Anexos.....	260

1. Introdução

1.1 Contexto

No cerne de todos os modelos explicativos das decisões de voto, e considerando exclusivamente o contexto nacional, a Geografia Eleitoral caracteriza-se por provavelmente ser o modelo com menor preponderância. De facto, atendendo ao período da terceira república durante o qual os estudos sociopolíticos ganharam outra forma e dimensão no nosso país (quer qualitativamente quer quantitativamente), são meramente residuais as referências à Geografia Eleitoral enquanto modelo explicativo das decisões de voto.

A procura de possíveis razões que justifiquem tal realidade não é, todavia, uma tarefa fácil de concretizar. Provavelmente, a dimensão do território nacional poderá afigurar-se como uma das razões mais plausíveis e passíveis de justificar o manifesto desinteresse. Contudo, a inexistência de uma aposta em equipas de investigação multidisciplinares constitui, na nossa ótica, o principal obstáculo ao reconhecimento da Geografia Eleitoral como um modelo explicativo, complementar aos demais modelos existentes.

Inquestionavelmente, as eleições propiciam uma área de estudo privilegiada para os especialistas, pelo facto de gerarem enormes quantidades de dados que podem ser cartografados, geridos e analisados através de sofisticadas técnicas estatísticas (Leib e Quinton, 2011). Por outro lado, constituem um domínio privilegiado para a aplicação das novas tecnologias, mormente as relacionadas com os Sistemas de Informação, as quais abriram novos horizontes e linhas orientadoras para novos tipos de estudos. A conjugação de novos desenvolvimentos ao nível metodológico como a introdução dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e de algumas ferramentas de *Data Mining*, por exemplo, permite aos especialistas entrar em novos domínios no que concerne à análise de dados eleitorais. Não surpreende pois que estas novas perspectivas, combinadas com as metodologias analíticas-espaciais tradicionais, acentuem o carácter explicativo multidisciplinar da Geografia Eleitoral. Efectivamente, em termos conceptuais, teóricos e pragmáticos, a Geografia

Eleitoral pode enquadrar-se de novo, como um elo importante entre a política e a geografia (*Warf e Leib, 2011*).

Nas últimas décadas, apesar de alguns períodos de menor fulgor na história da própria Geografia Eleitoral, diversos estudos têm sido dedicados a cartografar e a analisar estatisticamente os resultados das eleições, individualmente ou mediante a selecção de uma sequência de escrutínios. Ao longo dos anos, este ramo de investigação tem propiciado valiosos conhecimentos, sobretudo na percepção das políticas económicas e culturais dos diversos países. Este estudo procura, de uma forma clara, despertar e revitalizar o interesse da comunidade científica nacional quanto à dimensão da Geografia Eleitoral, particularmente com a introdução das novas tecnologias de informação. Evitar-se-á aqui seguir linhas de ação que conduziram este modelo a confrontar-se com vários problemas [a reconhecida obsessão metodológica (*Agnew 1990, 15*), o empirismo desenfreado (*Shelley, Johnston e Taylor, 1990, 1*) e ausência generalizada de interesse pela teoria social (*Agnew, 1987; Reynolds, 1990*)], e ter-se-á a devida atenção à importância do papel desenvolvido pelos especialistas em Ciência Política. Será nosso propósito procurar mostrar a mais-valia da Geografia Eleitoral enquanto modelo explicativo das decisões de voto no contexto nacional ou mesmo, como um meio complementar de análise interagindo, por exemplo, com outro tipo de modelos explicativos.

Embora não seja nosso intuito contribuir para o desenvolvimento da Ciência Política de forma direta, esperamos que este trabalho contribua para fomentar o interesse na área da Geografia Eleitoral. Com base no histórico de resultados e recorrendo à aplicação de novas tecnologias, pretendemos dar um novo ênfase a um conjunto de assuntos através da análise dos padrões espaciais associadas aos dados eleitorais.

Estes dados têm características especiais que os tornam um desafio único para os investigadores (*Anselin L., 1989; Openshaw, 1999; Miller H. e J. Han, 2001*). A análise de dados espaciais pode ser definida como o estudo de fenómenos que se manifestam no espaço, focando-se em aspectos como a localização, a topologia, a área, o modo como os dados se associam no espaço, a distância e a interação

(Anselin L., 1994). Aliás, ao referenciarem-se espacialmente as observações, refletimos a denominada primeira lei da Geografia: “tudo está relacionado com tudo, mas as coisas mais próximas estão mais relacionadas que as mais distantes”, (Tobler, 1970).

Qualquer fenómeno é definido por um processo, composto por diversos fatores subjacentes ao mesmo, e expresso num determinado contexto. Existe um vasto conjunto de fenómenos cuja análise requer uma perspetiva geo-espacial. Neste contexto, enquadram-se alguns estudos ambientais e socioeconómicos onde o elemento geográfico é preponderante e por vezes, mesmo incontornável (Openshaw, 1995). Nos últimos anos, a proliferação de produtos relacionados com dados multi-temporais e o aumento das capacidades de análises geo-espaciais e das técnicas de visualização, têm encorajado análises longitudinais de dados socioeconómicos (Skupin A., e Hagelman R., 2005).

As análises espaciais são baseadas no fato de que os dados georeferenciados são de suma importância, pois tendem a ser influenciados pela interdependência espacial dos locais em que são adquiridos e, frequentemente, porque os valores das observações individuais não são independentes, estando correlacionados entre si (O’Sullivan e Unwin, 2003). Normalmente, quando os dados georreferenciados são mapeados ou cartografados, tais características manifestam-se através da existência de *clusters* ou *hotspots* que traduzem a existência de concentração de valores similares, que por sua vez poderão conduzir à compreensão de determinados comportamentos para escalas maiores de análise. Consequentemente, podemos admitir que o principal objetivo das análises espaciais, passará pela avaliação da dependência ou autocorrelação espacial, localmente, e da heterogeneidade espacial a uma escala regional (O’Sullivan e Unwin, 2003).

Consequentemente, será importante transformar em conhecimento a enorme quantidade de dados digitais georreferenciados provenientes dos diversos tipos de eleições. A Geografia Eleitoral oferece uma dimensão fundamental para o trabalho

dos especialistas nesta área. Esta dimensão espacial acrescida aos estudos eleitorais, realçada pela importância do lugar ou o contexto local, constitui uma mais-valia na tentativa de explicar os diferentes aspetos do comportamento eleitoral. Desta forma, a cartografia dos resultados eleitorais é importante na perceção da realidade, particularmente da distribuição do voto no espaço. A utilização interativa de sistemas computacionais, de forma a amplificar a cognição (Card e *al*, 1999), é extremamente útil quando se procuram padrões nos dados, o que pode contribuir para a descoberta de conhecimento através da análise exploratória desses mesmos dados (Fayyad e Stolorz, 1997). O interesse das análises que utilizam dados georreferenciados, reside na possibilidade de identificar padrões e possíveis relações espaciais existentes, sem hipótese definidas *a priori* (Miller e Han, 2001).

1.2 Estrutura da dissertação

Esta tese encontra-se dividida em onze capítulos. Desta forma, no segundo capítulo a Geografia Eleitoral é contextualizada enquanto modelo explicativo das decisões de voto. Para tal, descrevem-se de forma sintetizada todos os principais modelos que fizeram escola ao longo do século XX e faz-se a revisão do estado de arte da própria Geografia Eleitoral a nível global, desde os primórdios marcados pela obra emblemática de *Andre Siegfried* até aos nossos dias, passando de forma inevitável pela realidade nacional. Para além de procurarmos mostrar o papel da Geografia Eleitoral no contexto da Geografia Política, serão inumerados os diversos problemas que acompanharam a própria evolução do modelo, particularmente ao longo das últimas décadas do século XX.

Neste contexto da Geografia Eleitoral tradicional, o terceiro capítulo apresenta um conjunto de análises com base nos resultados das eleições legislativas portuguesas realizadas nas últimas duas décadas. Através do mapeamento dos resultados eleitorais, definimos padrões que expressam as opções dos eleitores portugueses, agregados a uma determinada escala (freguesia). Concretamente, analisamos a

distribuição espacial dos resultados eleitorais, a distribuição da votação dos dois principais partidos nacionais (PS e PPD/PSD), a distribuição espacial por blocos ideológicos, a distribuição espacial da abstenção e comparámos diferentes tipos de eleições. Com este capítulo procuramos evidenciar a real importância da dimensão espacial dos dados eleitorais, particularmente no contexto das análises dos resultados eleitorais.

O quarto capítulo contempla a análise dos resultados eleitorais dos cinco maiores partidos nacionais com base numa divisão administrativa do território de Portugal Continental em sete regiões, a qual fez parte de uma das propostas de Regionalização, tema de debate na sociedade portuguesa que conduziu inclusive, à realização de um referendo nacional em 1998. Desta forma, pretendemos analisar de forma mais pormenorizada as distribuições de voto, procurando identificar tendências e possíveis *clusters* espaciais.

No quinto capítulo, inspirados no trabalho de Gaspar (1985), utilizamos outra forma de analisar os resultados eleitorais baseada na estruturação dos mesmos em cinco classes, cuja amplitude foi determinada com base no resultado nacional (RN) obtido por um determinado partido.

No sexto capítulo apresentamos um estudo de caso, no qual analisamos de forma exaustiva o comportamento do Bloco de Esquerda. O estudo individual do BE justifica-se pelo facto de ser o mais novo dos cinco partidos considerados neste estudo e pela evolução do mesmo ao longo da última década.

O sétimo capítulo foca-se na análise do comportamento dos dois principais partidos nas eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011. Em termos de sistema partidário, a competição pelo governo entre PS e PSD constitui o seu principal padrão (Jalali, 2003). A supremacia destes dois partidos em termos quantitativos é de tal ordem, que no período considerado ao longo deste estudo (1991-2011), a votação de ambos em conjunto foi sistematicamente superior a 65% da votação global. Interessa pois, analisar a alternância entre ambos, através do estudo dos respectivos padrões espaciais.

A comparação entre os resultados de eleições legislativas e autárquicas foi o mote para o oitavo capítulo. Atendendo à conjuntura que tem caracterizado o país nos últimos anos, é pertinente comparar os resultados das eleições autárquicas de 2009 e 2013, em contraponto com as eleições legislativas de 2011. Por outro lado, procuramos identificar possíveis reflexos de uma possível penalização por parte do eleitorado ao atual governo de coligação centro-direita em virtude, não só devido ao programa de austeridade em vigor, como também a reforma administrativa levada a cabo que suprimiu mais de 25% do número de freguesias.

Os dois capítulos seguintes constituem abordagens distintas e por certo, exploradas de forma residual no contexto dos resultados eleitorais nacionais. Assim, no capítulo nove, para além de uma contextualização sobre Estatística Espacial, apresentamos dois estudos de caso, através da aplicação de *indicadores locais de autocorrelação*, os quais constituem uma ferramenta estatística adequada para a deteção de sub-regiões com dependência espacial, permitindo identificar áreas de dependência espacial significativa (*hotspots*), que estão para além do alcance dos indicadores globais. Simultaneamente, não só se potencia a deteção de eventuais *clusters* espaciais, como também é possível averiguar a existência de uma ou mais relações de dependência espacial entre áreas dissemelhantes. Com o objetivo de aplicar algumas das medidas de autocorrelação espacial apresentadas e inseridas no âmbito da estatística espacial, consideramos no primeiro caso como variável de estudo a taxa de votação do bloco constituído pelos dois maiores partidos (PPD/PSD e PS) e, no segundo caso, os resultados eleitorais de cada um dos cinco partidos atualmente com representação parlamentar. Em concreto, testamos uma das ferramentas de identificação de *autocorrelação espacial local*, o Índice Local de Moran I (Anselin, 1995) ou Índice Local de Associação Espacial – LISA (*Local Index of Spatial Association*), que permite calcular um índice de autocorrelação espacial para cada área, permitindo a identificação de agrupamentos, ou conjuntos de agrupamentos (*clusters*). Paralelamente, também utilizamos as denominadas análises *Hot Spot* que utilizam vetores para identificar as localizações dos *Hot Spots* e dos *Cold Spots* estatisticamente significativos para um dado conjunto de dados

espaciais. Através das análises dos denominados pontos quentes (*Hot Spot*), é possível calcular a estatística *Getis-Ord Gi* (Mitchell, 2005; Getis e Ord, 1992, Ord e Getis, 1995) para um conjunto de dados. Os valores dos parâmetros de **z** e **p**, para uma dada distribuição de um conjunto de dados, dão-nos a informação sobre a localização de *clusters* espaciais (tanto para valores altos como para valores baixos).

No décimo capítulo apresentamos um estudo de caso no qual fizemos uma análise comparativa para a região da Estremadura e Ribatejo, dos resultados das eleições legislativas realizadas entre 1999 e 2011, mediante o recurso a um SOM (*Self-Organizing Maps*). Entre os vários métodos ou ferramentas para visualização dos dados georreferenciados, salienta-se a importância das redes neuronais de treino não supervisionado, tais como o SOM, (Kohonen, 1990 e 2001) e que têm sido aplicados com sucesso, em diversos problemas de análise exploratória de dados multivariados, especificamente na análise de dados geodemográficos. Apesar de recente, o SOM é uma técnica já com muitas provas dadas e com bons resultados (Kaskie al, 1997), sendo de grande interesse a sua aplicação neste caso em concreto.

2. Estudos eleitorais

2.1 A importância dos estudos eleitorais

Ao trabalharmos com um conjunto de dados bastante abrangentes num processo social tão importante como o que diz respeito ao comportamento do eleitorado português no contexto das eleições legislativas e autárquicas, sentimos a necessidade premente de contextualizar historicamente os diversos modelos explicativos das decisões de voto entre os quais podemos englobar a Geografia Eleitoral, cenário de enquadramento do nosso estudo. Por outro lado, e embora de forma sintética, há a necessidade de abordarmos os sistemas eleitorais e respectivos efeitos.

Os sistemas eleitorais são estruturas complexas, compostas por diferentes elementos técnicos que compreendem aspectos fundamentais como a distribuição dos círculos eleitorais, as formas de candidatura e de votação, bem como a conversão dos votos em mandatos (Nohlen, 2007). O estudo dos sistemas eleitorais centraliza-se na determinação dos respectivos efeitos que por sua vez, dependem tanto do contexto como de factores ou variáveis contextuais associadas à estrutura social, ao número de linhas de conflito e respectiva profundidade, ao grau de fragmentação do sistema partidário, ao grau de institucionalização do sistema político e respectivo modelo de competição interpartidária, à dispersão geográfica dos eleitores e ao comportamento do eleitorado. Os sistemas eleitorais distinguem-se pelo respectivo grau de sensibilidade perante as mudanças observadas nas variáveis contextuais, as quais variam quer no espaço quer no tempo (Rokkan, 1970). Os efeitos políticos de um sistema eleitoral dependem do modo como se relacionam os seus diferentes elementos individuais, os quais podem ser reforçados, eliminados ou neutralizados através da sua combinação (Nohlen, 2007). Quanto à sua génese, estes sistemas são uma expressão das estruturas de base sociopolíticas e da sua transformação ao longo do tempo (na sua maioria, desenvolveram-se mediante um processo evolutivo mais ou menos prolongado). Em cada caso, é necessário realizar uma análise histórico-empírica para verificar a

importância do sistema eleitoral nos factores que constituem o sistema político, bem como na respectiva continuidade ou transformação ao longo do tempo. Consequentemente é indispensável investigar factores ou variáveis contextuais para prever determinados efeitos do sistema eleitoral, atendendo a que este produz os seus efeitos numa relação complexa com outras variáveis causais. Importa pois, identificar quais os fenómenos a que se reportam as variáveis contextuais em causa:

- A estrutura social, preponderante na escolha de um sistema eleitoral e na determinação da direcção que assumem os efeitos dos diferentes tipos de sistemas eleitorais);
- O número de linhas de conflito e respectiva profundidade (divisões étnicas, regionais, linguísticas e religiosas existentes na sociedade, mas também as diferenças de classe social, geração, género, razões históricas ou políticas, as quais originam uma estrutura conflitual;
- Grau de fragmentação do sistema de partidos;
- Grau de institucionalização do sistema de partidos;
- Modelo de competição interpartidária;
- Dispersão geográfica dos votantes dos partidos políticos nos sistemas multipartidários e o comportamento dos eleitores.

A propósito, ao analisar os efeitos dos sistemas eleitorais *Duverger* (1959), distinguiu efeitos mecânicos de efeitos psicológicos. Assim, segundo o mesmo, enquanto os efeitos mecânicos resultam da lógica matemática que domina a relação entre os elementos técnicos de um sistema eleitoral (análise e previsão facilitada), os efeitos psicológicos resultam do comportamento do eleitorado induzido por um sistema eleitoral e dependem da compreensão do seu funcionamento, e da estratégia eleitoral do votante (maior dificuldade na análise e previsão).

As eleições representam um momento político distinto dentro de uma sociedade. O processo eleitoral reflete as performances incorporadas e as lutas entre as forças

políticas e económicas com o claro objectivo de definir e pôr em prática um programa político e económico (Nicley, 2011). Inequivocamente, as eleições representam um ato político de enorme difusão, sobretudo nas sociedades mais desenvolvidas. De um modo mais lato, podemos afirmar que as eleições e os mecanismos eleitorais fazem parte dos mecanismos de regulamentação das sociedades modernas, tanto criando como revitalizando, e mediante o seu desenvolvimento, é possível retractor as dinâmicas da democratização. A história eleitoral inclui a análise da conjuntura associada aos eventos críticos e consequentemente, numa análise longitudinal do processo de democratização é importante perceber os intervenientes e os principais momentos.

Ao longo do tempo, a opinião pública evolui em paralelo com a evolução das democracias, com a participação dos cidadãos, com o desenvolvimento tecnológico, com o desenvolvimento das análises correlacionadas com as decisões de voto, etc. A sustentabilidade da opinião pública representa um dos mais importantes pilares da cultura política democrática, permitindo compreender a evolução das decisões de voto como garante da viabilização participativa dos cidadãos. A análise da opinião pública deverá ser enquadrada no contexto da sociedade em causa, reflectindo padrões de comportamento, atitudes, crenças, valores e símbolos a ela inerentes. Portanto, será exequível quantificar o estado do sistema num dado momento, mediante a oscultação da opinião pública parametrizada por este conjunto de factores.

Para além da própria opinião pública, a cultura política e a socialização política constituem três vectores essenciais que em cada momento político, apresentam um resultado original referente às decisões de voto. De fato, estes factores têm um carácter estruturante e estratégico na vida política e social, podendo ser potenciada quando decifrada a sua génese e ambiente natural de desenvolvimento (Espírito Santo, 2006).

Ao procurarmos encontrar razões que fundamentem a importância e o interesse dos estudos eleitorais, somos levados a considerar uma série de aspectos deveras

pertinentes. Em primeiro lugar, é consensual o efeito estruturante das eleições enquanto instituições, sobre o sistema partidário. Em segundo, do ponto de vista da Ciência Política, tornam-se relevantes mediante o facto de influenciarem sobremaneira o sistema partidário. Por outro lado, existe um inequívoco interesse em estudar o passado, atendendo ao facto de a História não ser linear e embora as sociedades não sejam prisioneiras do seu passado, este não deve ser votado ao obscurantismo. Existe pois, a clara percepção de enquanto membros plenos de uma sociedade, adquirimos legados que poderão condicionar não só o presente, como também e de forma inequívoca, futuros desenvolvimentos. De facto, nenhum sistema eleitoral sobrevive sem passar pelo teste da comprovação histórico-empírica: o contexto faz a diferença (*Nohlen, 2007*). Os factores socioestruturais e culturais incidem sobre os efeitos dos sistemas eleitorais, condicionando as respectivas decisões. O próprio desenvolvimento das eleições faz parte da reflexão sobre as dinâmicas da democratização, sendo que o próprio debate dos sistemas eleitorais, contribui para a própria qualidade da democracia. Por fim, a compreensão dos processos de democratização passa pela percepção do papel preponderante desempenhado pelas elites políticas, como variável estratégica no âmbito dos estudos eleitorais.

Numa democracia, o papel das eleições não depende única e exclusivamente apenas do comportamento dos eleitores. No âmbito dos sistemas políticos, o reconhecimento da existência de uma cultura política (variável do sistema político essencial para a consolidação de um regime democrático) reflecte-se nas relações existentes ente cidadãos, eleitores, candidatos, partidos e media. É necessário considerar não só os meios de comunicação, através dos quais os eleitores afirmam receber a maior parte das informações sobre política, como também os próprios partidos políticos que estruturam as escolhas disponíveis aos eleitores (*Curtice, 2003*). Precisamente, a volatilidade eleitoral pode ser consequência da falta de informação ou acesso à mesma, e/ou traduzir o desinteresse do eleitorado por uma determinada cultura política.

Os fenómenos sociais são caracterizados por uma grande complexidade, motivados por uma multiplicidade de variáveis. O comportamento eleitoral, enquanto fenómeno social, enquadra-se entre os fenómenos políticos com um determinado grau de imprevisibilidade. As diversas tentativas de explicação do voto através da noção de representação ideológica ou de interesses, da estratificação social, do regionalismo, da opção religiosa, das clivagens sociais, do cálculo racional, da psicologia, têm gerado importantes reflexões sobre o assunto. Apesar de tudo, este, não se esgota atendendo à sua complexidade e à impossibilidade de enquadrar toda uma multiplicidade de variáveis que lhe são inerentes, tais como, sexo, idade, situação económica, cultura, religião, escolaridade, estilo de vida, tradição, visão do mundo, história, sofisticação política, contexto histórico, tradição familiar, centralidade, valores morais, avaliação de governos e candidatos. É possível pois, concluir que a compreensão e explicação dos comportamentos eleitorais, se baseia num conjunto de factores explicativos que dependem quer do tipo de sociedade, quer da própria conjuntura em que se realizam os escrutínios.

2.2 Modelos explicativos das decisões de voto

O estudo científico dos sistemas eleitorais remonta ao iluminismo francês, período durante o qual foram desenvolvidos procedimentos matemáticos para melhorar os resultados eleitorais calculados mediante a regra da maioria simples, com o objectivo de que os mesmos correspondessem à vontade expressa pelo eleitorado (Nohlen, 2007). Os estudos académicos sobre o comportamento eleitoral têm uma longa e vibrante história (Bartels, 2008). Ao longo do século XX, foram apresentados diversos modelos explicativos do comportamento eleitoral que por sua vez, influenciaram um vasto conjunto de estudos relacionados com as decisões de voto, sobretudo nos países mais desenvolvidos.

A origem dos estudos das decisões de voto com recurso a sondagens de opinião pública, remonta a 1940 e concretamente à Universidade de Colúmbia (Estados Unidos da América), onde *Lazarsfeld* e respectivos pares foram pioneiros na

utilização de sondagens no estudo do comportamento eleitoral, demonstrando o seu enorme potencial na percepção das campanhas eleitorais e das próprias eleições (Bartels, 2008). No estudo em causa, foram analisadas as respostas de uma amostra constituída por cerca de seiscentos eleitores residentes na pequena comunidade norte-americana de *Erie County* (condado de *Ohio*), durante a campanha para as presidenciais norte-americanas de 1940. Entre as diversas particularidades deste estudo, salienta-se o facto de cada um dos eleitores ter sido inquirido por diversas vezes, com recurso a uma complexa mistura de novas e repetidas questões em cada uma das sucessivas entrevistas, sendo que um dos propósitos em causa, passava pela própria avaliação dos efeitos causados por essas repetidas entrevistas (Bartels, 2008). Os resultados deste estudo foram posteriormente publicados em *“The People’s Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a President Campaign”* (Lazarsfeld, Berelson, e Gaudet, 1944). Em 1948, um outro estudo levado a cabo em *Elmira*, Nova Iorque, fundamentou uma nova e provavelmente mais influente obra, *Voting-A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign* (Berelson, Lazarsfeld e McPhee, 1954). Ambas tiveram o propósito de definir um leque de questões e de métodos que influenciaram sobremaneira, a forma de recolha de informação em campo.

Os estudos desenvolvidos por Lazarsfeld tinham como objectivo primordial medir as possíveis alterações nas intenções de voto dos indivíduos analisados durante o decurso de uma campanha presidencial (Rossi, 1959). Não ficando reféns dos seus preconceitos sobre a natureza da escolha eleitoral, os investigadores de Colúmbia optaram por permitir que os dados recolhidos os levassem às seguintes conclusões:

- *“...the usual analogy between the voting “decision” and the more or less carefully calculated decisions of consumers or businessmen or courts...may be quite incorrect. For many voters political preferences may better be considered analogous to cultural tastes - in music, literature, recreational activities, dress, ethics, speech, social behavior. (...) Both have their origin in ethnic, sectional, class, and family traditions. Both exhibit stability and resistance to change for individuals but*

flexibility and adjustment over generations for the society as a whole. Both seem to be matters of sentiment and disposition rather than “reasoned preferences”. While both are responsive to changed conditions and unusual stimuli, they are relatively invulnerable to direct argumentation and vulnerable to indirect social influences. Both are characterized more by faith than by conviction and by wishful expectation rather than careful prediction of consequences” (Berelson e al, 1954).

No modelo sociológico na génese do qual, se encontram as características sociais dos indivíduos e os respectivos contextos sociais, os quais se constituem em factores explicativos das atitudes políticas, o contexto social é mensurado pelo nível de desenvolvimento das sociedades em causa. Esta atitude e/ou participação política está correlacionada com o nível de recursos, educacionais e culturais dos cidadãos, condicionando a forma como estes analisam e lidam com as diversas situações políticas. Na ausência destes recursos, o contexto social e político prevalece, condicionando decisivamente a participação dos eleitores (Fernandes, 2002). Por exemplo, o estatuto socioeconómico, a religião e o lugar de residência dos eleitores representam variáveis explicativas (Espírito Santo, 2006). O modelo sociológico explora as tradicionais clivagens centro-periferia, religiosidade-secularização, rural-urbano e capital-trabalho, enfatizando a importância dos indivíduos na estruturas das clivagens atendendo às experiências de vida dos mesmos.

O trabalho desenvolvido por Lazarsfeld e respectivos pares em *Columbia*, demonstrou o enorme potencial que os dados das sondagens eleitorais representam na compreensão das campanhas eleitorais e das próprias eleições (Bartels, 2008). Posteriormente, os estudos desenvolvidos na Universidade de Michigan representaram uma nova referência, provavelmente até de maior relevância, no domínio dos estudos eleitorais. À semelhança do trabalho desenvolvido em Colúmbia, Campbell e Kahn, ambos oriundos do *Survey Research Center* (Universidade de Michigan), foram responsáveis por uma pesquisa que inicialmente, não tinha como objectivo o estudo e análise do comportamento

eleitoral dos inquiridos. *A priori* tratava-se de uma pesquisa de âmbito nacional sobre política externa e na qual, os autores resolveram incluir algumas questões adicionais com o intuito de aferir sobre o possível interesse na política e a respectiva orientação política dos entrevistados, particularmente mediante a avaliação da intenção dos inquiridos em votar na próxima eleição presidencial e também, sobre o partido político seleccionado (*Campbell e Kahn, 1952*). Após as referidas eleições, optaram por entrevistar novamente os indivíduos anteriormente inquiridos, de modo a analisarem aquilo que denominaram por “*crystallization of the vote*”. Para tal, avaliaram as características pessoais, atitudinais e demográficas dos votantes e não votantes, republicanos e democratas, considerando a influência de factores psicológicos, sociológicos e políticos como determinantes do voto (*Campbell e Kahn, 1952*). Os autores deste projecto, posteriormente identificado como o paradigma de *Michigan*, por certo não contavam estar perante um dos mais longos projectos de pesquisa da história da Ciência Social (*Bartels, 2008*).

Como corolário lógico deste estudo, *The American Voter* (*Campbell e al, 1960*) representa um marco indelével no domínio das decisões de voto: *The American Voter “has been a work of remarkable influence and staying power”*, (*Bartels, 2008,11*). Comparativamente com os trabalhos desenvolvidos em Colúmbia, este apresentava significativas diferenças tanto ao nível metodológico (p.e. recurso a amostras com dimensão nacional), como quanto ao nível das áreas de suporte teórico consideradas. Entre as principais conclusões passíveis de extrair deste estudo, sobressaem as seguintes:

- A identificação partidária teria uma base predominantemente psicológica;
- A importância do partido político nas decisões de voto (a identificação partidária constitui um dos factores distintivos deste modelo). O indivíduo torna-se a unidade de análise e a identificação partidária assume um papel vital na ligação dos grupos sociais ao sistema político e aos partidos;
- Os vectores de socialização reforçam o facto de os indivíduos seguirem determinada tendência partidária;

- Uma vez mais e à semelhança de anteriores estudos (*Colúmbia*), ficou demonstrada a fraca competência do eleitor (Espírito Santo, 2006).

A metodologia e o recurso à psicologia social e à sociologia, contribuíram para que a partir de então, a interpretação das decisões de voto seguisse uma linha analítica e crítica que privilegiava sobretudo, os aspectos do foro sociopsicológico. De fato, o modelo sociopsicológico tende a integrar factores que estão em vias de alterar o perfil social e psicológico dos cidadãos, conferindo-lhes maior autonomia.

Ambos os modelos (*Columbia* e *Michigan*) influenciaram e encontraram eco noutras latitudes, nomeadamente na Grã-Bretanha através dos trabalhos de *Butler* e *Stokes* (1969), *Dearlove* e *Saunders* (1984, 2000), e em França com a obra de *Gaxie* (1978).

Todavia, no final dos anos sessenta, começou a ganhar expressão uma corrente de contestação e revisionista do denominado paradigma de Michigan. O aumento do nível de competência dos eleitores e o declínio da identificação partidária reflectem as principais conclusões expressas em *The Changing American Voter* (*Nie, Verba, Petrocik*, 1976). Por sua vez, *Inglehart* (1971) focou-se na crescente influência das crenças religiosas em paralelo, com o aumento dos níveis de escolaridade dos grupos minoritários. Já *King* (1997) acentuou o conservadorismo patente não só no panorama político norte-americano desde meados dos anos sessenta, como também de outras democracias ocidentais (Espírito Santo, 2006)

No início dos anos 1970, a maioria dos resultados sugeriam que a classe tinha uma forte influência, embora variável, no comportamento eleitoral [(*Lipset*, 1981), (*Alford*, 1963), (*Rose* 1974), (*Lipset* e *Rokkan* 1967)]. Estes últimos, na sua influente síntese teórica, argumentavam que tanto a revolução nacional como a revolução industrial, geraram por todo o lado processos de diferenciação social e de conflito (*Manza e al*, 1995). Ambas as revoluções produziram um conjunto básico de clivagens políticas e de valores expressas por *Lipset* e *Rokkan* (1967, 1985) num modelo que procurava explicar as decisões de voto mediante a análise dos fenómenos de estruturação e composição sociopolíticas que configuram o sistema político. De acordo com o modelo das clivagens, o alinhamento dos eleitores

depende do respectivo posicionamento na estrutura social (centro-periferia; secularização-religiosidade; urbano-rural; capital-trabalho) e da acção socializadora e mobilizadora das organizações sociais e políticas respectivas. As diferentes posições dos eleitores na estrutura social estão associadas a interesses sócio-económicos e a distintos sistemas de valores, que depois se traduzem (probabilisticamente) em comportamentos eleitorais diferenciados (*Lipstet & Rokkan*, 1992, p. 177).

Este conjunto de clivagens resultou de um processo histórico aglutinador das revoluções industriais ao nível nacional e internacional que estruturaram o sistema de partidos do mundo ocidental. Assim, “dependendo das experiências históricas e das decisões constitucionais enquanto momentos de formação, combinações de uma ou mais clivagens ao longo de aspectos religiosos (especialmente da Igreja Católica versus o Estado), centro/periferia (elites nacionais versus elites das periferias), rural/urbano (proprietários da terra versus indústria) ou classe (empregadores versus trabalhadores) ganharam forma enquanto sistemas de partidos no período da democratização. Atendendo a que certos grupos estejam alinhados ao longo destas clivagens sociais com os partidos, a conexão tende a manter-se através da socialização política, assim como através das estratégias e da organização do partido” (*Mair*, 2002: 84-5).

Posteriormente, assistimos a um declínio das clivagens tradicionais sobre o voto nas democracias representativas nas sociedades ocidentais. Por ventura, encontraremos justificação para tal no declínio da participação eleitoral, na crescente volatilidade eleitoral, no aparecimento de novos partidos políticos e de novos temas nas agendas políticas, na reorientação política e ideológica dos partidos políticos tradicionais, no aumento da participação política extra eleitoral e no aparecimento de novos movimentos sociais (Freire A., 2001). Esta instabilidade decorrente desta nova realidade, não só pôs em causa a estabilidade dos comportamentos eleitorais característica dos modelos sociológico e sociopsicológico, como proporcionou o aparecimento de teorias sobre novas

clivagens (*Flanagan e Dalton, 1985*) baseadas sobretudo, em valores e com uma base social bastante menos definida do que a das clivagens tradicionais. Os processos de realinhamento eleitoral em curso apontam para que, os eleitores se enquadrem em novas linhas de clivagem: materialismo-pós-materialismo, consumo público-consumo privado, emprego no sector público-emprego no sector privado.

Meados dos anos setenta, coincidiu com o crepúsculo da hegemonia intelectual do modelo de *Michigan*. Mas, até que ponto, a obra em causa estaria realmente desactualizada? De fato, as diversas teses propostas no âmbito deste movimento revisionista, foram fortemente abaladas por exemplo, quando *Converse e Markus (1979,45)* ao comparar o antes e o depois, terem concluído que as alterações haviam sido escassas. Contudo, existiam múltiplas razões que geravam expectativas quanto a possíveis alterações importantes. Deste modo, um conjunto de análises cuidadas e detalhadas demonstraram existir uma clara tendência para a continuidade, em detrimento da mudança relativamente à natureza das atitudes políticas ao compararmos a década de cinquenta e a década de setenta.

Apesar de tudo, este movimento de contestação/revisionista contribuiu para que os académicos dessem maior atenção à interacção existente entre os cidadãos e as elites políticas (*Bartels, 2008*). Paralelamente, a introdução de novas metodologias e instrumentos de pesquisa, propiciaram novos desenvolvimentos tanto a nível intelectual como político. Tal controvérsia manteve-se acesa durante diversos anos, particularmente no seio do meio académico. São exemplo disso, os trabalhos apresentados por *Nie e Rabjohn (1979)*, *Sullivan e al (1979)*, *Bishop e al (1979)*, e *Smith (1980)*. Este último, acabaria por publicar “*The Unchanging American Voter*” (1989), dando forma a uma crítica generalizada aos argumentos defendidos pelos revisionistas.

Na tradição das teorias da escolha racional, “*An Economic Theory of Democracy*” (*Downs, 1957*), constitui por certo, a obra mais influente. Provavelmente devido ao seu estilo analítico pouco convencional, não teve grande impacto imediato entre a comunidade científica. Apenas em 1963, a obra foi revista na *American Political*

Science Review e posteriormente publicada em revista, em 1965. A introdução dos modelos espaciais nas disputas eleitorais no domínio da Ciência Política foi o primeiro e provavelmente, único contributo de *Downs* de maior relevância (*Bartels*, 2008).

Trata-se de uma abordagem baseada em aspectos do individualismo metodológico, sendo possível explicar o comportamento dos eleitores, considerando que os eleitores são racionais e agem intencionalmente, procurando maximizar seus interesses e otimizar seus ganhos com o direcionamento de seu voto. Nesta abordagem, o *homo psicologus* e o *homo sociologus* dão lugar ao *homo economus* (os eleitores ao votar reflectem o seu interesse económico). O eleitor age de acordo com a conjuntura económica, seleccionando a opção eventualmente que lhe proporcionará maior benefício. A teoria parte do pressuposto que o eleitor é um “ser racional” e que normalmente escolhe a alternativa que lhe trará maior utilidade ou agirá em seu próprio proveito. Os eleitores agem racionalmente nas questões de ordem política votando nos partidos e nos candidatos que lhe trarão maior benefício. Segundo *Downs* (1999: 274): *“The total return each citizen receives from voting depends upon (1) the benefits he gets from democracy, (2) how much he wants a particular party to win, (3) how close he thinks the election will be and (4) how many others citizens he thinks will vote. These variables insure a relatively wide range of possible returns similar to the range of voting costs. Thus when citizen balance their costs and returns, some vote and other abstain.”*

As teorias da escolha racional de vários tipos, tiveram um impacto significativo na forma como a Ciência Política foi desenvolvida, principalmente nos Estados Unidos. Até ao presente, esse impacto tem-se limitado em grande medida, às partes mais empiricamente orientadas da disciplina, principalmente os estudos de política americana, relações internacionais e política comparada. Normalmente, e em oposição às teorias normativas, as teorias da escolha racional são definidas como positivistas, tendo como objectivo primordial desenvolver teorias preditivas bem-sucedidas no contexto da Ciência Política.

Em resumo, a abordagem economicista pressupõe um comportamento baseado na racionalidade individual. O eleitor escolhe a alternativa que irá maximizar a satisfação de seus interesses. Mais, “(...) o ator seleciona partidos e candidatos em ordem de preferência e opta por aquela alternativa que avalia possibilitar a obtenção de maiores ganhos. O eleitor, analogamente ao consumidor, decide votar em um partido ou candidato de acordo com as ofertas políticas. (...) Assim, o eleitor ordena, conforme seus interesses, as alternativas políticas em grau de desejabilidade e escolhe aquele que, de acordo com as probabilidades eleitorais, oferecer as melhores condições para maximizar os ganhos da sua ação política” (Silveira, 1998:58).

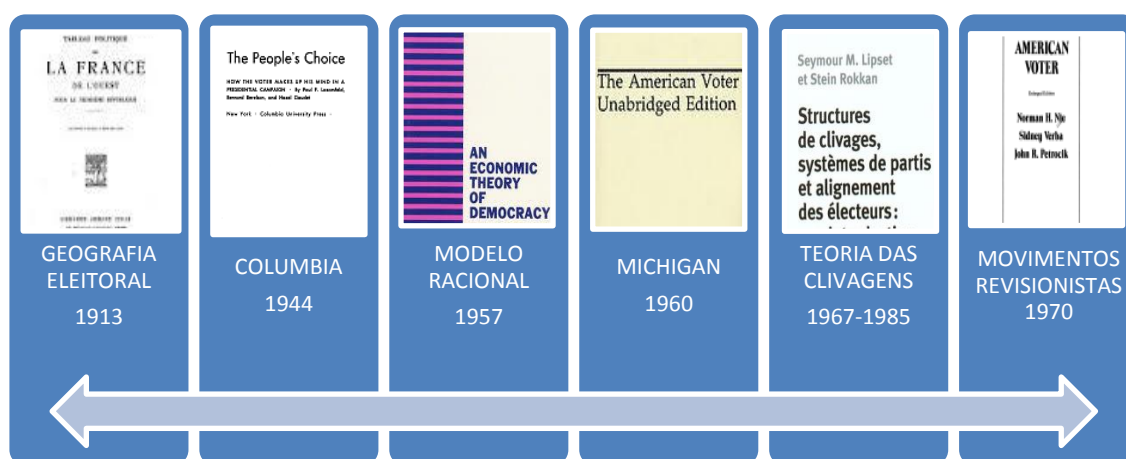


Figura 2.1 - Cronologia dos modelos explicativos das decisões de voto

Em suma, se tanto o modelo sociológico como o modelo sociopsicológico tendem a enfatizar a estabilidade em detrimento da mudança de opinião dos eleitores, já o modelo da escolha racional ou modelo económico do voto apresenta o eleitor livre das determinações sociológicas e atitudinais (Fernandes, 2001), recaindo as escolhas dos eleitores nos partidos que melhor se adaptam às respectivas preferências políticas. O recurso a estas teorias, está correlacionado com uma crescente volatilidade patenteada pelos eleitores, os quais tendem a assumir determinadas posições fundamentadas por factores a curto prazo.

2.3 A Geografia Eleitoral: o contexto teórico e introdução

Naturalmente, as eleições propiciam uma área de estudo privilegiada para os geógrafos pelo fato de gerarem enormes quantidades de dados que podem ser cartografados, manipulados e analisados através de sofisticadas técnicas estatísticas (Leib e Quinton, 2011).

A Geografia Eleitoral enquanto modelo de análise de padrões de voto, tem uma longa história ao ponto de já ter tido um *status* próprio no âmbito da disciplina de Geografia (Warf e Leib, 2011). Reconhecidamente, esta está no cerne da maior parte dos sistemas utilizados para eleger os representantes dos círculos eleitorais territorialmente definidos, podendo ser englobada entre os diversos modelos sociológicos das decisões do voto: “a Geografia Eleitoral constitui uma área de análise que procura o estudo da relação entre condições diversas, de ordem geográfica, social, histórica, económica e religiosa, inerentes a cada região considerada e a direcção ideológica e partidária da mesma, tendo por base uma sustentação geográfica que se torna estruturante em termos analíticos” (Espírito Santo, 2006).

As origens da Geografia Eleitoral como uma disciplina independente remontam ao início do séc. XX. O estudo eleitoral conduzido por Krehbiel e datado de 1916, é provavelmente o primeiro registo conhecido (McGinn, 2012). Neste trabalho, o autor examinou o significado da influência geográfica na análise das eleições parlamentares britânicas entre 1885 e 1910 (Prescott, 1959). Este trabalho baseou-se na crença do autor no facto das ações dos eleitores serem muitas vezes determinadas pela opinião pública, o que ele sugeriu pode ser medido apenas pela análise dos resultados eleitorais. Prescott (1959) afirmou que, na conclusão do seu estudo, Krehbiel foi capaz de escrever “...it is evident that geographical or natural factors have contributed materially in creating the conditions which determine political predilections,” (p.432).

A tradição dos mapas eleitorais surge no seio da geografia francesa do início do século passado. No dealbar do século XX, Andre Siegfried (1913, 1949) foi o

primeiro geógrafo a reconhecer a dimensão espacial das eleições e a sugerir que os padrões representativos do voto eram resultado de um contexto social e físico distinto, reflectindo a '*spatial organization of society*' (Taylor e Johnston, 1979). Em 1913, André Siegfried (1995, reedição comemorativa) publicou *Tableau politique de la France de l'Ouest sous la IIIe République*, na qual, recorrendo a uma forma de análise inovadora marcou o surgimento de um novo domínio: a Geografia Eleitoral. Siegfried enfatizou a influência particular da geologia no voto do povo de quinze departamentos do oeste de França, durante os primeiros quarenta anos da Terceira República. Para tal, comparou as diferentes unidades territoriais e assumiu a existência de uma correlação entre as estruturas sociais enraizadas na geografia e no comportamento do eleitorado. Recorrendo a mapas eleitorais posteriores ao início da 3ª República, Siegfried (1995) demonstrou a estabilidade do voto pela direita nos *pays de l'Ouest* durante amplo período e identificou a influência da estratificação socioespacial no voto de maneira inusitada: pesquisou e encontrou relação entre o voto de esquerda e direita no norte da França de acordo com o tipo de rocha predominante na região. De forma peculiar, resumiu sua descoberta com uma célebre frase: "*le granite vote à droite, et le calcaire vote à gauche*". Siegfried procurou traduzir o fato de o norte da *Vendée*, por ser granítico, teria uma ocupação de carácter rural e baixa concentração de habitantes, o que favorecia o predomínio de um certo elitismo (influência dos *notables*) e do catolicismo, o que se expressava em termos eleitorais numa preferência pelo voto na direita. Já o sul caracterizava-se por ser uma região de solo calcário, de maior densidade populacional e onde o peso de Igreja Católica era menor, o que se traduzia numa votação predominantemente na esquerda.

A linha de pensamento de Siegfried conduziu ao reconhecimento da geografia eleitoral como um subdomínio da geografia política, justificado pelo fato de que às atitudes políticas, ao comportamento eleitoral e às próprias eleições estarem subjacentes determinados fenómenos geográficos, resultantes do fato de que por exemplo, a estratificação social e económica representar uma variável dependente da componente espacial (Johnston 2005, Agnew 1990).

Acrescentando algo mais às ideias de *Siegfried, Turner* (1932) foi igualmente importante no estabelecimento da geografia eleitoral tradicional, arguindo que a divisão espacial podia ser fator explicativo da dimensão espacial dos padrões de voto. No âmbito da sua pesquisa, Turner estabeleceu uma das primeiras teorias para a geografia eleitoral tradicional, procurando explicar os padrões de comportamento eleitoral atendendo à divisão territorial, à economia e a um eventual desenvolvimento regional, socialmente definido, bem como a um conjunto mais amplo de clivagens políticas. Em concreto, *Turner* (1932, p. 183) definiu “sections” como sendo “*The outcome of the deeper-seated geographical conditions interacting with the stock which settled the region*”. Segundo o mesmo, as seções são mais importantes do que os estados, na definição das forças subjacentes à própria História dos Estados Unidos da América. A própria economia, a política, a vida social e até a literatura, a psicologia e as estruturas religiosas deviam ser analisadas por este tipo de divisão espacial. Em conclusão, o autor advogava a existência de um contexto espacial de proximidade que condiciona a opinião pública e que seria necessário tomar em consideração. A homogeneidade das seções no que respeita à etnia, religião, classe social, cultura, objectivos políticos, deveriam ser levadas em conta para que de forma sucinta contribuíssem para explicar a consistência dos padrões de voto. *Turner* referenciou a divisão norte-sul como a divisão melhor definida na política americana, justificando-a devido a um conjunto de interesses de carácter económico (*Archer* 1988, *Turner* 1932).

Já *Tingsten* foi um dos primeiros a comparar dados eleitorais e sociais numa tentativa de explicar padrões de votação (*Tingsten*, 1937). Segundo *Pattie e Johnston* (2007, p3) devido ao trabalho de investigação de *Tingsten* “the statistical analysis of voting and social data aggregated into electoral districts, has become part of the electoral geography mainstream”.

A Geografia Eleitoral definida como sendo a análise da interacção entre o espaço, o lugar e os processos eleitorais, pode ser dividida em três ramos (*Agnew* 1990,

Reynolds 1990, Taylor e Johnston 1979): padrões de voto, influências geográficas nas eleições e a geografia da representação.

1. O primeiro ramo está relacionado com os padrões que expressam as opções dos eleitores, agregados a uma determinada escala e analisados através do mapeamento desse comportamento e de análises multivariadas (variáveis socioeconómicas p.e.).
2. O segundo ramo foca-se nas influências geográficas nas eleições incluindo factores como estratégias de campanha eleitoral, questões específicas sobre o voto e tipo de candidatos. No âmbito dos denominados “*context effects*” foi assunto de considerável debate, tendo a sua importância e valor objecto de investigação (Agnew, 1996; King, 1996).
3. Por último, a geografia da representação foca-se no desenho das denominadas “*district boundaries*” e nos enviesamentos que derivam deste processo.

Historicamente, a pesquisa realizada no âmbito da Geografia Eleitoral tem-se focado num destes três domínios, embora Agnew (1990) tenha proposto um quarto foco de investigação: a geografia dos partidos políticos. De acordo com o autor, este domínio deveria centrar-se na “*the relationship between the geography of electoral performance and the geography of organization and mobilization exhibited by political parties*”, (Agnew, 1990, p. 87).

Durante o primeiro quartel do séc. XX, o contexto regional em termos teóricos, prevaleceu e dominou a própria geografia (Wade 1989, Webster 1989). Posteriormente, na sequência do trabalho desenvolvido por Turner, Elazar (1984), desenvolveu um modelo de clivagens de culturas políticas com o objectivo de explicar a variação regional das preferências dos cidadãos relativas ao governo, respectivas atitudes relativamente à política e os padrões de voto através de um regionalismo distinto dos padrões europeus e correspondentes diferenças (Shelley et al. 1996).

A cultura política refere-se ao que as pessoas acreditam e sentem relativamente ao governo e como elas deveriam agir em relação a isso. Para entender a relação de um governo com o seu povo, e a forma como as pessoas agem com os governantes e os demais, é necessário estudar o que as próprias pessoas acreditam sobre si mesmos e do governo. Para *Elazar (1984)*, cultura política representa "*the particular pattern of orientation to political action in which each political system is imbedded.*" De um modo mais explícito, "*Attitudes, values, beliefs, and orientations that individuals in a society hold regarding their political system*". A propósito, *Elazar* identificou espacialmente três tipos de cultura política entre os americanos:

- *Moral Political Culture*; Neste tipo de cultura, a sociedade é considerada mais importante que o individual. O individualismo não está encoberto de forma alguma, mas o grupo reconhece a necessidade de as pessoas valorizarem a noção de grupo. O governo tende a ser visto como uma força positiva.

- *Individual Political Culture*; Em áreas com este tipo de cultura política, o governo é visto como tendo uma orientação muito prática, sendo que o mesmo é instituído por meras razões utilitárias. Ele não precisa ter qualquer preocupação direta com questões de "boa sociedade". Atribui especial ênfase à limitação da intervenção do governo em atividades privadas. A acção do governo deve ser muito restritiva em áreas que incentivam a iniciativa privada.

- *Traditional Political Culture*; Nas áreas onde este tipo de cultura é possível ser identificada, os laços sociais e familiares são proeminentes, o que se traduz no fato de algumas famílias anuírem a actividade do governo enquanto para outras, existe pouco a dizer sobre isso. Tal reflecte uma antiga atitude que abraça uma sociedade hierarquizada como parte da ordem natural das coisas. O governo é visto como um actor com um papel positivo na comunidade, mas bastante limitado, de modo a garantir a manutenção da ordem social existente.

No âmbito da Geografia Eleitoral e concretamente em termos de pesquisa política, *Turner*, *Elazar*, e outros académicos, levaram a cabo uma série de abordagens procurando explicar a variabilidade geográfica e sociodemográfica dos padrões

eleitorais com recurso à cartografia e análises estatísticas. Com base quase exclusivamente numa estrutura metodológica quantitativa, procuraram justificar os diferentes padrões espaciais relativos ao comportamento de voto através de um conjunto de macro variáveis, incluindo as relativas às componentes social, económica, seccionamento, identificação partidária e variáveis de cariz regional (e.g. *Mellow and Trubowitz* 2005, *Heppen* 2003, *Webster* 2002, *Shelley* 2002, *Warf and Waddell* 2002, *Archer* 2002, *Pattie et al.* 1997, *Shelley et al.* 1996, *Webster* 1989, *Wade* 1989, *Archer* 1988, *Shelley* 1988).

Embora a Geografia Eleitoral tradicional ainda goze de algum envolvimento académico generalizado, muitos argumentam que este subcampo é cada vez mais irrelevante, atendendo à sua incapacidade de adaptação e de resposta às alterações sociais dentro do eleitorado. A partir da eleição do Presidente *Franklin D. Roosevelt* (1932) e particularmente durante o período da 2ª Grande Guerra Mundial, diversos cientistas políticos e geógrafos eleitorais observaram que factores como a crescente taxa de urbanização, o crescente grau de industrialização e o crescente aumento da imigração se revelaram cruciais nas mudanças sofridas pelo eleitorado norte-americano. Como consequência, os padrões de voto deixaram de poder estar associados apenas às divisões territoriais e de forma crescente começaram a ser correlacionados com as clivagens existentes entre as diversas classes sociais (*Wade* 1989, *Archer* 1988).

No período pós-guerra (décadas de 50 a 70), os efeitos resultantes das transformações sociais, económicas, culturais e populacionais, contribuíram indelevelmente para um conjunto de alterações estruturais no seio do eleitorado. Consequentemente, muitos geógrafos, cientistas e analistas políticos viram-se na contingência de rever os seus métodos e teorias, à luz de uma nova conceptualização no que diz respeito à identificação partidária e aos modelos de clivagens. Por exemplo, a investigação com base em dados agregados desenvolveu-se ao longo do período do pós-guerra e revelou-se particularmente importante no estudo das mudanças na Geografia Eleitoral e do funcionamento do sistema

eleitoral britânico (Steed, 1965; Curtice e Steed, 1982 e 1998; Curtice, 1992a, 1992b e 2001; Johnston, 1985; Johnston et al., 1988 e 2001; McAllister e Rose, 1984; Rossiter et al., 1999).

É, neste cenário de procura de um novo contexto explicativo dos padrões de voto, que emerge em termos teóricos, uma denominada perspectiva do comportamento, i.e., "*Behavioralist Theoretical perspective*" (Shelley et al. 1996). Embora os contextos deterministas seccionais, regional e culturais da geografia eleitoral tradicional tenham de forma crescente sido substituídos por o comportamentalista e outras epistemologias, diversos geógrafos eleitorais opuseram-se firmemente a tal mudança epistemológica. Agnew observou, "infelizmente, a forma como muitos de nós pensa não se adaptou às novas condições como a economia e a política americana, funcionam actualmente. (Agnew 1988, p. 128).

2.4 A influência do contexto geográfico nas decisões de voto

A tradicional dependência da Geografia Eleitoral relativamente a uma abordagem agregada a nível geográfico para estudar o comportamento eleitoral, serviu como um impulso primário para um segundo ramo de pesquisa eleitoral, que enfatiza o contexto social e a respectiva influência na decisão de voto de cada indivíduo (Shelley et al. 1996). Outros geógrafos eleitorais contemporâneos argumentaram que a constituição geográfica das eleições não só exige uma abordagem composta, mas também exige uma abordagem contextual que é cada vez mais sensível à importância do contexto local, para a compreensão das particularidades do comportamento eleitoral (Agnew, 1996 e 1990; Johnston, 2005; Johnston et al., 1990; Shin, 1997).

Concretamente, o mapeamento dos resultados eleitorais e a apresentações de justificações muito gerais por parte dos especialistas contemporâneos, conduziram a análises residuais e epifenómenos, caracterizados por um maior interesse no próprio mapeamento dos resultados, do que com os factores que influenciaram os

eleitores por um lado, e com a justificação do padrão espacial do voto como generalizada e não específica, por outro. Na verdade, *Johnston e Pattie* (2008) sustentam que muitos geógrafos eleitorais tradicionais fizeram uma abordagem de análise eleitoral através de um "vazio contextual", baseando-se numa abordagem metodológica que assumiu implicitamente que o indivíduo que toma a decisão do voto faz a votação sozinho. Tal, levou Johnston a apelar aos académicos no sentido de estes reconhecerem que *'pervasive geographical constitution to the social, economic, and political processes that are the foundations for electoral behavior'*. No fundo, ele reclamava uma maior atenção relativamente ao contexto, considerando que a contextualização espacial da ação humana está intrinsecamente ligada ao lugar e ao espaço (*Agnew*, 1996, p.131). Atendendo à importância do tipo de abordagem, é importante considerar que o contexto incide sobre o meio ambiente local onde o comportamento político é moldado e expresso (*O'Loughlin* 2003, p. 30). Consequentemente, uma abordagem contextual permitirá uma compreensão mais abrangente das eleições, examinando questões a uma micro escala, com o objectivo de abordar aspectos relevantes e subjacentes a pessoas, ideias, influências sociais e económicas, que condicionam a decisão de voto.

Um dos primeiros académicos no domínio da abordagem contextual foi *Cox*, que afirmou: "os padrões identificados até agora na Geografia Eleitoral só podem ser compreendidas se formos capazes de identificar as fontes de variação espacial na votação de indivíduos" (*Cox* 1969, p. 83). Segundo o mesmo, os padrões de voto não podem ser totalmente compreendidos sem um modelo de votação individual apropriado que identifique e explique como o lugar ou o contexto local, impulsiona a variabilidade na escolha do voto de cada indivíduo. *Cox* concluiu ainda que, em muitos casos, os eleitores tendem a ser espacialmente agrupados em *clusters* porque o comportamento eleitoral individual, está ligado aos sinais prevalentes na vizinhança do eleitor ou na sua própria rede pessoal de ligações (*Cox* 1969).

Nas décadas de 70 e 80, o ressurgimento da Geografia Política do seu estado moribundo (Berry, 1969) reflecte em grande parte, o papel preponderante da Geografia Eleitoral na altura, atingindo o respectivo apogeu com a realização da conferência de *Los Angeles* (1988), cujos resultados foram posteriormente publicados (Johnston *et al*, 1990). Entre 1960 e 1980, a Geografia Eleitoral, no contexto dos dados eleitorais, foi pródiga na aplicação de técnicas quantitativas e cartográficas a diversas escalas, a nível nacional ou regional (Warf e Leib; 2011). As análises espaciais tradicionais dominaram a Geografia Eleitoral durante a década de setenta, reflectindo o ressurgimento da geografia política e o apogeu das metodologias espaciais analíticas no domínio da geografia humana (Leib e Quinton, 2011). Este carácter vincadamente empírico gerou um vasto conjunto de trabalhos representativos da natureza espacial das eleições incluindo a reestruturação eleitoral, factores socioeconómicos e as próprias estratégias de campanhas partidárias e respectivos candidatos (Taylor, 1973; Taylor e Johnston, 1979; Gudgin e Taylor, 1979; Swauger, 1980; Morril, 1981; Archer, 1988; Archer e Shelley, 1986 e 1988; Archer *et al.*, 1985; Archer e Taylor, 1981; Johnston, 1982; Johnston *e al.*, 1990; Martis, 1982 e 1989).

Este tipo de trabalhos teve em atenção o estado, as relações sociais e o contexto socioespacial da ideologia mediante a qual, as eleições representavam palcos, onde os indivíduos expressavam as suas preferências modeladas por um conjunto de constrangimentos estruturais existentes a diversas escalas (Agnew, 1996; Flint, 2001; Johnston e Pattie, 2003).

Apesar de o maior leque destes trabalhos se restringir ao contexto norte-americano, ressalva-se a existência de um conjunto de trabalhos confinados à realidade europeia (Agnew, 1996; Johnston e Pattie, 2006; Adams, 2007). Em suma, estes trabalhos contribuíram efectivamente, para abordar assuntos como a dimensão espacial das eleições a nível local e nacional, o *gerrymandering* e o *redistricting*, alterações nas preferências dos eleitores, taxas de votação,

correlações com diversas variáveis socioeconómicas e os efeitos de vizinhança relativos ao comportamento eleitoral.

Contudo, nas últimas décadas, é possível que a Geografia Eleitoral tenha progressivamente caído num estado de senescência (Warf e Leib, 2011), realidade expressa no decréscimo considerável de publicações neste domínio. A reconhecida obsessão metodológica (Agnew 1990, 15), o empirismo desenfreado (Shelley, Johnston e Taylor, 1990, 1) e a ausência generalizada de interesse pela teoria social (Agnew, 1987; Reynolds, 1990), são algumas das críticas mais contundentes feitas à Geografia Eleitoral, enquanto subdomínio da Geografia Política (Leib e Quinton, 2011). Enquanto a Geografia Humana apresentava uma crescente preocupação, com a abordagem a questões conceptuais com recurso às teorias sociais e à política económica, a Geografia Eleitoral caracterizava-se por uma extrema obsessão extrema por determinados procedimentos e pelo fato de, por exemplo, negligenciar a teoria social como contributo explicativo. Deste modo, a respectiva contribuição da Geografia Eleitoral para os debates conceptuais contemporâneos revelou-se inócu.

Até que ponto a Geografia Eleitoral declinou como um importante ramo da geografia política? Segundo Leib e Quinton (2011), *“The uses of pos-structural ideas have undoubtedly been a part of the changes in the boarder practice of political geography over the 20-year time period since the 1990...”*. Simultaneamente, a manutenção das análises quantitativas tradicionais na Geografia Eleitoral tem-na afastado dos mais recentes caminhos trilhados pela Geografia Política em geral. Consequentemente, a resposta é mista pois por um lado, a Geografia Eleitoral ao contribuir para a discussão do pós-estruturalismo em geral (embora seguindo o seu rumo) mantém-se como uma área relevante da Geografia Política, e por outro lado, é necessário um maior envolvimento com as tendências emergentes no âmbito da disciplina, para que a Geografia Eleitoral possa recuperar o seu antigo lugar de destaque dentro da geografia política (Leib e Quinton, 2011).

Ao longo da primeira década do século XXI, foram publicados diversos trabalhos que permitem preconizar um renascimento da Geografia Eleitoral (*Johnston*, 2005; *Shin e Agnew*, 2008; *Warf*, 2009; *Webster, Chapman e Leib*, 2010). Existe uma clara tentativa em procurar delinear novas perspectivas, não rejeitando a corrente tradicional positivista envolta nos debates conceptuais. Novas perspectivas teóricas, da política económica a abordagens pós-modernistas e pós-estruturais, têm sido adicionadas à literatura neste domínio, acentuando o carácter multidisciplinar das diferentes explicações e a preocupação dos estudos eleitorais com uma série de factores (género, sexo, identidade, estado e classe) (*Warf e Leib*, 2011). Quando combinadas com metodologias espaciais-analíticas mais tradicionais, estas perspectivas têm propiciado um maior conhecimento sobre a Geografia Eleitoral mediante abordagens com recurso a novos métodos mistos (*Warf e Leib*, 2011).

A conjugação de novos desenvolvimentos ao nível metodológico como a introdução dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) por exemplo, permitem aos especialistas entrar em novos domínios no que concerne, à análise de dados eleitorais. Não é pois de estranhar que estas novas perspectivas combinadas com metodologias analíticas-espaciais tradicionais, acentuem o carácter explicativo multidisciplinar da Geografia Eleitoral. Efectivamente, em termos conceptuais, teóricos e pragmáticos, a Geografia Eleitoral pode enquadrar-se de novo, como um elo importante entre a política e a geografia (*Warf e Leib*, 2011).

2.5 A geografia eleitoral no contexto nacional

Elaborar uma revisão de literatura sobre geografia eleitoral como modelo explicativo das decisões de voto, no contexto nacional, não é por certo uma tarefa fácil pela simples razão de que as fontes são escassas. De facto, o número de registos é manifestamente restrito. Em Portugal, os estudos do comportamento eleitoral e das atitudes políticas são relativamente recentes, datando em grande parte do período posterior à democratização de 1974, se bem que existam também alguns estudos anteriores (*Jalali*, 2003).

Quanto à Geografia Eleitoral nacional, viveu o seu período de maior fulgor quando Jorge Gaspar se evidenciou no final dos anos setenta e início dos oitenta, publicando uma série de trabalhos com base em dados agregados. A sua obra contribuiu para proporcionar algumas noções inestimáveis sobre o comportamento eleitoral dos portugueses (Jalali, 2003). Entretanto, após esse período, as contribuições neste domínio têm sido meramente pontuais

Provavelmente, o primeiro estudo de inegável interesse e principalmente pelo seu pioneirismo no contexto nacional, é da autoria de Gaspar J. e Vitorino N. (1976). Aliás, nesta obra, sobressai o seguinte comentário por parte dos autores “Como em muitos outros domínios de investigação científica, o estudo dos fenómenos eleitorais é praticamente desconhecido entre nós, tanto na abordagem sociológica, como na política, na geográfica e salvo raríssimas excepções (Piteira Santos, 1962), mesmo na histórica”. Efectivamente, trata-se de um estudo exaustivo sobre os resultados das primeiras eleições após o 25 de Abril de 1974, onde a distribuição espacial do voto enquadra aspectos fundamentais do comportamento eleitoral. Este, relaciona-se com as posições das unidades do espaço geográfico e confronta-se com os factores de natureza socioeconómica.

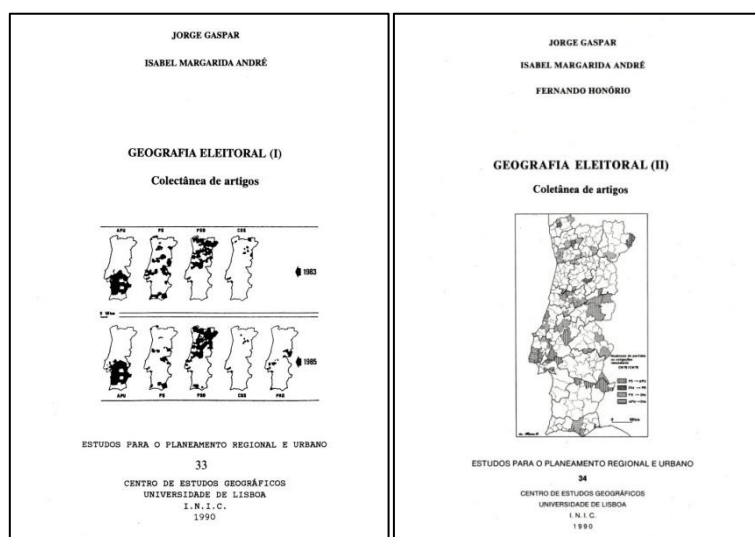


Figura 1.2 - Provavelmente, estas duas colectâneas de artigos serão duas das mais emblemáticas publicações no contexto da Geografia Eleitoral nacional.

Posteriormente, Gaspar J. (1983a,1983b,1983c,1984a,1984b,1985,1986,1987) e Gaspar J. e André I. (1990a, 1990b), foram autores de um conjunto de artigos nos quais abordam diversos temas no âmbito da Geografia Eleitoral: o comportamento dos eleitores no período compreendido entre 1975 e 1987; o voto rural em Portugal; a geografia e a sociologia do abstencionismo em Portugal; o comportamento eleitoral urbano nas eleições legislativas; o voto e as condições sociais e económicas; as clivagens políticas nacionais e regionais; a distribuição espacial do voto e da abstenção; a evolução regional e nacional do voto, e da abstenção.

O estudo do comportamento de voto através de análises ecológicas é feito relacionando dados agregados sobre unidades geográficas, com indicadores recolhidos pelas instituições nacionais estatísticas (Lobo, 2007). Os estudos de geografia eleitoral de Jorge Gaspar e Isabel André foram pioneiros a esse nível e constituíram a base para novos trabalhos. Contudo, a este tipo de estudos são apontados duas limitações: uma é a chamada falácia ecológica que consiste em assumir que relações que se detectam entre grupos são válidas para os indivíduos desses grupos. Muitas vezes, essa correlação não é sustentada a nível individual, pois existem variadas combinações a nível individual que podem produzir o mesmo valor agregado; a outra limitação está relacionada com o facto de que esses estudos serem excessivamente dependentes dos indicadores recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística, por exemplo (Lobo, 2007).

Segundo a mesma autora, os investigadores do comportamento eleitoral, estão restringidos a correlacionarem os dados agregados sobre o comportamento de voto, com os dados disponíveis sobre a unidade geográfica em questão. Estes, podem ser reduzidos e são indicadores sociológicos objectivos (género, idade, educação, rendimento, ocupação profissional). Atendendo ao facto de que o comportamento de voto varia bastante de eleição para eleição, e que, pelo contrário, os factores sociológicos variam pouco, é evidente que este modelo

apresenta lacunas na explicação tanto das escolhas eleitorais como da mudança eleitoral.

Aparte deste conjunto de trabalhos marcantes no contexto a Geografia Eleitoral nacional, poucas tem sido as incursões neste domínio até ao presente ao contrário, do que se passa com estudos eleitorais em que a abordagem é feita recorrendo a outros modelos explicativos das decisões do voto. Talvez algumas das explicações para tal coincidam com a seguinte opinião: "Em Portugal, a existência de uma menor extensão territorial e demarcação histórico-geográfica entre regiões contribui para justificar a menor ênfase na aplicação da geografia eleitoral ao estudo das decisões de voto...", (Espírito Santo, 2006). Apesar da reduzida dimensão territorial, os cerca de noventa mil quilómetros quadrados caracterizam-se por serem palco de uma heterogeneidade patente a diversos níveis, o que por si só, é aliciante e constitui um factor motivador para o desenvolvimento de estudos onde a dimensão espacial represente um foco importante.

Apesar de tudo, estamos certos que ao aceitarmos definir a geografia eleitoral como sendo a análise da interacção entre o espaço, o lugar e os processos eleitorais, através do estudo dos padrões de voto, das influências geográficas nas eleições, da geografia da representação e conjugando com novos desenvolvimentos ao nível metodológico (como a introdução dos Sistemas de Informação Geográfica por exemplo), será possível entrar em novos domínios no que respeita à análise de dados eleitorais no contexto nacional.

Ocasionalmente, é possível encontrar tentativas de incursões no domínio dos dados eleitorais através da utilização de processos e metodologias pouco usuais neste contexto, como será por certo a utilização de métodos hierárquicos, dos *Self Organizing-Map* (SOM) e da econometria espacial, (Caleiro e Guerreiro, 2005; Caleiro, 2008; Vieira e Lobo, 1999; Vairinhos e Galindo, 2004).

3. Geografia Eleitoral portuguesa.

3.1 A importância dos dados espaciais no contexto da Geografia Eleitoral

“Let data speak for themselves”, (Gould, 1981).

Uma das características de maior relevância das Ciências de Informação Geográfica, é a explosão de dados georeferenciados produzida pelos recentes desenvolvimentos nas Tecnologias de Informação e que realça a importância do desenvolvimento de ferramentas, capazes de lidar de forma efectiva com este volume de dados georeferenciados. Os actuais Sistemas de Informação Geográfica possibilitam o armazenamento desses dados, sendo que a gestão e acesso são hoje bastante simples e feitas através de ferramentas muito sofisticadas.

Hoje em dia é consensual que os dados geográficos possuem características especiais, que devem guiar a exploração de dados relativos a fenómenos espaciais. O aspecto de maior relevância que deve ser tomado em consideração é a Primeira Lei da Geografia: *“everything is related to everything else, but near things are more related than distant things”, (Tobler, 1970)*. Esta constatação, não só evidencia as singularidades dos dados espaciais, como permite um enquadramento conceptual muito rico para a sua exploração.

As análises espaciais são baseadas no facto de que os dados espacialmente referenciados são especiais, pois tendem a ser influenciados pela interdependência espacial dos locais em que são adquiridos e frequentemente, porque os valores das observações individuais não são independentes, estando correlacionados entre si (O’Sullivan e Unwin, 2003). As observações dependem umas das outras, apresentando elevados níveis de interacção e interdependência. Esta é uma forte condicionante à utilização de métodos estatísticos tradicionais na análise espacial,

pois grande parte dos métodos estatísticos tem subjacente a hipótese da independência dos dados. Está assim em causa, a dependência espacial e por conseguinte a autocorrelação espacial (Goodchild, 1986), definida como a expressão computacional do conceito de dependência espacial.

Normalmente, quando os dados georreferenciados são mapeados ou cartografados, tais enviesamentos manifestam-se através da existência de “clusters” ou “hotspots” que traduzem a existência de concentração de valores similares, que por sua vez poderão conduzir à extrapolação de determinados comportamentos para escalas de análise superiores. Consequentemente, podemos admitir que o principal objectivo das análises espaciais, passará pela avaliação da dependência espacial ou autocorrelação espacial localmente e da heterogeneidade espacial a uma escala regional (O’Sullivan e Unwin, 2003).

Assim, será importante transformar em conhecimento, a enorme quantidade de dados digitais georreferenciados provenientes dos diversos tipos de eleições. A Geografia Eleitoral oferece uma dimensão fundamental para o trabalho dos especialistas nesta área. Esta dimensão espacial acrescida aos estudos eleitorais, realçando a importância do lugar ou o contexto local, constitui uma mais-valia na tentativa de explicar os diferentes aspectos do comportamento eleitoral.

A evolução dos Sistemas de Informação Geográfica, levaram os especialistas a considerar a natureza e as características dos dados espaciais. As principais características dos dados geográficos podem resumir-se assim (Openshaw, 1999):

- A incerteza de dados e os erros apresentam-se agrupados no espaço (a qualidade dos dados e da sua representação varia ao longo da área de estudo);
- As relações são muitas vezes geograficamente localizadas (explicações globais podem ser erróneas e ocultar especificidades locais);
- A não-linearidade é a norma;
- As distribuições de dados não são normais;

- Altos níveis de multivariabilidade mas com redundância;
- O tempo muitas vezes interage com o espaço;
- A existência de não-estacionaridade é expectável (o processo subjacente a um fenómeno numa determinada área não tem que ser forçosamente o mesmo noutra área para o mesmo fenómeno);
- A maioria das camadas de dados de SIG é categórica;
- O elemento localização é importante;
- Os resultados reflectem dependências de definição.

Os dados espaciais agregados são distribuídos de forma agregada para cumprir com as questões de privacidade e de regulação. Geralmente, a eles é possível associar dois tipos de problemas: a falácia ecológica e a natureza modificável das áreas resultantes (Openshaw, 1994).

A maior limitação dos estudos ecológicos é o chamado viés ou falácia ecológica. Esta resulta de se fazerem inferências causais em relação a indivíduos, tendo como base observações de grupos e advém da distribuição heterogénea, da exposição ao factor em estudo e outros cofactores dentro dos próprios grupos. Por exemplo, um famoso estudo ecológico realizado por *Émile Durkheim*, no século XIX, descrevia uma associação ecológica positiva entre a proporção de indivíduos de religião Protestante e as taxas de suicídio, tendo como base o estudo de várias províncias da *Prússia*. *Durkheim* concluiu, deste modo, que os Protestantes tinham maior probabilidade de se suicidarem do que os Católicos.

Apesar de a conclusão poder ser verdadeira, a inferência causal não é, do ponto de vista lógico, correcta, uma vez que poderiam ter sido os Católicos em províncias predominantemente Protestantes a cometer os suicídios, e a metodologia ecológica não permite discernir qual das duas hipóteses está certa.

A localização dos dados espaciais gera dois efeitos espaciais: dependência espacial e heterogeneidade espacial. Importa pois, compreender o facto de que esta dimensão espacial reflecte a existência de uma dependência espacial entre variáveis

geograficamente contíguas. Esta dependência espacial pode apresentar-se de duas formas: dependência espacial na variada explicada, traduzindo a existência de contágio espacial; dependência espacial nos erros e respectivos resíduos (Anselin, 2002). Quanto à heterogeneidade, resulta da natureza única de cada lugar e do facto de os dados espaciais, raramente possuírem características estáticas (Anselin, 1989). Esta falta de estabilidade no comportamento das relações no espaço é denominada como não-estacionaridade.

A exploração das técnicas ou métodos de análises de dados espaciais permitem-nos descrever as distribuições espaciais das observações, descobrir padrões entre as diversas associações ou agrupamentos espaciais (*clustering*), propor outras formas de instabilidade espacial e identificar *outliers* (Anselin, 1994). Fulcral no contexto dos resultados eleitorais e por consequência no nosso trabalho, o *clustering* consiste em agrupar uma população heterogénea em subgrupos (*clusters*). Não dependendo de classes pré-definidas, os registos são agrupados somente com base nas suas semelhanças.

Em conclusão, no contexto das eleições, os dados espaciais são manifestamente importantes. Atendendo às suas especificidades e quando associados à Geografia Eleitoral, constituem uma mais-valia no que concerne ao conjunto de análises passíveis de fazer para procurar explicar determinados cenários. Contudo, a sua importância e respectiva contribuição apenas terão real dimensão, quando devidamente contextualizados.

3.2 Eleições Legislativas 1991-2011

3.2.1 Distribuição espacial dos resultados eleitorais 1991-2011

No período compreendido entre 1991 e 2011, realizaram-se no nosso país seis eleições legislativas, definidas como eleições de primeira ordem (*Reif*, 1985; *Reif e Schmitt*, 1980; *Marsch e Franklin*, 1996, *Marsch*, 1998, *Norris*, 1997). Neste tipo de eleições, à semelhança do que acontece com as eleições presidenciais, o objectivo é definir o controlo do poder executivo nacional. Dos resultados finais destes escrutínios (ver tabela 3.1 e figura 3.1) tiramos duas ilações:

- O panorama político nacional é dominado por dois partidos, PS e PSD, que de forma alternada venceram as eleições e como tal, este constitui o principal padrão. Utilizando a terminologia de *Mair* (1997), a disputa entre o PS e o PSD é a principal dimensão da competição: estes dois partidos têm liderado todos os governos desde a democratização (exceptuando uma breve e fracassada experiência de governos presidenciais em 1978--1979) (*Jalali*, 2003);
- Quatro partidos (cinco a partir de 1999) têm dominado a escolha política em Portugal desde 1974, sendo os únicos que continuamente alcançaram representação parlamentar: à direita, o Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP); no centro-direita, o Partido Social-Democrata (PSD); no centro-esquerda, o Partido Socialista (PS); à esquerda, o Partido Comunista Português (PCP), (*Jalali*, 2003)

Tabela 3.1 - Resultados oficiais das Eleições Legislativas.

Eleição/partido (%)	PPD/PSD	PS	CDS/PP	PCP-PEV	BE
Legislativas 1991	50,60	29,13	4,43	8,80	-
Legislativas 1995	34,12	43,76	9,05	8,57	-
Legislativas 1999	32,32	44,06	8,34	8,99	2,44
Legislativas 2002	40,21	37,79	8,72	6,94	2,74
Legislativas 2005	28,77	45,03	7,24	7,54	6,35
Legislativas 2009	29,11	36,56	10,43	7,86	9,81
Legislativas 2011	38,66	28,05	11,71	7,90	5,17

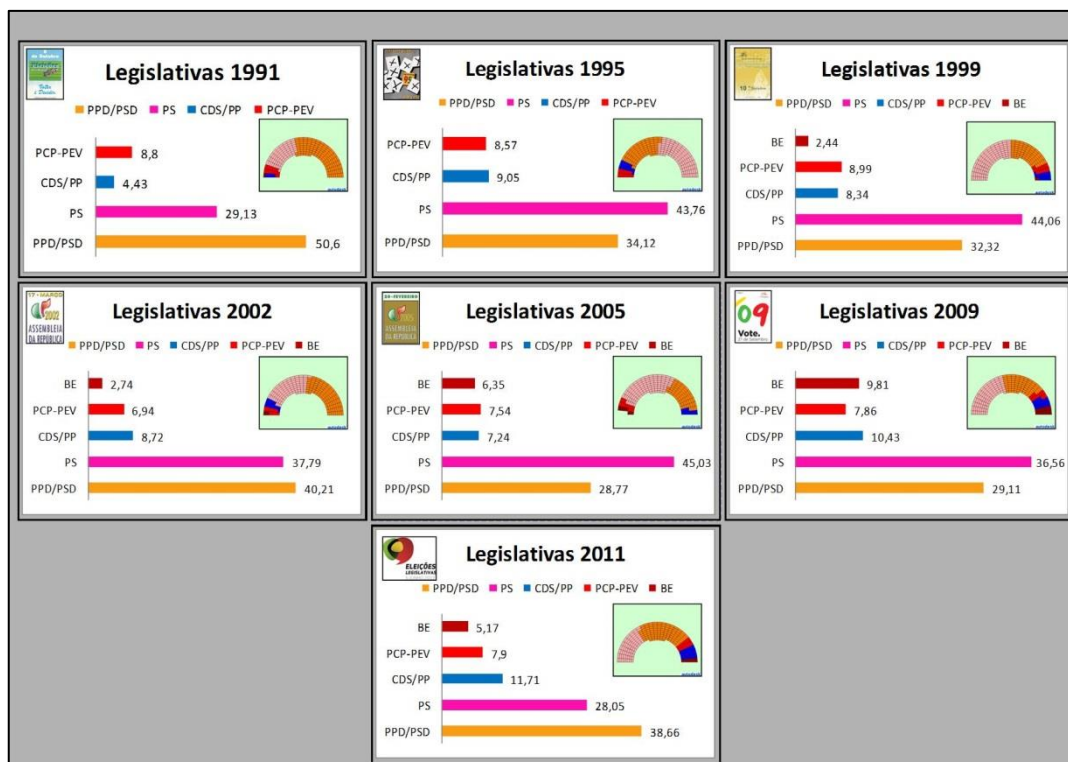


Figura 2.1 - Resultados das eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011 e respectiva distribuição no parlamento. (fonte: <http://eleicoes.cne.pt/>)

A distribuição espacial do voto (ver figura 3.2 e/ou anexo I) confirma a tendência do bipartidarismo existente em Portugal, com os dois principais partidos a obterem sistematicamente a maioria dos votos. Curiosamente ou não, a soma da percentagem de votos destes dois partidos tem decrescido ao longo do tempo (ver tabela 3.3)

Ao longo deste trabalho, o mapeamento dos resultados das eleições legislativas seleccionadas relativos ao conjunto de freguesias de Portugal Continental, foi realizado com recurso aos dados disponibilizados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE). Com base nos partidos vencedores em cada uma das freguesias consideradas, construímos os diversos mapas de distribuição do voto.

Observando as distribuições espaciais das observações, constata-se que existe um padrão de distribuição bem definido e expectável *a priori*: a norte do território prevalece o domínio dos partidos de direita e centro-direita, enquanto a Sul,

predominam claramente os partidos de esquerda e centro-esquerda, embora os dois maiores partidos vençam a esmagadora maioria das freguesias de forma cíclica. Existe pois, uma franja do eleitorado que deambula entre os dois partidos ideologicamente localizados mais ao centro do espectro político nacional e cuja influência no resultado final em cada eleição, é decisiva.

Existem depois algumas situações pontuais que merecem particular atenção. Por exemplo, o domínio do PPD/PSD na região do Algarve em 1991 (ano em que o partido alcançou uma maioria absoluta), repetiu-se apenas em 2011. Pelo meio, haverá apenas a registar o razoável desempenho do partido nas Legislativas de 2002 e por certo, uma vez mais a volatilidade funcionou como factor explicativo para esta alternância.

Observando com atenção, mesmo a norte e especificamente na faixa mais ocidental, o PS consegue em diversas eleições mesclar a paisagem laranja (cor associada ao PPD/PSD) de forma significativa (ver Legislativas 2005 e 2009 por exemplo) através da vitória em diversas freguesias. Por outro lado, o PSD já não apresenta idênticos argumentos quando consideramos o território a sul do rio Tejo. Apesar de o Alentejo, com menor ou maior incidência, constituir ainda o bastião do PCP (partido que por diversas razões históricas, apresenta um dos eleitorados mais fieis ao longo do tempo), é possível constatar que cada vez mais o PS desempenha um papel preponderante em diversas freguesias alentejanas conforme é possível comprovar nas diversas distribuições espaciais apresentadas. A luta pelo domínio no Alentejo é um clássico das disputas entre comunistas e socialistas no período democrático em Portugal.

O norte do território com particular destaque para os distritos de Vila Real e Bragança, constitui a região onde o PPD/PSD obtém os seus melhores resultados de forma continuamente ao longo do tempo. Aliás como veremos, é na região norte que se localiza o maior número de freguesias que ao longo dos diversos escrutínios tem mostrado fidelidade aos ideais sociais-democratas.

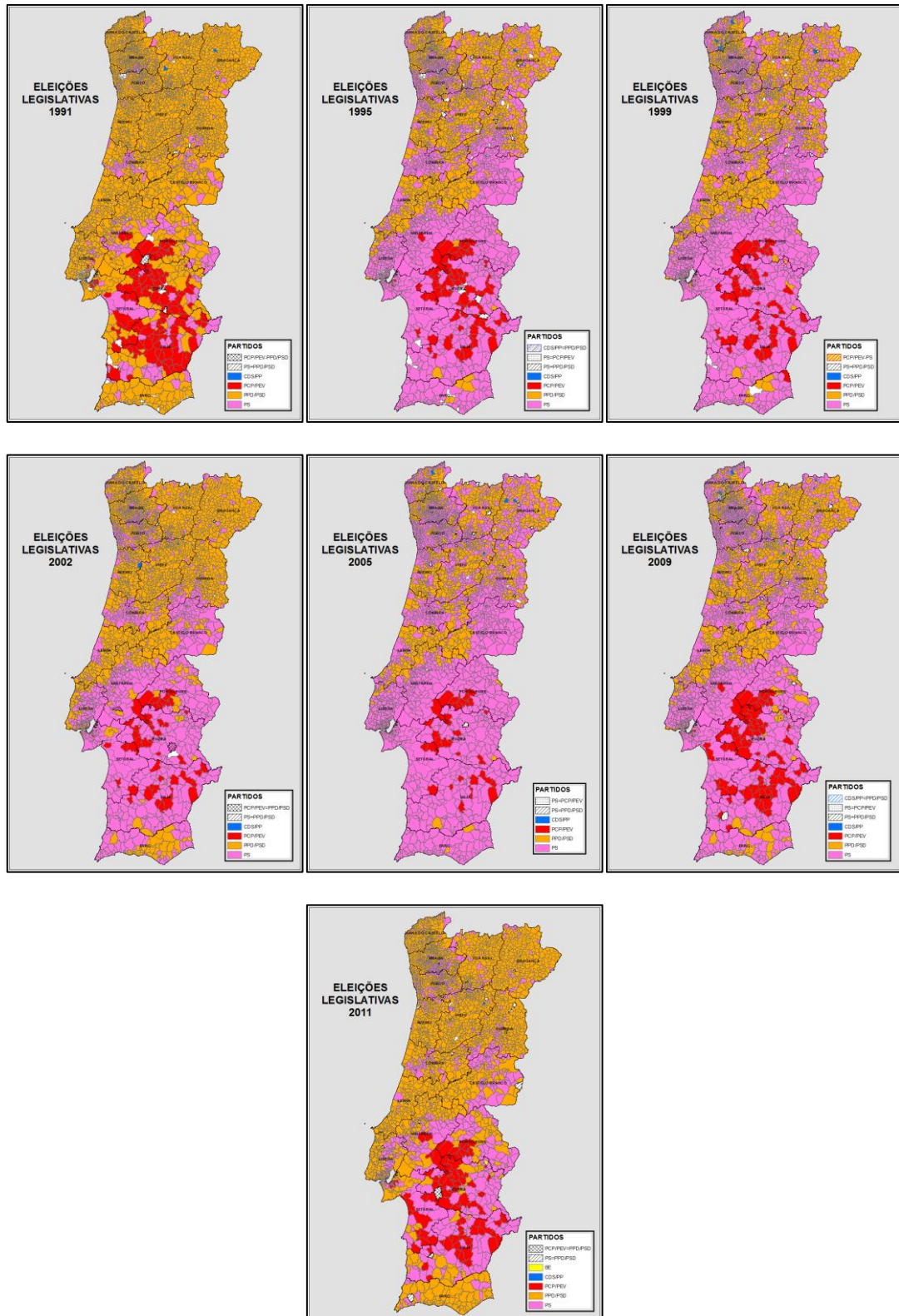


Figura 3.2 - Distribuição espacial do voto nas eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011.

Mesmo em determinadas conjunturas adversas, o eleitorado local tem mantido a respectiva fidelidade partidária, situação que apenas encontra paralelo no seio do eleitorado comunista residente no Alentejo. Um dos prováveis factores de ligação entre ambas as regiões, poderá estar relacionado com a classe social a que eleitorado maioritariamente pertence.

Tabela 3.2 - Coeficientes de correlação entre os cinco principais partidos calculados a partir dos resultados das eleições legislativas realizadas entre 1991 e 2011.

ELEIÇÃO	PS/PSD	PS/PCP	PS/CDS	PS/BE	PSD/CDS	PSD/PCP	PSD/BE	PCP/CDS	PCP/BE	CDS/BE
2011	-0,6671	0,1226	-0,5165	0,1286	0,1627	-0,6792	0,5775	-0,2224	0,3791	0,0010
2009	-0,5917	0,0069	-0,5674	0,0878	0,2803	-0,6324	0,2669	-0,0322	0,2669	-0,0878
2005	-0,7947	0,1753	-0,5950	0,2413	0,3648	-0,6133	-0,5207	-0,3194	0,3456	-0,1696
2002	-0,8362	0,2657	-0,4719	0,2678	0,2483	-0,6602	-0,4145	-0,0322	0,2669	-0,0878
1999	-0,6900	0,1665	-0,4644	0,1378	0,2145	-0,6204	-0,3160	-0,2766	0,2642	-0,0420
1995	-0,7664	0,1460	-0,4405		0,2227	-0,6048		-0,2759		
1991	-0,7430	0,1641	-0,4040		0,2250	-0,6815		-0,2749		

Analisando os coeficientes de correlação entre os cinco principais partidos (ver tabela 3.2 e/ou anexo V), calculados com base na percentagem de voto obtidas por cada um no conjunto das freguesias de Portugal continental e para o período 1991-2011, conclui-se como aliás seria expectável, de que os coeficientes são positivos entre partidos localizados na mesma área ideológica e negativos quando se confrontam partidos pertencentes a áreas distintas. Observando os gráficos gerados a partir da variação temporal dos diversos coeficientes, observa-se que a relação PCP/PSD será por certo a que apresenta uma maior estabilidade. Efectivamente, são dois partidos pertencentes a polos opostos do espectro político nacional, o que se traduz no valor negativo bem acentuado do coeficiente de correlação calculado para os diferentes escrutínios. Já os valores de correlação entre os dois principais partidos (PS e PSD) acabam por ser geralmente bem superiores aos demais, mesmo aos valores verificados entre sociais-democratas e comunistas.

Analisando por blocos, constata-se que à esquerda, a correlação entre PS e BE é geralmente superior à correspondente entre PS e PCP. Quanto ao bloco definido constituído pelos partidos de centro e centro-direita, verifica-se que a correlação

entre PSD e CDS é superior à existente entre os três partidos anteriormente citados (PS, PCP e BE). Curiosamente, os valores verificados entre BE/CDS e BE/PS acabam por ser os menores quando comparados com os demais.

3.2.2 Distribuição da votação dos dois principais partidos

Ao longo da 3ª República, socialistas e sociais-democratas têm dominado os resultados das eleições legislativas ao ponto de nunca outro qualquer partido ter vencido as eleições. Em particular no período de tempo analisado, o somatório das votações de ambos tem superado largamente os 60% (tabela 3.3). Para comparar com os resultados nacionais, procuramos mapear as freguesias que apresentam uma percentagem de votação dos dois partidos em conjunto, superior ao somatório da votação nos restantes partidos (ver figura 3.3 e/ou anexo II). Como seria expectável, o número de freguesias que não verifica a condição proposta é bastante diminuto e geograficamente, localizado a sul do rio Tejo. Tradicionalmente correspondem a áreas associadas ao domínio do eleitorado comunista e como tal, não configuram a tendência generalizada do restante território. No conjunto de mapas apresentados, os polígonos a amarelo representam as freguesias onde o valor da votação nos dois principais partidos nacionais, em conjunto, foi inferior a 50% dos votos.

Tabela 3.3 - Votação dos dois maiores partidos.

Eleição/partido(%)	PPD/PSD	PS	TOTAL
Legislativas 1991	50,60	29,13	79,73
Legislativas 1995	34,12	43,76	77,88
Legislativas 1999	32,32	44,06	76,38
Legislativas 2002	40,21	37,79	78,00
Legislativas 2005	28,77	45,03	73,08
Legislativas 2009	29,11	36,56	65,67
Legislativas 2011	38,66	28,05	66,71

No restante território prevalece a supremacia dos dois partidos que de forma alternada têm vencido as eleições legislativas.

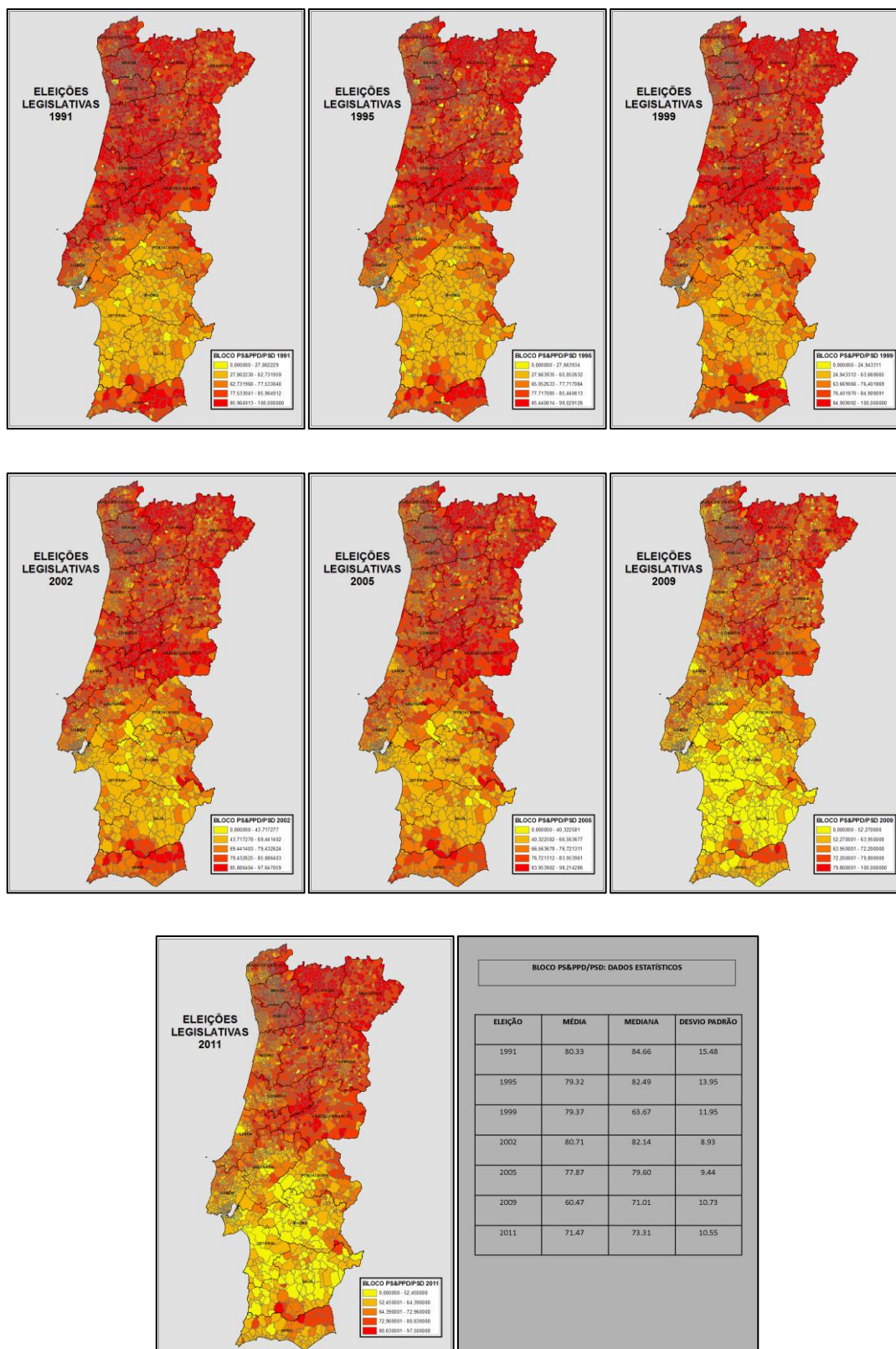


Figura 3.3 - Distribuição da votação em conjunto de PS e PPD/PSD nas eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011.

No mapeamento apresentado, os valores do nosso critério de selecção encontra-se estruturado em cinco classes e visualmente, é possível confirmar que quanto maior é a percentagem de votação, mais forte é a tonalidade da cor seleccionada para representar o nosso critério. Assim, os polígonos mapeados a vermelho escuro correspondem às freguesias onde o valor da votação em percentagem é maior.

Comparando os resultados da cartografia gerada a partir dos resultados eleitorais e com os resultados dos dois principais partidos, constata-se que existe uma regularidade em termos de padrões, quer ganhe PS quer ganhe PSD. Apesar de a primeira ideia que permita justificar tal realidade esteja relacionada com a transferência de voto entre socialistas e sociais-democratas, não é possível comprová-lo de forma tão acessível, pois não se trata de um processo linear.

3.2.3 Distribuição espacial por blocos ideológicos

Atendendo à constituição do nosso sistema partidário, é possível identificar dois blocos ideologicamente bem diferenciados: um bloco de Direita/Centro-Direita constituído por PPD/PSD e por CDS/PP; um bloco de Esquerda/Centro-Esquerda constituído por PS, PCP e BE (Bloco de Esquerda). Para analisarmos a distribuição espacial de ambos os blocos, somamos a votação dos partidos que constituem cada um deles. Desta forma, ao cartografarmos os resultados observamos de forma inequívoca, quais as áreas onde o bloco de direita predomina e quais as áreas onde o bloco de esquerda predomina (ver figura 3.4 e/ou anexo III). Como seria expectável, a Norte predomina o bloco de Direita, particularmente nas regiões do Minho e de Trás-os-Montes. Provavelmente até com menor variação ao longo do tempo, os distritos de Leiria e Guarda mostram uma fidelidade permanente ao mesmo bloco. Já quanto ao BE, encontra real expressão nas regiões mais a sul do território de forma continuada, exceptuando a região do Algarve. Aqui, a volatilidade do eleitorado ao longo dos anos tem originado constantes variações, cuja representação espacial é prova disso mesmo.

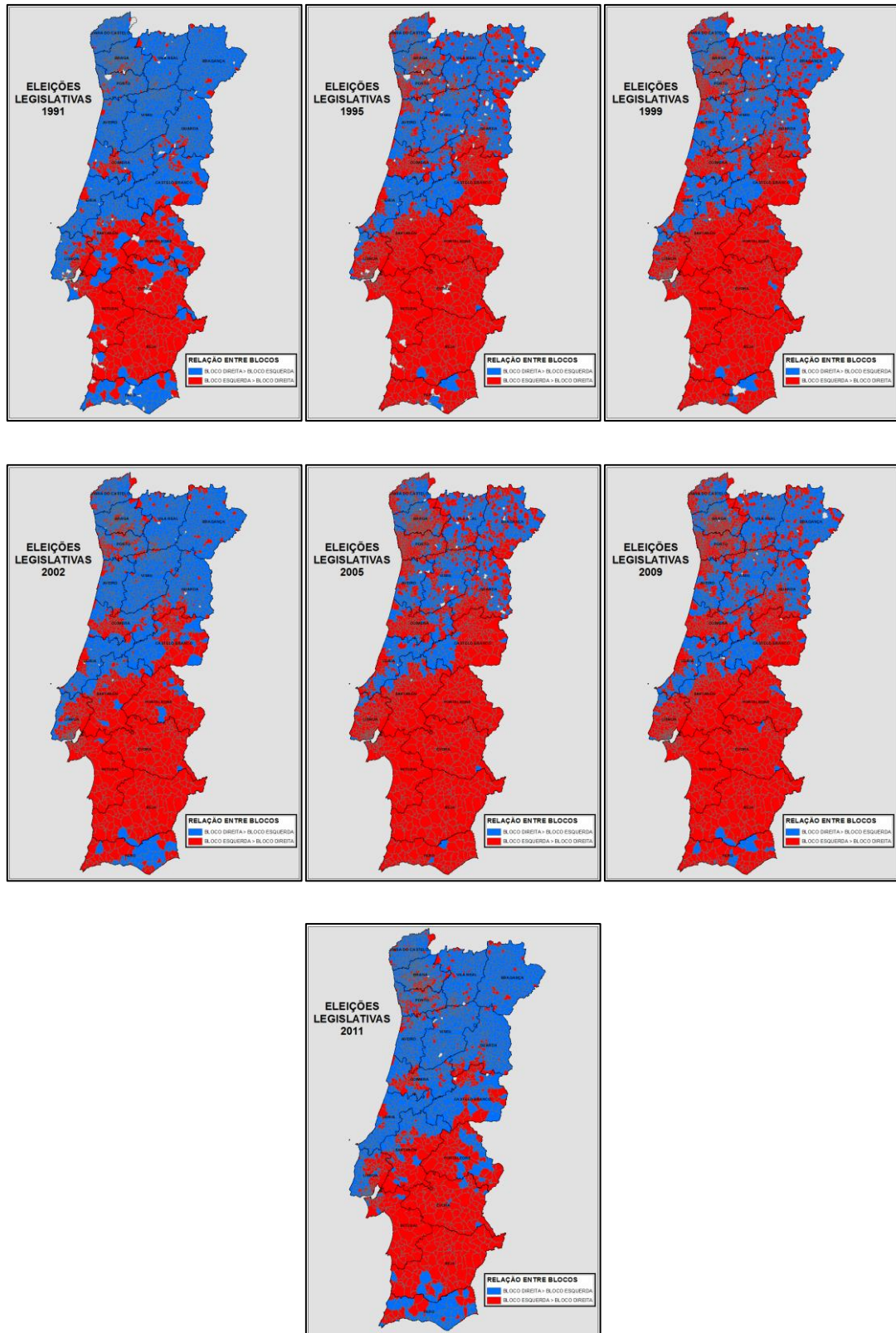


Figura 3.4 - Distribuição da votação por blocos nas eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011.

Confirma-se a importância da religião e da classe social, expressa numa maior preferência pelos partidos de direita nas áreas com maior grau de religiosidade e uma maior preferência por partidos de esquerda, nas regiões mais seculares e de classe trabalhadora (Freire, 2001; *Nataf*, 1995). Contudo, será expectável que parte desta realidade possa alterar-se significativamente a breve prazo, atendendo às alterações registadas na sociedade portuguesa nos últimos anos. Os novos fluxos migratórios poderão por certo, condicionar as novas distribuições espaciais resultantes das próximas eleições agendadas para 2015. Nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto, não é possível definir um padrão espacial concreto, atendendo à volatilidade do eleitorado. Os eleitorados urbanos tendem por norma a ser mais esclarecidos, com níveis de escolaridade superiores, com acesso privilegiado às fontes de informação e cuja decisão é influenciada pela conjuntura.

No geral, e atendendo à distribuição por blocos ideológicos, reconhece-se que o sul (à excepção do Algarve) é mais conservador. Já as demais regiões e com particular enfoque a zona litoral compreendida entre os distritos de Lisboa e Viana do Castelo apresentam padrões com maior variabilidade em função da conjuntura.

3.2.4 Distribuição espacial da abstenção eleitoral 1991-2011

A abstenção eleitoral é um fenómeno ligado às decisões de voto. Embora ainda seja escasso o número de estudos realizados entre nós sobre este assunto, é possível contudo, identificar algumas das causas:

- O forte abstencionismo assente na conjuntura política, traduzindo, em grande medida, uma atitude de insatisfação temporária e localizada perante o funcionamento do sistema político, ou até a não-identidade com nenhum programa dos partidos concorrentes;
- O declínio da militância sindical e partidária, tem reflexos no aumento da abstenção eleitoral;

- Desigualdade colossal na exposição de partidos nos Media (normalmente presente em sistemas bipartidaristas);
- Falta de esclarecimento eleitoral (mais concretamente: informação sobre programas, regras eleitorais, e legislação inerente);
- Desmobilização do eleitorado pela divulgação de sondagens em tempo de campanha as quais dão ênfase reforçado na necessidade de voto útil nos "grandes partidos" (normalmente constatada em sistemas bipartidaristas);
- Forma de protesto contra alguma lei ou leis que originam descontentamento populacional, que em muitos casos está associado a boicotes eleitorais.

No nosso estudo, para cada escrutínio e com base no valor nacional da abstenção, procuramos identificar as freguesias (ver figura 3.5 e/ou anexo IV) com um valor de abstenção superior (a vermelho) e as freguesias com um valor de abstenção menor (verde). Procuramos identificar áreas formadas por freguesias contíguas que gerassem possíveis *clusters* espaciais. Na tabela 3.4, encontram-se os valores da abstenção nacional em cada um dos escrutínios, bem como o valor médio da abstenção registado para o total de freguesias considerado para análise e que curiosamente, é sempre igual ou superior ou valor nacional.

Tabela 3.4 - Valores da taxa de abstenção em percentagem

ELEIÇÃO	Abstenção (%)	Valor médio (%)
Legislativas 1991	32,22	34,52
Legislativas 1995	33,70	35,70
Legislativas 1999	38,91	39,06
Legislativas 2002	38,52	38,74
Legislativas 2005	35,74	37,28
Legislativas 2009	40,32	40,32
Legislativas 2011	41,97	43,49

A sobreposição de todas as cartografias da abstenção oferece-nos um padrão espacial bem *sui generis*. Analisando o mapa que expressa o comportamento da abstenção nas eleições legislativas durante o período 1991-2011 e que resulta da sobreposição dos outros mapas, constatamos que na maioria das freguesias, a taxa de abstenção foi quase sempre superior ao valor nacional registado.

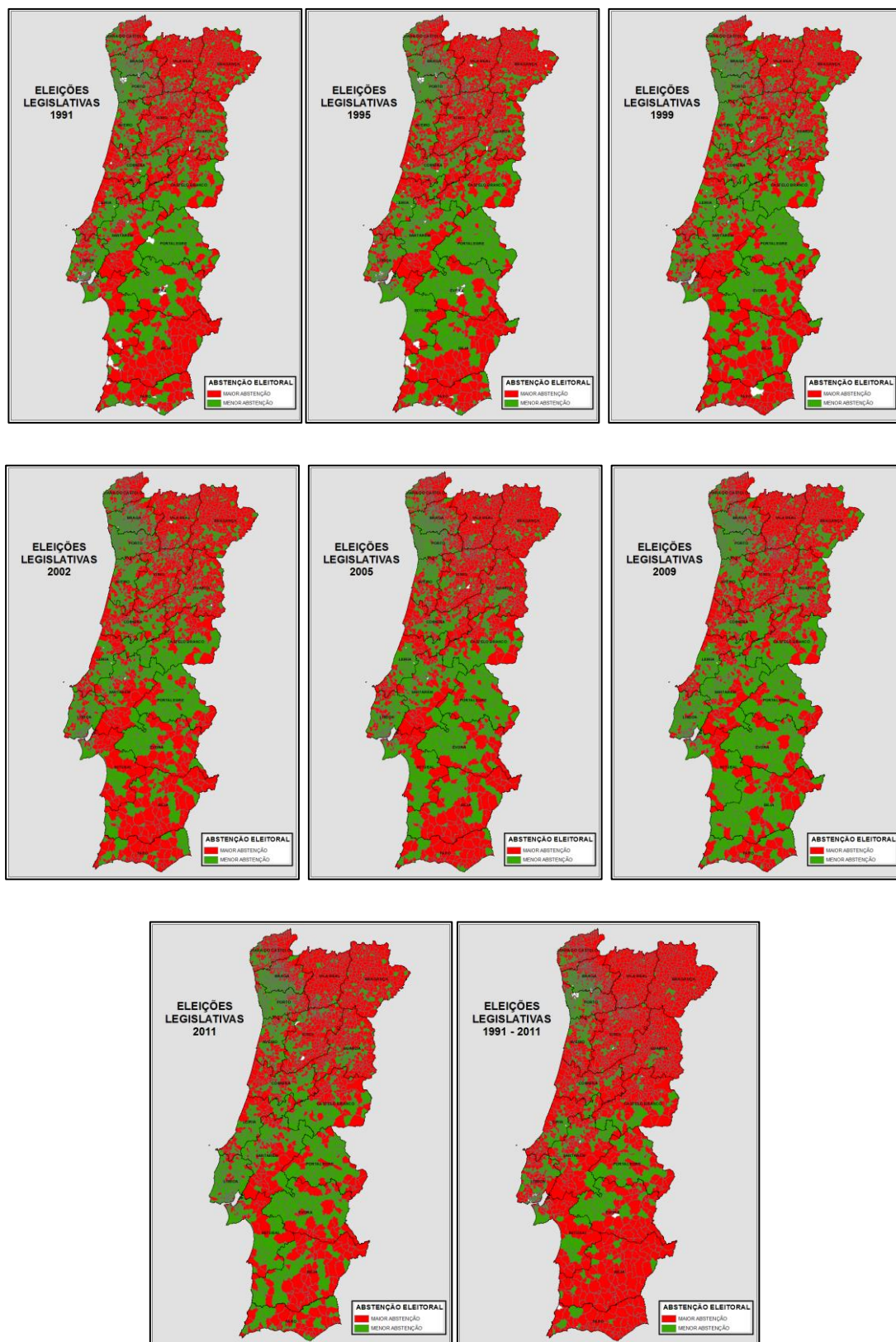


Figura 3.5 - Distribuição da votação por blocos nas eleições legislativas portuguesas que tiveram lugar no período compreendido entre 1991 e 2011.

Contudo, existem zonas que apresentam taxas de abstenção constantemente inferiores ao valor nacional, em todos os escrutínios considerados. Assim, podemos identificar as seguintes áreas onde a taxa de abstenção é inferior:

- Na faixa litoral que engloba os distritos de Viana do Castelo, Braga (zona oeste), Porto e Aveiro (em particular Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis e Espinho);
- No distrito de Leiria, os concelhos de Figueiró dos Vinhos, Batalha, Porto de Mós, Alcobaça (Sudeste);
- Distrito de Castelo Branco (em particular os concelhos de Vila de Rei, Proença-a-Nova, Vila Velha de Rodão, Idanha-a-Nova e Castelo Branco (zona centro);
- Distrito de Portalegre (concelhos de Ponte de Sor, Avis, Monforte, Arronches, Portalegre, Marvão, e a zona fronteira entre os concelhos de Gavião e Nisa);
- Distrito de Évora (concelhos de Vendas Novas, Montemor-o-Novo e Arraiolos);
- Distrito de Beja (concelhos de Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Serpa);
- Distrito de Setúbal (zona centro do concelho de Santiago do Cacém);
- Distrito de Lisboa (concelhos de Azambuja, Alenquer, Loures e Arruda dos Vinhos).

3.2.5 Eleições legislativas versus eleições autárquicas

Considerando o universo dos resultados das eleições Legislativas e os resultados das eleições Autárquicas realizadas desde 1989, procuramos identificar quais as freguesias nas quais o partido vencedor tivesse sido o mesmo, independentemente do tipo de eleição em causa, evidenciando desta forma o que denominamos por comportamento de âmbito nacional. Estaremos por certo, perante eleitorados locais que tendem a apresentar um comportamento mais conservador fundamentado num determinado conjunto de valores (religião, classe social, etc.).

Mediante o mapeamento dos resultados do critério de selecção proposto, procuramos identificar possíveis padrões espaciais que supostamente perfilassem a existência de *clusters* espaciais.

Tabela 3.5 - Tipo de eleições realizadas entre 1989 e 2011.

TIPO DE ELEIÇÃO			
Autárquicas 1989	Autárquicas 1997	Autárquicas 2005	Legislativas 2011
Legislativas 1991	Legislativas 1999	Legislativas 2005	
Autárquicas 1993	Autárquicas 2001	Autárquicas 2009	
Legislativas 1995	Legislativas 2002	Legislativas 2009	

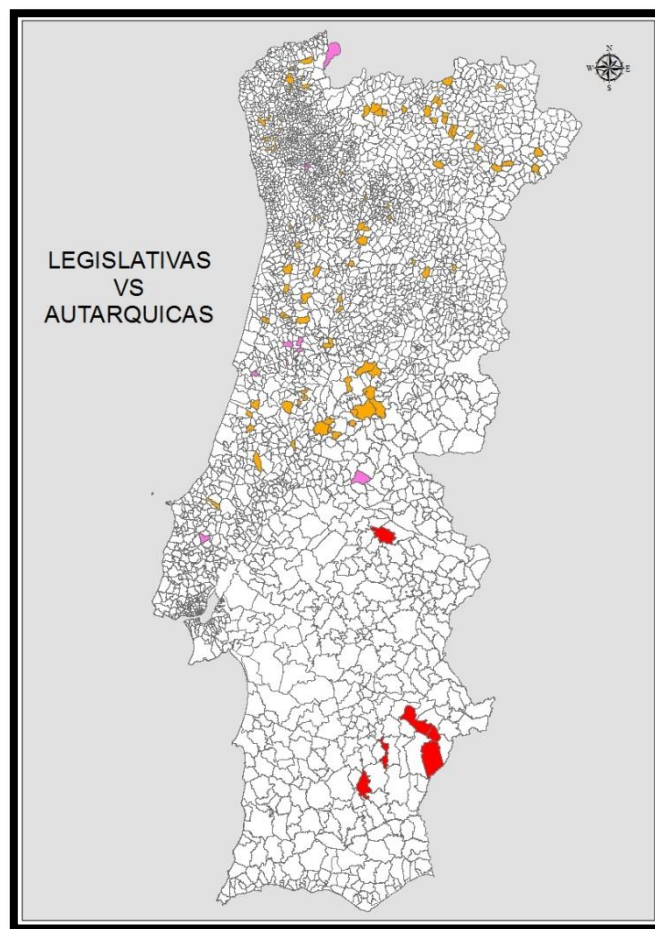


Figura 3.6 - Eleições Legislativas versus Eleições Autárquicas: freguesias onde o partido mais votado não depende do tipo de eleição.

Na figura 3.6, podemos visualizar espacialmente as freguesias onde o partido vencedor é o mesmo independentemente do tipo de eleição em causa. Dos resultados apresentados, verifica-se que apenas três partidos fazem parte da amostra seleccionada (tabela 3.6), sendo que o PPD/PSD é o partido que maior número de freguesias apresenta (91), seguida do PS (13) e do PCP-PEV (6).

Tabela 3.6 - Número de freguesias por partido

Partido	Número de freguesias
PPD/PSD	91
PS	13
PCP	6

Quanto à distribuição espacial dos resultados é perfeitamente possível identificar alguns *clusters* (tabela 3.7) baseados na localização das freguesias, do partido em causa e da proximidade existente entre elas. Assim, atendendo aos concelhos aos quais pertencem as freguesias, seleccionamos nove *clusters*, dos quais seis constituídos por freguesias do PPD/PSD, dois com freguesias do PS e apenas um, formado por freguesias do PCP-PEV.

Tabela 3.7 - Constituição dos *clusters* espaciais.

Cluster	Partido	Concelho	Nº de freguesias
1	PSD	Barcelos	11
2	PSD	Arcos de Valvedez	8
3	PSD	Boticas, Chaves, Valpaços, Mirandela, Mogadouro e Alfandega da Fé	21
4	PSD	Castro Daire	3
5	PSD	Anadia	4
6	PSD	Sertã, Pampilhos da Serra, Oleiros	11
7	PS	Coimbra, Mealhada	4
8	PS	S. Tirso	3
9	PCP	Beja, Serpa, Castro Verde	5

A linha orientadora da distribuição dos votos por partido acaba por também se manter perante este novo critério de selecção. Assim, a norte domina claramente o PPD/PSD, sendo que pontualmente a influência do PS faz-se sentir em algumas zonas. Porém, o eleitorado socialista tende a concentrar-se como já vimos, em

zonas geograficamente localizadas preferencialmente no centro e no sul. Quanto ao PCP-PEV, como seria expectável, é na região do Alentejo que historicamente encontra a sua zona de conforto. De referir que no caso concreto das eleições autárquicas, é comum existirem listas de candidatos independentes ou coligações locais de determinados partidos que concorrem aos diversos órgãos de poder local, o que poderá tender para desvirtuar um pouco estes resultados apresentados.

4. Eleições Legislativas 1991-2011: Análise dos resultados eleitorais por região e por partido

4.1 Introdução

A regionalização tem constituído tema de debate na sociedade portuguesa, levando inclusive, à realização de um referendo nacional em 1998 e no qual, os portugueses recusaram de forma clara a divisão territorial proposta. Assim, as oito regiões propostas no referendo nacional foram: Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Interior, Estremadura e Ribatejo, Região de Lisboa e Setúbal, Alentejo e Algarve.

Diversas propostas de divisão administrativa foram e continuam a ser propostas pelos diversos partidos com representação parlamentar. Provavelmente, umas das mais curiosas será a que é apresentada na figura 4.1 e que propõe sete regiões:

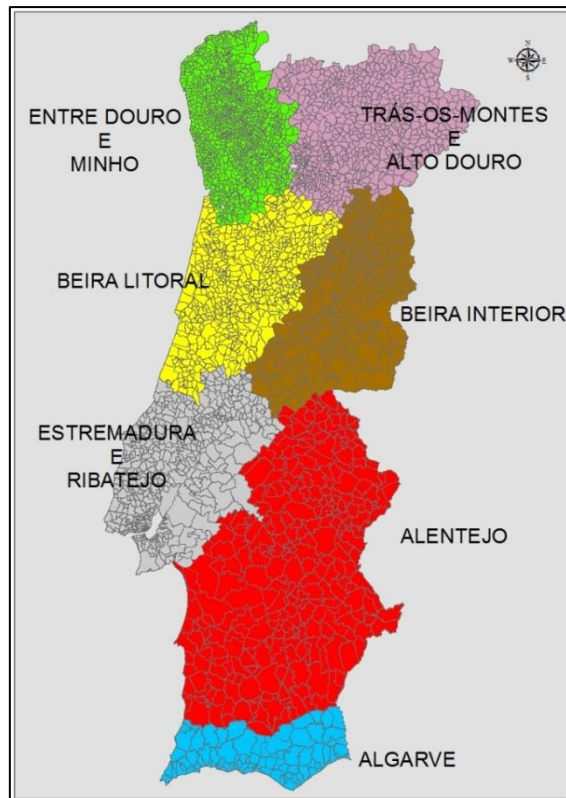


Figura 4.1 - Divisão administrativa de Portugal continental

- Algarve, Alentejo, Estremadura e Ribatejo, Beira Litoral, Beira Interior, Trás-os-Montes e Alto Douro e Entre Douro e Minho.

Precisamente com base nesta divisão, estruturamos a distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas consideradas neste estudo. Desta forma, é possível analisar de forma mais pormenorizada as distribuições de voto.

Antes de analisarmos a distribuição espacial dos resultados eleitorais por região, é interessante analisar o que Gaspar (1985) escreveu num artigo, na análise aos 10 anos de democracia:

PS – *Progressivamente mais interclassista, em particular a partir de 1980, beneficiando sobretudo do novo Proletariado Industrial do Centro e Norte do país, recuperando ainda votos do Proletariado Industrial do Sul, que compensarão algumas perdas no domínio da Pequena Burguesia Urbana e do Proletariado Rural.*

PSD – *Mantendo uma forte base de apoio no Campesinato, eventualmente reforçado no Alentejo e Ribatejo, não sofrendo importantes alterações quanto à restante base social de apoio, bastante heterogénea.*

APU – *Diminuição do peso relativo do Proletariado Agrícola, incremento do apoio da Nova Pequena Burguesia e manutenção da base de Proletariado Industrial (com eventual diminuição do peso relativo na Área Metropolitana de Lisboa e aumento no Centro, Norte e Alentejo.*

CDS – *Mantém-se essencialmente com forte peso relativo nas áreas de Campesinato, não obstante o grande número de “quistos” nas principais áreas urbanas, que naturalmente não ressaltam nas análises globais.*

Abstenção – *A crescente percentagem da abstenção é “responsável” por muitos movimentos aparentes de votos entre os partidos, afectando menos o APU e os partidos que se apresentam a uma dada eleição com uma dinâmica de vitória. A abstenção tem maior incidência no Campesinato e na Nova Pequena Burguesia e menor entre o Proletariado Industrial.*

4.2 Região do Algarve

O panorama político da região mais a sul do território tem sido dominado pelos dois maiores partidos portugueses, que têm dividido entre si o protagonismo. Se 1991 e 2011, o eleitorado algarvio manifestou uma clara preferência pelo PPD/PSD expressa na vitória na maioria das freguesias algarvias, nos restantes escrutínios os socialistas dominaram as freguesias localizadas mais a oeste e a este, ficando os sociais-democratas com preponderância numa faixa mais ao centro conforme podemos constatar na figura 4.2 (ou ver anexo VI).

Num dos mapas apresentado (mapa localizado na linha de baixo ao centro), é possível verificar as freguesias cujo eleitorado manteve a mesma tendência de voto ao longo dos sete escrutínios. Apenas sete freguesias mantiveram a preferência pelo mesmo partido, conforme se constata: cinco afectas ao PS e duas ao PPD/PSD. A sua localização dispersa não permite definir qualquer tipo de agrupamento de entidades e por isso, a existência de *clusters* espaciais é inconclusiva.

Em conclusão, os padrões espaciais resultantes do mapeamento dos resultados eleitorais associados ao conjunto de eleições analisadas, transmitem-nos a ideia de que podemos caracterizar o eleitorado algarvio por apresentar um certo grau de volatilidade. Efectivamente, os resultados sugerem que o eleitorado em causa, é susceptível à conjuntura política e socioeconómica, associada aos diversos momentos eleitorais. A existência de um claro desequilíbrio demográfico, com a maioria das populações a residirem junto ao litoral e nas zonas urbanas, em contraponto com a baixa densidade populacional nas zonas rurais localizadas mais a norte, constitui por certo um factor condicionador das escolhas políticas desse mesmo eleitorado. Por outro lado, factores como a idade, as habilitações académicas, a classe social e o grau de religiosidade, tenderão a formatar as opções do eleitorado algarvio, aliás à semelhança do que se passa em todo o território nacional. Numa região com uma orografia tão diversificada, é perfeitamente natural que exista um conjunto de clivagens que justifique a existência de uma acentuada heterogeneidade entre as diversas sub-regiões do Algarve.

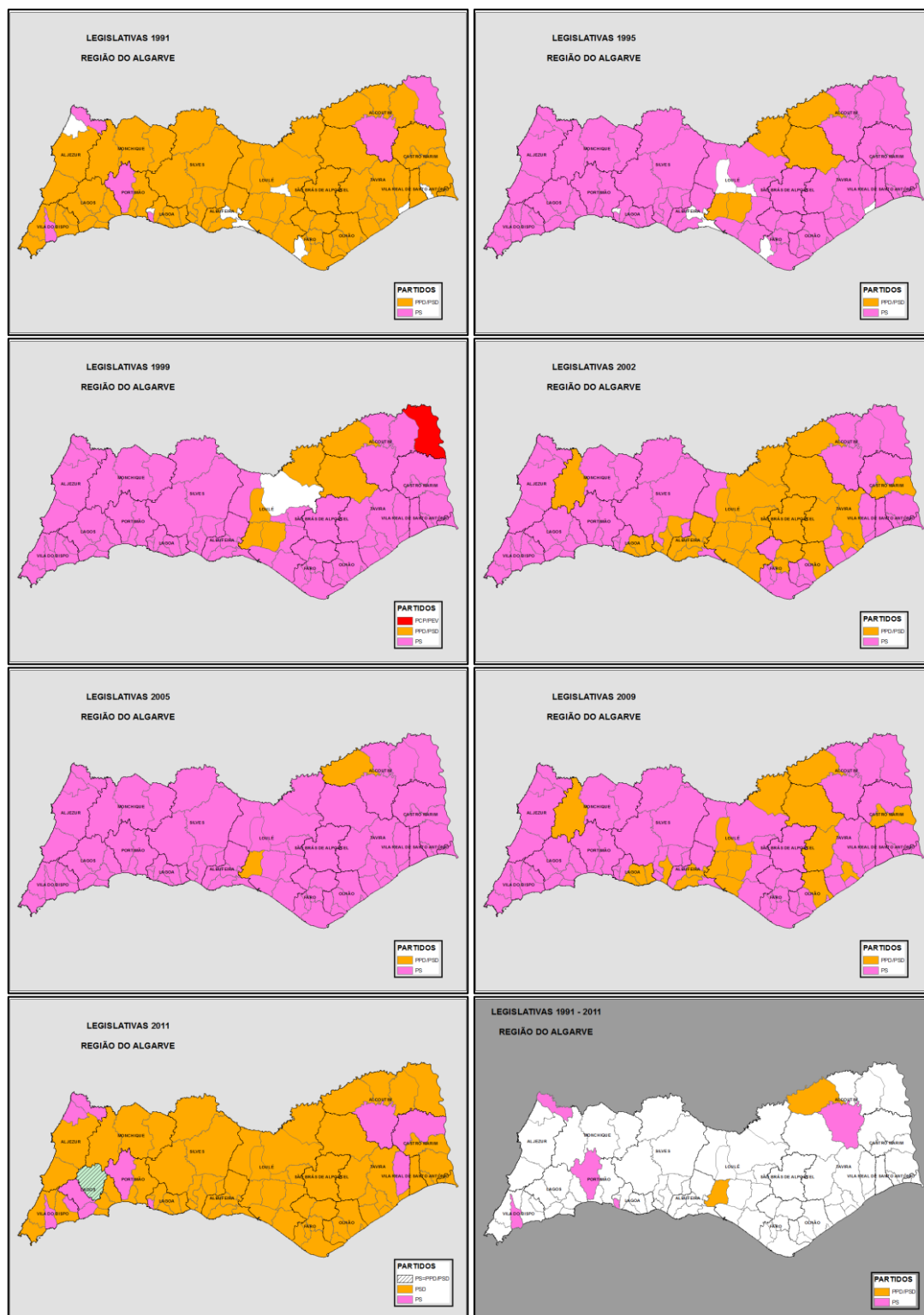


Figura 4.2 - Algarve: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas entre 1991 e 2011.

4.3 Região do Alentejo

As áreas periféricas do Sul do país, em particular o Alentejo, têm sido tradicionalmente mais progressistas. Consequentemente, não surpreende que a distribuição espacial dos resultados eleitorais na região do Alentejo (ver figura 4.3 e/ou anexo VI) comprove que, com maior ou menor intensidade, é a zona do país onde o PCP-PEV regista os seus melhores resultados. Mesmo em situações excepcionais, como no decurso das Legislativas de 1991 que registaram a obtenção de uma maioria absoluta por parte do PPD/PSD, os comunistas conseguiram dominar um conjunto significativo de freguesias, comprovando essa tendência. Por outro lado, a disputa entre comunistas e socialistas tem caracterizado os escrutínios desde então. Quanto aos sociais-democratas, apenas de forma localizada conseguem sobrepor-se aos outros dois partidos de centro-esquerda e esquerda. Contudo, a principal conclusão a retirar, tem a ver com o facto de o Alentejo ser a única região do país onde há uma clara disputa a três (PS, PPD/PSD e PCP-PEV), contrariando por absoluto a tendência geral para o bipartidarismo.

Provavelmente, as Legislativas de 2005 terão constituído o pior registo dos comunistas comparativamente com os demais escrutínios. Já, nas eleições de 1991 e de 2011, os sociais-democratas obtiveram o seu melhor desempenho. Quanto aos socialistas, viram a tendência que se verificava desde 1995 ser alterada nas últimas eleições, pois não só perderam diversas freguesias para os comunistas, como também viram os sociais-democratas ganhar em freguesias pela primeira vez desde 1991. Em contraponto com a região do Algarve, o número de freguesias cujo eleitorado se manteve fiel ao partido vencedor foi bastante superior. Neste capítulo, socialistas e comunistas dominam zonas perfeitamente demarcadas. Por exemplo, os concelhos de Gavião, Alcácer do Sal, Viana do Alentejo, Elvas, Campo Maior e Barrancos são áreas de domínio do PS. Já o domínio do PCP-PEV prevalece em Serpa, Ponte de Sor, Alter do Chão e Avis.

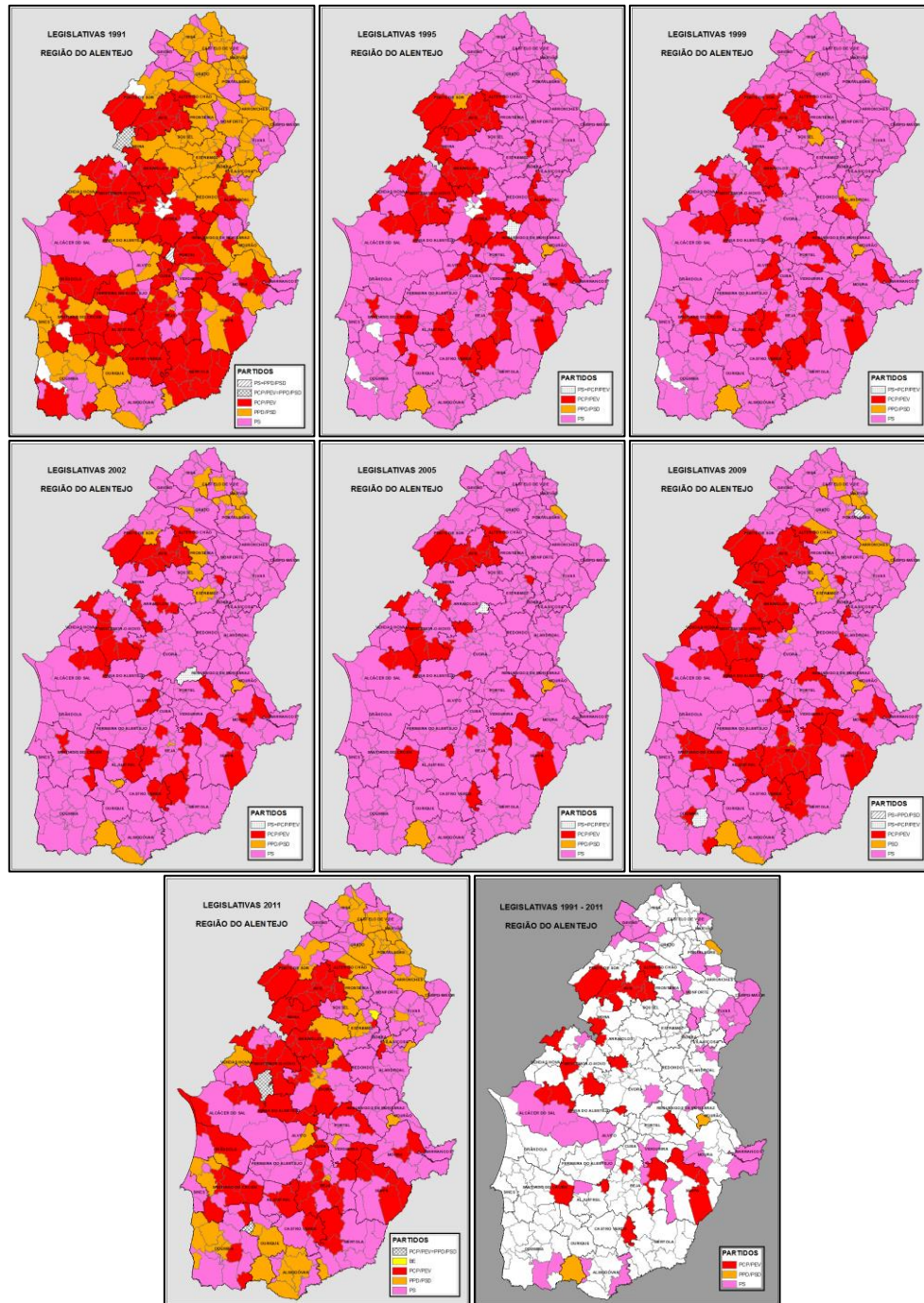


Figura 4.3 - Alentejo: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.

4.4 Região da Beira Interior

O panorama político da região da Beira Interior é claramente dominado por PPD/PSD e PS (ver figura 4.4 e/ou anexo VI). Se nas eleições de 1991, 2002 e 2011, existiu uma clara supremacia dos sociais-democratas, já nas eleições de 1993, 1995, 1999, 2005 e 2009, os socialistas estiveram em vantagem. Porém, o padrão espacial resultante da cartografia dos resultados eleitorais é bastante claro e inequívoco. Se a norte e sudoeste o predomínio é claramente do PPD/PSD, já nas freguesias localizadas ao centro e a sudeste, o eleitorado manifesta preferência pelo PS.

Sobrepondo os resultados dos sete escrutínios, identificamos um número considerável de freguesias cujo eleitorado manteve a mesma tendência ao longo do período em análise. Assim, nos concelhos da Sertã, Vila do Rei, Mação, Proença-a-Nova, Oleiros, Mêda e Trancoso, a influência do PPD/PSD tem predominado ao longo destas duas últimas décadas. Para tal, não será por certo indiferente, o cariz mais rural destas áreas e com todas as características bem próprias a elas associadas. Já quanto às freguesias “socialistas”, caracterizam-se por apresentarem uma localização mais dispersa, invalidando a existência de uma área predominante.

Estaremos pois, perante um conjunto significativo de freguesias cujos eleitores votam consoante a conjuntura que esteja associada ao *timing* dos actos eleitorais. Trata-se pois, de um eleitorado mais volátil, o que por si poderá levantar a questão relativa ao maior ou menor grau de conservadorismo ideológico da população em causa. Por outro lado, se analisarmos com detalhe, verificamos que estamos a falar por exemplo de concelhos como Castelo Branco, Guarda e Covilhã onde se concentram as maiores *urbs* da região e por conseguinte, onde predomina um eleitorado com maiores recursos educacionais (desde logo pela localização de polos universitários em cada uma das cidades de maior dimensão), com acesso privilegiado aos *media* e onde o debate de ideias será por ventura mais rico. Será expectável que os indivíduos mais instruídos, sejam menos leais aos partidos políticos, sobretudo porque terão maior probabilidade de ter um estatuto social intermédio e um maior nível de informação política, elementos que os tornam mais

propensos a oscilar o sentido de voto consoante as conjunturas (Franklin e al, 1992).

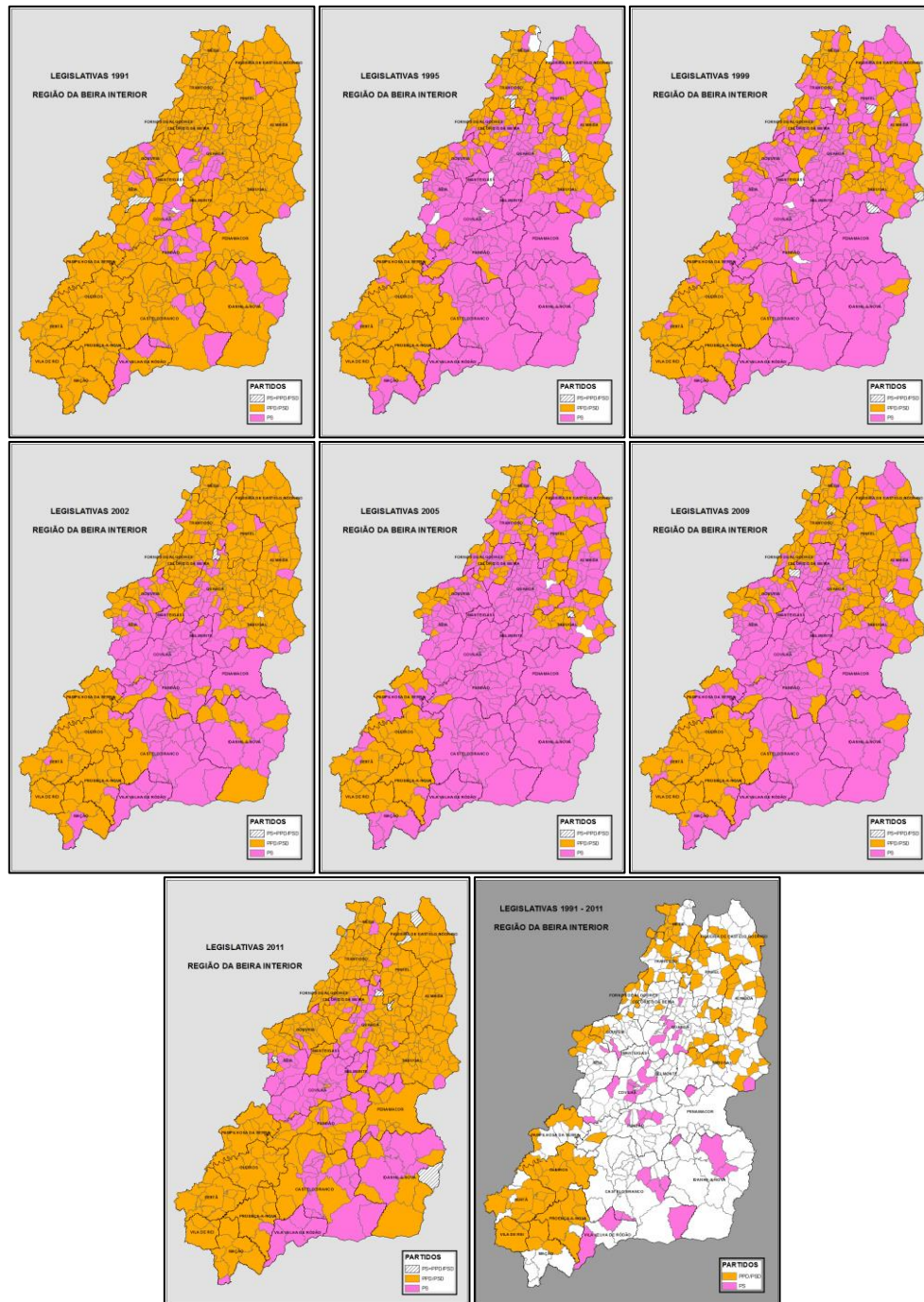


Figura 4.4 - Beira Interior: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.

4.5 Região da Estremadura e Ribatejo

Analisando os padrões resultantes da distribuição espacial dos resultados dos diversos escrutínios em análise para a região da Estremadura e Ribatejo (ver figura 4.5 e/ou anexo VI), verificamos que com a excepção das eleições de 1991 e 2011, o Partido Socialista tem dominado a zona metropolitana de Lisboa. Nestes dois escrutínios, a supremacia dos sociais-democratas foi de tal forma evidente que mesmo os concelhos localizados na denominada margem sul (do rio Tejo), expressaram a sua preferência por este partido. Nos demais escrutínios, constatamos que nos concelhos de Almada, Setúbal, Sesimbra, Barreiro, Moita, Palmela, Setúbal, Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos, Cartaxo, Azambuja e Montijo, os socialistas obtiveram a preferência do eleitorado.

A norte da região da Estremadura e Ribatejo, o PPD/PSD tem exercido um domínio mais ou menos vincado ao longo destas duas décadas. Particularmente, os concelhos de Ourém, Ferreira do Zêzere, Alcobaça e Porto de Mós têm constituído zonas dominadas pelos sociais-democratas, o que se poderá comprovar se analisarmos o mapa que resulta da sobreposição de todos os resultados eleitorais. Este mapa também nos permite aferir que o Partido Comunista apresenta pequenos focos de influência na margem sul (Coruche, Montijo, Seixal e Barreiro). Quanto aos socialistas, é particularmente nos concelhos de Abrantes, Constância, Salvaterra de Magos e Azambuja que expressam o seu domínio de forma consolidada ao longo do período que compreende o conjunto de eleições analisadas.

Relativamente ao concelho de Lisboa propriamente dito, não existe um padrão espacial uniforme. De facto, a tendência do eleitorado varia sobretudo entre os dois principais partidos e uma vez mais, está condicionada à conjuntura associada aos diversos momentos eleitorais. Normalmente, o partido que prevalece a nível nacional, é também aqui o mais representado. Aliás, verifica-se que apenas existem duas freguesias ao longo destes 20 anos cujo eleitorado reiteradamente deu a vitória ao PPD/PSD. Mais nenhum partido conseguiu tal desempenho neste

concelho. Será deveras curioso verificar as possíveis alterações na distribuição de voto, face ao novo mapa de freguesias aprovado recentemente para a cidade de Lisboa.

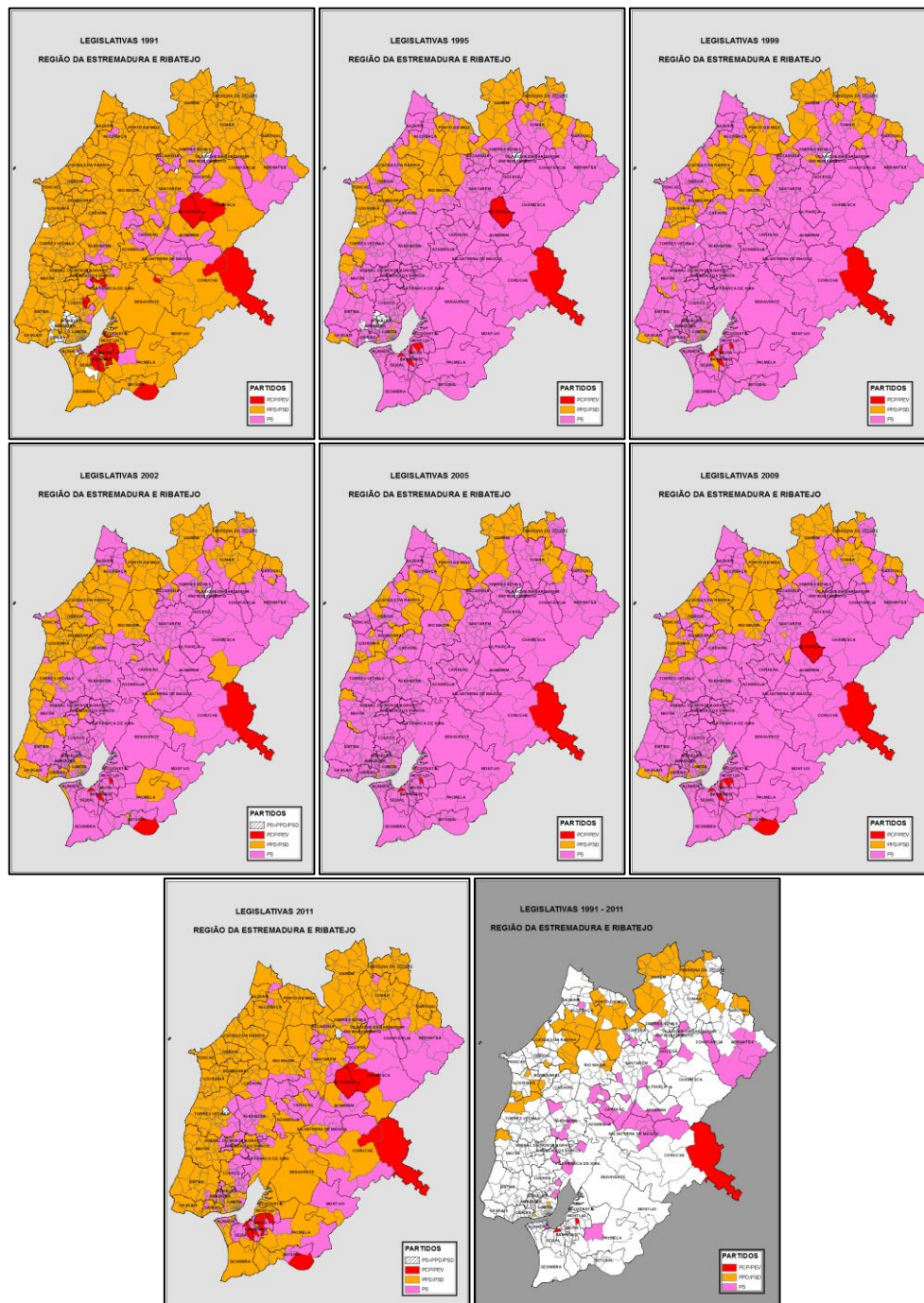


Figura 4.5 - Estremadura e Ribatejo: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.

4.6 Região da Beira Litoral

A região da Beira Litoral compreende concelhos dos distritos de Leiria, Coimbra, Viseu e Aveiro. A cartografia dos resultados eleitorais (ver figura 4.6 e/ou anexo VI) resulta numa distribuição espacial bem mais homogénea do que as que analisamos até ao momento. De facto, se analisarmos o mapa que resulta da sobreposição do conjunto de mapas elaborados para a totalidade dos escrutínios, constatamos que o número de freguesias fiéis a um determinado partido é manifestamente superior comparativamente com as regiões até agora analisadas. Assim, o PPD/PSD apresenta nesta região um domínio acentuado em diversos concelhos: Batalha, Leiria (norte e este), Pombal, Alvaiázere, Ansião, Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Penela, Cantanhede, Vagos, Oliveira do Bairro, Anadia, Murtosa, Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha, Vila Nova de Paiva, Aguiar da Beira, Penalva do Castelo (centro e este), Satão, Viseu (norte), Vouzela, Aveiro (sul), Mortágua (norte), Santa Comba Dão, Oliveira de Frades, Tondela e Arganil (oeste). Relativamente ao PS, o número de concelhos afectos é bem menor: Soure, Montemor-o-Velho (sul); Mealhada (sudoeste), Castanheira de Pêra e Coimbra (centro e este).

Uma outra conclusão prévia está relacionada com o facto de também a região da Beira Litoral, se caracterizar também por um padrão bipartidário. Nos anos em os sociais-democratas assumem o papel de partido “incumbente”, a influência nos resultados verificados nas freguesias que fazem parte desta região é bastante mais significativa, do que quando são os socialistas a vencer as eleições. Esta situação está de acordo com o que vimos anteriormente, ou seja, de que o número de freguesias que são permanentemente fiéis ao PPD/PSD é bastante significativo e bem superior ao número de freguesias “socialistas”.

Nas zonas urbanas mantém-se a tendência para uma maior volatilidade explicada provavelmente pela existência de um elevado nível de recursos materiais e educacionais, o permite um maior domínio do universo da política, o que se traduz numa maior propensão para a participação (*Lipset, 1987; Campbell e outros, 1980; Bourdieu, 1979*).

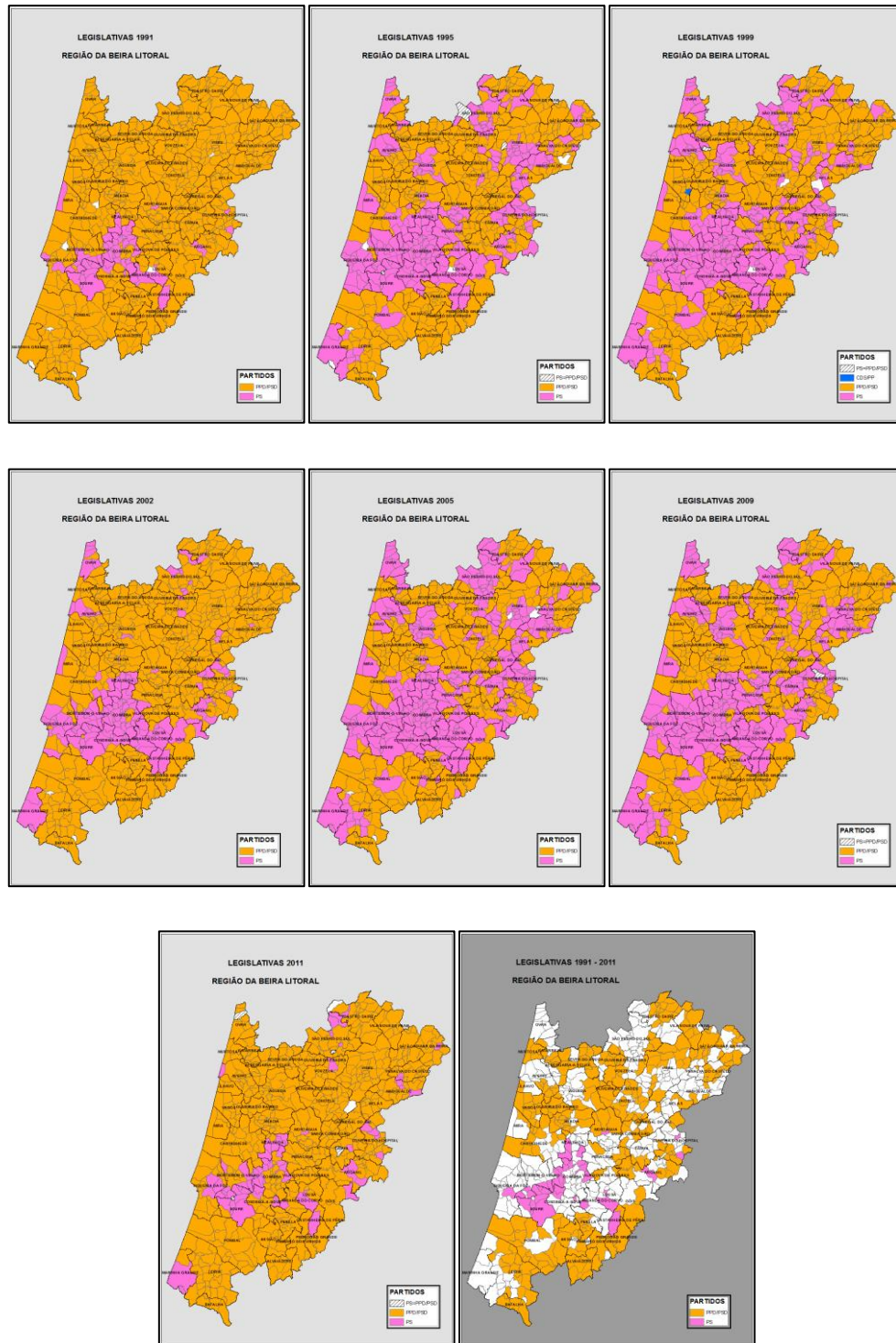


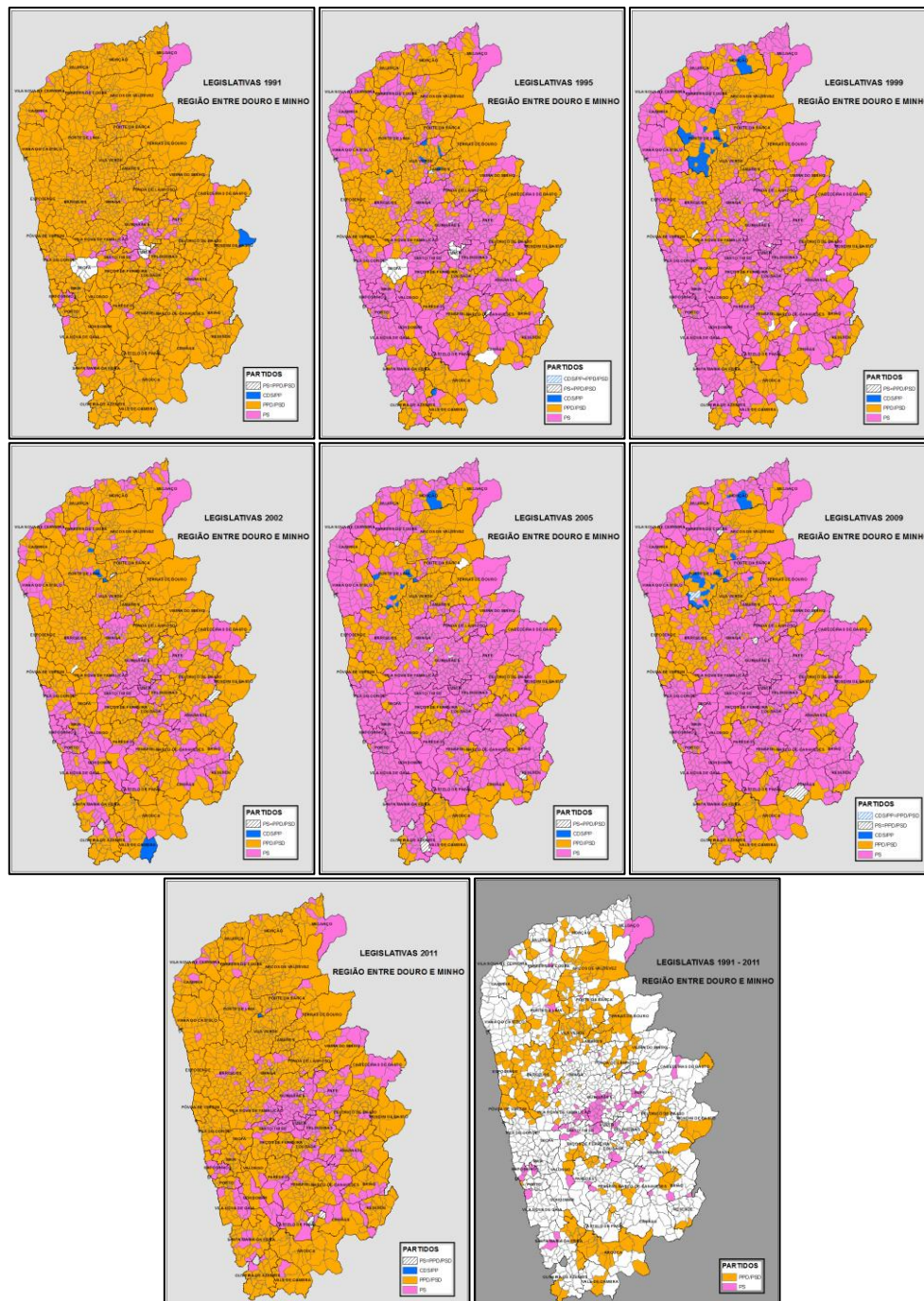
Figura 4.6 - Beira Litoral: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.

4.7 Região de Entre Douro e Minho

A região Entre Douro e Minho engloba concelhos pertencentes aos distritos de Aveiro, Porto, Braga, Viana do Castelo e Viseu. Embora exista um padrão comum às demais regiões analisadas, a novidade passa pela intromissão do CDS/PP na distribuição espacial (ver figura 4.7 e/ou anexo VI). Embora não exista um crescimento sustentável no número de freguesias ganhas pelos centristas, a realidade mostra que esta é uma das duas únicas regiões onde o partido tem aspirações a vencer algumas freguesias em virtude de ser uma região onde as percentagens de votantes no CDS/PP são maiores. Por outro lado, esta tendência não segue em linha com o comportamento do partido a nível nacional, senão vejamos: nas Legislativas de 2011, embora o partido alcance um resultado histórico, esta realidade não se reflecte no número de freguesias ganhas comparativamente com as Legislativas de 2005. Tal não significa, que o número de votos alcançados pelos centristas tenha diminuído, antes pelo contrário. Traduz isso sim, o facto de o CDS/PP ter uma melhor distribuição do eleitorado, quer quantitativamente quer espacialmente. Quanto à distribuição espacial dos resultados eleitorais não se traduz em qualquer padrão uniforme ao longo do tempo. Se nos escrutínios de 1991, 2002 e 2011, os sociais-democratas apresentaram uma supremacia por demais evidente, já nas restantes eleições existiu uma disputa mais equilibrada entre o PPD/PSD e PS. Aliás, foi precisamente nestes momentos, que CDS/PP tirou partido desse confronto e ganhou maior projecção no que diz respeito ao número de freguesias ganhas.

Analisando a tendência de voto ao longo do tempo, verifica-se que o domínio do PPD/PSD é expressivo e reflecte-se no considerável número de freguesias que pela sua localização e respectiva contiguidade, permite identificar diversos concelhos afectos aos sociais-democratas: Arouca, Mondim de Basto, Póvoa do Varzim, Celorico de Basto (oeste), Esposende, Barcelos, Vila Verde, Arcos de Valdevez, Terras de Bouro e Ponte de Lima. Por sua vez, os socialistas não apresentam de forma alguma, um comportamento semelhante, pois o número de freguesias “socialistas” é bem menor. Analisando a distribuição espacial ao longo dos 20 anos,

é possível identificar apenas determinadas áreas de alguns concelhos: Guimarães (sul), Melgaço (sudeste) e Santo Tirso (oeste).



4.8 Região de Trás-os-Montes e Alto Douro

A região de Trás-os-Montes e Alto Douro é formada por freguesias pertencentes aos distritos de Bragança, Vila Real e Viseu. Após a análise das sete regiões consideradas no nosso estudo, concluímos que esta será a região onde um dos partidos concorrentes apresenta um maior domínio expresso no número de freguesias ganhas. De facto, não existe um único concelho que não apresente uma freguesia “social-democrata”, isto é, uma freguesia onde o partido mais votado foi o PPD/PSD. As eleições Legislativas de 1991, 2002 e 2011 reflectem uma paisagem monopartidária (ver figura 4.8 e/ou anexo VI) reflexo do domínio expressivo de um único partido (PPD/PSD). Apesar de os socialistas terem amenizado o panorama nos restantes escrutínios, por certo, apenas nas Legislativas de 2005, foi patente um maior equilíbrio entre os dois principais partidos.

Também á semelhança da região Entre Douro e Minho, esta será a outra região onde o CDS/PP mostra argumentos que têm conduzido à vitória em algumas freguesias em eleições deste tipo. Embora, ainda não tenha mostrado capacidade para o fazer de forma sistemática, constata-se que em todos os escrutínios analisados, pelo menos uma freguesia ficou sobre o seu domínio. Nas eleições em que o predomínio dos sociais-democratas foi mais expressivo, provavelmente parte do eleitorado centrista optou por votar mais ao centro (o denominado voto útil ou tático), inviabilizando a conquista de mais autarquias por parte do CDS/PP. Confirma-se pois, a conhecida volatilidade do eleitorado centrista e ao qual, não será alheio por certo, o facto de algumas sondagens pré-eleitorais ao longo do tempo terem apresentado algumas discrepâncias de valores quanto à votação registada pelo CDS/PP, comparativamente com os demais partidos.

Quanto a possíveis padrões de distribuição dos resultados eleitorais, existe um grande domínio por parte dos sociais-democratas que abrange a totalidade dos concelhos e se expressa na mancha contínua laranja que podemos ver nos mapas elaborados. Mesmo assim, existem concelhos onde esse domínio é ainda mais expressivo ao longo do tempo.

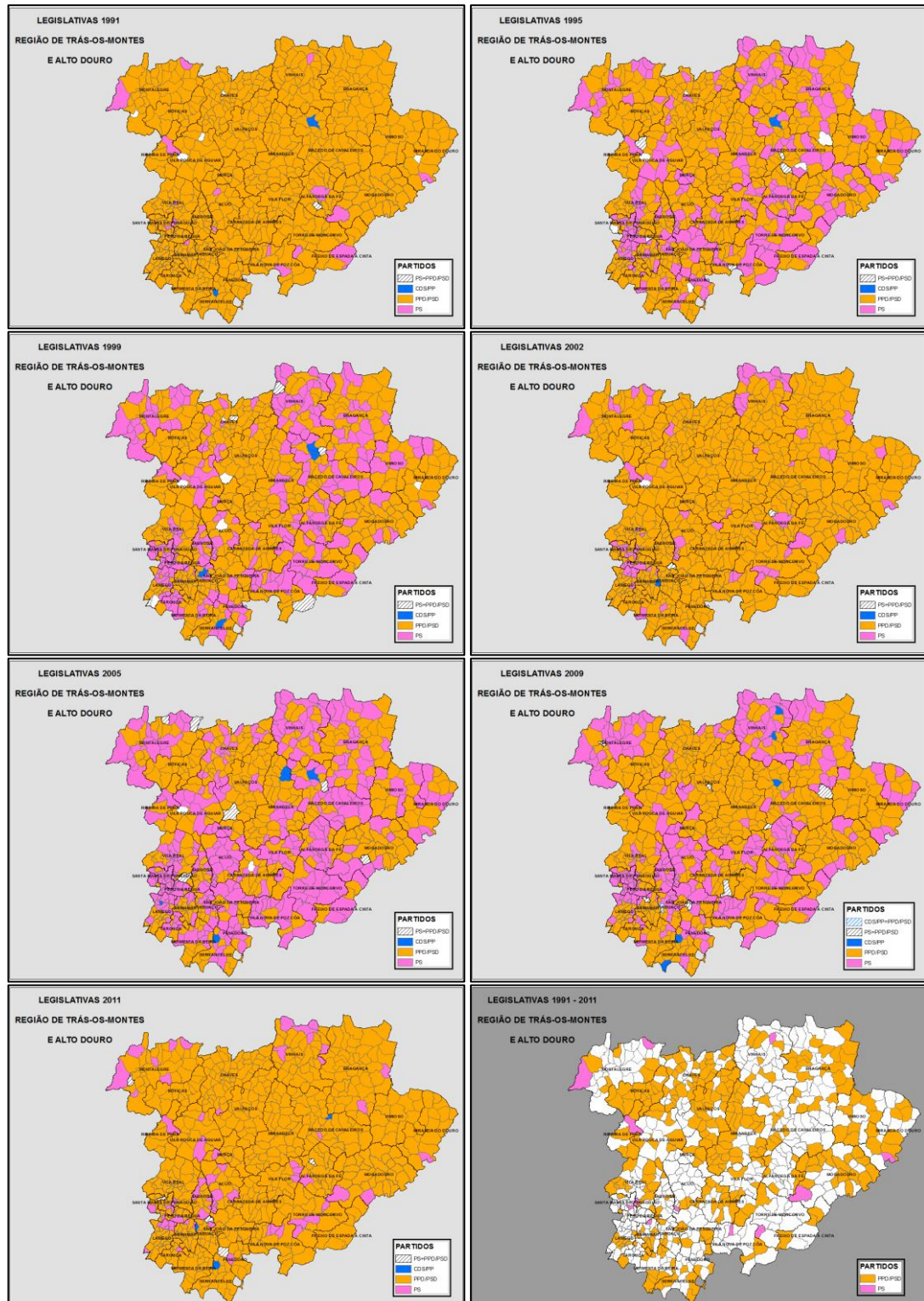


Figura 4.8 - Trás-os-Montes e Alto Douro: distribuição espacial dos resultados das eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011.

Assim, poderemos considerar os concelhos de Boticas, Valpaços, Mirandela, Chaves, Vimioso, Carrazeda de Ansiães e Mogadouro, como os mais representativos. Relativamente ao PS, as doze freguesias “socialistas” identificadas localizam-se de forma bem dispersa, inviabilizando a possibilidade de identificar qualquer concelho como associado a este partido.

Em resumo, esta região caracteriza-se fundamentalmente por ser palco de um apoio quase incondicional ao PPD/PSD, pois mesmo nas eleições onde os socialistas alcançaram um resultado nacional bastante expressivo, os sociais-democratas preservaram um número bastante significativo de freguesias sobre o seu domínio. Portanto, não tem sido fácil aos demais partidos inverterem esta realidade assente num eleitorado mais conservador e associado a um conjunto específico de valores traduzidos por exemplo, num maior grau de religiosidade, numa maior implantação do habitat rural e num maior peso dos camponeses.

5. Eleições Legislativas 1991-2011: Análise dos resultados por partido

Uma outra forma de analisarmos os resultados eleitorais e um pouco à semelhança, embora com outras particularidades, do que foi feito na década de oitenta por Gaspar (1985), resulta da estruturação dos resultados eleitorais em classes. Neste caso, os resultados de cada partido foram estruturados em cinco classes, cuja amplitude foi determinada com base no resultado nacional (RN) obtido por um determinado partido (ver tabela 5.1):

Tabela 5.1 – Estruturação da votação em classes, com RN=resultado nacional.

Classes	Limite inferior	Limite superior
Classe 1	Menor resultado registado	RN – 25%
Classe 2	RN – 25%	RN – 10%
Classe 3	RN – 10%	RN + 10%
Classe 4	RN + 10%	RN + 25%
Classe 5	RN + 25%	Maior resultado registado

No mapeamento dos resultados eleitorais para cada um dos cinco partidos considerados e para cada um dos escrutínios analisados, optamos por graduar a distribuição espacial das votações através de uma cor associada o mais intuitiva possível. Esta forma de mapear os resultados permite ao receptor ter uma percepção mais intuitiva da distribuição espacial dos resultados eleitorais, pois permite gerar associações de cores a taxas de votação (neste caso, as tonalidades mais fortes simbolizam taxas de votação maiores e por contraponto, as tonalidades mais claras simbolizam taxas de votação menores). Por outro lado e meramente por efeitos visuais, procuramos associar a cada partido uma paleta de tons dentro da cor oficial de cada um (p.e. vermelho para o PCP/PEV, o laranja para o PPD/PSD e o azul para o CDS/PP).

Com base nos resultados nacionais (tabela 5.2), determinamos os intervalos para cada partido e para uma das eleições consideradas. Definidos os intervalos, procedeu-se ao mapeamento dos resultados eleitorais das mais de quatro mil freguesias de Portugal Continental, considerando o período compreendido entre

1991 e 2011. Em conjunto com a cartografia dos resultados eleitorais, determinamos os valores de algumas medidas de localização (da média e da mediana) e de dispersão (desvio médio).

Tabela 5.2 – Resultados oficiais das Eleições Legislativas.

Eleição/partido (%)	PPD/PSD	PS	CDS/PP	PCP-PEV	BE
Legislativas 1991	50,60	29,13	4,43	8,80	-
Legislativas 1995	34,12	43,76	9,05	8,57	-
Legislativas 1999	32,32	44,06	8,34	8,99	2,44
Legislativas 2002	40,21	37,79	8,72	6,94	2,74
Legislativas 2005	28,77	45,03	7,24	7,54	6,35
Legislativas 2009	29,11	36,56	10,43	7,86	9,81
Legislativas 2011	38,66	28,05	11,71	7,90	5,17

5.1 Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS/PP)

No caso do CDS/PP é visualmente perceptível que a distribuição espacial dos resultados nos mostra duas realidades bem distintas: a norte do rio Tejo, onde o padrão que traduz a distribuição espacial da votação é caracterizado por tonalidades mais fortes, reflectindo as áreas do território onde o partido obtém as taxas de votação mais altas; a sul, a generalidade dos polígonos é representada por tons mais claros traduzindo uma realidade completamente antagónica, isto é, expressando o facto de nos distritos mais a sul, o partido não conseguir cativar uma parte significativa do eleitorado residente (ver figura 5.1 e/ou anexo VII).

Esta configuração espacial traduzida em percentagens de voto, significa que a norte o partido alcança percentagens de votação bem superiores ao valor obtido a nível nacional enquanto a sul, os resultados são inferiores ou mesmo muito inferiores ao valor de referência. Este padrão ao longo do tempo, não apresenta variações significativas, havendo contudo, a registar uma subida das percentagens de voto em algumas freguesias do Alentejo e do Algarve, principalmente a partir das Legislativas de 2005. Se atentarmos no mapeamento correspondente às Legislativas de 2011, verificamos que o bom resultado obtido a nível nacional se espelha nas variações de cor de diversos polígonos nas regiões do Alentejo e Algarve.

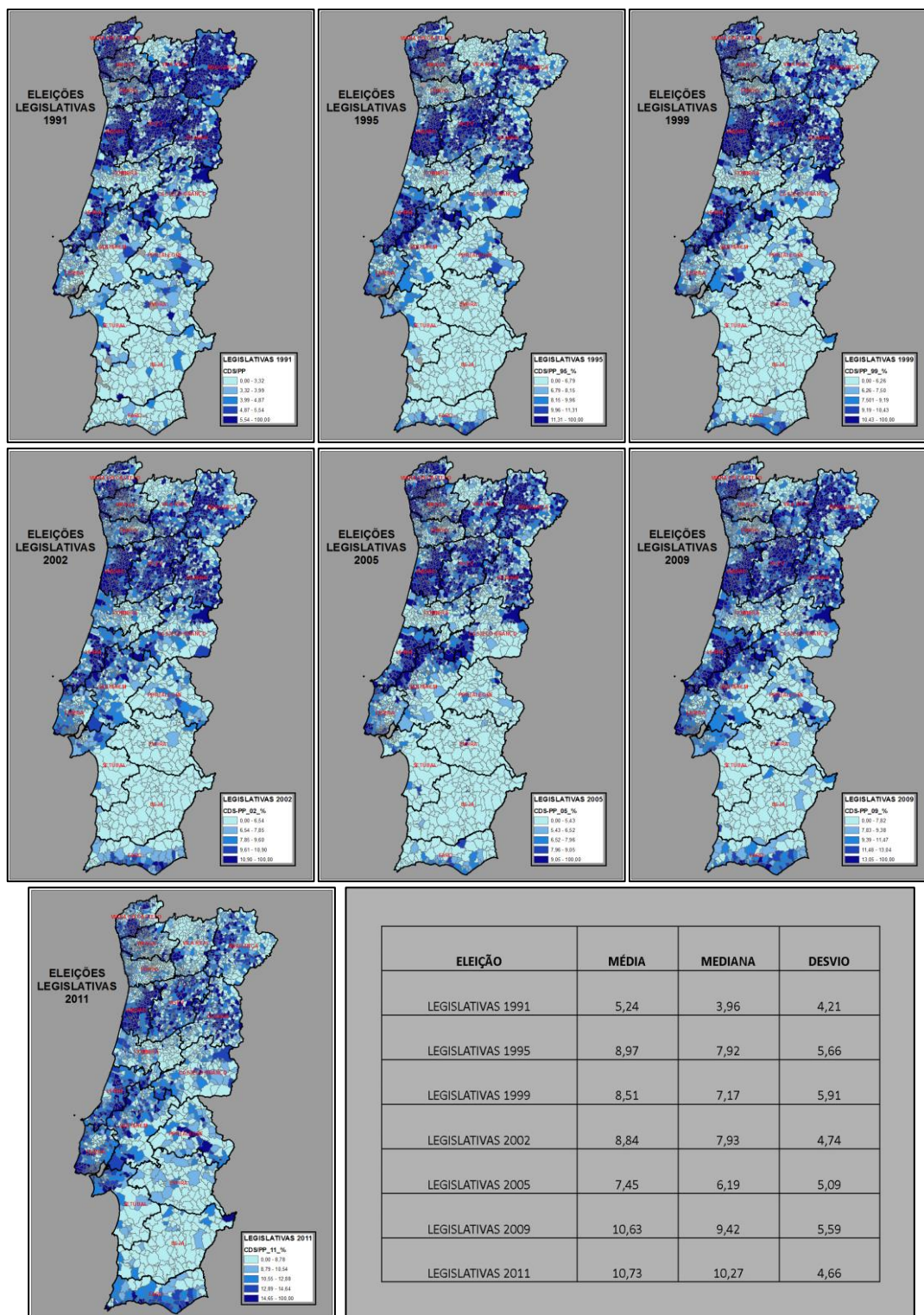


Figura 5.1 - CDS/PP: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2011 e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.

Da análise da distribuição espacial ao longo do tempo, destaca-se o facto de nos distritos de Leiria e Aveiro os centristas conseguirem alcançar bons resultados de forma sistemática ao longo dos diversos escrutínios. Haverá por certo, determinadas áreas cuja distribuição espacial da votação do CDS/PP reflectirá a questão do voto tático (estratégico) e consequentemente, a mobilidade de parte significativa do eleitorado centrista para o PPD/PSD. Esta realidade pressupõe um nível de informação elevado por parte do eleitorado que justifica a reduzida expressão urbana do voto do CDS/PP ao longo do tempo. Este carácter não urbano do voto permite concluir que o eleitorado centrista valoriza conjunturalmente, os aspectos políticos em detrimento da afirmação partidária.

Comparando os resultados nacionais obtidos pelo partido com os valores da média da população de estudo, verificamos que apenas nas eleições de 1995 e 2011, o valor do resultado nacional foi superior ao valor da média. Por outro lado, comparando os valores da média e da mediana apresentados, constata-se que o valor da primeira é geralmente maior do que a segunda medida (curva de distribuição de frequência de assimétrica negativa). Curioso o facto de nas Legislativas de 2011, estes dois valores serem praticamente iguais, revelando uma possível simetria da curva de distribuição.

5.2 Partido Comunista Português/ Partido Ecologista (PCP/PEV)

O mapeamento dos resultados do Partido Comunista Português (ver figura 5.2 e/ou anexo VII) resulta num conjunto de padrões espaciais completamente diferentes dos obtidos anteriormente para o CDS/PP. De facto, tradicionalmente é a sul do rio Tejo que os comunistas alcançam os seus melhores resultados, identificado pelas tonalidades fortes dos polígonos que expressam valores bem acima dos resultados nacionais do partido. Por exemplo, na região do Algarve, o partido obtém melhores resultados na zona do barlavento comparação com a zona do sotavento, sendo que os mapeamentos das eleições de 2009 e 2011 comprovam isto mesmo. Nas regiões onde os comunistas obtiveram taxas de votação mais elevadas, o apoio proveio

principalmente das áreas não urbanas enquanto nas regiões onde a expressão eleitoral do partido foi menor, os resultados urbanos destacaram-se.

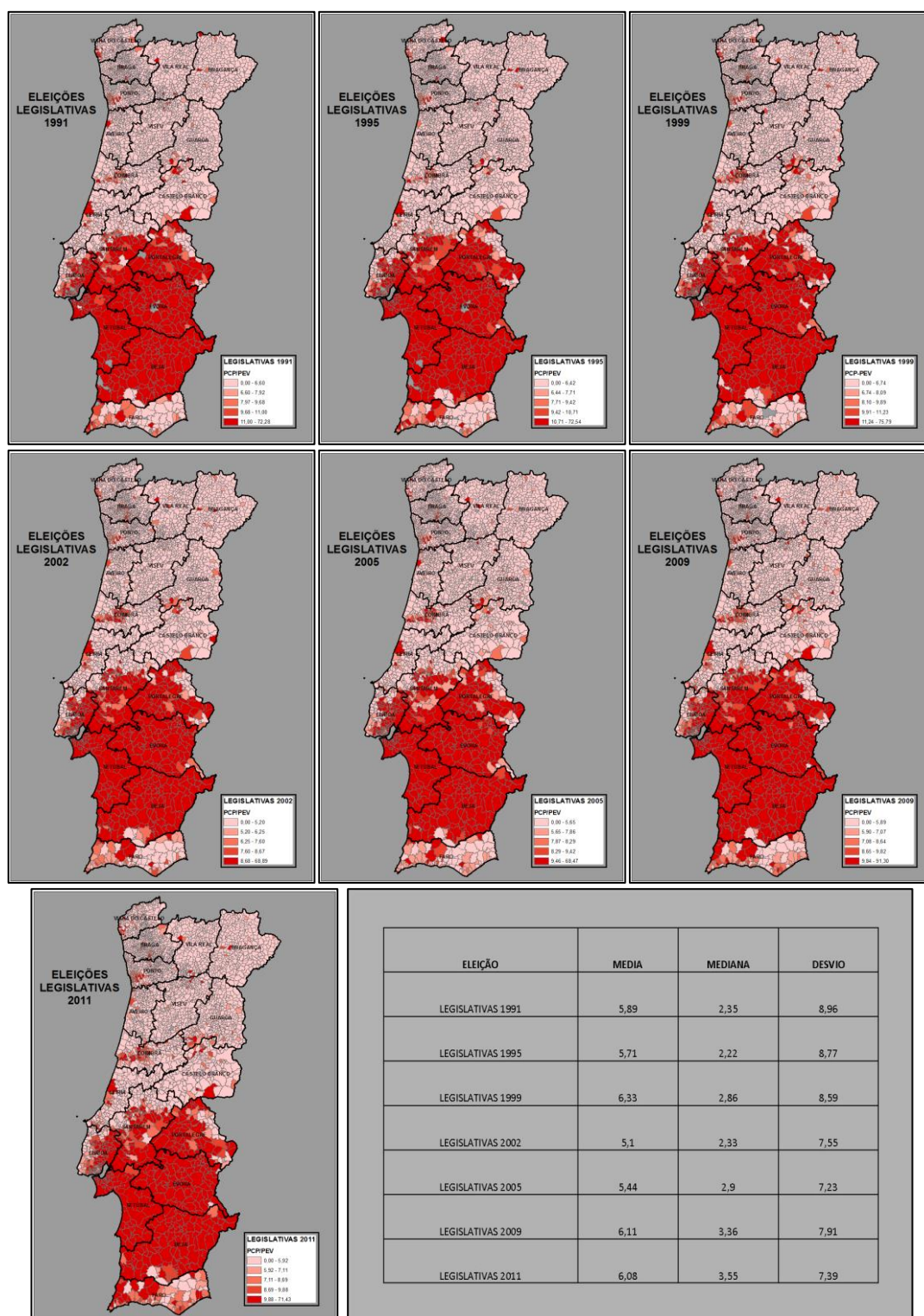


Figura 5.2 - PCP/PEV: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2011 e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.

A norte da linha definida pelo rio Tejo, a distribuição dos resultados eleitorais do PCP-PEV traduz-se num padrão espacial de tonalidade muito clara, reflectindo as taxas de votação geralmente inferiores aos valores obtidos pelo partido a nível nacional. Algumas excepções merecem realce: o distrito de Coimbra representado por um padrão espacial de tons mais fortes (associados às classes 3, 4 e 5) e que de forma continuada, configura a existência de um *cluster* espacial representativo dos bons resultados que os comunistas têm conseguido obter em determinadas zonas do distrito; Na região da Nazaré (distrito de Leiria), é possível identificar um outro *cluster* espacial representativo dos resultados obtidos localmente e da mesma ordem que os resultados nacionais; pontualmente, o partido obtém outros resultados de relevo (traduzido cartograficamente por polígonos de tom mais escuro existentes ao longo do território), mas trata-se de situações residuais que não configuram qualquer padrão espacial. Obviamente que padrões de distribuição tão diferenciados ao longo do território conduzem a valores da média bem inferiores aos resultados nacionais. Tal acaba por reflectir percentagens de votação muito baixas em regiões onde o número de freguesias e a densidade populacional é maior, em contraponto com percentagens de votação muito altas em áreas de menor densidade populacional, mas de maior dimensão territorial.

Em resumo, o padrão espacial do PCP é muito claro e regular ao longo do tempo em todo o território. Nos distritos de Lisboa, Santarém, Portalegre, Setúbal, Évora, Beja e de uma certa forma, no distrito de Faro, representam as áreas onde o partido obtém por norma os resultados mais expressivos. Nos restantes distritos, os valores de votação restringem-se praticamente às classes 1 e 2 da estruturação adoptada, com as devidas excepções anteriormente citadas.

5.3 Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD)

O mapeamento dos resultados do Partido Social Democrata (ver figura 5.3 e/ou anexo VII) origina padrões espaciais que em parte, têm algo de comum com a distribuição do CDS/PP: de forma genérica, os padrões indicam que o partido obtém

taxas de votação muito altas a norte do Tejo e na região do Algarve, em contraponto com as baixas taxas de votação que o partido regista na região do Alentejo.

Ao longo do tempo, o PPD/PSD tem procurado ganhar influência nesta região, mas sem grande sucesso e por conseguinte, esta acaba por representar um entrave a uma distribuição mais harmoniosa da votação do partido. Pontualmente, sobretudo nas áreas urbanas de maior dimensão, os sociais-democratas têm conseguido obter alguns resultados de relevo. A norte, o padrão espacial expressa uma maior tendência comparativamente com os centristas, traduzindo o facto de as percentagens de votação do PPD/PSD serem manifestamente superiores quando comparadas com os resultados nacionais. Naturalmente, os padrões espaciais resultantes do processo de mapeamento por classes de votação, acabam por reflectir a existência das mesmas áreas notáveis que já havíamos referido anteriormente para este partido (distritos de Leiria e Vila Real) e nas quais o eleitorado tem-se mostrado fiel aos ideais do partido ao longo do tempo. Nos grandes centros urbanos, particularmente Lisboa e Porto, os sociais-democratas registam resultados muito semelhantes aos resultados nacionais, o que se traduz no facto de os polígonos correspondentes às freguesias geograficamente localizadas naquelas áreas, estarem representados em tons médios da graduação a cores seleccionada.

Conforme já referido, os centros urbanos, por norma, serão porventura sinónimos de um eleitorado mais esclarecido, com acesso a outros fluxos de informação e que dificilmente opta por expressar um apoio massivo a um determinado partido. Paralelamente, a distribuição da população pelos diferentes sub-estratos etários será por certo distinta (urbano *versus* rural). Se analisarmos todos os principais centros urbanos, não identificamos qualquer caso que gere padrões espaciais com tonalidades associadas às classes 1 e 2, uma vez que as opções do eleitorado urbano são mais abrangentes e porventura, mais equilibradas.

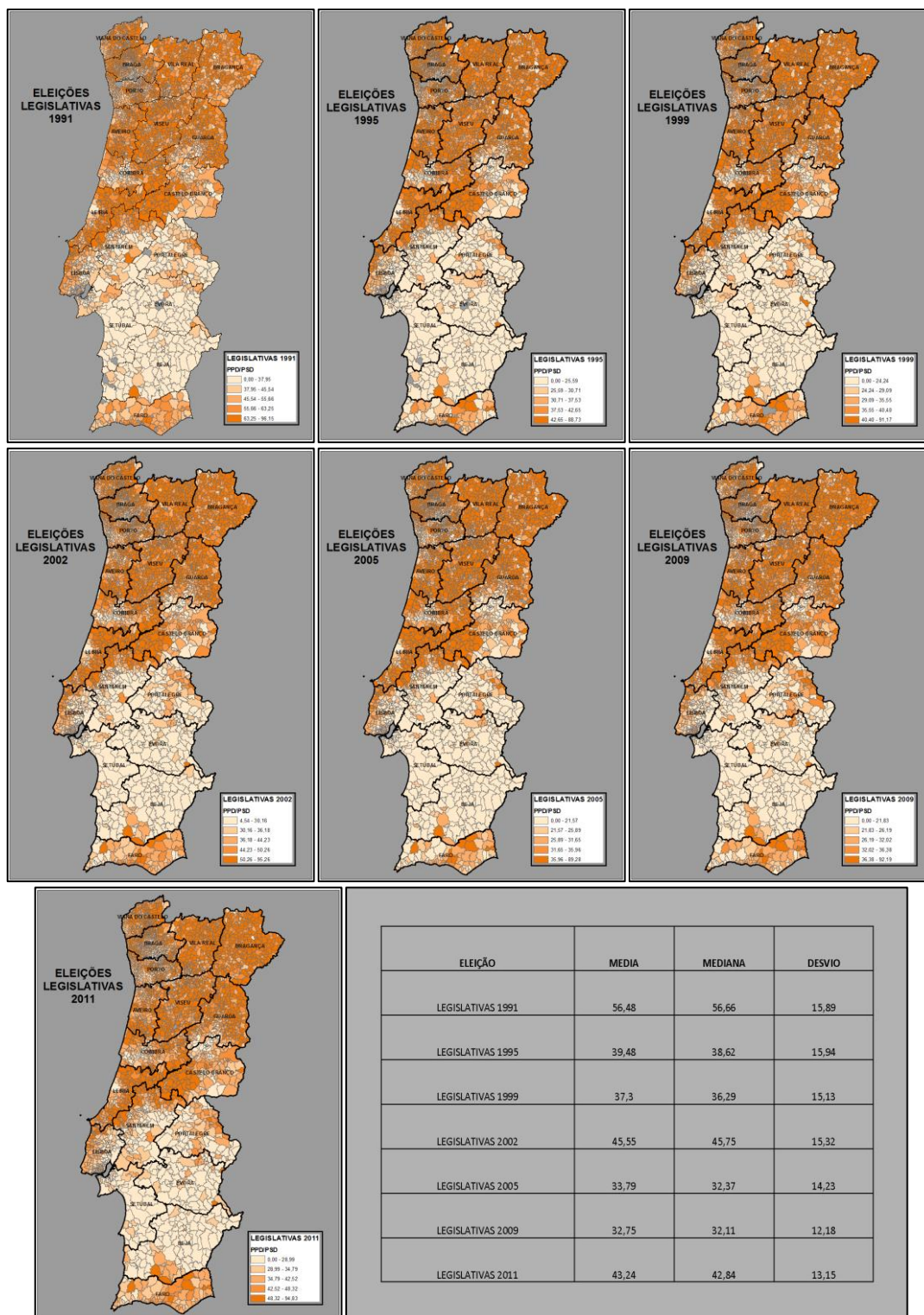


Figura 5.3 - PPD/PSD: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2011, e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.

Por outro lado, a volatilidade do eleitorado está patente com maior ou menor dimensão ao longo de todo o território. O distrito de Faro constitui um dos casos mais evidentes. De facto, os diversos padrões espaciais apresentados confirmam que os resultados do partido neste distrito em particular estão por certo condicionados pela conjuntura que envolveu cada um dos escrutínios. Por exemplo, compare-se os padrões bem distintos associados às Legislativas de 1991 e às Legislativas de 2005. Se no primeiro caso, o partido obteve um dos melhores resultados de sempre expressos pela obtenção de uma maioria absoluta, no segundo caso, o PPD/PSD registou um dos piores desempenhos da sua história ao nível de eleições legislativas.

5.4 Partido Socialista (PS)

No geral, o mapeamento dos resultados obtidos pelos socialistas gera padrões espaciais que se caracterizam por uma maior diversidade, traduzindo uma maior heterogeneidade de resultados (ver figura 5.4 e/ou anexo VII). Apesar de em determinados escrutínios os sociais-democratas terem ganho com resultados expressivos (1991, 2002 e 2011), nos padrões espaciais afectos aos socialistas é possível identificar perfeitamente as áreas tradicionalmente associadas tanto ao PPD/PSD como ao PCP-PEV. Estas áreas aparecem normalmente representadas de forma continuada por tonalidades claras, traduzindo o facto de que as votações no PS foram muito inferiores aos valores nacionais. Estaremos perante os denominados bastiões partidários que correspondem a áreas, onde a votação nos partidos é sistematicamente muito superior ou mesmo muito superior ao resultado nacional.

As Legislativas de 1995, 2005 e 2009 (nas quais o partido obteve 43.76, 45.03 e 36.56% da votação, respectivamente), geraram padrões espaciais diferenciados dos demais pelo simples facto do número de polígonos representados a preto ser bem menor, traduzindo uma adesão mais generalizada por parte do eleitorado às linhas orientadoras dos socialistas.

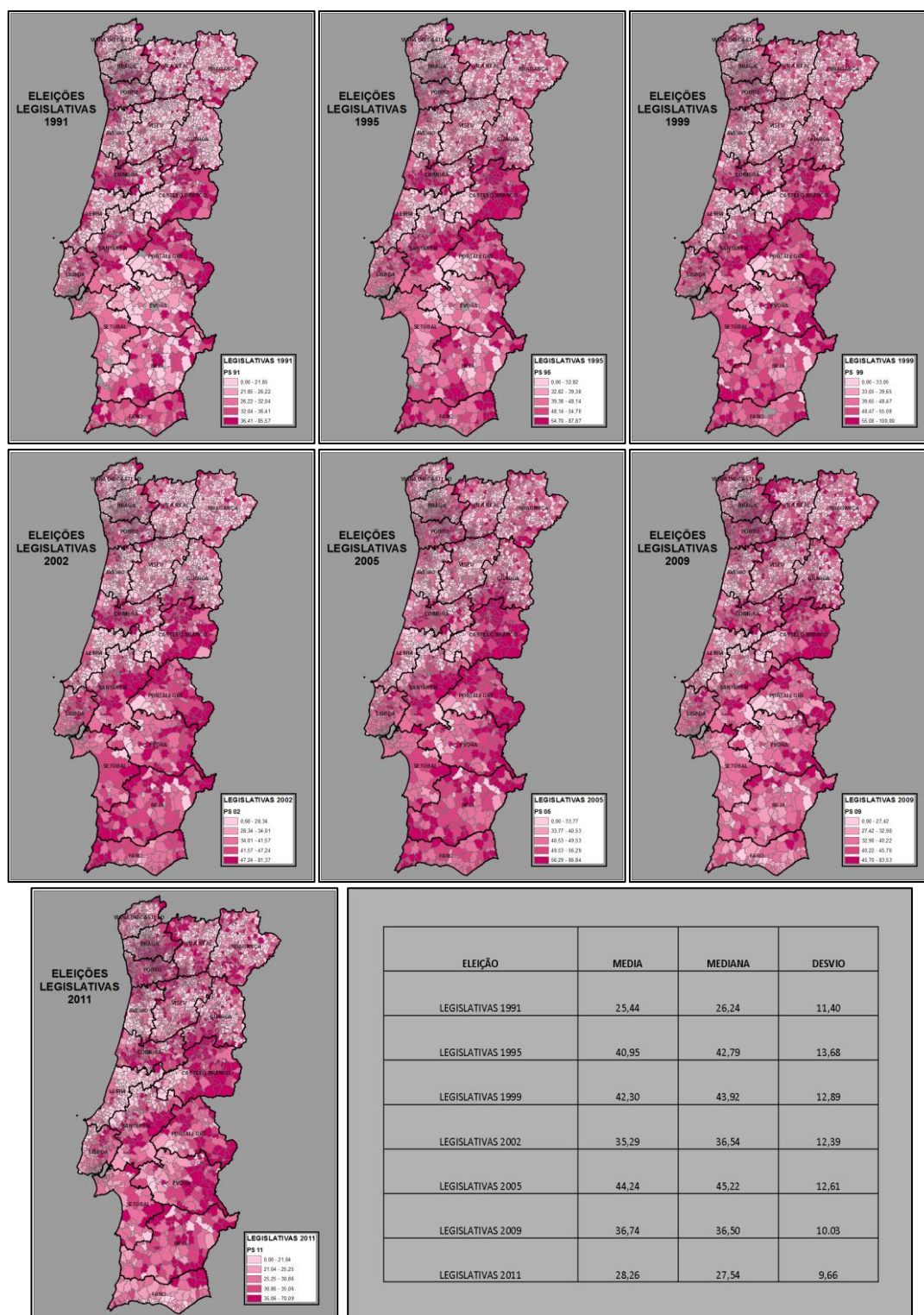


Figura 5.4 - PS: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2011, e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.

Segundo este ponto de vista, as Legislativas de 1999, nas quais o PS obteve 44.06% dos votos, constitui uma excepção pois seria suposto que o mapeamento dos resultados gerasse um padrão semelhante aos anteriores. Contudo, a zona nordeste do território constituída por um número significativo de freguesias com fraca densidade populacional mas de considerável dimensão geográfica (especialmente quando comparadas com as freguesias do litoral norte), condicionou o respectivo mapeamento. Em conclusão, os padrões espaciais associados à distribuição de voto do PS não encontram paralelo nos demais partidos analisados, uma vez que não é possível identificar *clusters* espaciais que traduzam a existência de valores extremos, comparativamente com os valores nacionais. Indubitavelmente, trata-se do partido que gera um maior consenso entre o eleitoral nacional, no sentido em que este se encontra distribuído de forma mais uniforme pelo país.

5.5 Bloco de Esquerda (BE)

As Eleições Legislativas de 1999 tiveram como principal novidade, o surgimento do Bloco de Esquerda com um novo partido político que em termos ideológicos se veio posicionar à esquerda do Partido Comunista Português. A distribuição espacial dos resultados da votação do Bloco de Esquerda é deveras peculiar conforme se constata na análise dos mapas (ver figura 5.5 e/ou anexo VII) e que nos levará, a fazermos uma análise espacial diferente posteriormente pois como já vimos anteriormente, dos cinco partidos actualmente com representação parlamentar, trata-se do único que não domina qualquer freguesia. Se nas Legislativas de 1999 e 2002, o partido obteve uma pontuação abaixo dos três pontos percentuais, já nas Legislativas de 2005 o BE mais do que duplicou a respectiva votação. Nas Legislativas de 2009, obteve quase 10% dos votos e assumiu-se na altura como a quarta força nacional, ultrapassando pela primeira vez o PCP-PEV. Contudo, a conjuntura política em 2011 não se mostrou de todo favorável aos bloquistas, tendo o partido perdido parte significativa do seu eleitorado expressos na perda de cerca de 35% dos votos, relativamente às Legislativas de 2009. Será pois, com natural expectativa que se aguardam os futuros desenvolvimentos, mormente os resultados das próximas

legislativas para verificarmos se se confirma a tendência de 2011 ou se simplesmente, o partido inverte o sentido negativo registado e consegue em particular, cativar e desviar parte do eleitorado associado a outras forças políticas pertencentes ao mesmo bloco ideológico. Ao analisarmos o mapeamento resultante da distribuição espacial dos resultados eleitorais do BE, facilmente se constata que se inicialmente as zonas de Lisboa e de Setúbal concentravam as maiores votações do partido, ao longo do tempo o peso dos bloquistas foi-se espalhando principalmente nas zonas urbanas (Coimbra, Porto, Faro, etc.). O Alentejo e o Algarve passaram a constituir regiões onde o partido viu o número de eleitores crescer significativamente o que *à priori*, não poderá ser justificado de forma simplista. Provavelmente, uma das razões que podem permitir justificar tal realidade esteja relacionada, com a possibilidade de parte da votação do BE tenha sido conseguida à custa de partidos que pertencem ao mesmo bloco ideológico (PCP-PEV e PS). Contudo, face ao carácter especulativo de tal afirmação, seria necessário um outro tipo de análise que fundamente de forma correcta esta conclusão.

A comparação das eleições de 2009 e 2005 constituem um exemplo perfeito da evolução do partido, apesar de dois anos mais tarde ter havido um completo retrocesso no seu processo de expansão, com uma perda significativa do eleitorado que provavelmente deixou de se rever nas linhas programáticas do BE. Por certo, existirá um eleitorado flutuante entre os três principais partidos de esquerda e que de acordo com as circunstâncias, terá tendência a apresentar um comportamento volátil. Quanto aos padrões espaciais apresentados, verifica-se que a maior variação se regista entre as eleições de 2005 e 2009. O resultado obtido pelo BE nas Legislativas de 2009 (9,81%) demonstra que o partido conseguiu captar determinadas franjas do eleitorado que provavelmente, havia optado por votar PS em 2005, atendendo ao facto de a votação do PCP-PEV não ter sofrido grandes alterações entre as duas eleições (7,54% em 2005 e 7,86% em 2009). O acentuado decréscimo de eleitores nas Legislativas de 2011, supostamente poderia significar uma alteração profunda no padrão espacial, o que realmente não aconteceu.

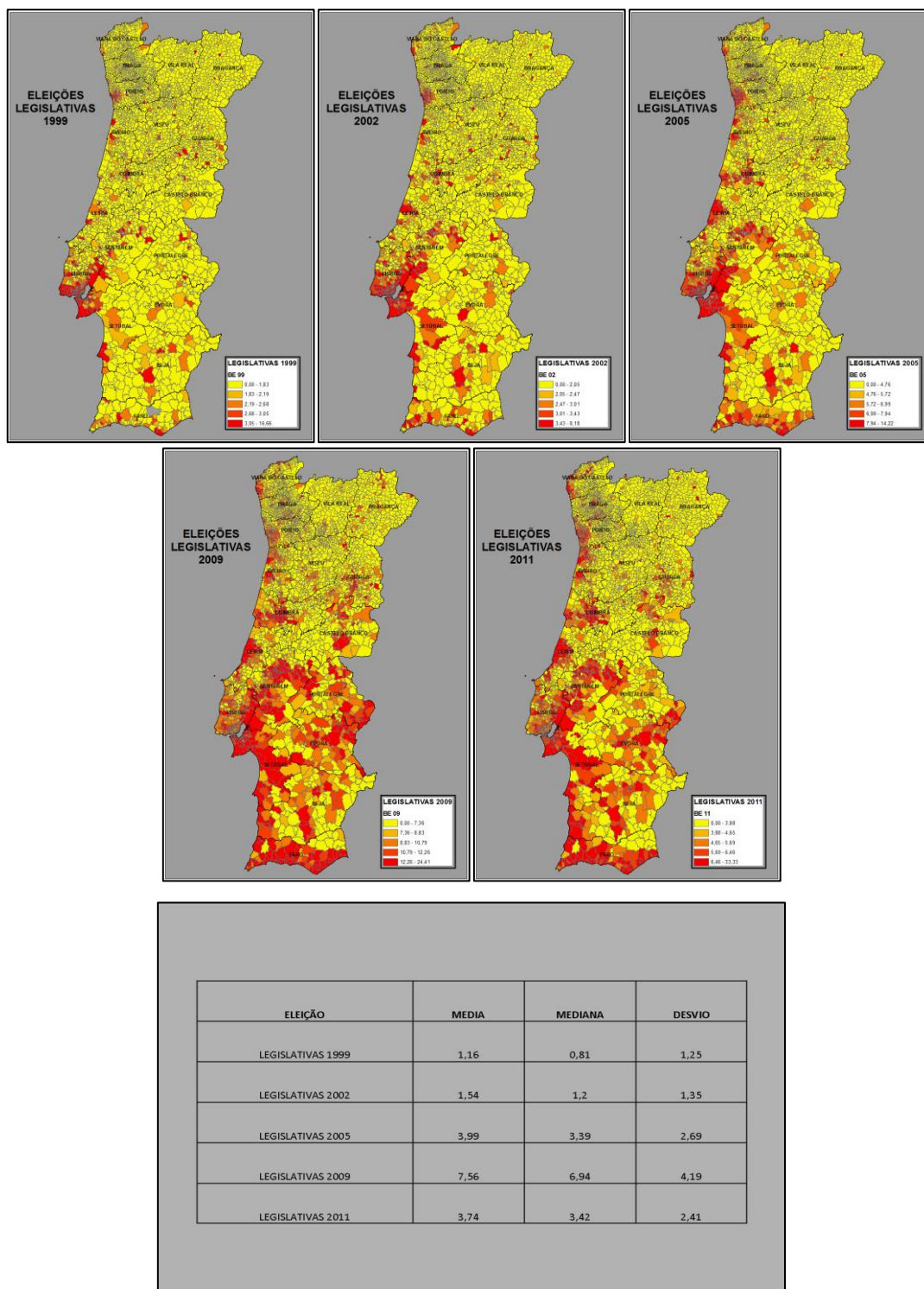


Figura 5.5 - BE: distribuição da votação por classes nas eleições legislativas de 2011 e análise estatística dos resultados do partido para o conjunto de eleições em estudo.

Contudo, é preciso levar em conta que estamos perante um mapeamento baseado na estruturação da votação em classes e que por conseguinte, não traduz de forma eficiente a redução das taxas de votação. Verifica-se sim, que esse decréscimo é particularmente relevante no interior do país, onde em 2009, os bloquistas conseguiram captar uma parte do eleitorado pela primeira vez. Visualmente, esta realidade transparece pelo fato de, no mapa das Legislativas de 2011, diversos polígonos apresentarem tonalidades bem mais claras, reflexo de que a taxa de votação diminuiu consideravelmente, o que espacialmente se reflecte por um reforço das classes 1 e 2, em detrimento principalmente, das classes 3 e 4.

5.6 Variação por distrito

Segundo o último recenseamento geral da população, efectuado em Março de 2011 pelo Instituto Nacional de Estatística, aproximadamente 40% da população portuguesa reside nos distritos de Lisboa (2 250 533) e do Porto (1 817 172). Por conseguinte, é importante fazer uma análise espacial e por partido, nestes dois distritos. Para tal, apresentamos os padrões espaciais para cada partido, considerando o conjunto das sete eleições que têm fundamentado este estudo. Paralelamente, apresentam-se as tabelas com os valores das taxas de votação para os últimos cinco escrutínios, pela simples razão, de que apenas a partir de 1999 é possível considerar a totalidade dos cinco partidos actualmente com representação parlamentar (o BE concorreu pela primeira vez apenas em 1999).

5.6.1 Distrito de Lisboa: Centro Democrático Social

Ao longo das últimas décadas, o peso da votação do CDS/PP no distrito de Lisboa foi-se acentuando, mormente a partir das Legislativas de 1995. A tabela 5.3 apresenta os valores das taxas de votação dos centristas para os dezasseis municípios que integram o distrito de Lisboa. Conforme se comprova, os concelhos de Cascais, Lisboa, Lourinhã, Mafra, Oeiras e Sintra apresentam geralmente taxas de

votação superiores ao valor obtido pelo partido a nível nacional. Já os concelhos localizados a centro e a este do distrito (Alenquer, Vila Franca de Xira, Azambuja e Loures), registam as percentagens de votação mais baixas relativamente ao resultado nacional obtido pelo partido. É deveras interessante comparar os resultados contidos na tabela com os padrões espaciais apresentados (ver figura 5.6 e/ou anexo VII). Efectivamente, os concelhos onde as taxas de votação são iguais ou superiores ao valor nacional, podem ser identificados pelos tons mais escuros da graduação de cores seleccionada. Atendendo ao conjunto de classes definidas à partida, será porventura mais fácil identificar um município com uma taxa de votação alta mediante a análise da cartografia eleitoral do que através da consulta da tabela. Desta forma, através da visualização do padrão espacial o observador tem uma noção efectiva da realidade de um modo mais rápido. Por exemplo, consultando a cartografia relativa ao CDS/PP e posteriormente confirmando com os valores numéricos apresentados na tabela, é possível concluir que o município do Cadaval face aos valores de votação apresentados, merece particular atenção.

Tabela 5.3 – CDS/PP: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa

Município/Eleição	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	8.34	8.72	7.24	10.43	11.74
Alenquer	6.18	6.60	5.04	8.34	10.61
Amadora	7.03	7.90	5.87	10.25	12.18
Arruda dos Vinhos	5.69	6.13	5.29	8.68	12.00
Azambuja	5.57	7.02	4.37	7.98	9.88
Cadaval	7.44	8.34	6.58	9.79	11.40
Cascais	11.53	10.35	12.51	13.56	17.58
Lisboa	10.17	8.75	10.54	11.48	14.79
Loures	6.46	7.18	5.42	9.02	11.31
Lourinhã	10.60	11.10	9.15	14.55	12.10
Mafra	7.67	8.81	6.98	11.49	13.65
Odivelas	6.88	8.16	5.76	10.30	12.53
Oeiras	9.43	8.51	10.21	11.79	15.51
Sintra	7.56	9.09	6.99	11.72	14.12
Sobral de Monte Agraço	6.18	7.38	5.18	8.36	11.42
Torres Vedras	7.64	7.66	6.56	9.09	11.39
V. F. de Xira	5.25	6.65	4.76	8.59	11.36

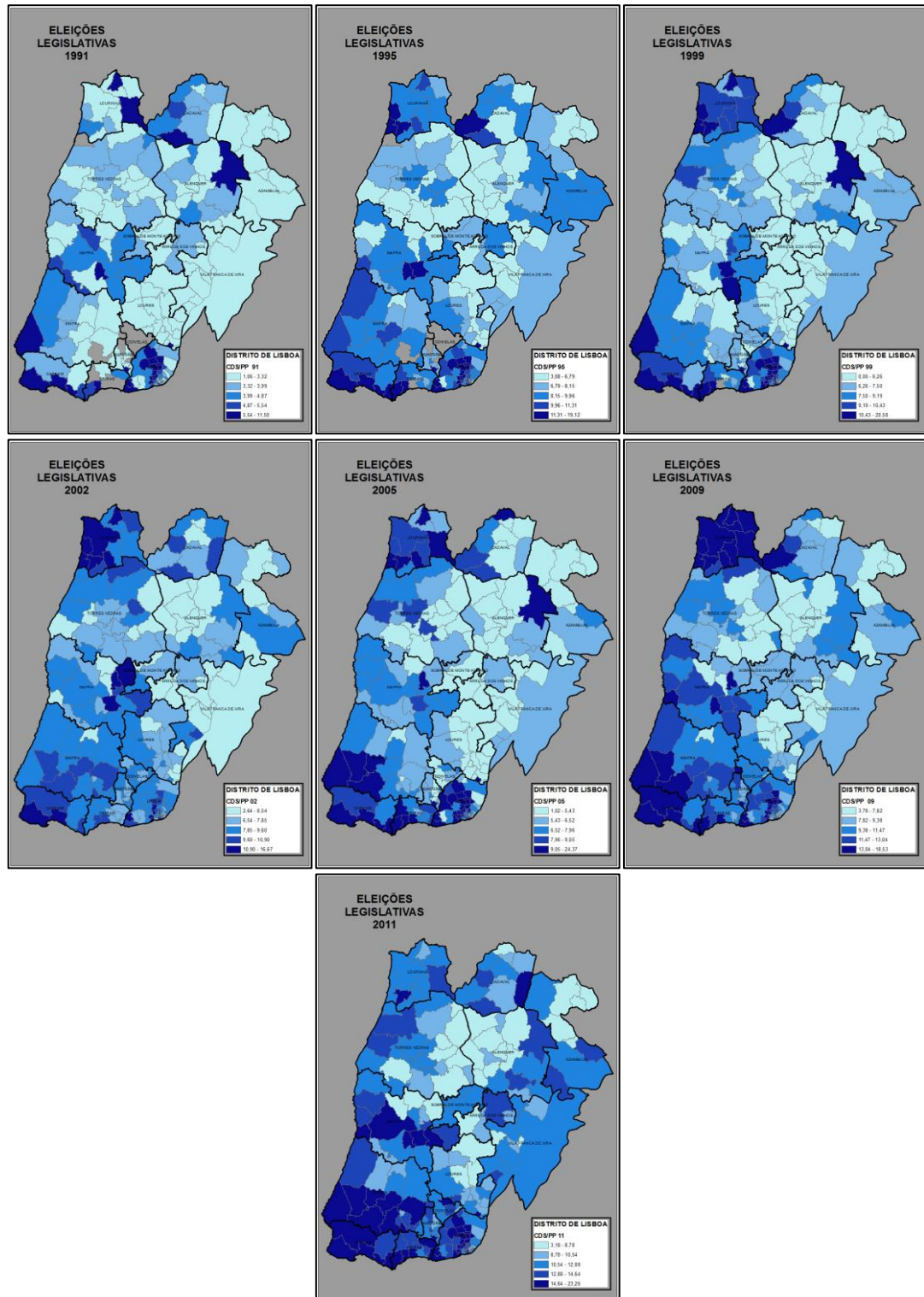


Figura 5.6 - CDS/PP: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1991 a 2011.

Por outro lado, este tipo de análise permite *à priori* fomentar um conjunto de análises que identifiquem os concelhos onde um determinado partido tem maior ou menor grau de penetração junto do eleitorado. No caso dos centristas, merece realce o facto de existir um *cluster* formado por um conjunto de freguesias localizadas no município de Torres Vedras (Este) e um conjunto de freguesias do concelho de Alenquer (Oeste), ambos contíguos, que manifestamente constitui um exemplo de resistência à implantação do eleitorado centrista. Segundo a mesma ordem de ideias, é possível identificar outros dois *clusters*, a saber: norte do município da Azambuja e o município de Loures. Por outro lado, existe um *cluster* centralizado no município de Cascais e que se tende a expandir para Este (Oeiras) e para norte (Sintra). Este, caracteriza-se pelos valores elevados de votação do partido (particularmente no caso de Cascais) quando comparados com os resultados nacionais.

Este tipo de análises poderá condicionar possíveis estratégias de campanha eleitoral por parte dos partidos em futuros escrutínios, mormente pelo facto de ser possível identificar *clusters* cujo eleitorado apresenta determinados comportamentos padronizados ao longo do tempo. De facto, sendo viável conjugar a dimensão espacial com a dimensão temporal, o resultado final possível será deveras significativo, pois permite estabelecer e identificar determinados padrões de comportamento por parte do eleitorado afecto a um determinado território. A relevância deste tipo de estudos sobressai ainda mais, quando analisamos distritos onde não existe um comportamento dominante por parte de um dado partido e no caso do CDS/PP, trata-se de um partido que à excepção do concelho de Ponte de Lima, não apresenta grandes *clusters* que traduzam taxas de votação elevadas.

5.6.2 Distrito de Lisboa: Partido Comunista Português

Com base nos resultados da tabela 5.4, constata-se que o PCP-PEV no distrito de Lisboa regista taxas de votação geralmente superiores aos valores nacionais. De facto, apenas os municípios do Cadaval, de Cascais, Lourinhã e Mafra representam *outliers* nesta tendência.

Neste distrito os comunistas registam um comportamento bem padronizado ao longo do conjunto de eleições estudado (ver figura 5.7 e/ou anexo VII). Os diversos mapeamentos apresentados confirmam a forte implantação do partido nos concelhos localizados no centro e a este do distrito. Por outro lado, o litoral e o norte do distrito constituem zonas hostis ao partido, facto traduzido na cartografia eleitoral, pela adopção de cores claras associadas às menores taxas de votação.

Merece realce, o facto de o padrão espacial associado ao município de Lisboa ser bastante heterogéneo, particularmente a partir das eleições legislativas de 1999.

Tabela 5.4 – PCP-PEV: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	8.99	6.94	7.54	7.86	7.94
Alenquer	15.13	12.29	12.74	13.46	12.61
Amadora	15.78	11.43	12.09	11.74	11.20
Arruda dos Vinhos	11.12	8.45	8.83	9.11	9.70
Azambuja	16.27	13.52	13.75	14.39	15.16
Cadaval	4.15	3.08	4.20	5.04	4.82
Cascais	8.87	6.11	6.81	6.71	6.51
Lisboa	10.48	7.11	8.23	8.55	8.27
Loures	17.12	13.40	14.55	15	13.94
Lourinhã	2.14	1.74	2.60	4.04	4.59
Mafra	5.38	3.79	5.00	5.75	6.06
Odivelas	12.41	8.95	9.74	10.03	9.31
Oeiras	10.48	6.91	7.68	7.78	7.65
Sintra	12.56	8.61	9.79	9.47	9.35
Sobral de Monte Agraço	22.92	17.63	15.68	17.36	15.61
Torres Vedras	9.21	6.82	7.74	8.23	8.28
V. F. de Xira	21.02	16.22	16.62	17.47	16.81

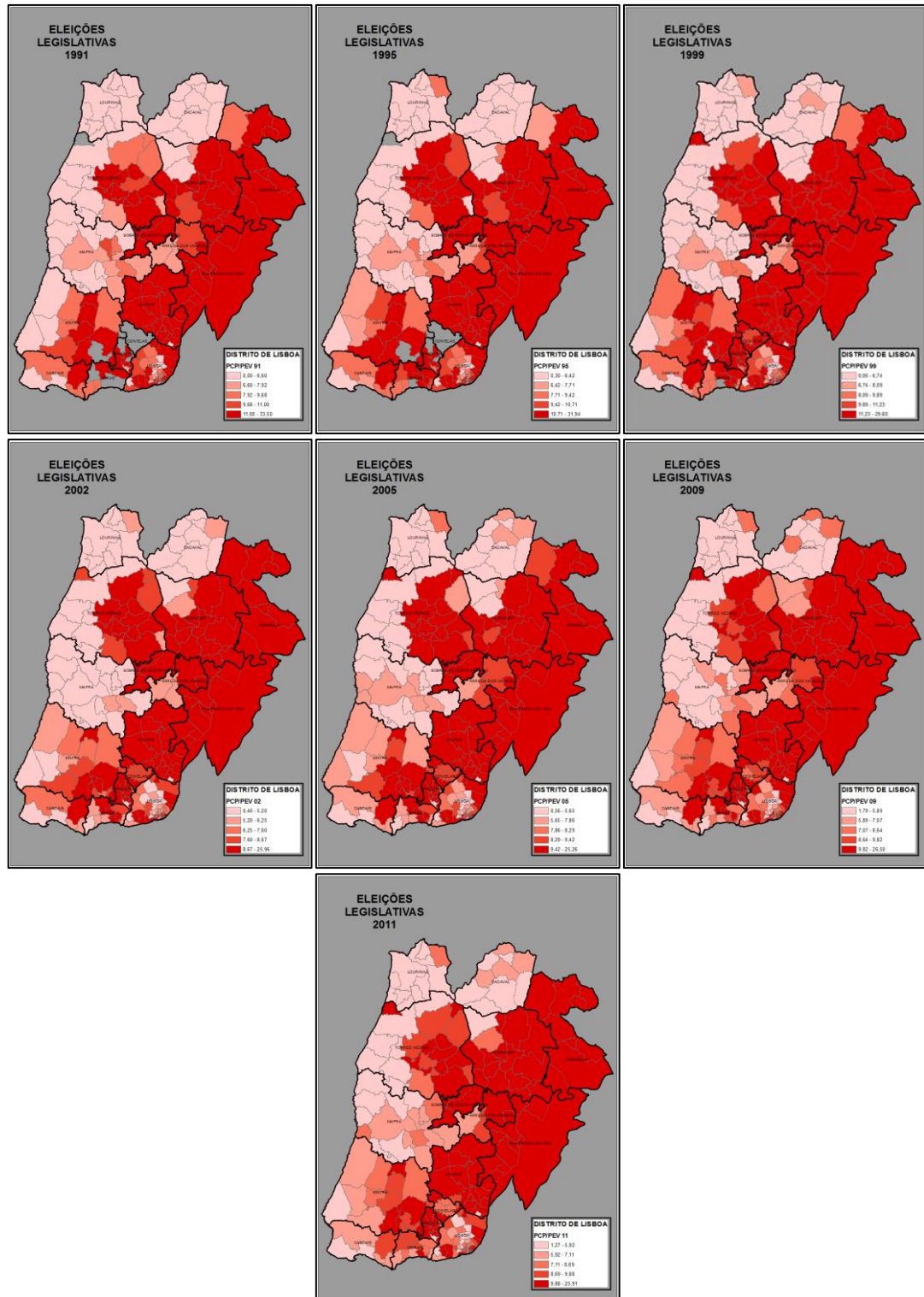


Figura 5.7 – PCP-PEV: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1991 a 2011.

5.6.3 Distrito de Lisboa: Partido Social Democrata

De certa forma, é possível concluir que o comportamento do PPD/PSD no distrito de Lisboa acaba por ser complementar comparativamente com o verificado pelo PCP-PEV. Assim, os concelhos em que os comunistas registam as taxas de votação mais baixas, correspondem por sua vez, aos concelhos onde os sociais-democratas obtêm os resultados mais altos no distrito (ver tabela 5.5). A principal conclusão a reter da cartografia eleitoral do PPD/PSD (ver figura 5.8 e/ou anexo VII) no distrito de Lisboa está relacionada com o facto de este não constituir propriamente aquilo que se denomina por um bastião do partido. Pelo contrário, na generalidade dos concelhos do distrito, o PPD/PSD regista taxas de votação iguais ou inferiores ao valor absoluto nacional obtido pelo partido (classes 1 e 2). Os padrões espaciais resultantes da cartografia dos votos são bem elucidativos do comportamento do eleitorado social-democrata. Mesmo nas eleições onde o partido venceu de forma convincente (1991 e 2002), os padrões espaciais não reflectem esse facto.

Tabela 5.5 – PPD/PSD: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa.

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	32.32	40.21	28.77	29.11	38.63
Alenquer	21.97	29.62	19.95	19.87	29.18
Amadora	23.90	30.76	20.45	20.89	29.72
Arruda dos Vinhos	27.07	36.54	23.90	25.38	35.42
Azambuja	19.57	26.74	17.12	18.17	25.86
Cadaval	34.93	45.23	32.78	31.72	41.92
Cascais	32.39	42.09	28.05	30.64	39.94
Lisboa	29.15	38.03	24.84	28.90	36.16
Loures	22.18	29.34	19.46	19.41	28.62
Lourinhã	44.32	53.92	40.46	35.36	50.50
Mafra	34.69	43.95	31.12	28.75	39.64
Odivelas	26.25	33.43	22.43	22.66	31.79
Oeiras	30.12	38.76	25.81	28.85	38.05
Sintra	25.36	33.86	22.17	21.63	31.83
Sobral de Monte Agraço	20.21	28.73	16.93	20.23	29.08
Torres Vedras	32.01	41.34	29.60	28.54	40.29
V. F. de Xira	18.55	25.07	16.16	16.32	24.71

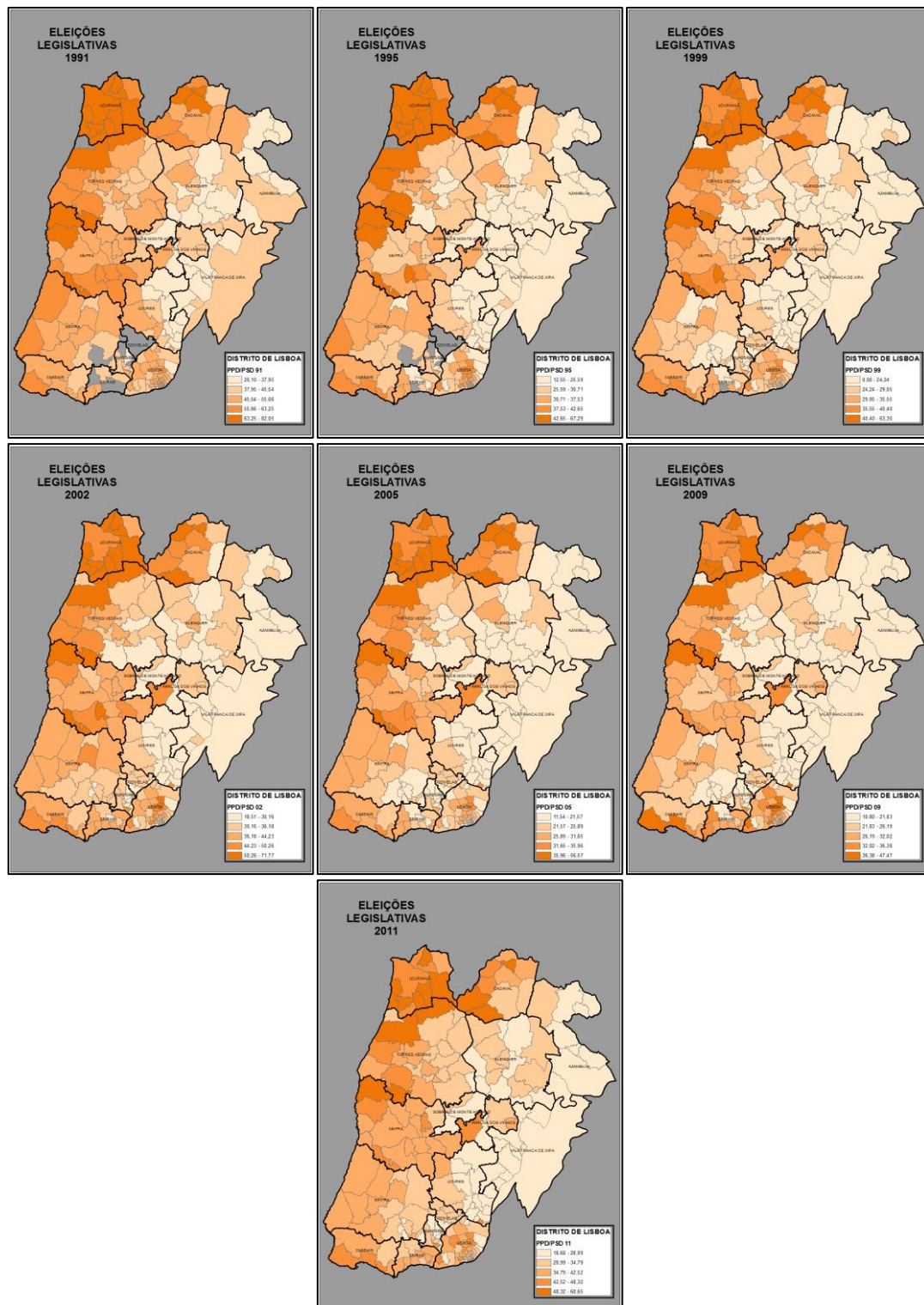


Figura 5.8 - PPD/PSD: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1991 a 2011.

Se no centro e este do distrito o partido não apresenta resultados relevantes traduzidos na cartografia pelas tonalidades associadas às classes 1 e 2, já a norte é

possível identificar um *cluster* espacial formado pelos municípios da Lourinhã, do Cadaval e de Torres Vedras (norte), e que se caracteriza pelos valores superiores aos resultados nacionais. Particularmente, no concelho da Lourinhã o PPD/PSD regista valores que se enquadram nas duas classes mais altas relativamente à estruturação de resultados adoptada neste estudo (classes 4 e 5).

5.6.4 Distrito de Lisboa: Partido Socialista

Na generalidade dos municípios do distrito de Lisboa, o PS regista ao longo das últimas eleições legislativas taxas de votação superiores aos valores nacionais (ver tabela 5.6). Contudo, nos concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais, Lourinhã, Mafra e Torres Vedras, os valores são inferiores. Esta realidade, acaba por ser traduzida pelos padrões espaciais gerados pelo mapeamento dos resultados do partido.

Tabela 5.6 - PS: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	44.06	37.79	45.03	36.55	28.05
Alenquer	50.47	44.65	50.51	40.68	31.47
Amadora	44.11	41.10	46.76	38.93	31.59
Arruda dos Vinhos	49.98	41.40	49.70	38.97	27.69
Azambuja	51.05	44.31	51.49	38.21	31.32
Cadaval	48.23	37.59	46.37	39.22	29.51
Cascais	37.82	33.36	38.70	32.25	22.38
Lisboa	39.82	37.62	42.48	34.79	26.55
Loures	45.48	41.10	46.57	39.18	31.12
Lourinhã	36.55	27.76	37.32	29.61	19.49
Mafra	45.22	35.97	43.77	35.10	23.84
Odivelas	46.06	41.02	47.38	38.77	31.16
Oeiras	38.99	36.52	40.91	34.61	24.24
Sintra	45.13	39.47	45.14	37.56	28.58
Sobral de Monte Agraço	43.48	37.53	45.51	35.44	27.81
Torres Vedras	44.30	37.81	44.29	36.75	24.29
V. F. de Xira	47.88	43.71	48.04	38.04	30.35

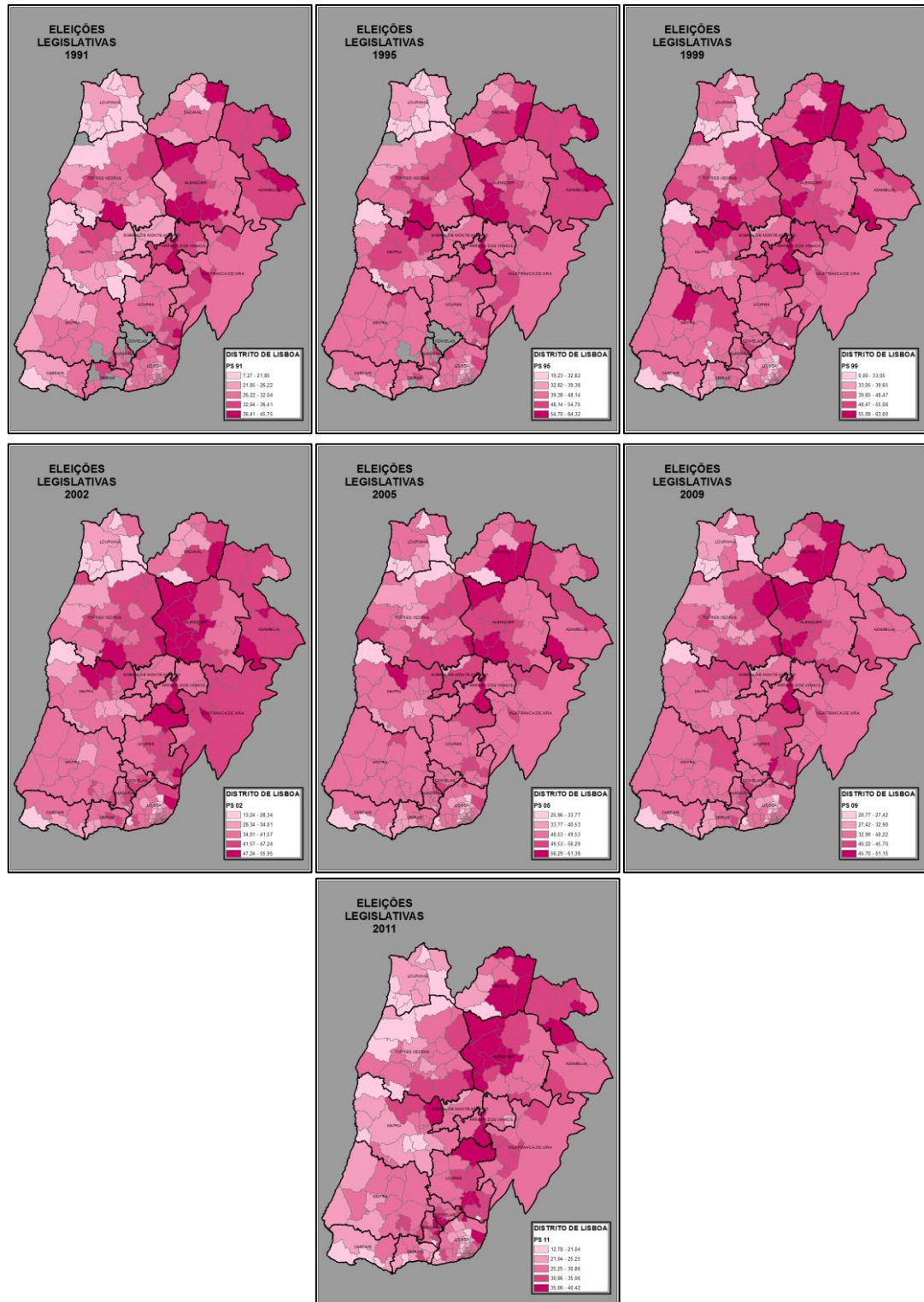


Figura 5.9 - PS: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1991 a 2011.

Uma outra conclusão que merece atenção, está relacionada com o facto de apesar de os socialistas obterem taxas de votação superiores, esses valores enquadram-se sobretudo na classe intermédia considerada (RN-10%;RN+10%).

De facto, apenas pontualmente o partido atinge resultados extremos positivos traduzidos pela tonalidade mais forte da escala de cores utilizada (ver figura 5.9 e/ou anexo VII). Aliás, o comportamento do partido no concelho de Lisboa é claramente elucidativo desta constatação, reflectindo sobretudo, uma maior homogeneidade dos resultados. Da análise dos vários mapeamentos associados ao PS, conclui-se que não é fácil identificar *clusters* espaciais que apresentem uma determinada tendência no que diz respeito aos resultados eleitorais.

Apesar de tudo, a zona oeste do município de Alenquer associada à zona este do concelho do Cadaval configura a existência de um *cluster* espacial caracterizado por taxas de votação muito altas (pertencentes às classes 4 e 5). Estaremos perante a força política cujos resultados eleitorais geram padrões espaciais mais uniformes ao longo de quase todo o território nacional (não incluindo as regiões insulares).

5.6.5 Distrito de Lisboa: Bloco de Esquerda

Genericamente, o BE regista no distrito de Lisboa valores superiores aos valores nacionais conforme é possível constatar pelos valores apresentados na tabela 14. Os municípios da Lourinhã e Cadaval são as excepções à regra no distrito. Embora as eleições legislativas de 2011 tenham alterado a tendência verificada nos escrutínios anteriores, é possível verificar mediante a análise dos padrões espaciais associados (ver figura 5.10 e/ou anexo VII) que os bloquistas começaram por registar as taxas de votação maiores precisamente nos municípios onde o PCP-PEV regista também os seus melhores resultados (zonas este e sul do distrito).

No conjunto dos municípios localizados a oeste e norte do distrito, o partido apresenta um comportamento heterogéneo que tem variado de eleição para eleição, não sendo possível identificar um padrão espacial em particular. Nos

municípios de Sintra, Vila Franca de Xira, Azambuja e Amadora, os bloquistas registam mesmo taxas de votação muito superiores aos valores nacionais.

Tabela 5.7 - BE: resultados eleitorais por concelho, no distrito de Lisboa.

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	2.44	2.74	6.35	9.82	5.19
Alenquer	1.81	2.41	6.01	11.03	5.92
Amadora	4.80	4.77	9.37	11.43	5.95
Arruda dos Vinhos	1.92	2.98	7.18	10.22	5.06
Azambuja	2.66	3.32	7.70	14.10	7.31
Cadaval	1.08	1.77	4.43	7.40	3.46
Cascais	4.88	4.59	8.39	10.09	5.05
Lisboa	6.00	5.11	8.71	9.81	5.58
Loures	4.05	4.18	8.12	10.31	5.27
Lourinhã	1.85	2.01	4.50	8.68	3.87
Mafra	2.19	2.98	6.89	10.77	5.54
Odivelas	3.96	4.32	8.95	11.37	5.72
Oeiras	6.84	5.92	9.89	10.48	5.75
Sintra	4.77	4.96	10.21	12.48	6.28
Sobral de Monte Agraço	2.49	3.03	6.71	10.16	5.25
Torres Vedras	2.57	2.82	6.10	10.33	5.47
V. F. de Xira	3.48	4.35	9.27	12.94	6.76

Naturalmente que a análise destas variações das taxas de votação do BE tenderão a ser realizadas em conjunto com as dos comunistas por exemplo, atendendo a que estaremos a analisar zonas geográficas comuns e partidos oriundos da mesma zona do espectro político.

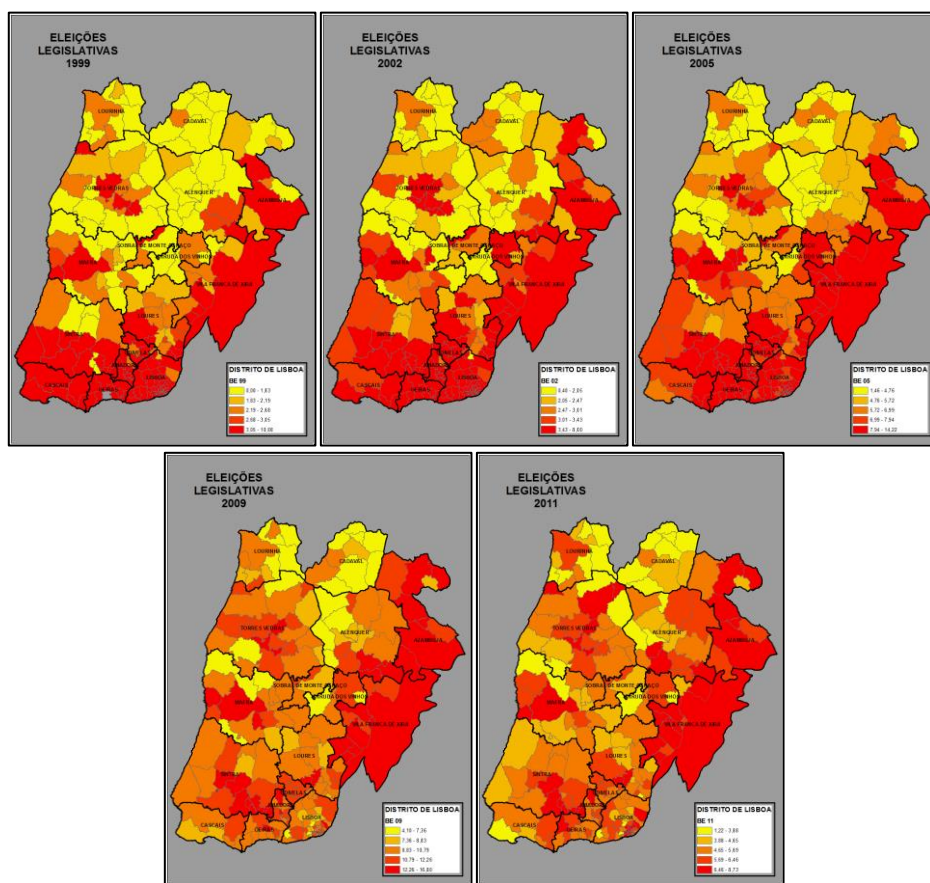


Figura 5.10 - BE: distribuição da votação por classes no distrito de Lisboa nas Legislativas de 1999 a 2011.

5.6.6 Distrito do Porto: Centro Democrático Social

Embora o distrito do Porto seja constituído por mais municípios que o distrito de Lisboa, tal não se significa que o CDS/PP consiga obter taxas de votação superiores aos valores nacionais num maior número de municípios (ver tabela 5.8).

Tabela 5.8 – CDS/PP: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	8.34	8.72	7.24	10.43	11.47
Amarante	4.99	6.04	5.00	7.18	6.46
Baião	4.54	6.39	3.50	8.41	6.81
Felgueiras	6.18	7.76	5.89	7.77	7.67
Gondomar	5.77	7.77	4.91	8.37	8.87
Lousada	5.20	6.53	4.66	7.62	7.22
Maia	6.83	8.64	6.48	9.00	10.62
Marco de Canaveses	8.83	12.52	8.66	12.52	10.46
Matosinhos	6.86	7.46	6.00	8.60	10.66
Paços de Ferreira	7.85	8.52	7.31	9.39	8.99
Paredes	8.63	10.19	8.23	11.19	10.46
Penafiel	6.88	8.09	6.26	8.88	7.75
Porto	9.76	8.77	9.90	10.71	12.80
Póvoa do Varzim	13.27	13.62	11.30	13.85	13.63
Santo Tirso	7.15	7.48	6.35	7.18	8.33
Trofa	8.33	8.55	7.14	10.54	9.79
Valongo	5.76	7.68	4.94	8.67	8.91
Vila do Conde	6.91	7.79	5.82	7.97	8.74
Vila Nova de Gaia	7.16	8.28	5.93	9.07	10.11

Na maioria dos concelhos que fazem parte do distrito, os resultados do CDS/PP enquadram-se preferencialmente nas duas classes mais baixas (1 e 2) , o que espacialmente se reflecte na adopção de tons bem mais claros para a representação das menores taxas de votação associadas ao partido. Apesar deste comportamento padronizado, é possível identificar um conjunto de *clusters* espaciais cuja principal característica está relacionada com o facto de o partido conseguir nessas áreas, taxas de votação superiores aos valores nacionais.

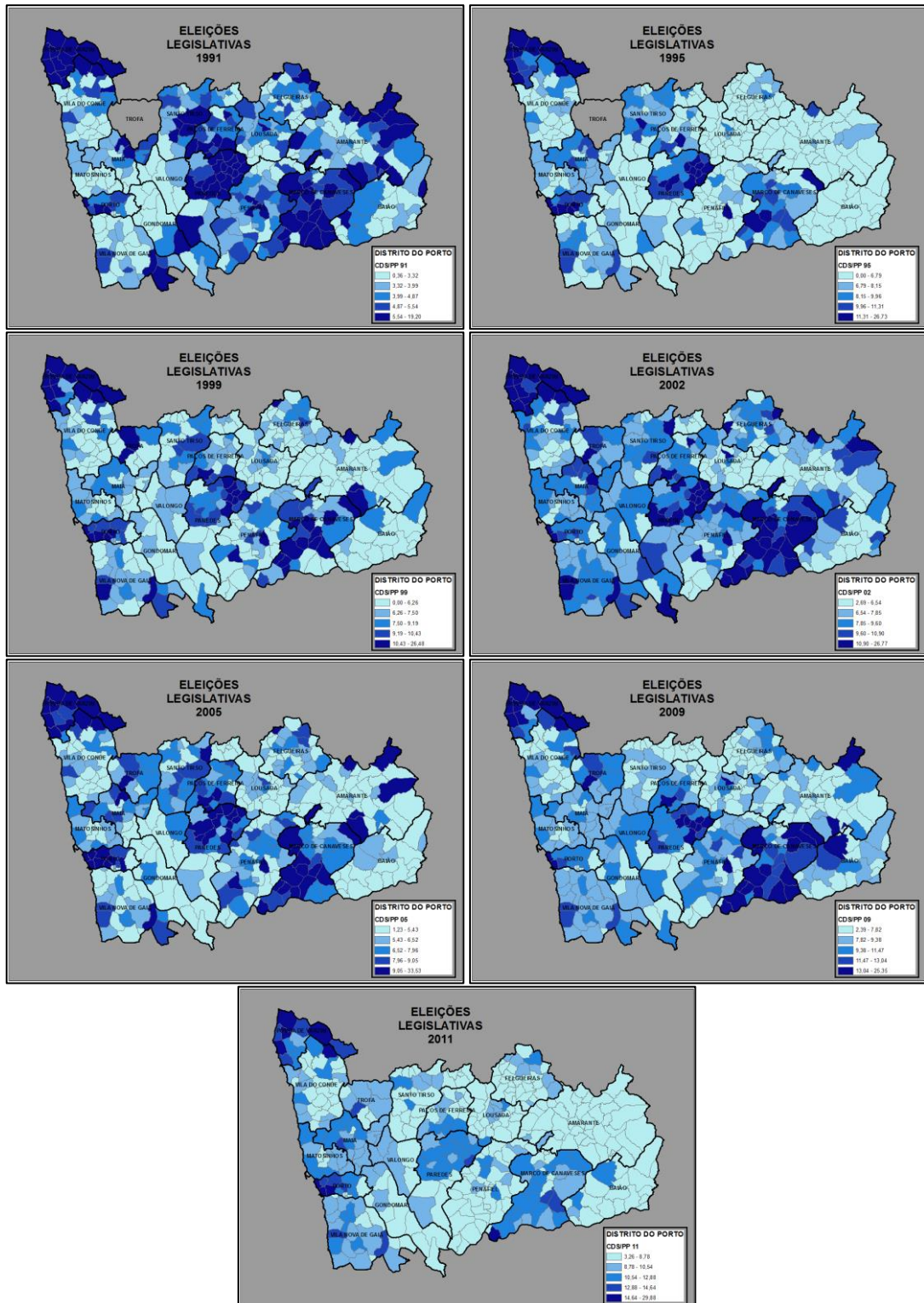


Figura 5.11 - CDS/PP: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2011.

Assim sendo, considere-se os municípios de Marco Canaveses, de Paredes, do Porto e da Póvoa do Varzim como fazendo parte desses tais *clusters* espaciais (ver figura 5.11 e/ou anexo VII). Apesar de o Porto não ser um distrito de eleição no que diz respeito ao eleitorado centrista, o partido tem vindo a perder protagonismo ao longo das diversas eleições, com particular evidência para as Legislativas de 2011

Porém, tendo em conta que o partido entre 2009 e 2011 apresentou um crescimento, é possível que a dimensão do eleitorado no distrito do Porto não tenha evoluído na mesma proporção. Por conseguinte, confirmando-se esta situação, o padrão espacial de 2011 é perfeitamente aceitável.

O mapeamento dos resultados dos centristas comprova que ao longo das últimas décadas, a norte do território nacional, o distrito do Porto tem sido por ventura a região onde o CDS/PP tem obtido as taxas de votação mais baixas. Por certo, a tal não será alheio o facto de o PPD/PSD conseguir ao longo das últimas décadas, resultados de relevo neste mesmo distrito, o que pode configurar em diversos momentos a existência do denominado voto útil. Consequentemente, poderíamos justificar alguns destes comportamentos com base nas supostas transferências de votos entre os blocos ideologicamente definidos ou mesmo a nível interno em cada um deles. Conforme é do domínio público, o eleitorado centrista sempre se caracterizou por uma certa volatilidade e que geralmente se traduziu numa captação de dividendos por parte dos sociais-democratas.

5.6.7 Distrito do Porto: Partido Comunista Português

Como seria expectável, o distrito do Porto tem-se afigurado ao longo do tempo como um território “hostil” para os comunistas, na medida em que as taxas de votação são geralmente muito inferiores aos valores nacionais (ver tabela 5.9) reflectindo a enorme dificuldade que o partido tem em cativar parte do eleitorado.

Por conseguinte, a série de padrões espaciais gerados pelo mapeamento dos resultados eleitorais expressa de forma clara este comportamento (ver figura 5.12

e/ou anexo VII), pois a paisagem política em termos cartográficos é caracterizada por cores claras, as quais se encontram associadas às classes 1 e 2, ou seja, as que englobam as menores taxas de votação.

Tabela 5.9 – PCP/PEV: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	8.99	6.94	7.54	7.86	7.94
Amarante	2.63	2.23	2.46	2.91	2.92
Baião	2.07	1.88	1.88	2.40	2.54
Felgueiras	2.99	2.78	3.16	3.85	3.92
Gondomar	9.08	7.06	8.23	8.43	9.31
Lousada	3.24	3.08	3.20	4.12	3.96
Maia	5.98	4.54	5.14	5.12	6.01
Marco de Canaveses	2.85	2.25	2.75	3.53	3.25
Matosinhos	7.55	5.42	5.92	6.26	7.01
Paços de Ferreira	3.19	2.53	3.13	3.14	3.45
Paredes	2.82	2.66	3.41	3.90	4.09
Penafiel	3.88	3.22	3.92	4.44	4.36
Porto	8.63	5.85	7.11	7.50	7.78
Póvoa do Varzim	3.90	2.72	3.52	3.84	4.06
Santo Tirso	5.40	3.81	4.24	4.50	5.28
Trofa	3.48	2.85	3.62	3.64	4.38
Valongo	7.11	5.54	6.64	6.84	7.48
Vila do Conde	4.42	3.19	3.71	4.23	4.95
Vila Nova de Gaia	7.17	5.35	6.25	6.56	7.36

Apesar de tudo, existe um comportamento homogéneo ao longo do ciclo temporal analisado que permite inclusive, identificar a oeste do distrito, a existência de um *cluster* espacial e do qual fazem parte os seguintes municípios: Porto, Gondomar (zona norte), Vila Nova de Gaia (zona norte), Matosinhos e Maia (zona Sul).

Visualmente bem definido no conjunto de mapas apresentados, este grupo de freguesias que integram este *cluster*, caracteriza-se pelo simples facto de o partido conseguir geralmente taxas de votação que integram as classes 3, 4 e 5, ou seja, as classes que integram valores de votação iguais ou superiores aos resultados nacionais.

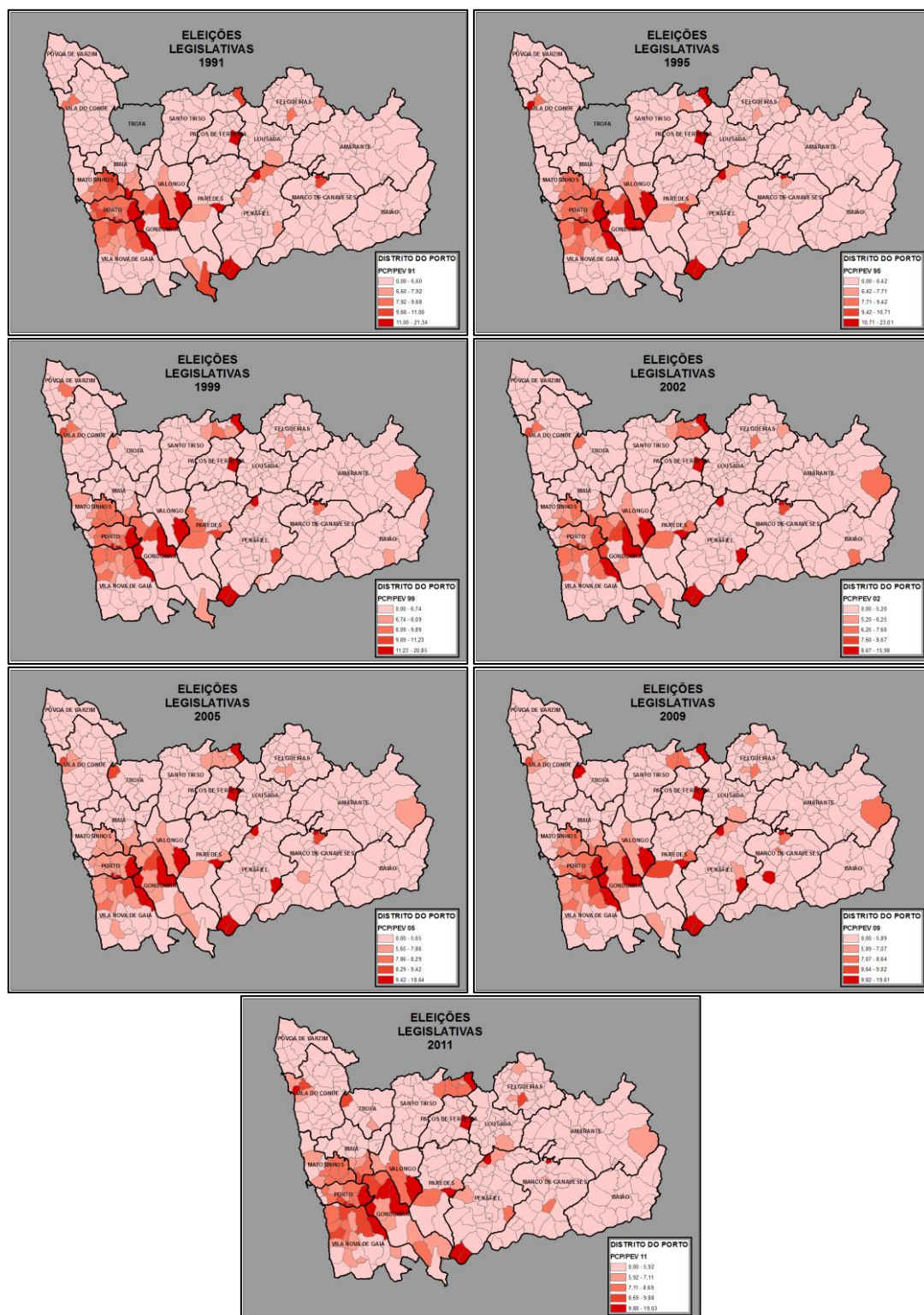


Figura 5.12 - PCP/PEV: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2009 e 2011.

5.6.8 Distrito do Porto: Partido Partido Social Democrata

Na grande maioria dos municípios do distrito do Porto, o PPD/PSD por norma regista taxas de votação superiores aos valores nacionais. Os municípios de Gondomar, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia constituem a excepção à regra (ver tabela 5.10).

Tabela 5.10 – PPD/PSD: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	32.32	40.21	28.77	29.11	38.63
Amarante	34.97	44.92	31.83	33.12	44.43
Baião	35.98	42.02	29.35	28.00	41.74
Felgueiras	36.26	47.60	32.25	30.17	40.20
Gondomar	30.90	35.87	24.11	25.72	35.20
Lousada	35.21	44.73	31.48	29.44	40.90
Maia	32.53	38.52	26.38	29.12	39.02
Marco de Canaveses	36.29	45.99	32.04	29.88	43.52
Matosinhos	25.92	32.19	22.04	24.16	33.59
Paços de Ferreira	43.56	53.76	39.98	35.71	48.30
Paredes	43.76	51.76	37.89	34.61	46.54
Penafiel	34.69	45.16	31.21	30.92	43.16
Porto	30.85	37.38	25.98	30.89	38.37
Póvoa do Varzim	42.33	49.18	38.54	37.41	48.44
Santo Tirso	29.49	38.59	25.65	28.15	37.20
Trofa	41.12	49.38	34.50	32.49	43.55
Valongo	31.65	37.38	25.35	25.45	35.92
Vila do Conde	31.93	40.90	29.47	29.31	40.32
Vila Nova de Gaia	30.38	36.66	24.94	27.30	36.92

Por outro lado, é possível identificar um conjunto de concelhos nos quais o partido regista de forma sistemática, valores muito superiores aos valores absolutos registados pelo PPD/PSD a nível nacional: Paços de Ferreira, Póvoa do Varzim e Paredes. Deste conjunto e com base nos padrões espaciais resultantes do mapeamento dos resultados (ver figura 5.13 e/ou anexo VII), os dois primeiros merecem particular atenção pelo facto de a tendência em causa ser generalizada à maior parte das freguesias.

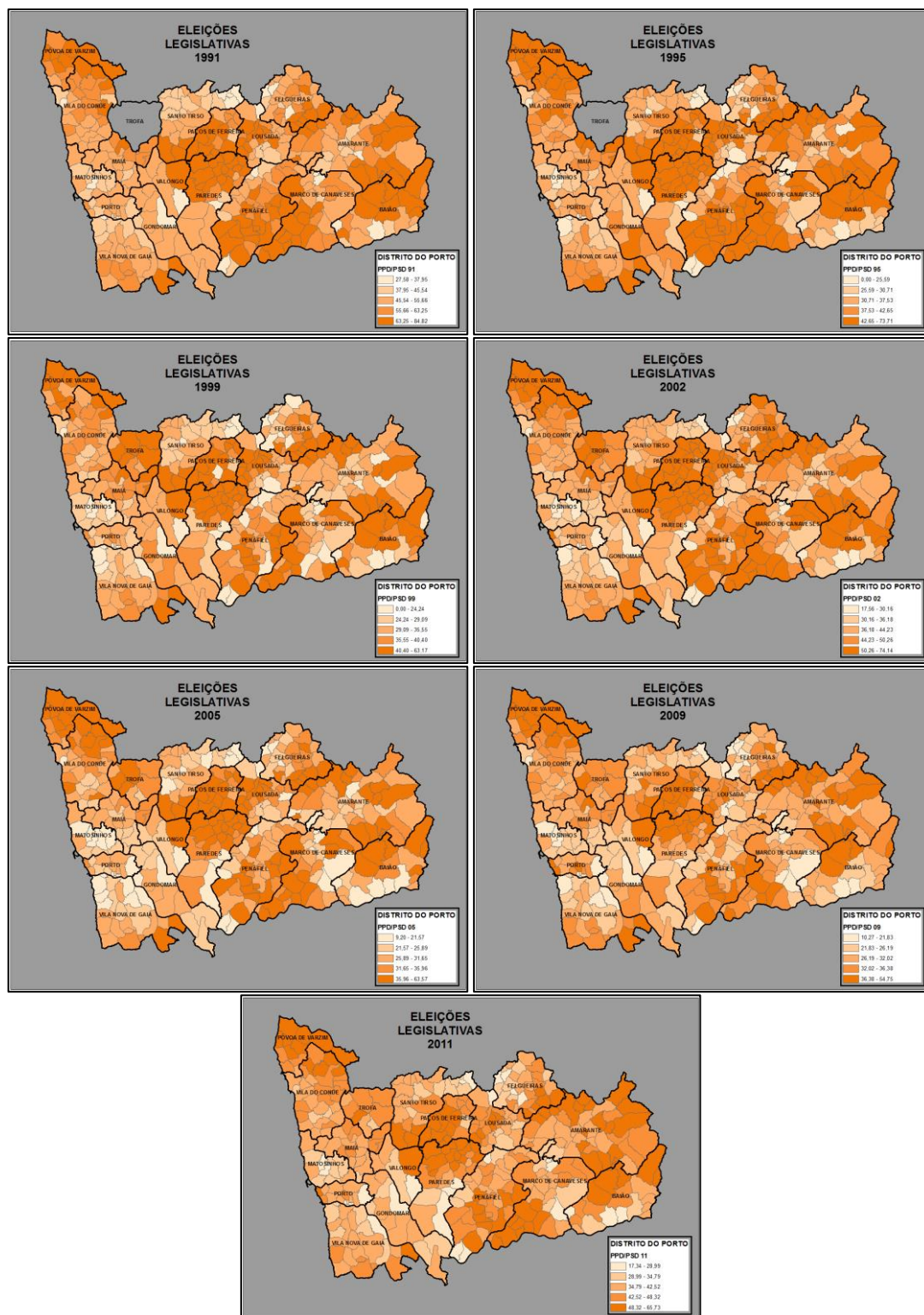


Figura 5.13 - PPD/PSD: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2011.

No caso do município de Paredes, este comportamento é mais acentuado na região norte do referido concelho. Analisando os padrões de voto relacionados como PPD/PSD e apesar de existir uma determinada heterogeneidade entre os diferentes municípios, transparece a ideia de que no global, o eleitorado do distrito não é muito condicionado pela conjuntura associada a cada um dos actos eleitorais analisados. Para tal, bastará analisar os mapas relativos às eleições legislativas de 1991 e 2011. Se no primeiro caso, o partido conseguiu a nível nacional uma maioria absoluta, já no segundo caso, os sociais-democratas assumem o papel de partido incumbente numa conjuntura bastante adversa para o PS, capitalizando por conseguinte, parte significativa de um eleitorado flutuante e que desta vez optou por expressar o seu voto de confiança no PPD/PSD.

A análise da evolução do comportamento do partido ao longo destes vinte anos no conjunto de todos os municípios do distrito, permite identificar dois *clusters* espaciais caracterizados por taxas de votação superiores aos valores nacionais e que preferencialmente se enquadram nas classes 4 e 5. Assim, um dos *clusters* será constituído pelo município da Póvoa do Varzim e pela zona norte do município contíguo de Vila do Conde. Quanto ao segundo, é definido por um conjunto de freguesias contíguas pertencentes aos municípios de Paredes (zona norte), de Paços de Ferreira, Santo Tirso (zona sul) e Lousada (zona oeste).

5.6.9 Distrito do Porto: Partido Socialista

Da análise dos padrões espaciais associados ao PS (ver figura 5.14 e/ou anexo VII) e particularmente a partir das eleições legislativas de 2005, transparece a ideia base de que o partido regista no distrito do Porto, taxas de votação iguais ou superiores aos resultados nacionais na generalidade dos municípios. Se durante a década de 90, esse registo não foi tão perceptível mediante uma análise espacial, já os valores que constam da tabela 5.11 comprovam-no de forma inequívoca. À excepção do concelho da Póvoa do Varzim e de pontualmente os concelhos do Porto, Paços de Ferreira e Paredes, o partido obtém taxas de votação normalmente superiores.

Aliás, é mesmo possível identificar um conjunto de municípios (Amarante, Baião, Felgueiras, Matosinhos, Penafiel, Santo Tirso, Valongo e Vila do Conde) nos quais os socialistas registam resultados muito superiores aos resultados que servem de comparação e que é possível confirmar nos diversos mapeamentos, mediante a representação dos polígonos das freguesias pela tonalidade mais escura.

Tabela 5.11 - PS: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	44.06	37.79	45.03	36.56	28.05
Amarante	52.80	42.13	52.45	45.79	36.87
Baião	53.26	45.77	59.27	52.83	40.56
Felgueiras	50.96	38.17	50.51	46.30	38.04
Gondomar	48.32	42.72	49.28	40.93	32.01
Lousada	52.94	41.96	53.09	48.51	38.53
Maia	48.46	41.40	48.37	40.54	29.92
Marco de Canaveses	47.80	35.28	48.77	43.04	33.55
Matosinhos	53.22	48.09	52.78	44.65	34.33
Paços de Ferreira	42.17	31.83	42.50	42.97	29.90
Paredes	41.06	31.39	41.63	39.83	29.00
Penafiel	50.17	38.99	50.06	44.28	34.20
Porto	43.15	41.29	44.31	36.13	27.99
Póvoa do Varzim	35.99	29.74	36.88	32.27	22.93
Santo Tirso	53.47	45.61	54.70	48.14	38.81
Trofa	43.12	34.73	44.78	41.79	31.13
Valongo	49.90	42.88	50.29	43.16	33.40
Vila do Conde	52.33	43.07	50.96	45.67	33.27
Vila Nova de Gaia	49.51	43.24	49.93	41.27	31.67

Ao contrário dos demais partidos com assento parlamentar (com a provável exceção do BE), não é tarefa fácil identificar *clusters* espaciais que traduzam a padronização do comportamento dos socialistas em determinadas zonas do território ao longo do tempo.

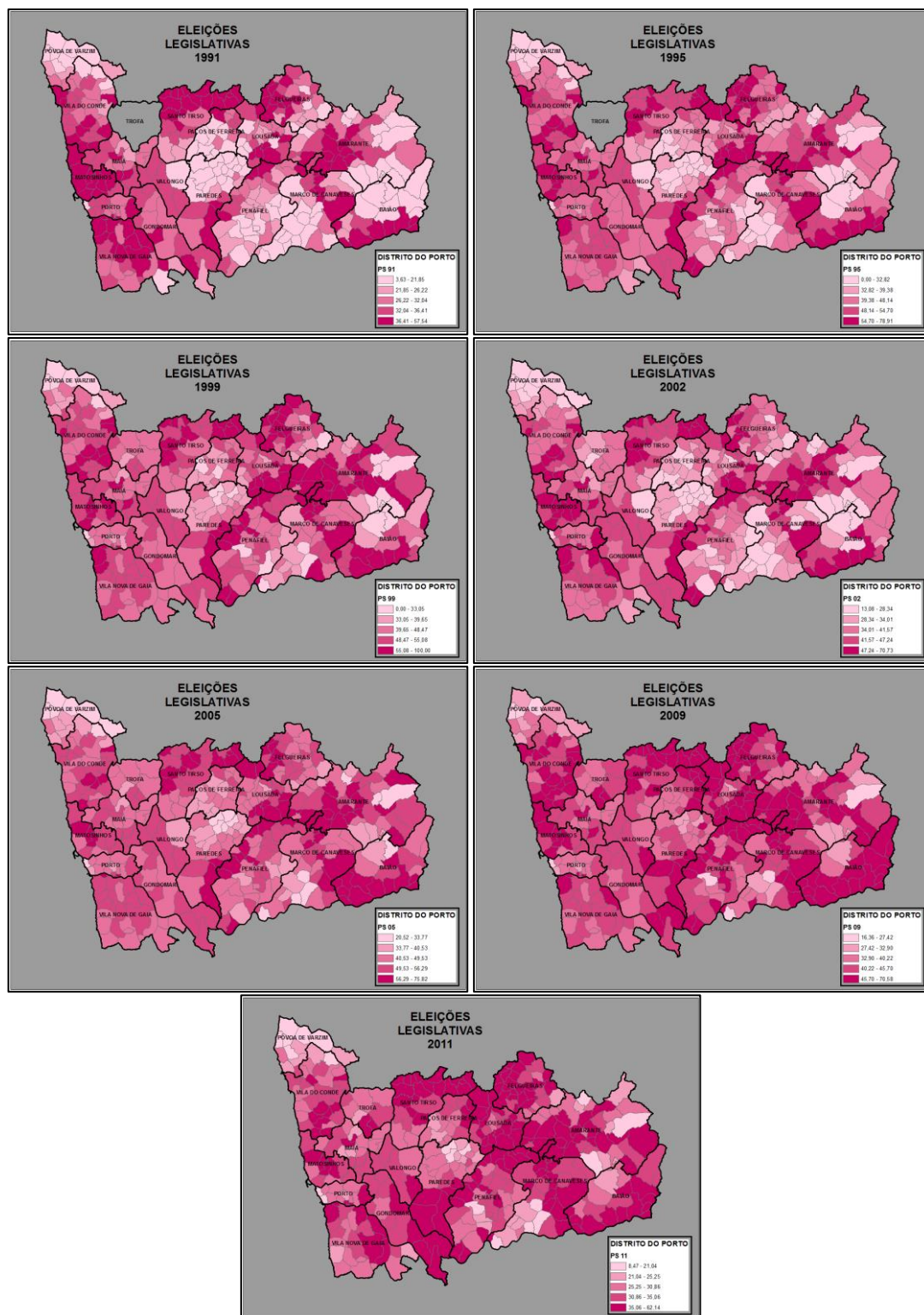


Figura 5.14 - PS: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2011.

De facto, o PS é por certo, o partido que apresenta uma distribuição de voto mais homogénea, isto é, não apresenta clivagens geográficas tão acentuadas com por exemplo o PPD/PSD e PCP-PEV. Os padrões espaciais acabam por definir uma paisagem política que traduz um maior consenso por parte do eleitorado, a nível nacional. Mesmo nas eleições legislativas de 2011 onde o partido apenas conseguiu cerca de 28% dos votos nacionais, o comportamento do PS no distrito do Porto não retrata de modo algum esse desempenho. De facto, apenas em algumas zonas os padrões espaciais aparecem representados pelos tons mais claros associadas às classes 1 e 2, sendo que nestas mesmas zonas, o principal partido do bloco de direita obtém as maiores taxas de votação (zona sul do concelho de Marco de Canaveses, Zona este do concelho de Amarante, zona norte do concelho de Paredes e o concelho da Póvoa do Varzim).

Ao procurar-se perceber como se estrutura a adesão dos cidadãos ao sistema democrático, em termos de ligação aos partidos, manifestada na expressão do voto, percebe-se que o distrito do Porto retrata da melhor forma algumas das principais características subjacentes a esse mesmo sistema: elevada abstenção, crescente volatilidade e acentuada tendência para a bipartidarização. A este conjunto de fenómenos será necessário associar um declínio da política das clivagens estruturais, com a consequente subvalorização dos factores sociológicos.

5.6.10 Distrito do Porto: Bloco de Esquerda

A mapeamento dos resultados eleitorais do BE reflectem o facto de o distrito do Porto não ser um território simpático para o partido (ver figura 5.15 e/ou anexo VII). Esta realidade está correlacionada com o simples facto de o partido pertencer a uma franja do espectro político que historicamente apresenta uma escassa e frágil implantação na zona norte do território (conforme visto anteriormente, o caso do PCP-PEV é similar).

Na generalidade do distrito, o partido regista taxas de votação inferiores aos resultados nacionais e que se enquadram nas classes 1 e 2 do nosso estudo (ver tabela 5.12). A excepção à normalidade, será por certo a existência de um *cluster* (geograficamente localizado na faixa ao longo do litoral) constituído pelos municípios do Porto, de Gondomar, de Matosinhos, Maia, Vila Nova de Gaia e Valongo (zona oeste). A generalidade das freguesias pertencentes a este *cluster*, apresenta taxas de votação que se enquadram nas classes 3, 4 e 5, ou seja, as classes que se identificam com as tonalidades mais fortes no que diz respeito ao mapeamento dos respectivos resultados.

Tabela 5.12 – BE: resultados eleitorais por concelho, no distrito do Porto.

	1999	2002	2005	2009	2011
Resultado nacional	2.44	2.74	6.35	9.81	5.17
Amarante	1.55	1.67	4.14	6.95	3.15
Baião	0.40	0.50	1.71	4.21	1.65
Felgueiras	0.60	0.97	3.97	7.44	3.54
Gondomar	2.25	2.87	7.80	10.86	6.05
Lousada	0.53	1.01	3.43	6.20	2.89
Maia	2.64	3.34	8.18	10.76	5.95
Marco de Canaveses	0.86	1.04	3.55	6.69	3.01
Matosinhos	3.17	3.71	8.76	11.43	6.63
Paços de Ferreira	0.55	0.93	2.71	4.66	2.96
Paredes	0.76	1.04	3.54	5.81	2.96
Penafiel	0.95	1.23	3.73	6.60	3.11
Porto	4.41	4.10	8.42	10.18	5.86
Póvoa do Varzim	1.74	2.26	5.42	8.20	4.47
Santo Tirso	1.13	1.68	5.11	8.07	4.10
Trofa	1.09	1.49	4.92	6.71	3.93
Valongo	2.06	2.68	7.36	10.34	5.81
Vila do Conde	1.60	2.26	5.67	8.62	5.34
Vila Nova de Gaia	2.48	3.20	8.01	10.58	6.10

Em termos de comportamento ao longo do espaço temporal analisado, este agrupamento tem mostrado não apenas, uma determinada tendência para se expandir para norte, mas também para uma atenuação dos valores em conformidade com o os resultados nacionais do BE, facto que se reflecte por um reforço das classes 3 e 4, em detrimento da classe 5.

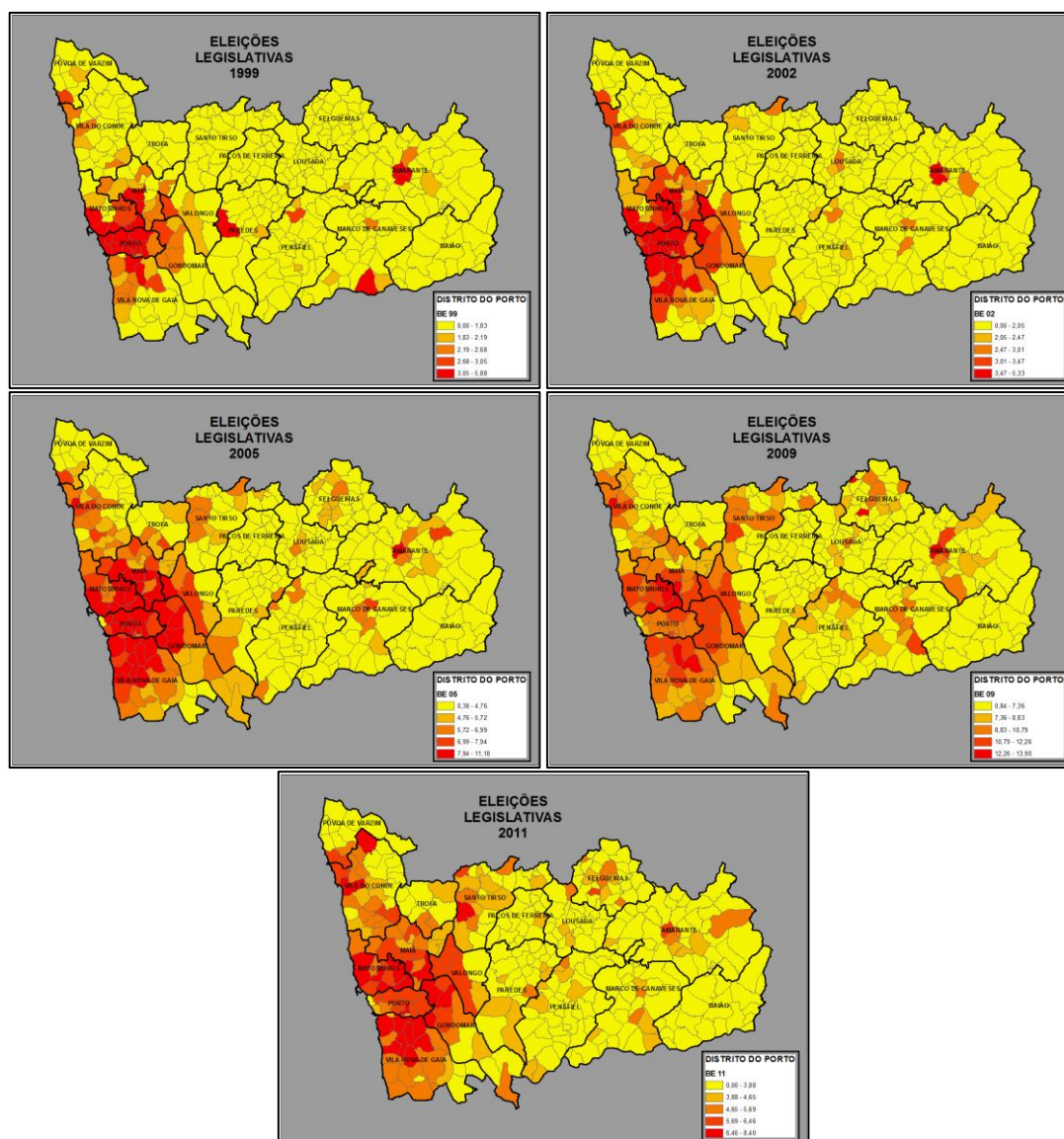


Figura 5.15 - BE: distribuição da votação por classes no distrito do Porto nas Legislativas de 2005, 2009 e 2011.

5.7 Considerações finais

Ao analisarmos a afirmação, “Procurando uma síntese das grandes linhas evolutivas da Geografia Eleitoral portuguesa ao longo dos últimos 12 anos podemos afirmar que às transformações humanas e sociais registadas ao longo do território não correspondeu uma alteração significativa no comportamento político e eleitoral dos portugueses” (Gaspar e André, 1989), podemos concluir que passados mais de vinte anos, é possível reiterar a respectiva validade da mesma. Considerando o actual

espectro político e a respectiva evolução ao longo destas duas últimas décadas, verificamos que os mesmos quatro partidos (cinco a partir de 1999) dominam o cenário político nacional. Porém, com uma taxa de votação em conjunto sistematicamente superior a 65%, socialistas e sociais-democratas têm vindo alternadamente a assumir o papel de partido “incumbente”, condicionado claro está, pelas oscilações conjunturais. Se comunistas e centristas lutam por serem dos partidos menores, o mais votado, já os bloquistas que pareciam vir a intrometer-se nesta disputa, viram as Legislativas de 2011 constituir um fortíssimo revés às suas aspirações. Por outro lado, enquanto os comunistas alicerçam os seus resultados eleitorais num eleitorado fiel e conservador nas suas opções ideológicas, já o eleitorado centrista se caracteriza por uma manifesta maior volatilidade, embora os resultados de 2009 e 2011 transpareçam uma certa afirmação e expansão a nível nacional do partido que carece de confirmação nas próximas eleições legislativas.

Ainda segundo Gaspar e André (1989), *“A análise cartográfica de pormenor e a análise estatística conexa mostram todavia que, embora lentamente, se têm registado algumas alterações de fundo na Geografia Eleitoral dos portugueses...diminuição das diferenças entre Norte e Sul, apesar de esta diferença continuar a ser o principal traço distintivo dessa Geografia Eleitoral...menos evidente e não uniforme é a tendência que se revela nalgumas regiões para diminuir a oposição entre voto urbano e voto rural.”* De facto, também estas constatações continuam bem actuais apesar de os mesmos autores argumentarem à época que a realidade geográfica, económica e social gerava tendências que não pareciam ter reflexos da mesma dimensão nos comportamentos eleitorais. Contudo, vinte anos depois destes comentários, observamos que o processo de litoralização do povoamento acentuou-se drasticamente, assim como a terciarização, a urbanização difusa, os contrastes inter-regionais, o desemprego, o trabalho precário, o envelhecimento da população e os novos fluxos migratórios. Cada vez mais, os padrões espaciais transparecerão o facto de nas zonas rurais apresentarem cada vez menos população e a existente ser cada vez mais idosa, o que em termos eleitorais, se traduz num eleitorado mais conservador dando por sua vez, origem a

taxas de votação elevadas em determinados partidos (normalmente associados à direita ou preferencialmente, centro-direita) e simultaneamente, a taxas de abstenção superiores às registadas nos grandes centros urbanos.

Em contraponto, o eleitorado concentrado nas zonas urbanas tenderá a manter a sua principal característica, isto é, a mobilidade ou volatilidade. Esta, tenderá na nossa opinião a agudizar-se em face da influência cada vez maior das denominadas redes sociais, as quais permitem um maior e significativamente mais rápido fluxo de informação e de ideias entre cidadãos: *“Há pelo menos duas razões que nos fazem supor que as características das redes sociais de carácter informal em que os indivíduos estão inseridos, as relações que se estabelecem no seu seio e a informação que através delas circula podem influenciar decisivamente a participação eleitoral”...* *“Por um lado, a aquisição de competências para a participação não é feita apenas através da socialização primária, da escolarização ou do envolvimento formal em associações e organizações. A própria interacção com outros indivíduos em contextos informais pode cumprir essa função”...* *“Olhar para esses contextos como fontes de informação específica sobre a utilidade e/ou desejabilidade da participação”, (Magalhães, 2008).*

6. Estudo de caso: Bloco de Esquerda

6.1 Introdução

Actualmente, dos partidos com representação parlamentar, o Bloco de Esquerda é o partido mais jovem com uma relativa curta existência. O partido nasceu do acordo que conduziu à coligação de movimentos e partidos que se reclamavam como pertencentes à "verdadeira Esquerda" portuguesa: a União Democrática Popular (UDP), partido marxista (maoísta); o Partido Socialista Revolucionário (PSR), partido de inspiração "trotskista" e normalmente conotado com a "extrema-esquerda" marxista e combatente; e movimento "Política XXI", às quais posteriormente se juntaram vários outros movimentos. Em Março de 1999, uniram-se para formar uma coligação que tinha como principal objectivo, dar voz a vários milhares de portugueses descontentes com a "velha Esquerda" nacional do PS e do PCP-PEV.

O objetivo que norteou, num primeiro momento, a constituição do Bloco de Esquerda, foi a participação da coligação nas eleições para o Parlamento Europeu realizadas em 13 de Junho de 1999. Relativamente às Legislativas, apresentou-se pela primeira vez a sufrágio em 1999 e desde então, o seu eleitorado foi crescendo sustentadamente até 2009. Porém, nas Legislativas de 2011, o partido viria a ser bastante penalizado pelos eleitores, tendo perdido mais de 35% dos votos obtidos em 2009.

Tratando-se de um pequeno partido com representação parlamentar, interessa pois, perceber a sua verdadeira dimensão política e como se distribui geograficamente. Para tal, consideramos a divisão administrativa utilizada anteriormente (sete regiões) e mapeamos para cada região, os resultados do BE em cada uma das eleições. A cartografia de voto utilizada permite-nos aferir do posicionamento dos bloquistas em cada freguesia (considerando os 5 maiores partidos) e verificar a respectiva evolução ao longo do tempo. Acresce o facto, de podermos espacialmente verificar se o BE é um partido elitista do ponto de vista geográfico, ou seja, se é um partido meramente concentrado nas áreas urbanas ou

se por ventura, é um partido cujo eleitorado abrange a totalidade do território. Também a que ponto o partido atinge determinadas regiões à custa do eleitorado comunista, será por certo um dos tópicos que será possível analisar a partir do mapeamento dos resultados eleitorais obtidos pelo partido.

6.2 Região do Algarve

O comportamento do BE na região do Algarve é semelhante ao verificado na região do Alentejo. Assim, nas eleições de 1999 e 2002, o partido foi o quinto partido mais votado na quase totalidade das freguesias algarvias e somente de forma pontual, o BE conseguiu ser a quarta opção (ver figuras 6.1, 6.2 e/ou anexo VIII). Nas Legislativas de 2005, os bloquistas conseguiram aumentar a sua influência ao ponto de serem o terceiro partido mais votado em 38 freguesias e o quarto, em 39 freguesias. Nas eleições de 2009, o crescimento exponencial do eleitorado afecto ao partido, conduziu ao seguinte registo: segundo partido mais votado em 4 freguesias, terceiro em 61 freguesias, quarto em 17 freguesias e quinto partido em apenas 2 freguesias.

Nas Legislativas de 2011, a grande debacle sofrida pelo partido, consumou-se numa clara redução do eleitorado afecto ao BE. Se em 2009, muitos eleitores de esquerda e centro-esquerda encararam o voto no BE como uma nova alternativa (em particular ao PS e PCP/PEV), já 2011 trouxe um certo desencanto que por exemplo, na região do Algarve, se reflectiu no seguinte registo: quarto partido em 36 freguesias e quinto em 46 freguesias. Em termos gerais, passou de terceiro para quinto partido na região do Algarve, perdendo praticamente metade do eleitorado (31017 votos em 2009 contra 16414 em 2011). Observando o mapeamento dos resultados do partido relativo às duas últimas eleições, comprova-se precisamente o que foi referido. O padrão espacial associado às Legislativas de 2009 destaca-se pelas cores fortes reflexo do melhor posicionamento do BE entre os cinco partidos considerados, contrapondo com as cores mais suaves que caracterizam os padrões de 2011 (semelhantes aos de 1999 e 2002) e que traduzem o facto de o partido ter

voltado a posicionar-se maioritariamente como o quinto partido mais votado na maioria das freguesias.

Uma outra conclusão interessante que advém dos mapeamentos, está relacionado com o facto de o eleitorado bloquista se concentrar preferencialmente nas zonas urbanas em detrimento das áreas rurais, aliás um pouco à imagem do resto do país. As oscilações que o partido conheceu entre 2005 e 2011, acabam por se localizarem sobretudo fora dos grandes centros conforme os padrões espaciais comprovam. Um elevado nível de recursos materiais e educacionais permite um maior domínio do universo da política e que por sua vez, implica quase sempre uma maior integração social e política (Freire, 2000). Assim, reconhecendo que uma parte substancial do eleitorado bloquista reside em áreas vincadamente urbanas, é plausível aceitar que o mesmo se caracterize por uma certa volatilidade.

Da análise do mapa associada às Legislativas de 2011, verifica-se que apesar da diminuição acentuada do número de votos, as zonas urbanas e preferencialmente situadas junto ao litoral, mantiveram parte significativa do eleitorado. A fidelização de algum eleitorado e a não identificação com os programas de outras forças políticas, podem provavelmente justificar estes resultados.

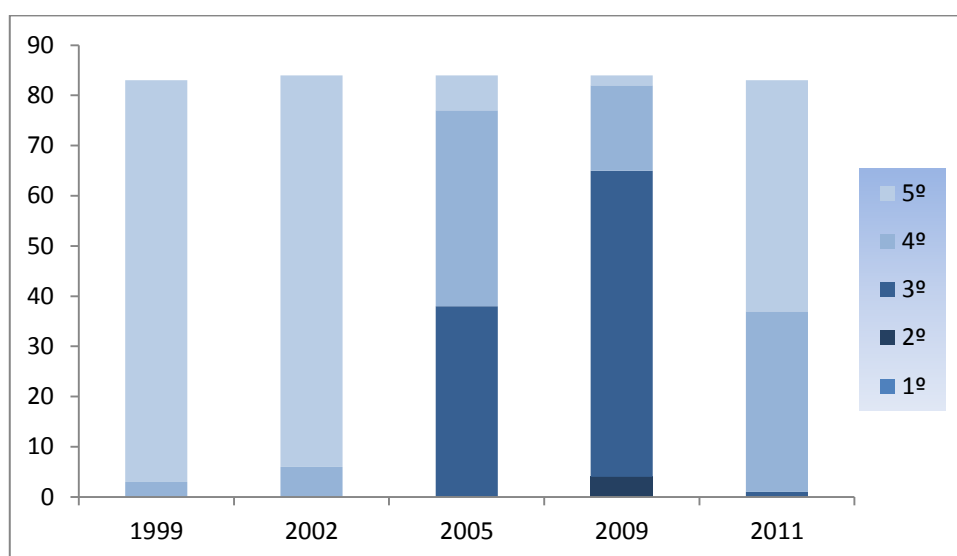


Figura 6.1 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região do Algarve.

O gráfico anterior (ver figura 6.1), reproduz correctamente o comportamento do BE no Algarve entre 1999 e 2011. Em três dos cinco escrutínios, o BE foi maioritariamente o quinto partido. Por sua vez, nas eleições de 2005 e 2009, o partido evidenciou-se como terceira força mais votada conseguindo mesmo, ser a segunda em algumas freguesias nas eleições Legislativas de 2009.

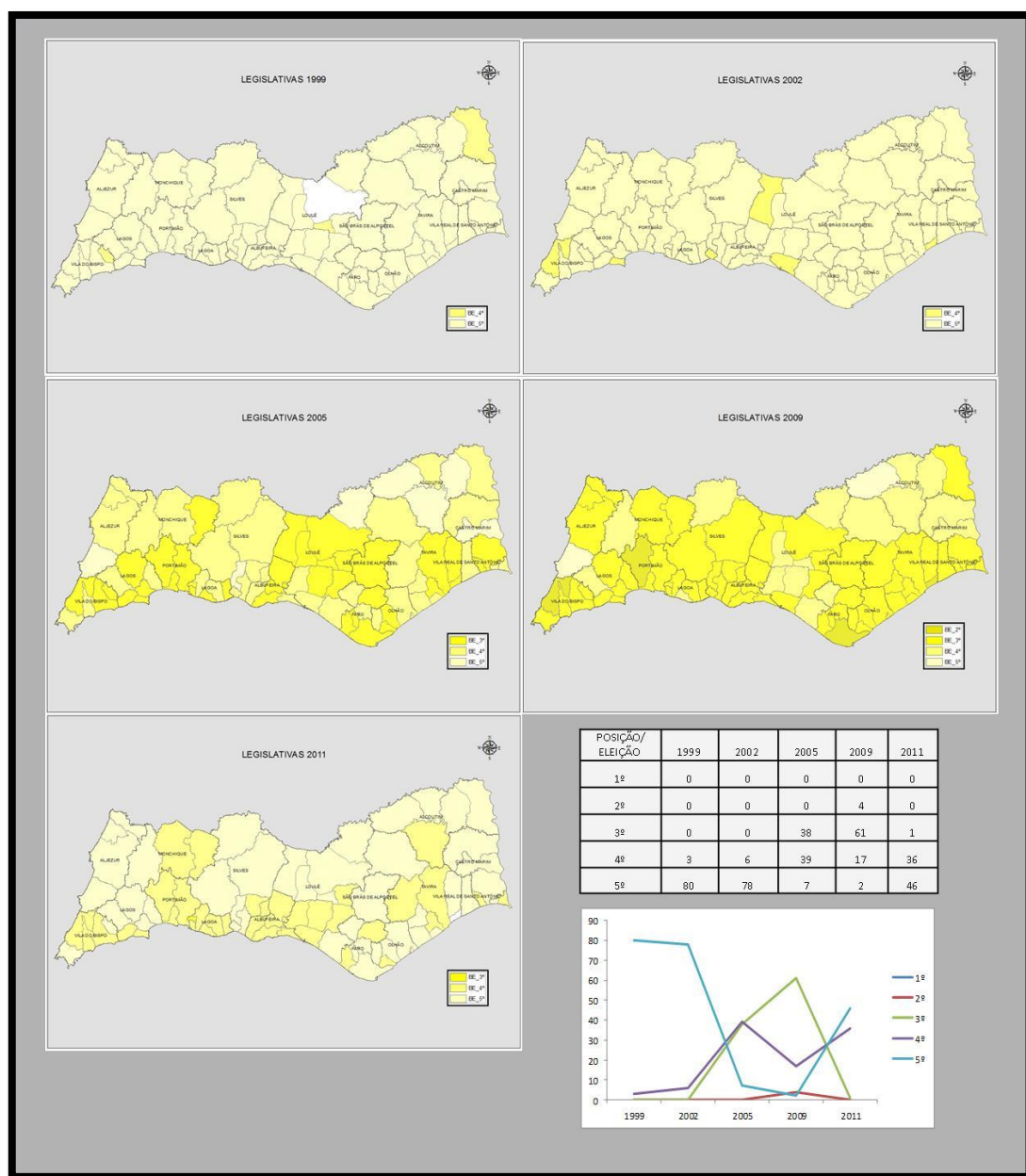


Figura 6.2 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região do Algarve.

Considerando os resultados globais na região do Algarve entre 2005 e 2011, verifica-se que o aumento verificado (aproximadamente 50%) no número de eleitores em 2009, não se confirmou em 2011. De qualquer forma, as taxas de votação na região do Algarve são manifestamente superiores aos respectivos valores nacionais, para qualquer das três eleições em causa (ver tabela 6.1).

Tabela 6.1 – Comparativo dos resultados do BE nas eleições legislativas de 2005, 2009 e 2011 no distrito de Faro

Distrito	2005	2009	2011
Faro	15316 (7,66%)	31017 (15,38%)	16414 (8,16%)

6.3 Região do Alentejo

Do mapeamento dos resultados das eleições Legislativas de 1999 a 2011, sobressai o facto de o eleitorado ter mostrado uma certa resistência ao aparecimento de um novo partido (ver figuras 6.3, 6.4 e/ou anexo VIII). Analisando os mapas dos escrutínios de 1999 e 2002, verificamos que o BE foi quase sempre o quinto partido mais votado e apenas pontualmente, conseguiu ser o quarto. Em 2005, os bloquistas conseguiram por fim cativar uma determinada franja do eleitorado, valendo ao partido a conquista de outro tipo de protagonismo. Assim, de 2002 para 2005, o BE conseguiu ser o terceiro partido em 28 freguesias e foi quarto, em 200 freguesias (quando em 2005, eram apenas 73). Nas Legislativas de 2009, o partido conseguiu o seu melhor resultado de sempre obtendo cerca de 10% dos votos a nível nacional, reflectindo a boa performance do partido fruto quiçá, de uma certa euforia e esperança que o BE conseguiu transmitir a uma parte significativa do eleitorado maioritariamente de esquerda e centro-esquerda. No Alentejo, este comportamento materializou-se da seguinte forma: segundo partido mais votado em 5 freguesias, terceiro em 99 freguesias e quarto em 168 freguesias. Ao compararmos os mapas de 1999 e de 2009, constata-se que houve uma completa

transfiguração do padrão espacial associado à distribuição do eleitorado bloquista, reflexo do crescimento significativo do partido. Por outro lado, confirma-se o facto de que as áreas periféricas do sul do país, são tradicionalmente mais progressistas em contraponto com a realidade própria das zonas periféricas do norte do país, as quais se mostram mais conservadoras por natureza e consequentemente, pouco receptivas a alterações que propiciem alterações dos equilíbrios existentes e consolidados ao longo do tempo.

As eleições Legislativas de 2011, marcam o retrocesso do BE e o regresso a registos muito similares aos de 2002 e 1999, onde o partido foi claramente a quinta força na região do Alentejo (230 freguesias, quando em 2009 forma apenas 29). Nas eleições de 2011, o BE foi o terceiro partido mais votado em 2 freguesias (99 em 2009), foi o quarto partido em 68 freguesias (168 em 2009). Nestas eleições, o partido logrou vencer numa das freguesias alentejanas com menor número de eleitores, o que representa por si só, algo de inédito.

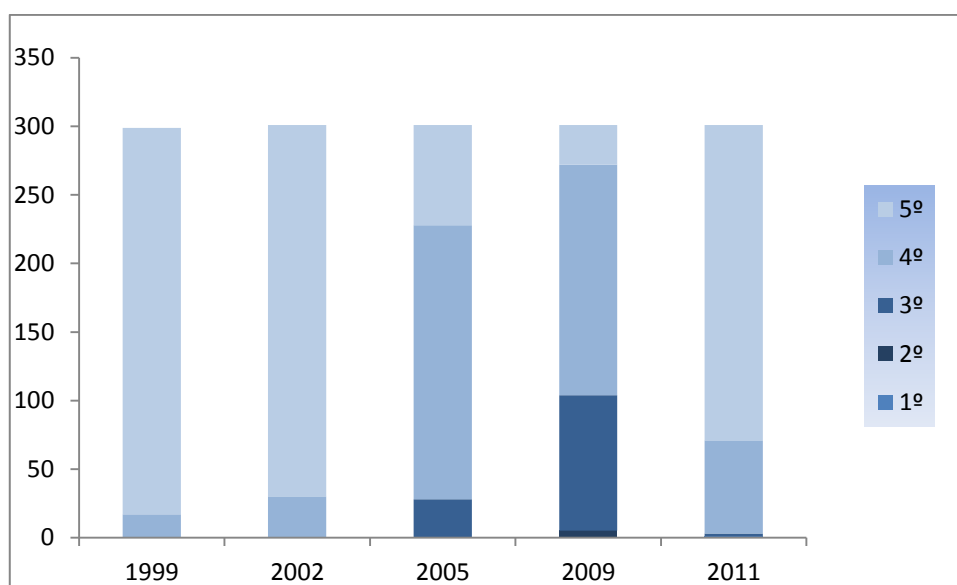


Figura 6.3 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região do Alentejo.

O salto quantitativo verificado em 2009 culmina um processo natural de implantação e crescimento de um novo partido político que provavelmente se evidenciou à custa do eleitorado afecto a outros partidos de esquerda e centro-

esquerda. Em 2011, contrariando uma possível e previsível consolidação dos resultados de 2009, o BE viu o seu eleitorado reduzir-se a níveis iguais ou mesmo inferiores aos de 2005, anulando por completo o crescimento registado dois anos antes (ver tabela 6.2).

Tabela 6.2 – Comparativo dos resultados do BE nas Legislativas de 2005, 2009 e 2011 para os distritos que integram a região do Alentejo.

Distrito	2005	2009	2011
Sétubal (Sines)	614 (9,14%)	1165 (17,19%)	546 (8,41%)
Setúbal (Santiago do Cacém)	1136 (7,89%)	2119 (13,78%)	1004 (6,57%)
Setúbal (Grândola)	491 (5,64%)	1001 (12,27%)	458 (6%)
Setúbal (Alcacer do Sal)	462 (5,71%)	867 (11,99%)	442 (6,6%)
Évora	4463 (4,61%)	10167 (11,12%)	4230 (4,91%)
Beja	4144 (4,74%)	8264 (10,06%)	3890 (5,19%)
Portalegre	3264 (4,60%)	7109 (10,75%)	2743 (4,45%)

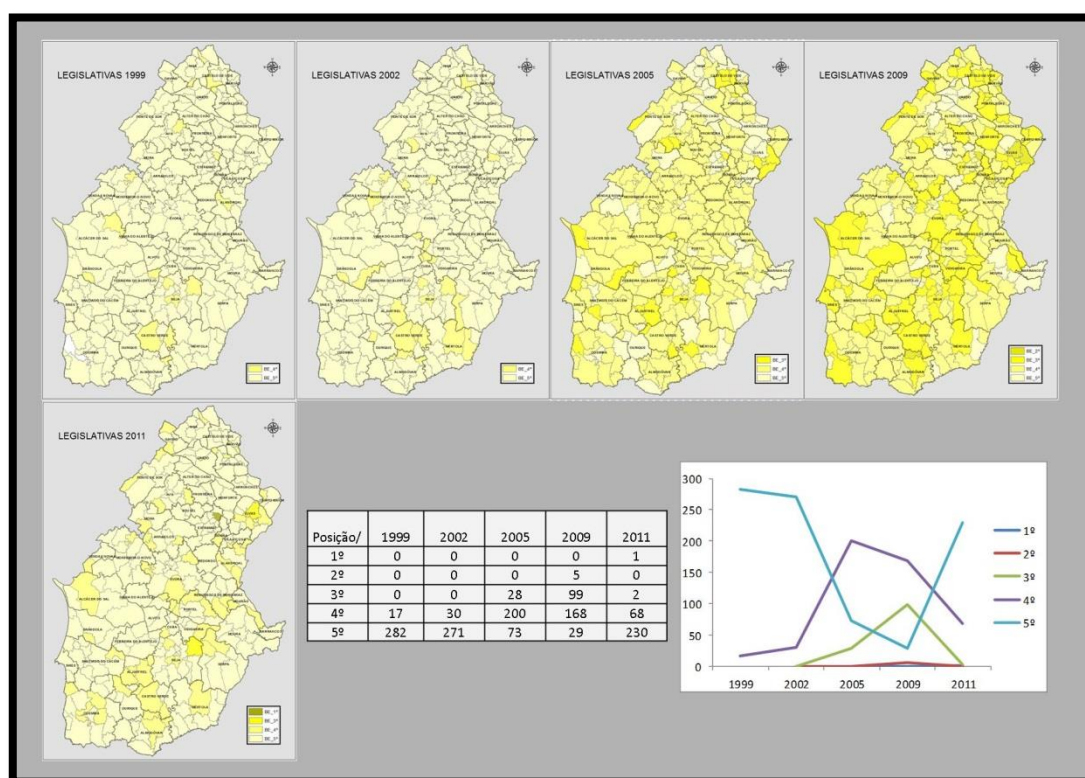


Figura 6.4 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região do Alentejo.

6.4 Região da Beira Interior

O mapeamento dos resultados do BE na região da Beira Interior é diferente dos que forma apresentados para as regiões do Alentejo e do Algarve. Se nas duas primeiras eleições o partido foi sobretudo a quinta força política, a partir de 2005 definiu-se como quarto político mais representativo (ver figuras 6.5, 6.6 e/ou anexo VIII). Entre 1999 e 2009, o partido como quinta força mais representativa, passou das 381 freguesias para apenas 44. Já enquanto quarta força mais votada, passou de 95 para 299 freguesias. Como consequência das eleições de 2011, esta tendência de crescimento inverteu-se e o BE passou a ser preferencialmente o quarto ou quinto partido. Para tal, contribuiu o facto de apenas ter conseguido ser o terceiro partido em 14 freguesias em 2011, quando tinha conseguido igual resultado em 132 freguesias em 2009.

A cartografia associada aos resultados do BE nesta região não indicia a existência de áreas contínuas de influência (*cluster* espacial), embora possamos aceitar que o eleitorado bloquista se concentra sobretudo a sul e sudoeste, sendo que a norte os resultados nunca foram tão favoráveis ao longo do tempo. Por certo, a tal não será estranho o facto, de que a zona mais a norte da região da Beira Interior constitui a porta de entrada em zonas cujo eleitorado, está intrinsecamente associado aos partidos de direita e centro-direita. Analisando o mapa correspondente às Legislativas de 2009, sobressai a existência de uma faixa central que compreende concelhos como Gouveia, Manteigas, Covilhã, Guarda, Fundão, Castelo Branco e Guarda. Por conseguinte, contempla e integra as principais áreas urbanas desta região, confirmando-se desta forma, algumas das ilações anteriormente referidas e relativas à concentração geográfica do eleitorado bloquista.

Como seria expectável, à medida que avançamos para norte, a predominância dos partidos de esquerda vai-se esbatendo em prol de um claro predomínio dos partidos de direita e centro-direita. Mesmo nas eleições de 2009 (tabela 6.3), as taxas de votação verificadas nas diversas zonas que constituem a região da Beira Interior ficaram aquém do resultado nacional (9,82%) obtido pelo partido,

comprovando a tendência para uma clara diminuição da influência dos partidos do centro-esquerda e de esquerda nas regiões a norte do rio Tejo.

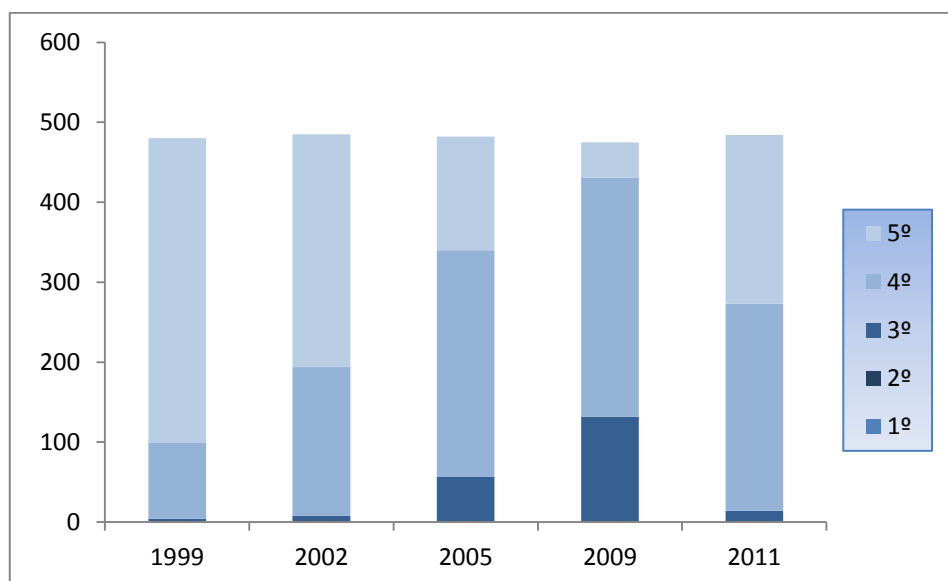


Figura 6.5 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região da Beira Interior.

Tabela 6.3 – Comparativo dos resultados do BE nas Legislativas de 2005, 2009 e 2011 para os distritos que integram a região da Beira Interior.

Distrito	2005	2009	2011
Guarda	3439 (3,40%)	7730 (7,53%)	3102 (3,34%)
Castelo Branco	4656 (3,74%)	10668 (9,08%)	4614 (4,19%)
Coimbra (Pampilhosa da Serra)	64 (2,13%)	127 (4,47%)	46 (1,87%)
Santarém (Mação)	213 (3,73%)	413 (7,72%)	204 (4,14%)

Quanto à variação negativa entre 2009 e 2011, encontra-se sintonizada com as demais regiões analisadas. Por exemplo, o número de freguesias nas quais o partido foi a quinta força mais votada, passou de 44 (2009) para 211 (2011), reflectindo isso mesmo. Especialmente, esta variação encontra-se associada a uma alteração substancialmente na graduação da cor dos mapas (em particular os relativos a 2009 e 2011), reflectindo uma quebra significativa do número de votos e por conseguinte, de preponderância do BE nas freguesias que constituem a região Interior.

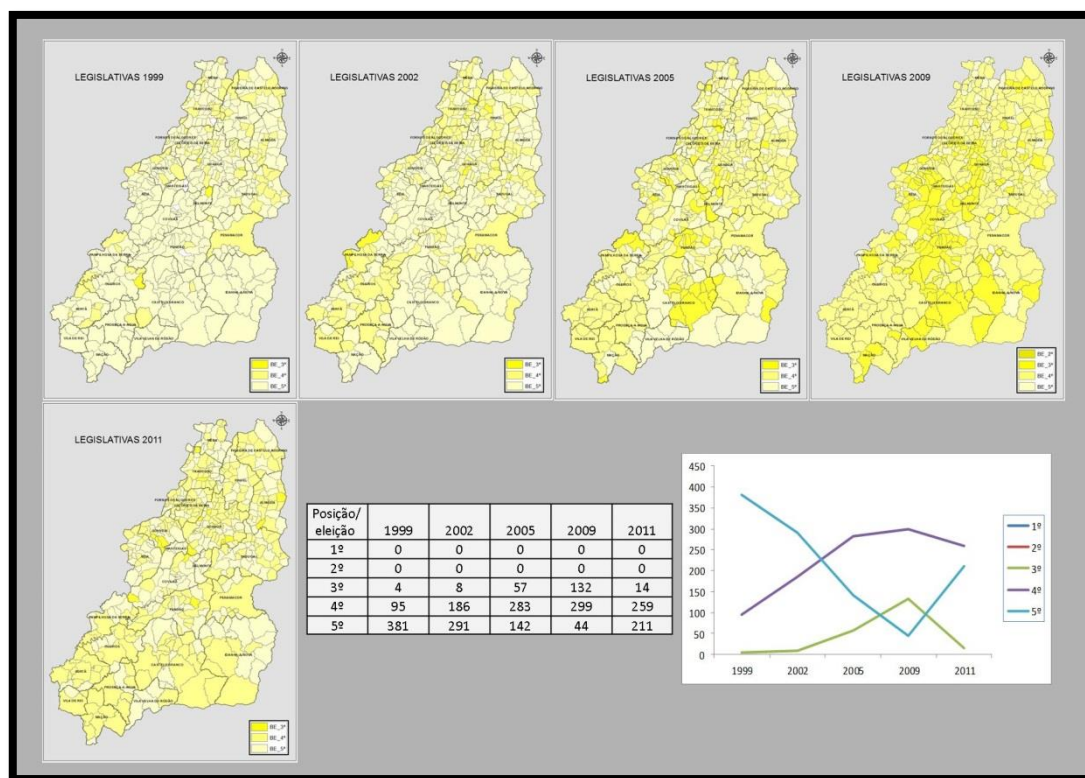


Figura 6.6 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região da Beira Interior.

6.5 Região da Estremadura e Ribatejo

A região da Estremadura e Ribatejo é constituída por concelhos de quatro distritos. Assim, para além da totalidade do distrito de Lisboa, integra os seguintes concelhos: do distrito de Leiria os concelhos de Peniche, Bombarral, Óbidos, Caldas da Rainha, Alcobaca e Nazaré; do distrito de Santarém o concelho de Mação; do distrito de Setúbal os concelhos de Grândola, Sines, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém.

O mapeamento dos resultados do BE na região transmite-nos uma realidade distinta das anteriores, senão vejamos: em 1999 e 2002, o BE assume-se claramente como a quinta força política na quase totalidade das freguesias; em 2005 e 2009 apresenta-se como a quarta força na maior parte do território, sendo que em 2009 consegue mesmo constitui-se como terceira força em cerca de 30% das freguesias, o que não deixa de ser sintomático da força do partido à altura. Por outro lado,

geograficamente, a influência dos bloquistas começou por ser mais evidente a norte da região (ver figuras 6.7, 6.8 e/ou anexo VIII), estendendo-se ao resto da região (particularmente à margem sul do Tejo) nos escrutínios de 2005 e 2009. Nas últimas eleições, atendendo ao decréscimo acentuado do número de votos, o padrão espacial acaba por traduzir uma realidade semelhante à verificada em 1999 e 2002, ou seja, com os melhores resultados do BE a localizarem-se geograficamente a norte (concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos, Lourinhã, Ourém, Porto de Mós, Ferreira do Zêzere e Rio Maior). Outro dado interessante a extrair das taxas de votação do BE nesta região, tem a ver com o facto de que nas eleições de 2005 e 2009, estes valores terem sido quase sempre superiores aos valores nacionais (ver tabela 6.4). Nas Legislativas de 2011, apesar de se confirmar também um acentuado decréscimo de eleitores, os valores verificados foram superiores aos das restantes regiões e mesmo ao valor nacional. Neste cenário, sobressaem claramente os concelhos do distrito de Setúbal que integram a região, pelo simples facto de apresentarem na globalidade taxas de votação bem superiores às médias nacionais: 10,57% (2005), 14,10% (2009) e 7,05% (2011).

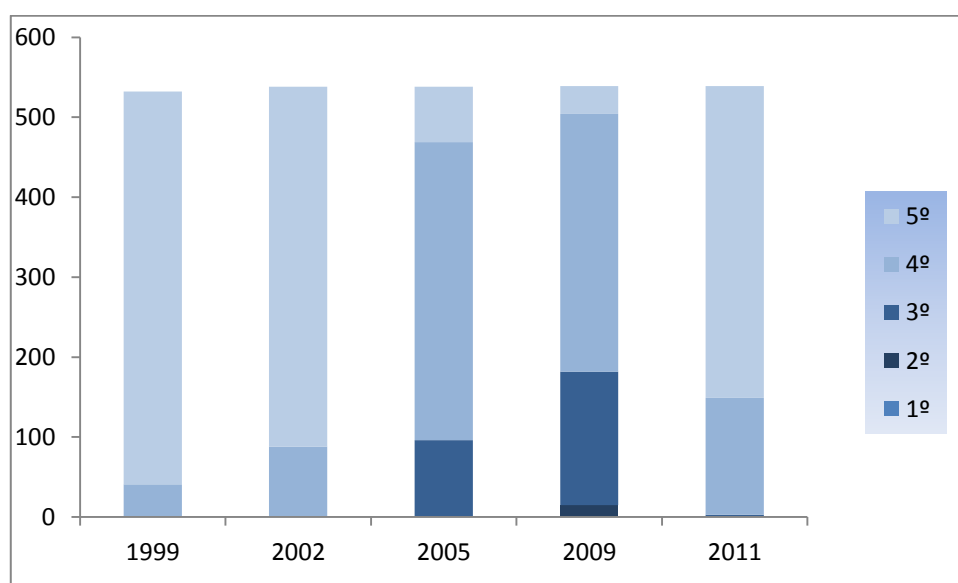


Figura 6.7 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região da Estremadura e Ribatejo.

Tabela 6.4 – Comparativo dos resultados do BE nas Legislativas de 2005, 2009 e 2011 para os distritos que integram a região da Estremadura e Ribatejo.

Distrito	2005	2009	2011
Lisboa	103971 (8,76%)	124244 (10,81%)	66868 (5,72%)
Santarém	16592 (6,53%)	29379 (11,91%)	13747 (5,79%)
Setúbal	40917 (10,57%)	53595(14,10%)	27170 (7,05%)
Leiria	5230(5,80%)	8661 (9,78%)	4962 (5,52%)

Por ventura, o conjunto de concelhos do distrito de Leiria que integra a região, será a única área que apresenta taxas de votação semelhantes aos valores nacionais. O gráfico da figura 38 reflecte a semelhança da distribuição dos resultados do partido nos escrutínios de 1999, 2002 e 2011. Em 2005 e principalmente 2009, o partido conheceu uma nova realidade que enquanto partido, acabou por não confirmar nas Legislativas de 2011. De facto, só no distrito de Lisboa o BE perdeu mais de 47% dos votos, passando de 124444 votos (2009) para 66868 (2011).

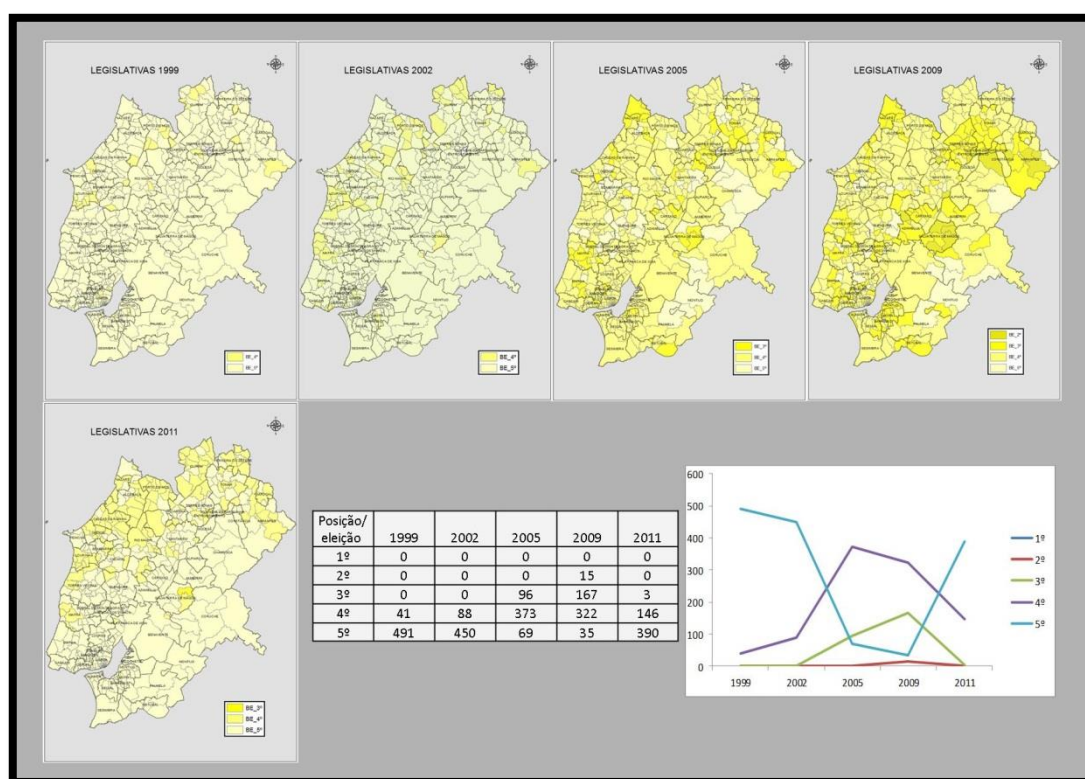


Figura 6.8 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região da Estremadura e Ribatejo.

6.6 Região da Beira Litoral

Na região da Beira Litoral (engloba concelhos dos distritos de Leiria, Coimbra, Aveiro e Viseu), o BE começou por ser o quinto partido mais votado em 1999 e manteve a mesma tendência em 2002, embora já com um registo considerável (270 freguesias) como quarta força mais votada (ver figuras 6.9, 6.10 e/ou anexo VIII). Em 2005, o partido reforçou o estatuto de quarto partido (446 freguesias), conseguindo inclusive ser terceiro num número apreciável de freguesias (82). Em 2009, o BE manteve sensivelmente o mesmo número de freguesias onde foi o quarto partido mais votado (443 contra 446 em 2005). Por outro lado, acentuou-se o crescimento do número de freguesias nas quais conseguiu ser a terceira força política mais votada. Ao contrário do verificado nas demais regiões, o partido como que conseguiu sobreviver às eleições de 2011 e manteve-se maioritariamente como a quarta força em 375 freguesias e quinta em 229 freguesias. Considerando as principais áreas urbanas desta região (ver tabela 6.5) e comparando os resultados de 2011 com 2009, constatamos que Aveiro, Coimbra, Leiria e Viseu perderam 44%, 45%, 41% e 55% dos votos, respectivamente (a nível nacional, o valor foi de cerca de 48%).

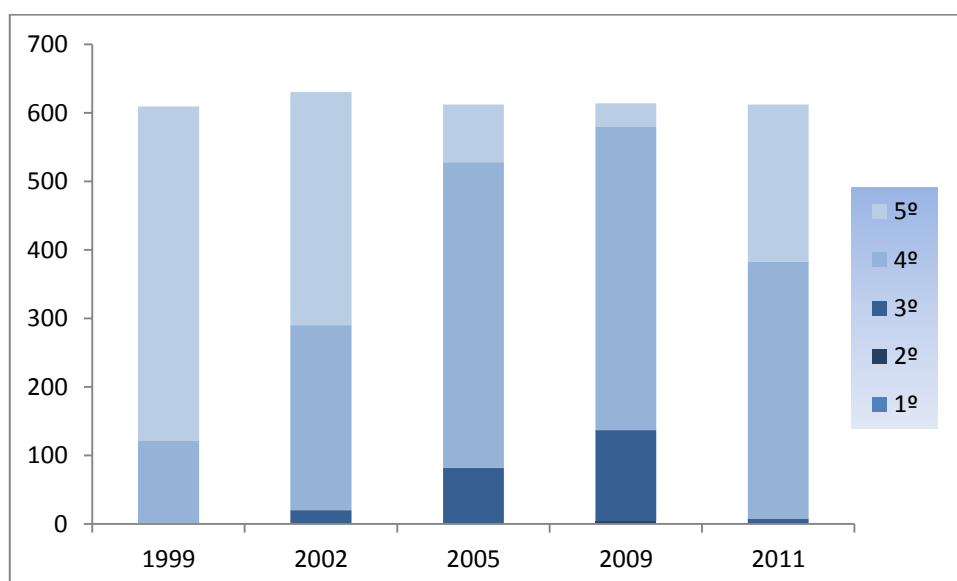


Figura 6.9 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região da Beira Litoral.

Tabela 6.5 – Comparativo dos resultados do BE nas Legislativas de 2005, 2009 e 2011 para os distritos que integram a região da Beira Litoral.

Distrito	2005	2009	2011
Leiria	8558 (5,39%)	14858 (9,35%)	8389 (5,29%)
Aveiro	10734 (5,30%)	18660 (9,20%)	10010 (4,92%)
Coimbra	15442 (6,32%)	25508 (10,77%)	13033 (5,75%)
Viseu	5567 (3,48%)	10855 (7,00%)	4644 (3,18%)

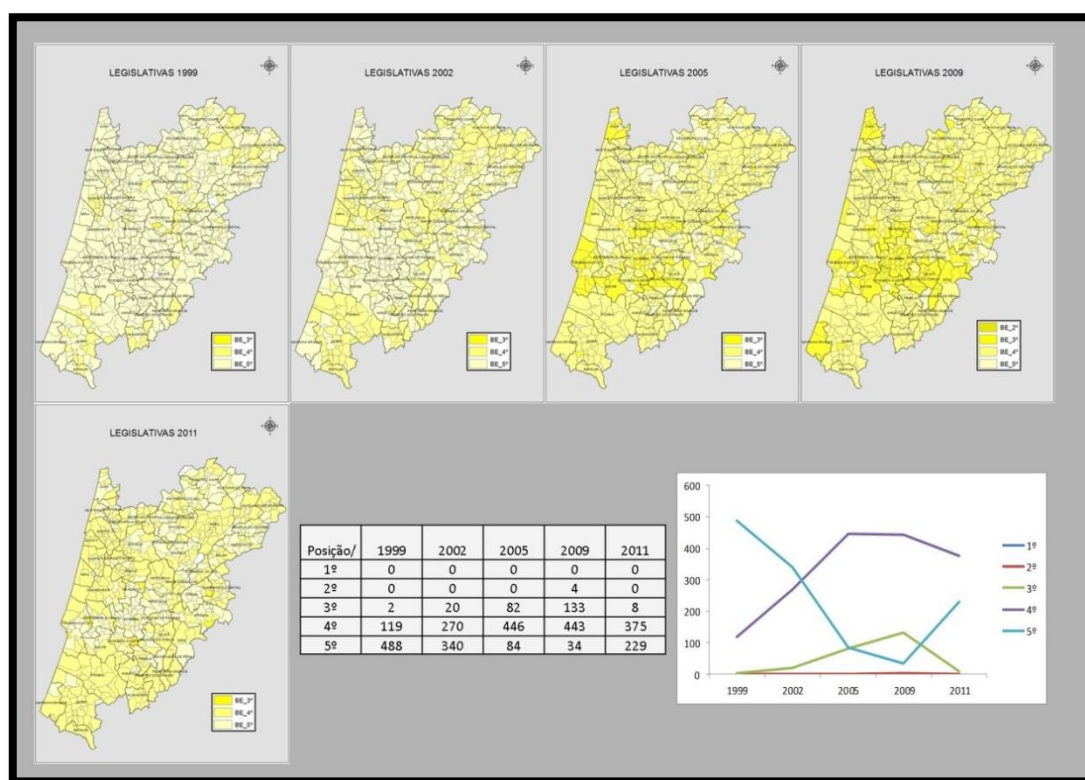


Figura 6.10 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região da Beira Litoral.

Curiosamente e com a excepção de Leiria, a implantação do BE começou em áreas não urbanas e eleição após eleição, foi ganhando protagonismo nas áreas ditas urbanas. Comparando os mapeamentos das eleições de 2011 e de 2009, verifica-se que Coimbra foi provavelmente a zona onde os eleitores mais penalizaram o partido. Do ponto de vista cartográfico, esta realidade é traduzida pelo domínio das

cores claras em detrimento das cores mais fortes que expressam taxas de votação mais altas. Nas demais regiões, a alteração foi menos significativa. Conforme seria expectável, à semelhança do que se verifica a na zona norte da região da Beira Interior e pelas mesmas razões, é na zona nordeste da Beira Litoral (Viseu) que o BE apresenta taxas de votação mais baixas comparativamente com as demais zonas que integram o mapa da região.

6.7 Região de Entre Douro e Minho

Do mapeamento do comportamento do BE na região de Entre Douro e Minho (constituída por concelhos dos distritos de Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo) resultaram os mapas apresentados (ver figura 6.11, 6.12 e/ou anexo VIII). Nas Legislativas de 1999 e 2002, o partido foi indubitavelmente a quinta força na generalidade das freguesias da região. Em 2005 e 2009, o aumento do eleitorado afecto ao BE, consolidou o partido como terceira força política e permitiu-lhe chegar a terceiro partido em 157 freguesias (2005) e a 322 freguesias (2009). Nestas eleições, inclusive, conseguiu ser a segunda força em três freguesias. Nas Legislativas de 2011, o partido conseguiu manter-se de forma geral, como o quarto mais votado (708 freguesias). Por certo, esta oscilação entre quarto e quinto partido, será reflexo da volatilidade de parte do eleitorado, cujo voto oscila entre PCP-PEV ou BE. Apesar de tudo e à semelhança do resto do país, também nesta região, o eleitorado bloquista decresceu de forma significativa. Se em 2009, o BE tinha sido o quinto partido mais votado em apenas 85 freguesias, já em 2011, esse número aumentou para 590.

Quanto aos padrões resultantes do mapeamento dos resultados do BE, estes espelham a fraca implantação que os bloquistas conseguiram em território historicamente hostil aos partidos de esquerda, nas eleições de 1999 e 2002. Nas Legislativas de 2005, o eleitorado bloquista quase triplicou nos distritos do Porto (destaque para alguns dos concelhos que integram a denominada zona metropolitana do Porto), de Braga e de Viana do Castelo (tabela 25). Já em 2009, o

crescimento do partido em termos percentuais foi deveras significativo, particularmente no distrito de Viana do Castelo.

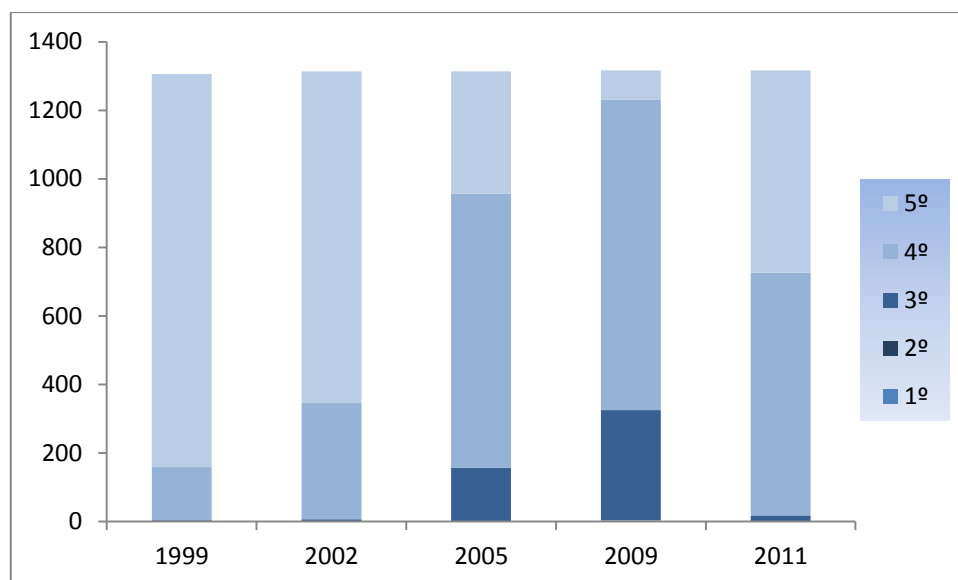


Figura 6.11 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região da Entre Douro e Minho.

Tabela 6.6 – Comparativo dos resultados do BE nas Legislativas de 2005, 2009 e 2011 para os distritos que integram a região de Entre Douro e Minho.

Distrito/Eleição	2005	2009	2011
Porto	74602 (6,18%)	110206 (9,37%)	60595 (5,09%)
Braga	22187 (4,61%)	38898 (7,82%)	20488 (4,22%)
Viana de Castelo	6412 (4,51%)	12098 (8,55%)	5925 (4,39%)

Nas últimas eleições, a tendência nacional para um retrocesso acentuado das taxas de votação, confirmou-se por completo (ver tabela 6.6). Comparando com o resultado nacional de 5,17%, os valores verificados na região Entre Douro e Minho, foram ligeiramente inferiores no distrito do Porto (5,09%) e substancialmente inferiores nos distritos de Braga (4,22%) e Viana do Castelo (4,39%)

Comparando os mapas associados aos dois últimos escrutínios (2009 e 2011), intuitivamente associamos a variação da intensidade da cor a um manifesto e

acentuado decréscimo de influência do partido ao nível das freguesias que constituem esta região. Em termos globais, o eleitorado afecto ao BE nas Legislativas diminuiu aproximadamente 47% no conjunto dos três distritos, o que representa sensivelmente a mesma taxa verificada a nível nacional.

Os concelhos mais a sul (Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra) e os concelhos situados mais a norte (Monção, Melgaço, Vila Nova de Cerveira, Arcos de Valdevez, Barcelos, Vila Verde entre outros) apesar do decréscimo verificado ao nível de votos, continuaram a manter o BE como a quarta força mais representativa e muito provavelmente, à custa do Partido Comunista Português.

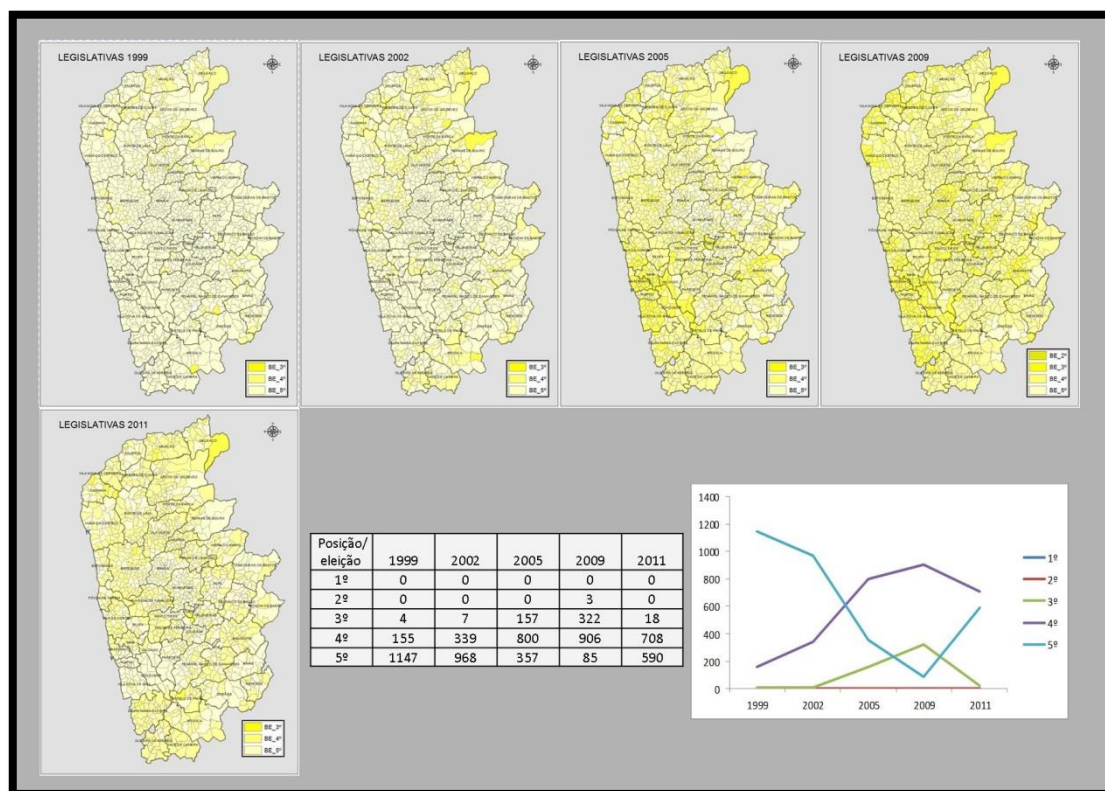


Figura 6.12 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região da Entre Douro e Minho.

Em suma, trata-se de uma região onde o partido tem reduzida implantação, mais vincada no início da sua existência. O apogeu, se assim se pode afirmar, aconteceu

em 2009 (como de resto se passou nas demais regiões) com o partido a cimentar o quarto lugar em muitas das freguesias, para dois anos mais tarde, regredir na sua influência junto dos eleitores como consequência de um conjunto de circunstâncias que acabaram por prejudicar de forma expressiva o partido.

6.8 Região de Trás-os-Montes e Alto Douro

Como seria expectável *à priori*, o aparecimento de um partido ideologicamente associado com a esquerda em termos ideológicos, numa região onde historicamente o respectivo eleitorado se caracteriza por ser conservador e hostil, era significado de taxas de votação muito baixas. Efectivamente, nesta região, o BE apresenta desde 1999 uma reduzida implantação (ver figuras 6.13, 6.14 e/ou anexo VIII), dado que ao longo dos diversos escrutínios, ou foi maioritariamente o quarto ou o quinto partido mais votado. Entre 1999 e 2009, o número de freguesias nas quais o BE foi o quinto, decresceu gradualmente (502, 427, 264 e 95 freguesias, respectivamente). Contudo, em 2011, o número de freguesias praticamente quadruplicou (passou de 95 para 358), replicando o comportamento verificado ao longo de todo o país. Confirma-se assim, de que nesta região os padrões de distribuição espacial apresentam uma certa uniformidade que basicamente, traduzem a variação do BE como quarto ou quinto partido mais votado. Cartograficamente, a representação da distribuição da classificação do partido oscila somente entre dois tons na generalidade dos escrutínios e na quase totalidade das freguesias. Sobressai apenas, o mapa de 2009, no qual os concelhos de Montalegre, Vimioso e Bragança, apresentam algumas freguesias nas quais o BE foi o terceiro partido mais votado, algo de singular face ao comportamento do partido na região.

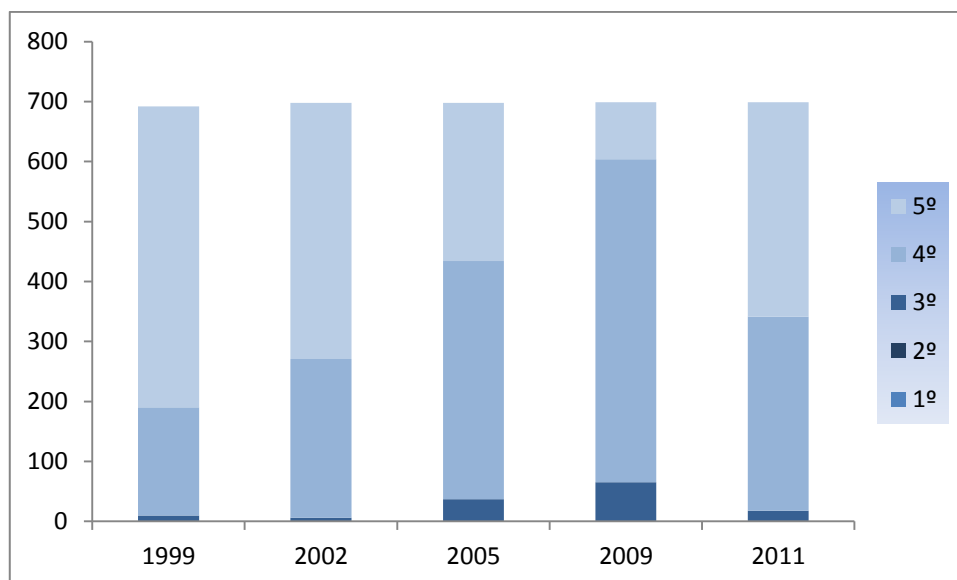


Figura 6.13 - Gráfico representativo do posicionamento do BE na região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Atendendo a que região é constituída por concelhos de quatro distritos e à respectiva complexidade da sua formação, optamos por apresentar o resultado global em vez de parcial (tabela 6.7). Assim, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro é de facto aquela onde o BE tem tido maior dificuldade de implantação e os resultados obtidos comprovam-no de forma irrefutável.

Tabela 6.7 – Comparativo dos resultados do BE nas Legislativas de 2005, 2009 e 2011 para os distritos que integram a região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Distrito	2005	2009	2011
Vila Real	6269 (2,47%)	14569 (5,75%)	5409 (2,29%)
Bragança			
Viseu			
Guarda			

Mesmo nas Legislativas de 2009, nas quais o partido conseguiu 9,82% dos votos a nível nacional, não logrou mais do que 5,75% da votação nesta região. Quanto às eleições de 2011, o decréscimo da taxa de votação foi deveras superior (2,29%) aos das demais regiões analisadas.

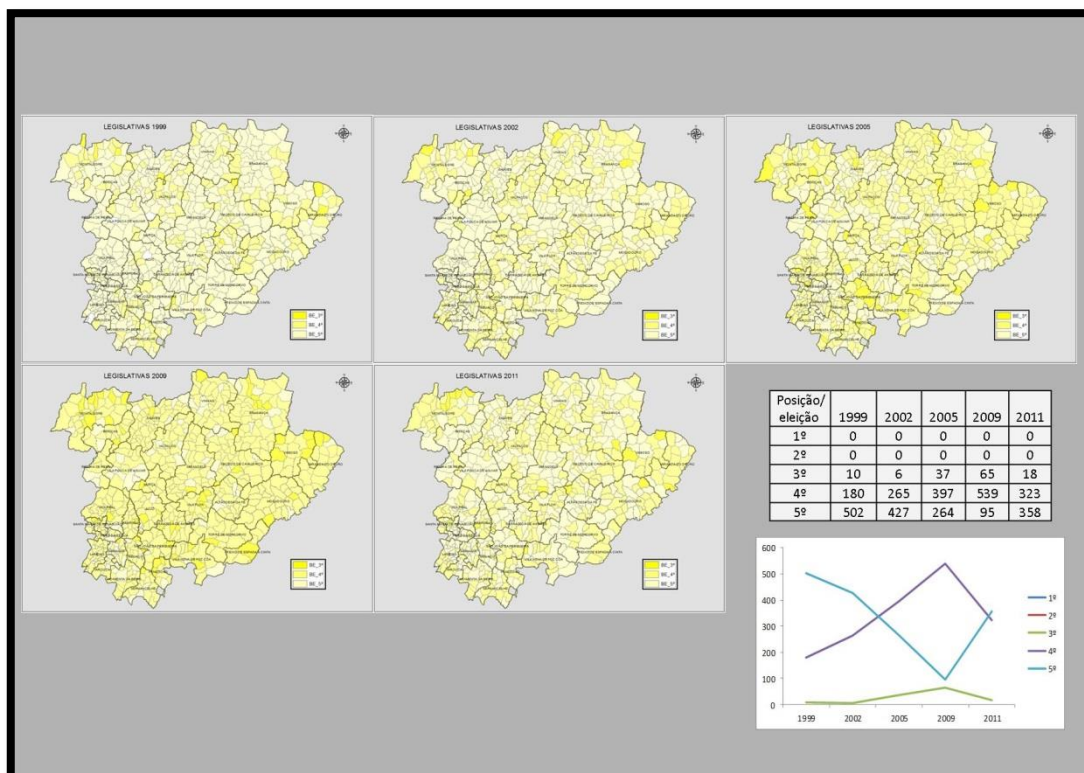


Figura 6.14 - Mapeamento do posicionamento do BE entre os cinco maiores partidos na região de Trás-os-Montes e Alto Douro.

6.9 Considerações finais

Uma vez analisadas as sete regiões individualmente, será interessante confrontar os respectivos resultados parciais. Para tal, elaboramos um gráfico por eleição que permite comparar o comportamento do BE simultaneamente para todas as regiões analisadas e inclusive, com os valores nacionais. A informação contida nestes gráficos, diz respeito à percentagem das freguesias em que o BE assumiu determinada classificação entre os cinco partidos mais votados e considerando apenas os partidos com representação parlamentar (PS, PPD/PSD, PCP-PEV, CDS/PP e BE).

Nas Legislativas de 1999 (ver figura 6.15), verificamos que o partido assumiu-se claramente como o quinto partido nacional em todas as regiões. Curiosamente, foi

numa das regiões mais adversa (Trás-os-Montes e Alto Douro) que o BE apresentou uma taxa inferior (72,6%) contrapondo com o facto de ser a região onde o partido obteve a maior taxa no que diz respeito ao quarto lugar (26%).

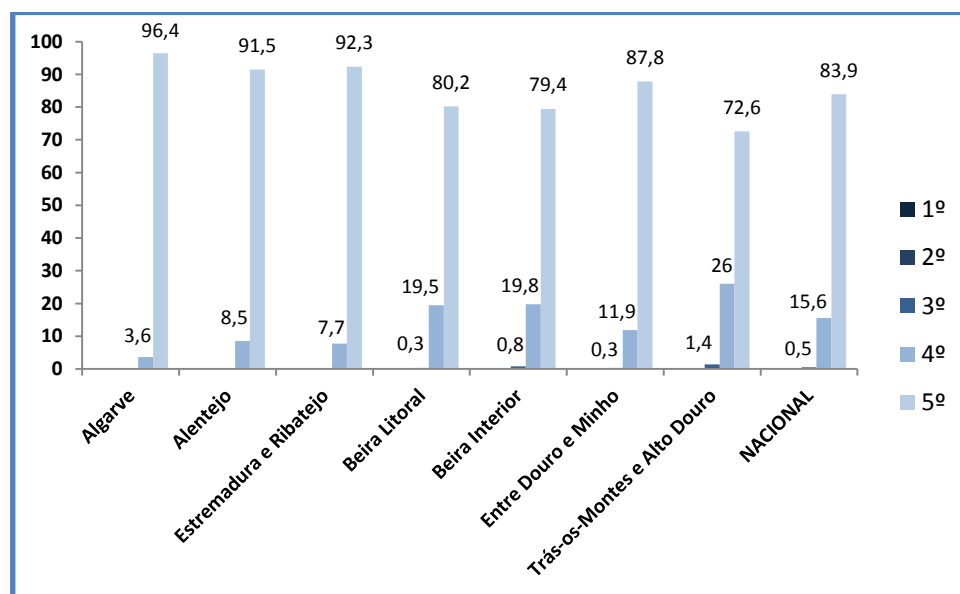


Figura 6.15 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 1999 (valores em %).

Nas Legislativas de 2002, enquanto as regiões mais a sul mantiveram a mesma tendência, as demais apresentaram um maior equilíbrio entre o número de freguesias onde o BE foi o quinto partido mais votado e aquelas em que o partido foi quarto, constituindo a Beira Litoral (ver figura 6.16) um bom exemplo.

A partir das eleições Legislativas de 2005 o panorama alterou-se significativamente (ver figura 6.17). Nas regiões mais a sul, com particular destaque para a região do Algarve, o BE conseguiu cativar mais eleitores o que implicitamente levou o partido a ser não apenas quinto ou quarto, mas também terceiro num determinado conjunto de freguesias. Ao longo do país, os bloquistas assumiram-se como a quarta força política ao nível do número de freguesias (quanto ao número de votos, globalmente o BE manteve-se como o quinto partido mais votado, ainda atrás dos tradicionais quatro partidos mais votados).

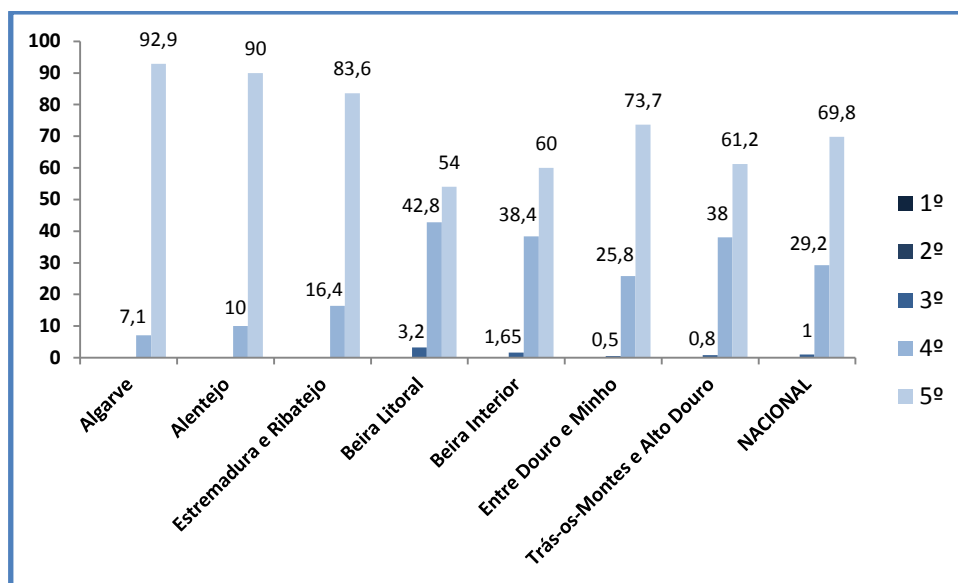


Figura 6.16 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 2002 (valores em %).

A norte e no centro, a tendência para o BE ser o quarto partido manteve-se e inclusive, na região de Entre Douro e Minho, o partido conseguiu ser o terceiro partido mais votado em quase 25% das freguesias.

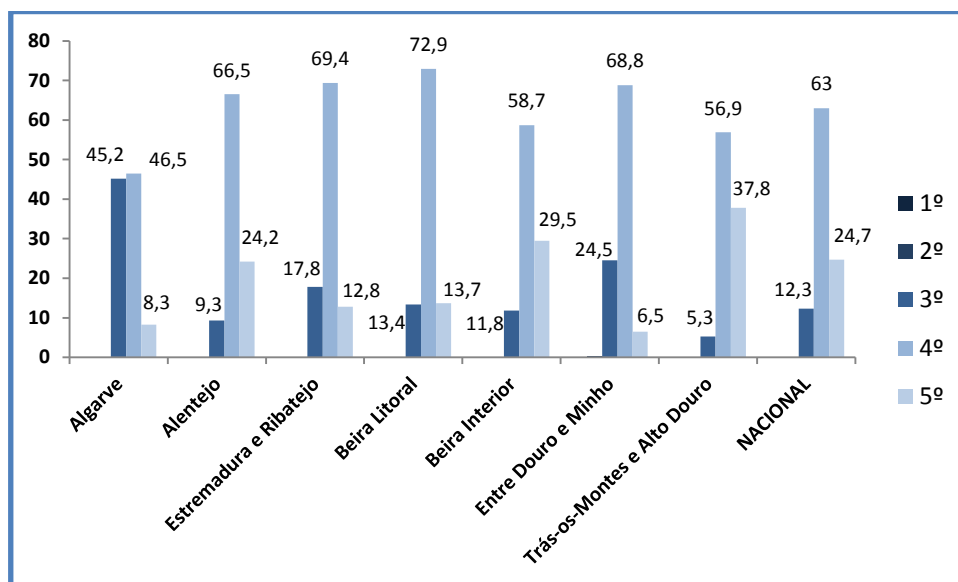


Figura 6.17 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 2005 (valores em %).

Nas eleições de 2009, o excelente resultado do partido a nível nacional (aproximadamente 10% dos votos) reflectiu-se de forma diferente nas diversas

regiões. Nas três regiões localizadas mais a sul e na Beira Interior, a percentagem de freguesias em que o BE foi o quarto partido mais votado, é inferior ao valor nacional enquanto nas demais regiões, a taxa é superior. O Algarve foi sem dúvida, a região onde o BE apresentou melhor performance conseguindo ser o terceiro partido mais votado em mais de 70% das freguesias (ver figura 6.18). No Alentejo e na Estremadura e Ribatejo, esta taxa foi superior a 30% enquanto na Beira Interior, a taxa foi aproximadamente 28%. Ressalte-se o facto de o BE ter conseguido ser o segundo partido mais votado em diversas freguesias, particularmente nas três regiões mais a sul (Algarve, Alentejo e Estremadura e Ribatejo). Confirmando as análises realizadas anteriormente nas duas regiões mais a norte, o BE identificou-se claramente como a quarta força mais votada. Contudo, embora esta realidade esteja em contraciclo com o que se verificou nas regiões localizadas mais a sul, confirma em parte os resultados a nível nacional que apresentam o BE como o quarto partido em número de votos.

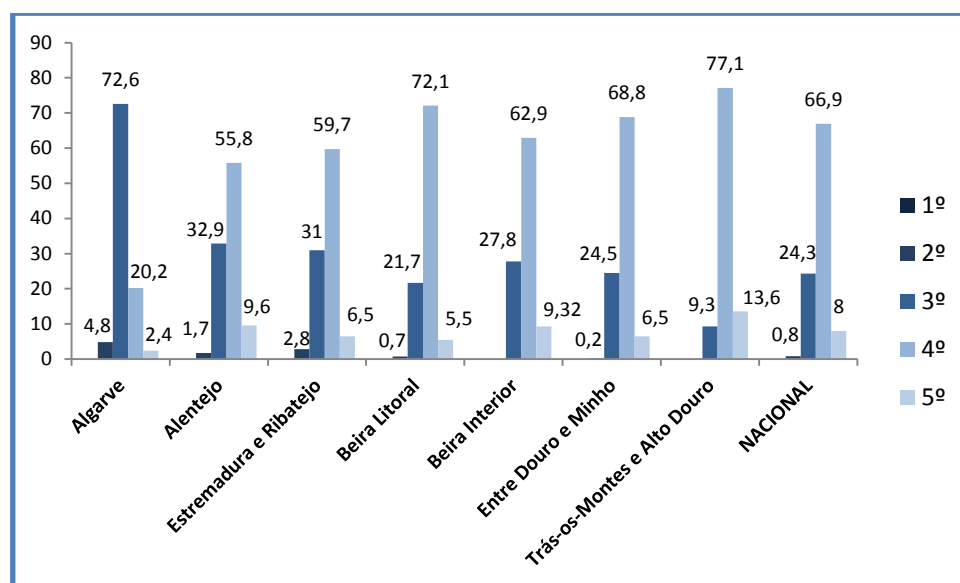


Figura 6.18 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 2009 (valores em %).

Comparando os gráficos relativos às eleições de 2009 e 2011 (ver figuras 6.18 e 6.19) confirma-se o decréscimo generalizado da votação do BE em todo o país, o que implicitamente preconizou uma perca de protagonismo do partido ao nível das freguesias. Em 2011, a nível nacional, o BE foi o quinto partido em votos e no

número de freguesias, nas quais foi igualmente a quinta força mais votada. Nas regiões onde geralmente o BE obtinha os melhores resultados, a percentagem de freguesias onde o BE foi o pior dos cinco partidos considerados, foi substancialmente superior ao valor nacional: Algarve (55.4%), Alentejo (76,5%), Estremadura e Ribatejo (72,3%),

Se na Beira Litoral, o BE se manteve maioritariamente como o quarto partido, nas regiões da Beira Interior, Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro, o equilíbrio entre o número de freguesias nas quais o partido foi quarto e o número de freguesias em que foi quinto, foi uma constante. Aliás, esta uniformidade reflecte o comportamento verificado a nível nacional, onde o BE foi quinto em 50,9% e quarto em 47,5% das freguesias, respectivamente. Embora pouco expressivo em termos de percentagem, é curioso o facto de ser precisamente nas regiões que tradicionalmente se mostram mais hostis ao partido, que este consegue ser quarto em algumas freguesias. Em conclusão, comparando os resultados de 2009 e 2011, constatamos que há uma clara transferência de posições, ou seja, se em 2009 o partido foi preferencialmente quarto ou mesmo terceiro, já em 2011, o BE foi sobretudo o quinto partido nas escolhas dos eleitores tanto no número de votos como ao nível das freguesias.

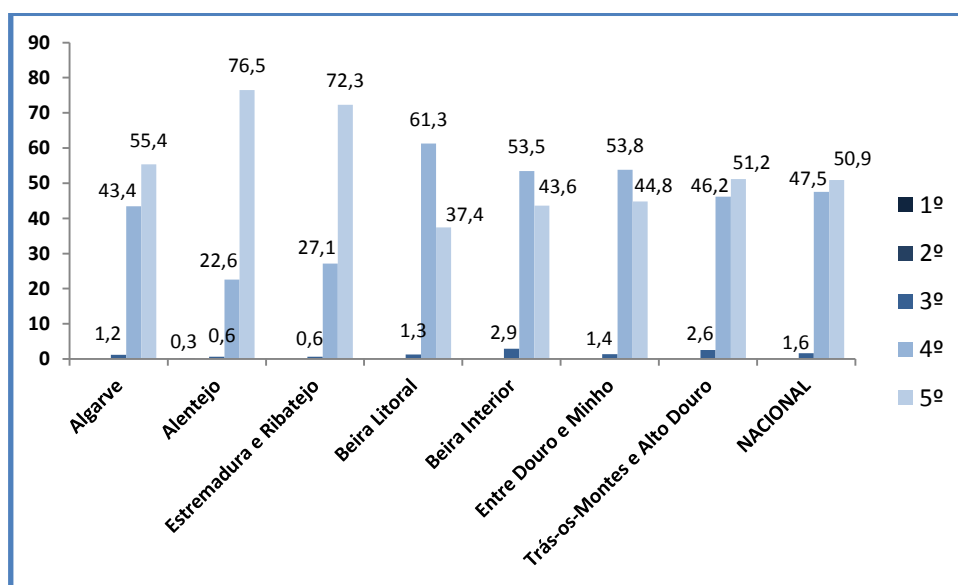


Figura 6.19 - Gráfico comparativo do posicionamento do BE por regiões nas Legislativas 2011 (valores em %)

Tabela 6.8 – Posicionamento do BE entre os cinco partidos com representação parlamentar (ao nível de freguesia e por região).

Algarve	1º	2º	3º	4º	5º	1º %	2º %	3º %	4º %	5º %
Legislativas 1999	0	0	0	3	80	0	0	0	3.6	96.4
Legislativas 2002	0	0	0	6	78	0	0	0	7.1	92.9
Legislativas 2005	0	0	38	39	7	0	0	45.2	46.5	8.3
Legislativas 2009	0	4	61	17	2	0	4.8	72.6	20.2	2.4
Legislativas 2011	0	0	1	36	46	0	0	1.2	43.4	55.4
Alentejo	1º	2º	3º	4º	5º	1º %	2º %	3º %	4º %	5º %
Legislativas 1999	0	0	0	17	182	0	0	0	8.5	91.5
Legislativas 2002	0	0	0	30	271	0	0	0	10	90
Legislativas 2005	0	0	28	200	73	0	0	9.3	66.5	24.2
Legislativas 2009	0	5	99	168	29	0	1.7	32.9	55.8	9.6
Legislativas 2011	1	0	2	68	230	0.3	0	0.6	22.6	76.5
Estremadura e Ribatejo	1º	2º	3º	4º	5º	1º %	2º %	3º %	4º %	5º %
Legislativas 1999	0	0	0	41	491	0	0	0	7.7	92.3
Legislativas 2002	0	0	0	88	450	0	0	0	16.4	83.6
Legislativas 2005	0	0	96	373	69	0	0	17.8	69.4	12.8
Legislativas 2009	0	15	167	322	35	0	2.8	31	59.7	6.5
Legislativas 2011	0	0	3	146	390	0	0	0.6	27.1	72.3
Beira Litoral	1º	2º	3º	4º	5º	1º %	2º %	3º %	4º %	5º %
Legislativas 1999	0	0	2	119	488	0	0	0.3	19.5	80.2
Legislativas 2002	0	0	20	270	340	0	0	3.2	42.8	54
Legislativas 2005	0	0	82	446	84	0	0	13.4	72.9	13.7
Legislativas 2009	0	4	133	443	34	0	0.7	21.7	72.1	5.5
Legislativas 2011	0	0	8	375	229	0	0	1.3	61.3	37.4
Beira Interior	1º	2º	3º	4º	5º	1º %	2º %	3º %	4º %	5º %
Legislativas 1999	0	0	4	95	381	0	0	0.8	19.8	79.4
Legislativas 2002	0	0	8	186	291	0	0	1.65	38.4	60
Legislativas 2005	0	0	57	283	142	0	0	11.8	58.7	29.5
Legislativas 2009	0	0	132	299	44	0	0	27.8	62.9	9.32
Legislativas 2011	0	0	14	259	211	0	0	2.9	53.5	43.6
Entre Douro e Minho	1º	2º	3º	4º	5º	1º %	2º %	3º %	4º %	5º %
Legislativas 1999	0	0	4	155	1147	0	0	0.3	11.9	87.8
Legislativas 2002	0	0	7	339	968	0	0	0.5	25.8	73.7
Legislativas 2005	0	0	157	800	357	0	0	11.9	60.9	27.2
Legislativas 2009	0	3	322	906	85	0	0.2	24.5	68.8	6.5
Legislativas 2011	0	0	18	708	590	0	0	1.4	53.8	44.8
Trás-os-Montes e Alto Douro	1º	2º	3º	4º	5º	1º %	2º %	3º %	4º %	5º %
Legislativas 1999	0	0	10	180	502	0	0	1.4	26	72.6
Legislativas 2002	0	0	6	265	427	0	0	0.8	38	61.2
Legislativas 2005	0	0	37	397	264	0	0	5.3	56.9	37.8
Legislativas 2009	0	0	65	539	95	0	0	9.3	77.1	13.6
Legislativas 2011	0	0	18	323	358	0	0	2.6	46.2	51.2
Nacional	1º	2º	3º	4º	5º	1º %	2º %	3º %	4º %	5º %
Legislativas 1999						0	0	0.5	15.6	83.9
Legislativas 2002						0	0	1.0	29.2	69.8
Legislativas 2005						0	0	12.3	63	24.7
Legislativas 2009						0	0.8	24.3	66.9	8
Legislativas 2011						0	0	1.6	47.5	50.9

Para as próximas eleições Legislativas agendadas em condições normais para 2015, há a expectativa de verificar se se confirma esta tendência regressiva do eleitorado afecto ao BE ou se por ventura, o partido recupera a confiança do eleitorado perdido e inverte essa mesma tendência, projectando-se como o quarto partido mais votado.

Através da tabela 6.8, é possível compararmos o posicionamento do BE por região e para o conjunto das cinco eleições analisadas. Parte da referida tabela, apresenta o número absoluto de freguesias onde o partido obteve determinado posicionamento e a outra parte, traduz esses mesmos resultados de forma relativa (em percentagem).

7. Estudo de caso: análise do comportamento dos dois principais partidos (PS e PSD) nas eleições legislativas realizadas no período compreendido entre 1991 e 2011

7.1 Introdução

A análise dos resultados eleitorais em Portugal, quer ao nível das eleições legislativas quer das eleições autárquicas, reconhece, de um modo geral, a existência de zonas geográficas onde a influência dos diversos partidos parece ser mais evidente. Sendo certo que aquelas zonas do território português se caracterizam por uma certa dinâmica, do ponto de vista temporal, e dependem, também, do tipo de eleição em causa, não deixa de ser também verdade que, de eleição para eleição, qualquer que seja o seu tipo, a análise criteriosa dos resultados eleitorais exige que se tenha em conta a componente espacial dos mesmos (Caleiro, 2008). Ao longo deste trabalho de investigação, tem-se procurado confirmar que a componente espacial não pode ser ignorada nos modelos explicativos dos resultados eleitorais em Portugal.






No decurso da terceira República, quatro partidos têm dominado a escolha política em Portugal desde 1974, sendo os únicos que continuamente alcançaram representação parlamentar desde a democratização: à direita, o Partido do Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS/PP); no centro-direita, o Partido Popular Democrata/Partido Social-Democrata (PPD/PSD); no centro-esquerda, o Partido Socialista (PS); à esquerda dos socialistas, o Partido Comunista Português⁷Partido Ecologista (PCP-PEV). Em termos de sistema partidário, a competição pelo governo entre PS e PSD constitui o seu principal padrão (Jalali, 2003). A disputa entre o PS e o PSD é a principal dimensão da competição (Mair, 1997): estes dois partidos têm liderado todos os governos desde a democratização (exceptuando uma breve e fracassada experiência de governos presidenciais em 1978-1979). Na sua essência, o PS e o PPD/PSD são *partis de electeurs* (Sousa, 1983; Stock, 1989), partidos *catch-*

all, com a sua característica flexibilidade e indefinição ideológicas. A supremacia destes dois partidos em termos quantitativos é de tal ordem, que no período considerado ao longo deste estudo (1991-2011), a votação de ambos em conjunto foi sistematicamente superior a 65% da votação global (ver as diversas tabelas apresentadas neste caso de estudo). Interessa pois, analisar esta alternância entre estes partidos e se possível, verificar da existência de um possível padrão espacial associado à mesma e possíveis variâncias nos padrões espaciais gerados pelos diversos mapeamentos dos resultados eleitorais.

7.2 Eleições Legislativas 1995

Os resultados dos principais partidos nas eleições legislativas disputadas no início de Outubro 1995 foram os seguintes:

Tabela 7.1 – Resultados das eleições legislativas de 1995.

partido		% votos	Nº votos	Mandatos
PS		43,76%	2583755	112
PPD/PSD		34,12%	2014589	88
CDS-PP		9,05%	534470	15
PCP-PEV		8,57%	506157	15
PS + PPD/PSD		77,88%	2598343	200

Comparando os resultados dos dois principais partidos e os respectivos padrões espaciais relativos à distribuição dos resultados das Legislativas de 1991 e 1995 (ver figura 51 e/ou anexo IX), verifica-se que houve uma revolução quase total no que concerne à opinião do eleitorado. De facto, os eleitores transformaram uma paisagem política profundamente dominada pelos sociais-democratas noutra predominantemente afecta aos socialistas. Constatase que houve uma significativa transferência de votos entre os dois principais partidos, sendo que os resultados do PS nas eleições de 1995 apresentam um significativo incremento relativamente aos resultados de 1991. Se a Norte não era expectavel que este dominio fosse tão

acentuado (apesar do ganho de freguesias nos distritos de Braga e Porto), já no centro e sul do território a evolução da votação do PS foi deveras expressiva e traduzido num ganho de freguesias considerável. Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Santarém, Portalegre, Setúbal e Faro são distritos onde os padrões espaciais resultantes da vontade expressa pelo eleitorado em 1995, refletem alterações bastante significativas comparativamente com as Legislativas de 1991.

Da análise do mapeamento das freguesias nas quais o PPD/PSD foi o partido mais votado, transparece a ideia de ser possível identificar uma clivagem Norte-Sul resultante do mapeamento da votação do partido em 1995. Assim, se em 1991 apenas os distritos de Setúbal, Beja e Évora destoavam do domínio quase total dos sociais-democratas, já em 1995 o panorama político revela um padrão espacial bem diferente (ver figura 51 e/ou anexo IX). Assim, em nenhum dos distritos do continente o partido repetiu o desempenho alcançado em 1991. A sul do Tejo, o número de freguesias conquistadas pelo partido é deveras escasso quando comparado com o escrutínio anterior. Os padrões espaciais associados à cartografia de voto nos distritos de Lisboa, Santarém e Faro são eloquentes na forma como traduzem a viragem do eleitorado em termos ideológicos, de centro-direita para uma região do espectro político associada ao centro-esquerda, expressos no facto de o PPD/PSD ter perdido cerca de 44% das freguesias relativamente a 1991. Esta transformação da paisagem política nacional registado nas Legislativas de 1995, reflecte-se em parte no número de freguesias que se mantiveram fieis a cada um dos partidos (ver figura 7.1 e/ou anexo IX).

Analisando os padrões espaciais que traduzem tal informação, confirma-se o conservadorismo que caracteriza uma parte significativa do eleitorado social democrata, particularmente aquele que geograficamente se localiza nas regiões centro-norte e norte do país (principalmente os distritos de Aveiro, Viseu, Vila Real, Bragança e Viana do Castelo). Quanto aos socialistas, face ao resultado obtido em 1991, apenas 374 freguesias mantiveram a tendência de voto, localizam-se geograficamente de forma bem mais dispersa e consequentemente, inviabilizam

desde logo a deteção de possíveis *clusters* espaciais. Apesar de tudo, consta-se uma vez mais, que a maioria destas freguesias se localizam nas regiões centro e sul do território, particularmente nos distritos de Coimbra, Santarém, Portalegre e Setúbal.

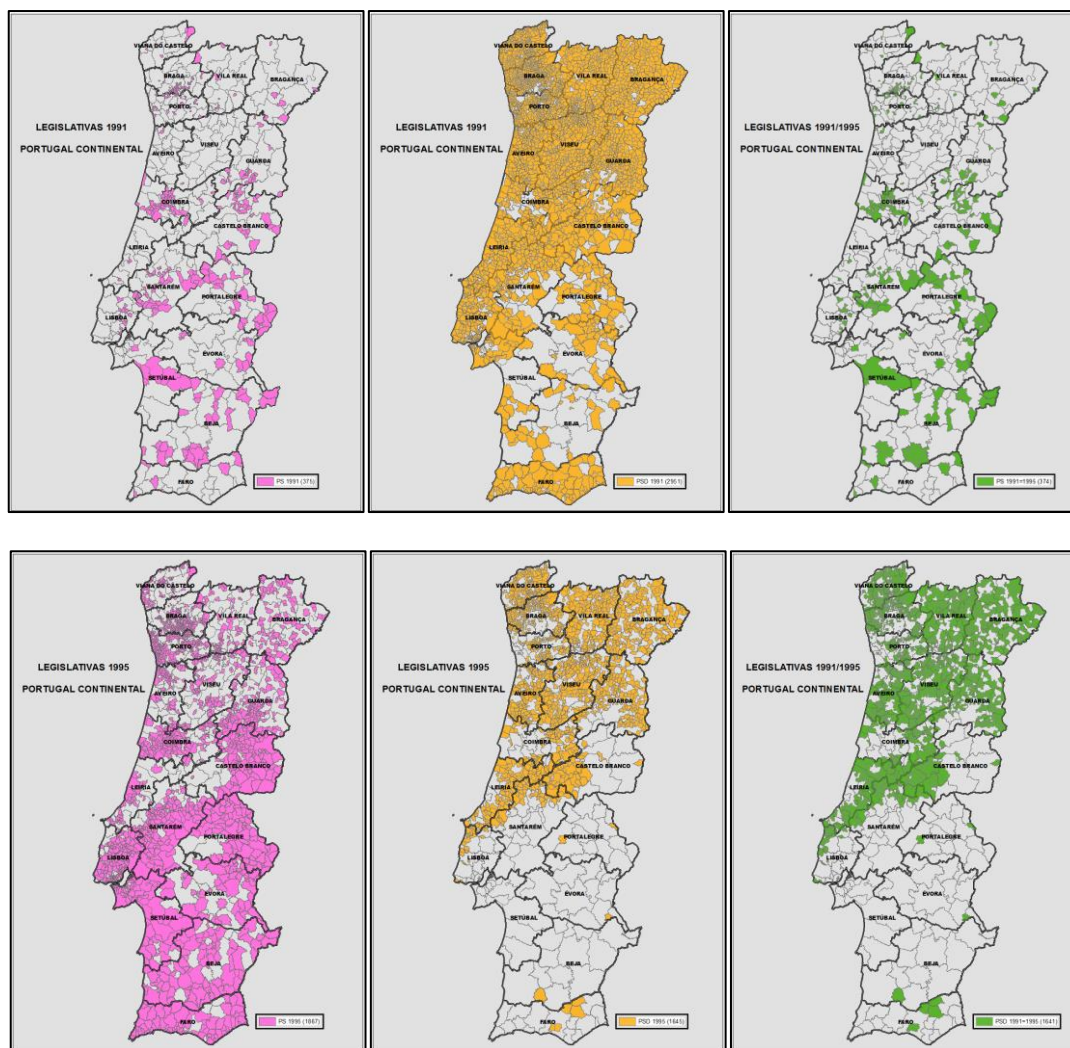


Figura 7.1 - Comparação dos resultados do Partido Socialista (esquerda) e Partido Social Democrata (centro) nas Legislativas de 1991 e 1995. Mapeamento das freguesias que se mantiveram fiéis ao PS (direita superior) e ao PSD (direita inferior).

O mapa da figura 7.2 (e/ou ver anexo IX) permite que tenhamos uma perspectiva geral sobre as diversas alterações verificadas ao longo do território no que diz respeito às trocas de partidos ao nível das freguesias. Desta forma, a principal conclusão a retirar tem a ver com o facto de o PS ter ganho de forma concludente

devido a não apenas ao facto de ter ganho parte significativa do eleitorado social-democrata, mas também ter conseguido aumentar a sua influência nas denominadas como bastiões do PCP-PEV, ou seja, nos distritos de Beja e Évora. Pontualmente, os sóciais-democratas também conseguiram ganhar algumas freguesias anteriormente na posse dos socialistas e que por certo, reflecte o equilíbrio da votação destes dois partidos em inúmeras freguesias por um lado e da volatilidade de determinada percentagem do eleitorado que está condicionada por diversos factores eleição após eleição. Por outro lado, também se registaram algumas transferências entre os partidos de segundo plano se assim quisermos denominá-los atendendo às percentagens de votos que geralmente registam, as com assento parlamentar. Contudo, estas alterações são de muito menor impacto ou mesmo residuais, no contexto geral.

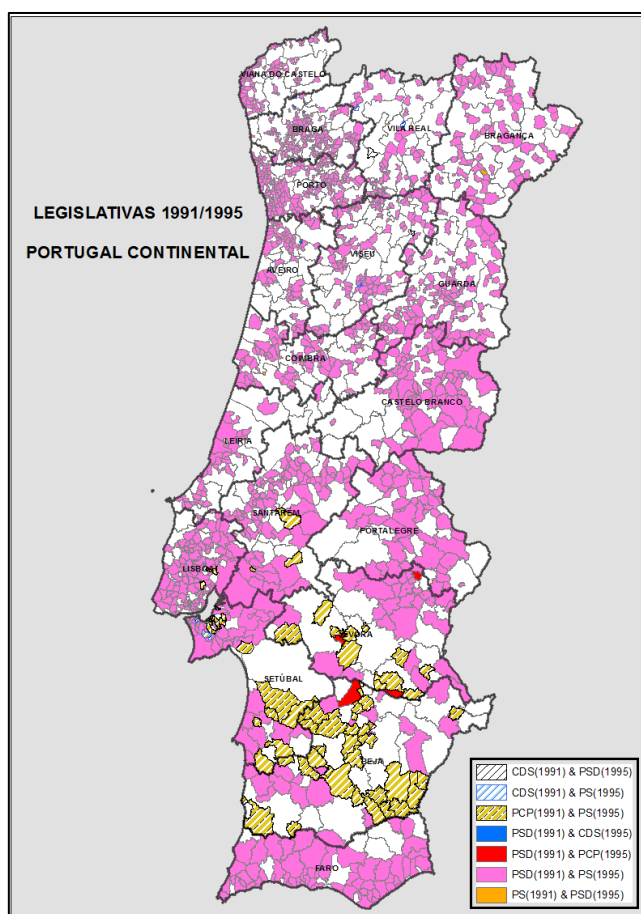








Figura 7.2 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 1995.

7.3 Eleições Legislativas 1999

Os resultados dos principais partidos nas eleições legislativas de 1999 foram os seguintes:

Tabela 7.2 – Resultados das eleições legislativas de 1999.

partido		% votos	Nº votos	Mandatos
PS		44,06%	2385922	115
PPD/PSD		32,32%	1750158	81
CDS-PP		8,34%	451643	15
PCP-PEV		8,99%	487058	17
BE		2,44%	132333	2
PS + PPD/PSD		76,38%	4136080	196

Comparando os resultados eleitorais das Legislativas de 1995 e 1999, constata-se que ao contrário do que se verificou em 1995, a paisagem política manteve-se praticamente inalterável, apenas algumas particularidades pontualmente localizadas. Destas, ressalva-se o aumento do domínio dos socialistas nos distritos localizados mais a Norte, como são o caso do Porto, Braga e Viana do Castelo. Tal foi conseguido e uma vez mais, à custa do principal partido rival (ver figura 7.3 e/ou anexo IX). Quanto ao PPD/PSD a queda registada nas Legislativas de 1999 foi muito menos acentuada que em 1995, Esta evolução negativa, traduziu-se na perda de cerca de duas centenas de freguesias e que na sua maioria passaram para as mãos dos socialistas.

Relativamente ao PS e comparando os escrutínios de 1995 e 1999, houve um substancial incremento no número de freguesias que se manteve fiel entre os dois escrutínios, passando de 374 para 1738, respectivamente. Quanto ao PPD/PSD, reflectindo o incremento da votação dos socialistas nos distritos da zona do litoral Norte, o número de freguesias em que o partido foi a força política mais votada, registou um decréscimo ainda assim assinalável (passando de 1641 para 1341 freguesias).

Da análise da figura 7.4 (e/ou anexo IX), verificamos que apesar do decréscimo anteriormente citado, o PPD/PSD conseguiu assim mesmo, ganhar algumas freguesias ao PS que por sua, conseguiu mais algumas freguesias alentejanas à custa dos comunistas. Entretanto, estes conseguiram recuperar algumas aos socialistas.

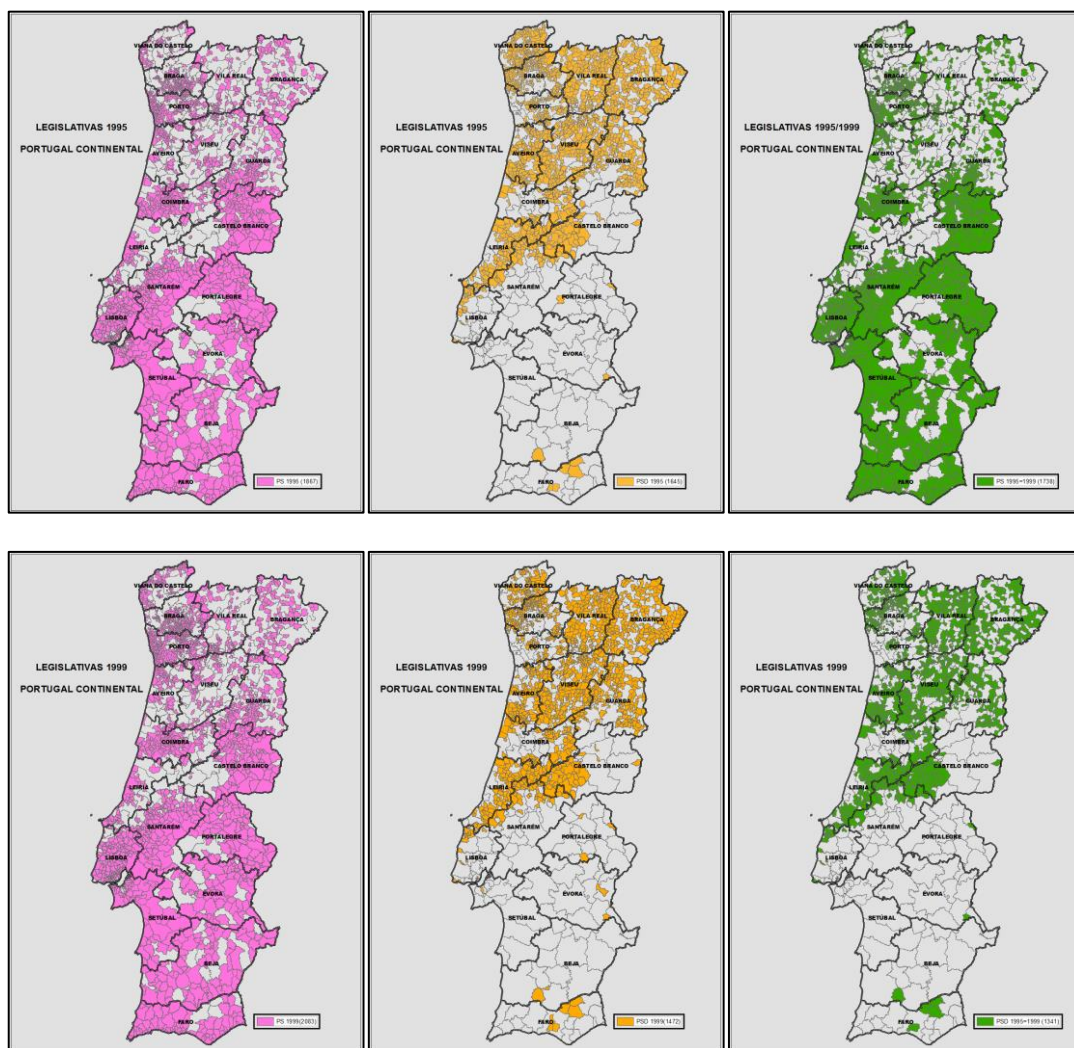


Figura 7.3 - Comparação dos resultados do Partido Socialista (esquerda) e Partido Social Democrata (centro) nas Legislativas de 1995 e 1999. Mapeamento das freguesias que se mantiveram fiéis ao PS (direita superior) e ao PSD (direita inferior).

Quantificando estas alterações ao nível das freguesias, constata-se que o PS ganhou em 318 freguesias que anteriormente pertenciam ao PPD/PSD e 21 que em 1995 foram ganhas pelo PCP-PEV, tendo este partido ganho 5 freguesias precisamente

aos socialistas. Geograficamente, estes ganhos localizaram-se nos distritos a norte da linha definida pelo rio Tejo, com a excepção das freguesias anteriormente pertença dos comunistas e que se situam nos distritos alentejanos.

Apesar de se manter num ciclo evolutivo negativo, o PPD/PSD conseguiu “retirar” 128 freguesias ao PS, preferencialmente localizadas nos distritos de Viseu, Guarda, Bragança e Vila Real. Atendendo à sua dispersão, também não é possível identificar possíveis *clusters* espaciais de dimensão mais restrita que os referidos distritos.

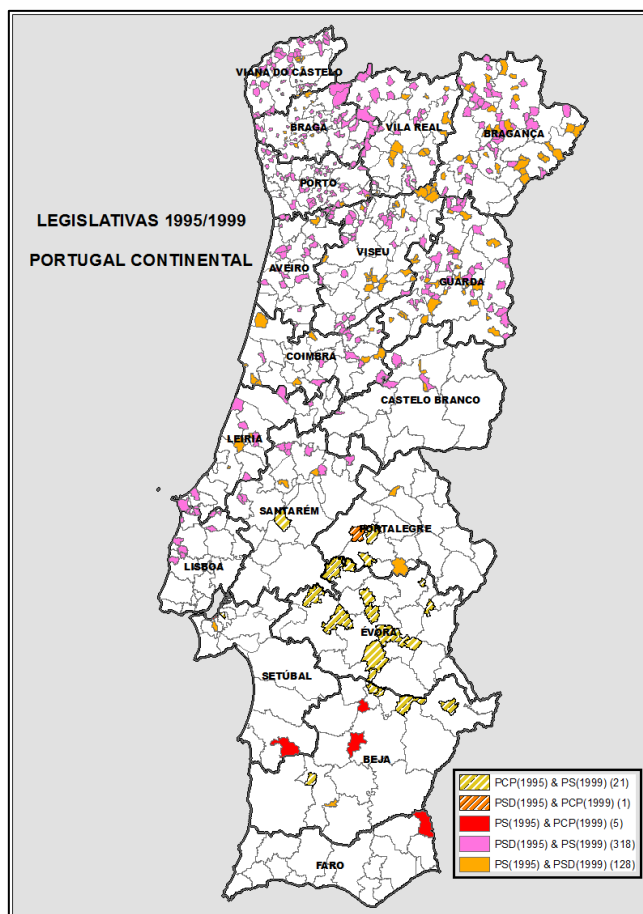








Figura 7.4 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 1995.

7.4 Eleições Legislativas 2002

Os resultados dos principais partidos nas eleições legislativas de 2002 foram os seguintes:

Tabela 7.3 – Resultados das eleições legislativas de 2002.

partido		% votos	Nº votos	Mandatos
PS		37,79%	2068584	96
PPD/PSD		40,21%	2200765	105
CDS-PP		8,72%	477350	14
PCP-PEV		6,94%	379870	12
BE		2,74%	149966	3
PS + PPD/PSD		78,00%	4269449	201

As eleições Legislativas de 2002 (ver figura 7.5 e/ou anexo IX), marcam um retrocesso na evolução dos resultados dos socialistas relativos aos dois escrutínios anteriores, traduzidos na perda de mais de 36% das freguesias relativamente a 1999. Já os sociais-democratas inverteram a tendência negativa registada nos escrutínios de 1995 e 1999, registando um crescimento superior a 50% no número de freguesias onde foram o partido mais representativo. Em comparação com 1999, o PPD/PSD consegue obter cerca de 450000 votos a mais e dos quais, grande parte recuperados directamente ao PS, que viu o seu eleitorado reduzido em mais de trezentos mil votos. Contudo e como é óbvio, estas transferências não são assim tão lineares e ainda mais que nestas circunstâncias, tem de ser levado em conta que o eleitorado afecto ao PCP-PEV sofreu um decréscimo superior a cem mil votos.

Quanto aos padrões espaciais resultantes do mapeamento dos votos, traduzem um conjunto de novas realidades. Nos distritos da região litoral norte (Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo), o decréscimo do eleitorado afecto ao PS é bastante considerável. Nos distritos de Vila Real, Bragança e Viseu, embora não fossem regiões de grande domínio socialista, o que é facto é que nas Legislativas de 2002, a presença deste partido passou a ser meramente residual com a vitória num

número restrito de freguesias. Nos restantes distritos, o decréscimo de representação é manifesto mas não tão contundente. Os distritos da Guarda, Leiria e Faro serão por ventura as regiões onde o eleitorado puniu de forma mais veemente a política do partido incumbente. Quanto ao distrito de Lisboa, esta realidade é constada na faixa localizada ao longo do litoral. Relativamente aos resultados do PPD/PSD, estes confirmam a viragem na tendência negativa verificada anteriormente ao nível da votação, embora tal não signifique que geograficamente o partido evolui de forma semelhante (ver figura 7.6 e/ou anexo IX). Concretizando, a subida significativa da votação do partido é feita com base no reforço nos distritos que tradicionalmente são o suporte do PPD/PSD: Aveiro, Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda. De resto, há a registar ganhos apreciáveis nos distritos de Leiria, Lisboa e principalmente, em Faro.

Relativamente ao PS, se nas Legislativas de 1999 se verificava que 1738 freguesias haviam mantido a tendência de voto relativamente a 1995, já em 2002 houve um decréscimo para apenas 1293 freguesias. Inversamente, o PPD/PSD viu esse número aumentar de 1341 para 1458.

Mormente o teor das análises que sejam passíveis de realizar, há uma ideia de fundo que enquadra as eleições legislativas portuguesas e cujos padrões espaciais comprovam: a norte prevalecem os partidos de centro-direita e direita, e a sul os de centro-esquerda e esquerda; quando há fortes oscilações de votação, apesar de nos respectivos bastiões existirem perdas ou reforços significativos da votação e que estão fortemente condicionados pela conjuntura que enquadra cada acto eleitoral, são as demais regiões que estabelecem diferenças. As eleições de 2002 são disso um perfeito exemplo. Na figura 7.6, podemos verificar que entre as diversas transferências de voto que caracterizaram as Legislativas de 2002, salienta-se o elevado número de freguesias que transitaram do PS para o PPD/PSD, o que implicitamente traduz que a evolução dos sociais-democratas foi feita sobretudo à custa do decréscimo de votação dos socialistas. Mais, espacialmente verificamos que a subida do PSD se alicerça em ganhos de freguesias dos distritos de (Castelo

Branco, Santarém, Lisboa, Portalegre e Faro), ou seja, fora das zonas habituais de conforto, comprovando assim o que foi referido anteriormente.

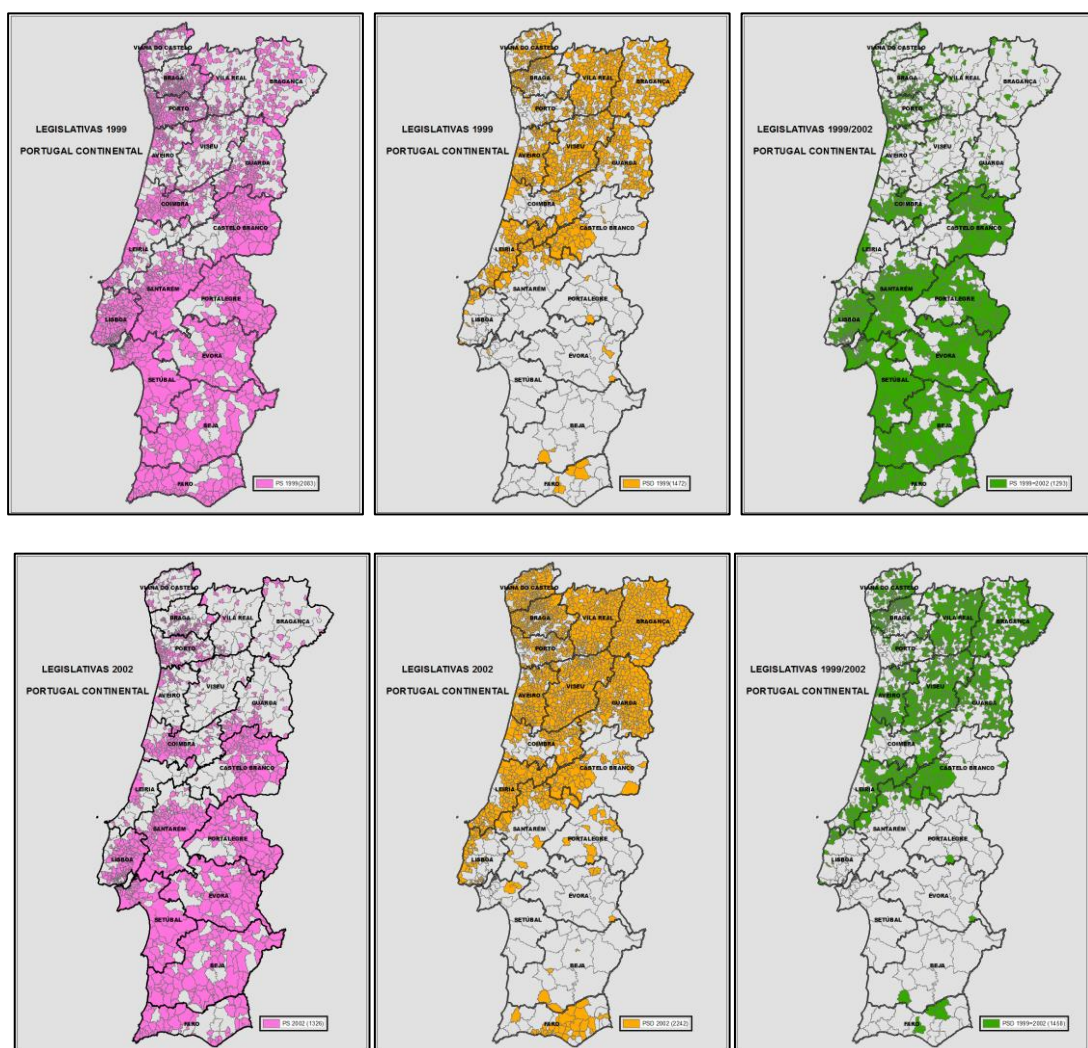


Figura 7.5 - Comparação dos resultados do Partido Social Democrata nas Legislativas de 1999 e 2002.

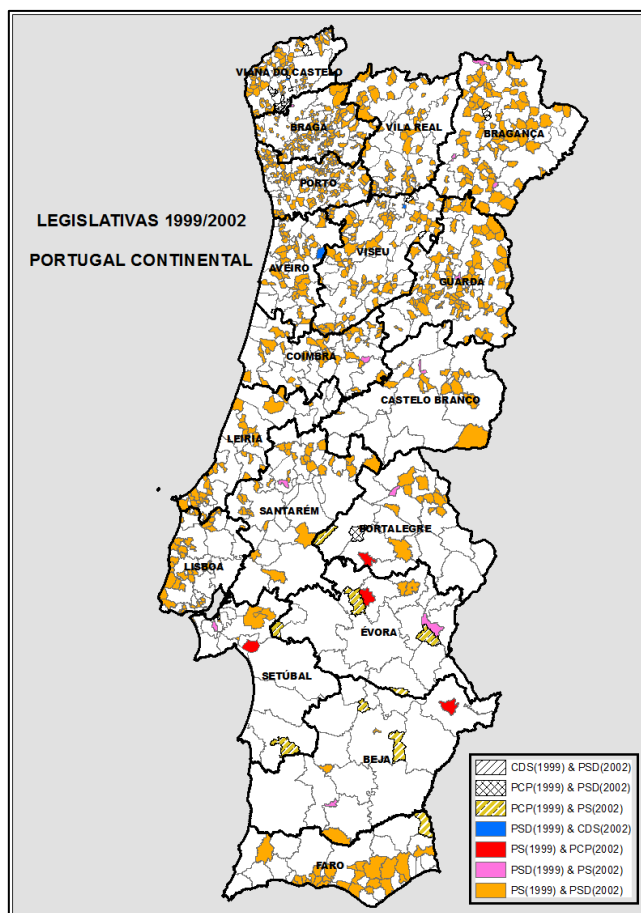








Figura 7.6 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 2002.

7.5 Eleições Legislativas 2005

As Legislativas de 2005 marcam uma nova alteração bastante significativa da paisagem política nacional expressa no facto de o PS ter conseguido vencer em cerca de mil freguesias a mais quando comparado com 2002 (ver figura 7.7 e/ou anexo IX).

Os resultados dos principais partidos nas eleições legislativas de 2005 foram os seguintes:

Tabela 7.4 – Resultados das eleições legislativas de 2005.

partido		% votos	Nº votos	mandatos
PS		45,03%	2588312	121
PPD/PSD		28,77%	1653425	75
CDS-PP		7,24%	416415	12
PCP-PEV		7,54%	433369	14
BE		6,35%	364971	8
PS + PPD/PSD		73,80%	4241737	196

Novamente, será a Norte que encontraremos essa alteração expressa geograficamente e particularmente nos distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo onde parte do eleitorado se caracteriza por uma certa volatilidade cíclica e correlacionada fortemente com a conjuntura que enquadra a eleição em causa. Contudo, as Legislativas de 2005 apresentam-nos um cenário diferente dos anteriores, ou seja, os socialistas registaram importantes ganhos em distritos tradicionalmente conotados como bastiões dos sociais-democratas (Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda). Destaque para os distritos de Lisboa e Faro, onde o partido recuperou de forma expressiva, apresentando resultados ao nível de 1999.

Quanto ao PPD/PSD, estas eleições mostram um claro esvaziamento do domínio social-democrata mesmo nas zonas consideradas privilegiadas para o partido, traduzidos na perda de mais de meio milhão de votos, o que atendendo à dimensão do número total de eleitores é deveras significativo. Uma vez mais, à semelhança de 1995 e 1999, a sul do rio Tejo houve um claro distanciamento entre o eleitorado e as directrizes e políticas defendidas por este partido. Das 2242 freguesias ganhas em 2002, o PPD/PSD apenas logrou vencer em 1258, expressando de forma clara uma nova debaixe social-democrata à semelhança de 1995 e que sobreentende um comportamento cíclico do eleitorado português, influenciado sobretudo pela conjuntura que envolve e caracteriza cada acto eleitoral.

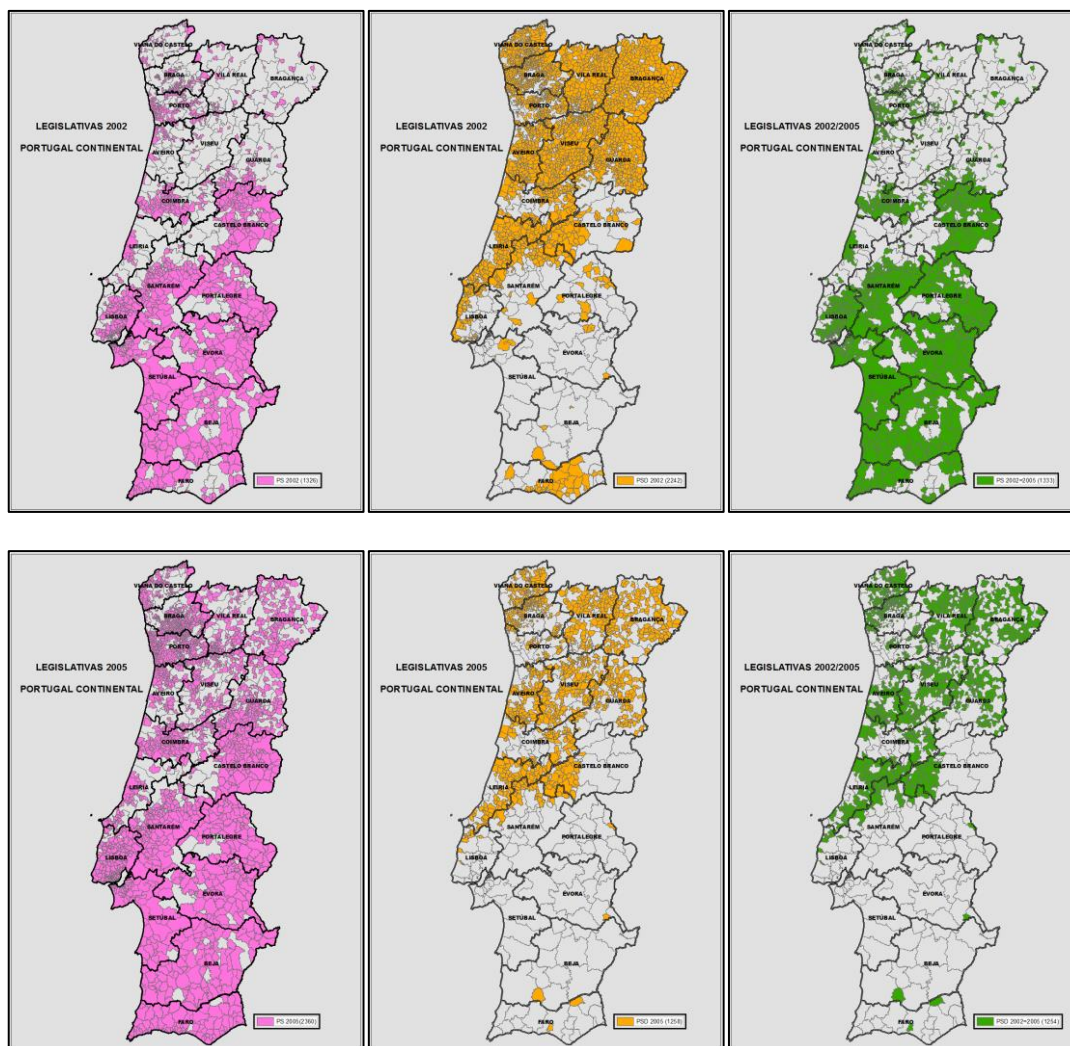


Figura 7.7 - Comparação dos resultados do Partido Social Democrata nas Legislativas de 2002 e 2005.

Mais dois factos merecem destaques na comparação dos resultados das eleições 2002 e 2005: por um lado, o PCP-PEV conseguiu recuperar parte do seu eleitorado quantificada em cerca de 14% de votos a mais, relativamente à votação de 2002; já o CDS/PP registou um comportamento inverso, perdendo mais de 12% dos votos conseguidos três anos antes. Uma vez mais, as transferências de voto entre os cinco principais partidos não serão tão lineares quanto poderá transparecer da análise dos resultados, uma vez que há determinadas premissas que condicionam os juízos de valor que possam ser feitos: por exemplo, não será de modo algum espectável, que tenhamos assistido a uma transferência directa de voto entre o PCP-PEV e o CDS/PP.

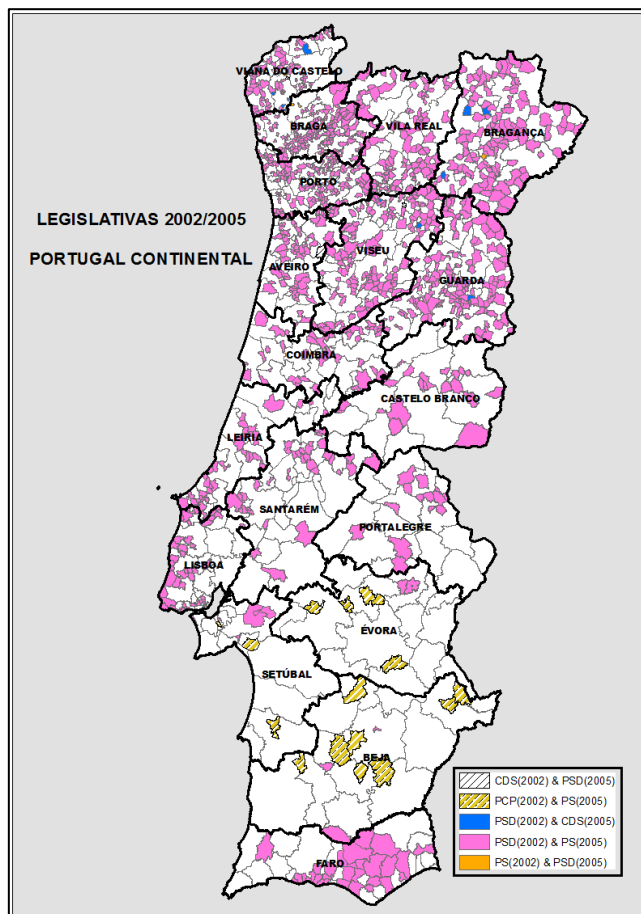


Figura 7.8 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 2005.

Relativamente às transferências de votos identificadas pelo ganho ou perda de freguesias (ver figura 7.8 ou anexo IX), há a registar que a evolução do eleitorado socialista se ficou a dever uma vez mais, ao crescimento negativo do PPD/PSD e também ao ganho de um conjunto de freguesias anteriormente sobre a égide comunista. Ressalve-se também o facto de o CDS/PP ter conseguido vencer em algumas freguesias que em 2002 eram dos sociais-democratas. Tal situação pressupõe a existência de um movimento de leitores mais acentuado do centro-direita para o centro esquerda, mas também e de forma menos substancial, do centro-direita para a direita.







Apesar do ganho significativo de eleitores comparativamente com as anteriores eleições, o PCP-PEV perdeu algumas freguesias directamente para o PS, sendo que todas elas se localizam nos distritos que *à priori* se encontram associados a zonas de conforto dos comunistas (distritos de Beja, Évora e Setúbal).

7.6 Eleições Legislativas 2009

Comparando as eleições de 2005 e 2009, transparece a ideia de uma certa estabilização quanto aos padrões resultantes da distribuição de voto (ver figura 7.9 e/ou anexo IX) dos dois principais partidos.

Os resultados dos principais partidos nas eleições legislativas de 2009 foram os seguintes:

Tabela 7.5 – Resultados das eleições legislativas de 2009.

partido		% votos	Nº votos	mandatos
PS		36,56%	2077238	97
PPD/PSD		29,11%	1653665	81
CDS-PP		10,43%	592778	21
PCP-PEV		7,86%	446279	15
BE		9,81%	557306	16
PS + PPD/PSD		65,67%	3730903	178

Mas, uma análise mais detalhada dos resultados das Legislativas de 2009 e comparando com o escrutínio anterior, permite tirar determinadas ilações que permitem justificar as pequenas alterações que é possível detectar no mapeamento da votação. Assim, a primeira grande nota tem a ver com o aumento significativo da abstenção (passou de 35,74% para 40,32%, expressos em mais de 600 000 potenciais votantes) e tendo em atenção o aumento substancial do número de inscritos nos cadernos eleitorais para o escrutínio de 2009 (ver tabela 7.6).

Tabela 7.6 – Comparação entre o número de inscritos, o número de votantes e o número de abstencionistas nas eleições legislativas de 2005 e 2009.

ELEIÇÃO	INSCRITOS	VOTANTES	ABSTENÇÕES
Legislativas 2005	8944508	5747834 (64,26%)	3196674 (35,74%)
Legislativas 2009	9519921	5681258 (59,68%)	3838663 (40,32%)

Quanto à variação da votação por partido, é de destacar o facto de o PS ter perdido cerca de meio milhão de votos, o que em parte poderá ser justificado pelo desgaste de um partido que governou durante uma legislatura completa de quatro anos. Curiosamente, o principal partido da oposição (PPD/PSD) não obteve grandes dividendos desta situação, pois tal não se reflectiu no incremento do eleitorado social-democrata que praticamente manteve o mesmo registo de 2009. Já quanto aos demais partidos com representação parlamentar, a realidade foi bem distinta. Assim, realce para o aumento expressivo do eleitorado afecto ao BE (cerca de 53% a mais quando comparado com 2005, traduzidos nos 200 mil votos a mais), ficando à beira de ultrapassar a barreira psicológica dos 10%. Por outro lado, o CDS/PP cimentou a sua posição como terceiro partido mais votado, registando um aumento da votação superior a 42% relativamente a 2005, expressos em mais 170000 votos. Já o eleitorado comunista apresentou um comportamento diferente, registando apenas um ligeiro aumento da votação (cerca de 3%). Quanto ao número de freguesias que mantiveram a mesma tendência entre 2005 e 2009 (ver fig. 7.10 e/ou anexo IX), regista-se um aumento significativo no âmbito dos socialistas e um decréscimo quanto ao número de freguesias afectas aos sociais-democratas.

Observando os mapeamentos das votações de socialistas e sociais-democratas, confirmam-se as variações referidas anteriormente. A sul, nos distritos de Faro e Portalegre, o PPD/PSD conseguiu reconquistar diversas freguesias. A norte, o partido cimentou a sua posição de partido mais votado, particularmente nos distritos da Guarda e Bragança. De forma implícita, tais variações reflectem-se no mapeamento do comportamento do eleitorado socialista. Aparte disto, merece realce o facto de o PCP-PEV ter reconquistado diversas freguesias aos socialistas em distritos como Setúbal, Beja e Évora. A norte, concretamente no distrito de Viana de

Castelo (concelho Ponte de Lima), merece relevo a progressão do CDS/PP pois conseguiu conquistar um considerável número de freguesias, apesar de ser um partido de uma denominada segunda linha (tal como o PCP-PEV). De forma genérica, verifica-se que nos principais centros urbanos e nomeadamente os que situam junto ao litoral, as variações ao nível das transferências de freguesias foi pouco expressivo.

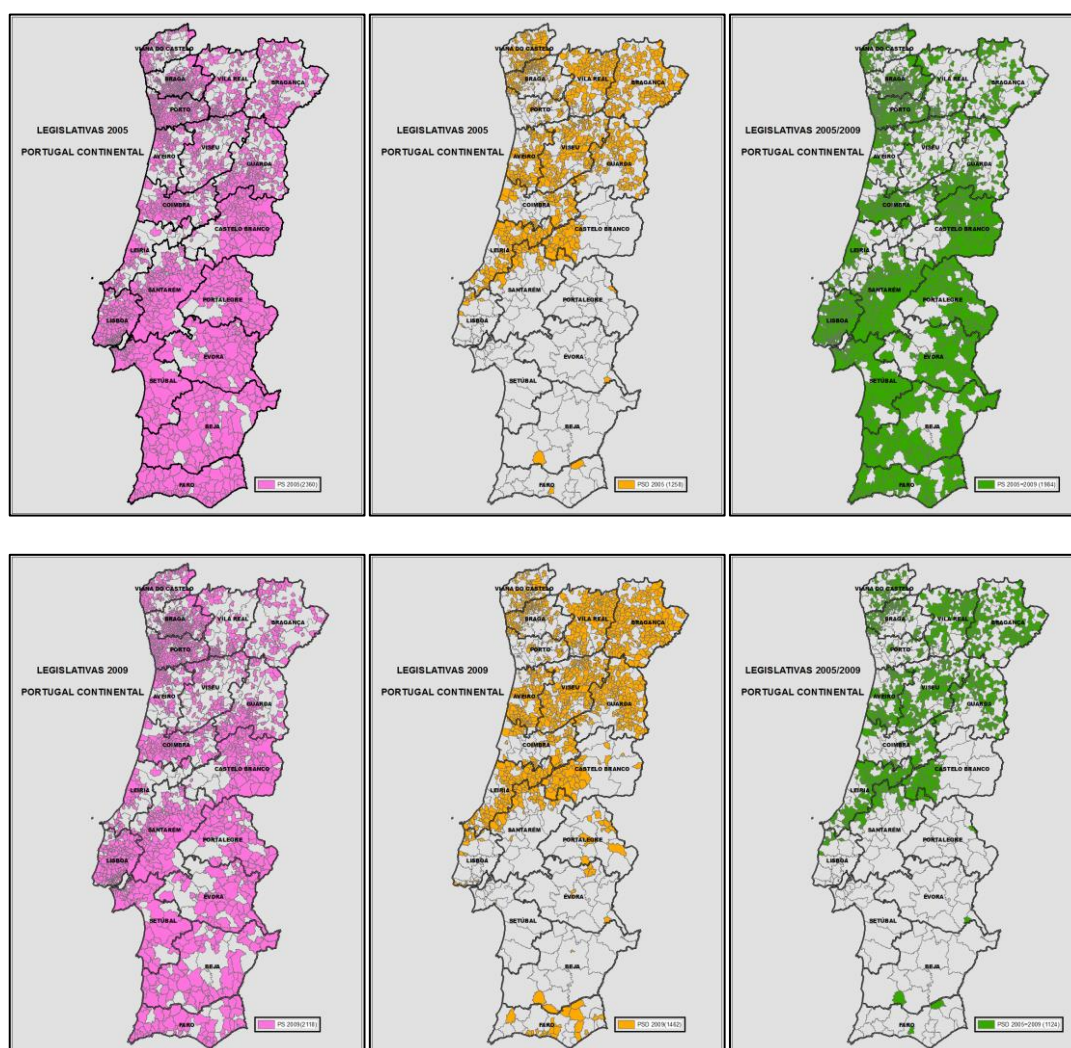


Figura 7.9 - Comparação dos resultados do Partido Socialista nas Legislativas de 2005 e 2009.

Geograficamente, estas alterações localizam-se preferencialmente nos distritos do interior (Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda) e do sul (Évora, Beja, Setúbal, Portalegre e Faro).

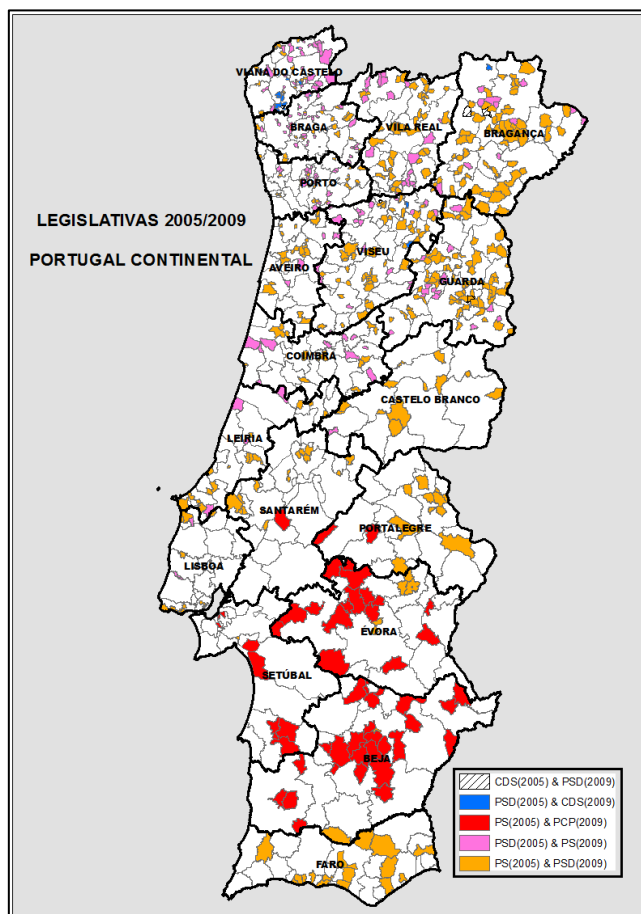








Figura 7.10 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 2009.

7.7 Eleições Legislativas 2011


Os resultados das eleições Legislativas de 2011 marcam uma nova viragem do panorama político nacional. A fragilidade da posição do governo socialista acabou por precipitar a realização de eleições antecipadas e que associada à entrada de um país num programa de assistência económica externa, condicionou os resultados das eleições de 2011. Os resultados dos principais partidos nas eleições legislativas de 2011 foram os seguintes:

Tabela 7.7 – Resultados das eleições legislativas de 2011.

partido		% votos	Nº votos	mandatos
PS		28,05%	1566347	74
PPD/PSD		38,66%	2159181	108
CDS-PP		11,71%	653888	24
PCP-PEV		7,90%	441147	16
BE		5,17%	288923	8
PS + PPD/PSD		66,71%		182

Da análise dos resultados eleitorais (ver figura 7.11 e/ou anexo IX) transparece de facto, uma completa revolução na paisagem política portuguesa. O PS passa de 2118 freguesias em 2009 para apenas 876 freguesias em 2011. Teremos de recuar até 1991, para encontrarmos um resultado tão severo no que concerne aos socialistas. Mais contundente ainda, é o facto de o partido ter perdido cerca de um milhão de votos em seis anos, se compararmos os resultados de 2005 e de 2011 (ver tabela 7.8).

Tabela 7.8 – Comparação dos resultados do PS nas eleições legislativas de 2005 e 2011.

partido	eleição	% votos	Nº votos	Mandatos
	2005	45,03%	2588312	121
	2011	28,05%	1566347	74

Em contrapartida, os resultados obtidos em conjunto pelos partidos de centro-direita permitiu-lhes formar governo. No caso do PPD/PSD, o número de freguesias passou de 1462 para 2651, valor apenas superado nas Legislativas de 1991. Genericamente é lícito afirmar que com a excepção dos distritos tradicionalmente afectos ao PCP-PEV, a paisagem política do país é dominada pela cor laranja (cor afecta ao partido social democrata).

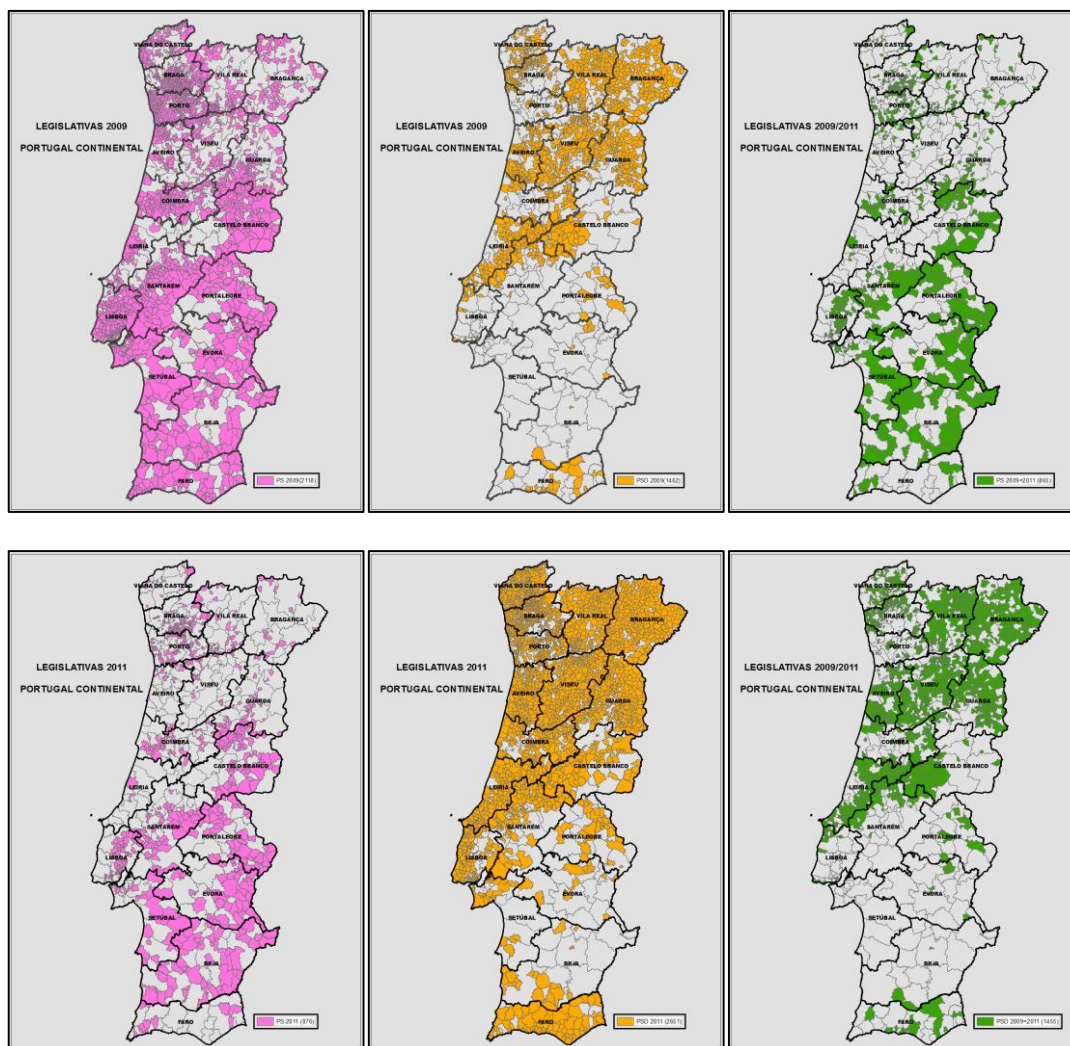


Figura 7.11 - Comparação dos resultados do Partido Social Democrata nas Legislativas de 2009 e 2011.

Uma vez mais, especialmente verifica-se que em eleições onde o PPD/PSD é o partido mais votado, este sai dos limites tradicionais associados aos distritos localizados nas regiões centro-norte e norte e alcança importantes ganhos nos distritos localizados mais a sul. Por exemplo, o distrito de Faro conota-se com um dos distritos mais voláteis. Nestas eleições, todos os distritos abaixo de Aveiro e com a excepção de Beja e Évora, apresentam um padrão predominantemente associado ao PPD/PSD. Em contraponto, os padrões distritais resultantes do mapeamento da votação obtida pelos socialistas reflecte precisamente este cenário de mudança generalizada. Quanto ao número de freguesias afectas a ambos os partidos, e tal como seria de esperar, os resultados afectos aos sociais-democratas

confirmam não só, uma certa estabilização do resultado de 2009 (comparativamente com 2005), como também a evolução da votação registada e 2011. Tal se reflecte numa recuperação superior a 25% (passando de 1154 para 1456 freguesias). Em contraciclo, os socialistas apenas conseguiram manter 865 das freguesias, comparativamente com 2009.

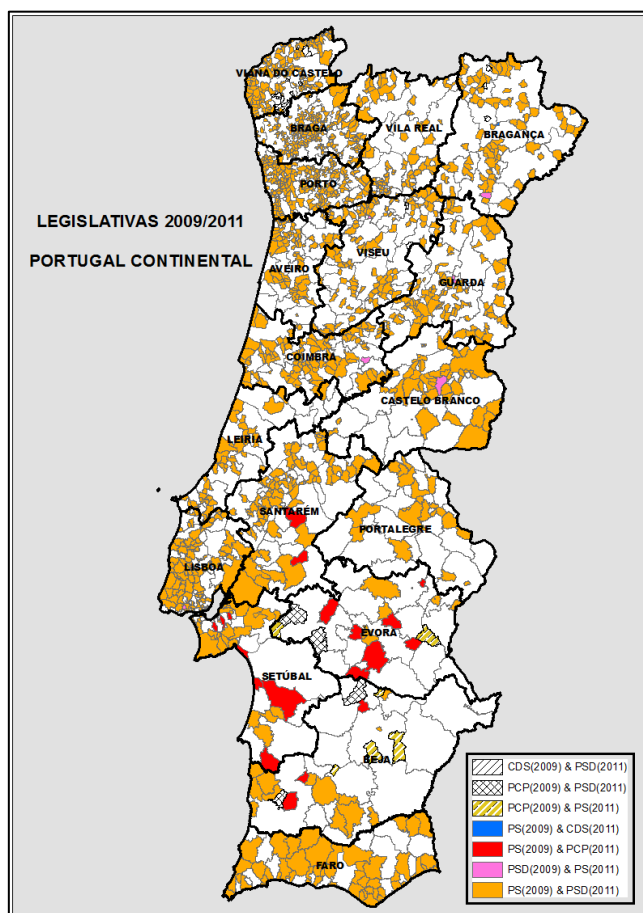


Figura 7.12 - Transferência de freguesias nas Legislativas de 2011.

Relativamente às transferências de voto (ver figura 7.12 e/ou anexo IX) e atendendo uma vez mais aos resultados eleitorais, não é polémico afirmar que houve uma transferência de votos significativa entre os dois principais partidos. Assim, a evolução do resultado dos sociais-democratas ficou a dever-se em grande parte à flutuação de parte do eleitorado socialista, mas também na cativação de algum eleitorado centrista e mesmo comunista. Neste último caso, algo

surpreendente pois foi conseguido em zonas tradicionalmente afectas ao PCP-PEV e cujo eleitorado é muito pouco volátil. Ao contrário de 2009, os principais centros urbanos (Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Faro) constituem cenários perfeitos de mudança. Realce para a zona de Lisboa e vale do Tejo, cujo padrão espacial confirma a transferência de freguesias entre os dois principais partidos em larga escala. Provavelmente, o distrito de Faro constitui o melhor retrato da evolução da votação dos sociais-democratas em 2011. De facto, o actual padrão espacial apenas encontra paralelo nas longínquas Legislativas de 2011.

As Legislativas de 2011, marcam um forte revés para o PS que viu o seu eleitorado reduzido de forma acentuada, sendo que o PPD/PSD foi claramente o partido mais beneficiado com o desempenho dos socialistas. Por outro lado, os comunistas conseguiram também recuperar diversas freguesias nos distritos de Setúbal, Évora e Beja fortalecendo assim, a sua influência nestes distritos.

7.8 Considerações finais

Da análise do conjunto das cartografias de voto associadas ao PS resultantes do mapeamento dos resultados do partido no conjunto de eleições consideradas, destaca-se o facto de os distritos de Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Leiria e Faro, serem respectivamente aqueles onde o partido é “punido” de forma mais severa quando e em particular, a conjuntura é mais adversa. Por outro lado e comparativamente com o PPD/PSD, trata-se de um partido cujo eleitorado se encontra mais espraído ao longo do território nacional, apesar de a sua denominada zona de conforto ser constituída pelos distritos da zona centro-sul e zona sul.

Quanto ao PPD/PSD, é nos distritos a norte de Leiria que fundamentalmente se encontra o seu eleitorado mais fiel. Quando as taxas de votação se aproximam dos quarenta pontos percentuais, o mapeamento da respectiva votação alastra para sul, com o distrito de Faro a servir de barómetro para tais alterações.

Outro factor que interessa considerar em cada eleição tem a ver com o eleitorado comunista. Apesar de ser pouco volátil, em determinadas ocasiões tem-se assistido a uma determinada transferência de votos entre comunistas e socialistas, possivelmente justificável pela proximidade ideológica, isto considerando o espectro político nacional. Já a transferência de votos entre comunistas e sociais-democratas é meramente residual.

Por fim, ressalve-se o facto de o CDS/PP conseguir em determinados escrutínios, “retirar” algumas freguesias tanto a socialistas como a sociais-democratas. O concelho de Ponte de Lima será porventura, o exemplo mais paradigmático disso mesmo. Quanto ao BE, as Legislativas de 2011 constituíram uma inflexão da tendência que se vinha acentuando desde 2002 e por conseguinte, a nova dimensão do partido impede-o de ter um papel de activo neste cenário. Por outro lado, é preciso ter em consideração que tanto CDS/PP como BE, não são partidos com uma dimensão autárquica significativa e como tal, o respectivo comportamento em eleições legislativas é condicionado por essa mesma realidade.

8. Estudo de caso: análise comparativa dos resultados das eleições autárquicas de 2009 e 2013, em contraponto com as eleições legislativas de 2011

8.1 Introdução

No processo de consolidação da democracia em Portugal, após a Revolução de Abril de 1974, o poder local tem aparecido como uma das suas maiores realizações (Fernandes, 1992). Contextualizando, o poder local integra as freguesias, os municípios e também as associações de municípios. Nas eleições locais são eleitos a assembleia de freguesia, a assembleia municipal e a câmara municipal. Aos órgãos do poder local podem candidatar-se grupos de cidadãos organizados em listas independentes dos partidos. No decurso de 2013, o governo em funções levou avante uma reforma administrativa que apesar de bastante contestada por diversas populações, entrou em vigor e condicionou por exemplo, os resultados das eleições autárquicas realizadas no mês de Setembro. Por outro lado, desde de 2011 que a difícil conjuntura em que país está mergulhado é substancialmente diferente do que foi o panorama geral da primeira década do século, por razões que obviamente não interessa aqui dissecar no âmbito deste estudo. Vivendo sob um programa de ajuda financeira internacional desde meados de 2011, cuja aplicação e entrada em vigor coincidiu com a mudança de governo, será por ventura interessante do nosso ponto de vista comparar os padrões espaciais resultantes das eleições autárquicas de 2009, das eleições legislativas de 2011 e das eleições autárquicas de 2013. O nosso objectivo real ao compararmos a distribuição dos resultados destas três eleições, será comprovar até que ponto os resultados do escrutínio de Setembro de 2013, reflectem uma possível penalização por parte do eleitorado ao actual governo de coligação centro-direita em virtude não apenas do programa de austeridade em vigor, mas atendendo ao facto de que a reforma administrativa levada a cabo suprimiu mais de 25% do número de freguesias gerando por si só, uma onda de descontentamento geral expressa em inúmeras manifestações populares um pouco

por todo o país. Apesar de o propósito das eleições autárquicas não ser o mesmo das eleições legislativas, é do nosso ponto de vista interessante, anuir possíveis reflexos de um descontentamento popular generalizado resultante de uma situação extraordinária a todos os níveis.

8.2 Metodologia e resultados gerais

A metodologia seguida para este estudo é semelhante à que foi seguida anteriormente no estudo dos padrões dos resultados das eleições legislativas. Assim, para além de cartografarmos os resultados dos escrutínios de forma geral para a totalidade do território, optamos por apresentar os resultados região a região, isto é, utilizando a divisão administrativa anteriormente apresentada e que de forma sucinta divide o país em sete regiões com contornos bem definidos. Resumidamente, a cartografia dos resultados do nosso estudo encontram-se na figura 63.



Figura 8.1 - A distribuição espacial dos resultados das Autárquicas de 2009 e 2013, e das Legislativas de 2011.

Numa análise preliminar dos padrões de distribuição das preferências do eleitorado (ver mapas centrais da figura 8.1), constatamos que há diferenças acentuadas entre eles, particularmente quando comparamos os mapeamentos das eleições autárquicas de 2009 e 2013, com o mapeamento das legislativas de 2011. Se é certo que a realidade autárquica é manifestamente diferente das demais eleições, pelo simples facto de que os propósitos são distintos, não será por certo incomodo aceitar que as alterações significativas que a cartografia das autárquicas 2013 apresenta relativamente às autárquicas de 2009 (ver figura 8.2), sejam reflexo do descontentamento geral dos cidadãos após dois anos de conjuntura adversa e em que principalmente a denominada classe média, foi severamente atingida pelas medidas de austeridade impostas mediante a aplicação de um rígido plano de recuperação económica. Por outro lado, como já referimos, a nova reforma administrativa não foi consensual gerando inúmeros atritos e manifestações regionais contra a supressão de um número significativo de freguesias. O mapa das autárquicas de 2013 já reflecte a nova reforma administrativa, embora o número de polígonos apresentados seja o mesmo que nas autárquicas de 2009.

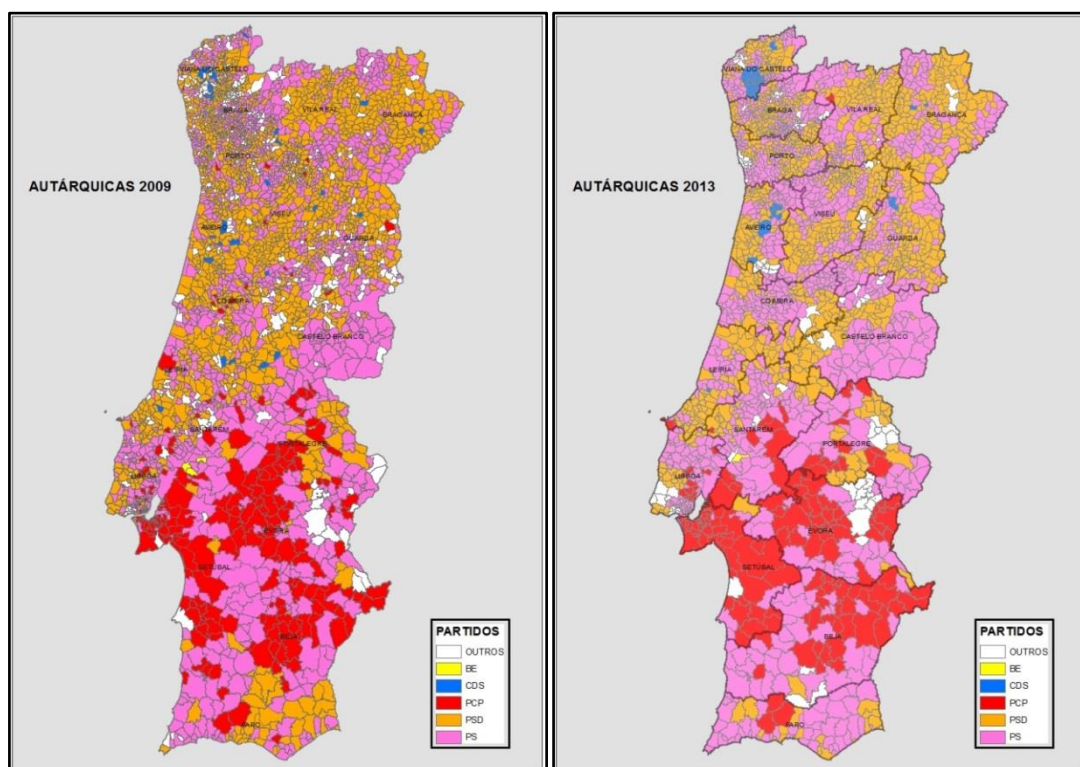


Figura 8.2 - Comparativo entre os mapeamento dos resultados das eleições autárquicas de 2009 e 2013.

De uma forma simplista, a primeira e grande ilação é que as eleições autárquicas de 2013 reflectem a inversão do domínio do PPD/PSD em prol do PS, o que inclusive levou à nomeação de um autarca socialista para a presidência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). De facto, o PPD/PSD no papel de partido incumbente, viu o seu desempenho ao longo destes últimos anos ser penalizado pela opinião pública. Outro fenómeno curioso, tem a ver com o facto de o partido Comunista Português ter cimentado a sua influência regional, particularmente nos distritos onde tradicionalmente o partido obtém os melhores resultados (Beja, Setúbal, Évora, Santarém, Portalegre e Algarve) quer nas autárquicas quer nas legislativas.

Curiosamente, apesar de integrar a coligação que governa actualmente o país e consequentemente poder ver a sua votação condicionada à semelhança do seu parceiro de governo, o CDS/PP conseguiu melhorar o seu desempenho eleitoral relativamente às eleições regionais de 2009. Por exemplo, no distrito de Viana de Castelo, o partido continua a ter um *cluster* espacialmente bem definido (concelho de Ponte de Lima) e como veremos posteriormente numa análise mais detalhada, se expandiu em virtude da vitória do partido nas freguesias contíguas. Paralelamente a tudo isto, assiste-se a uma crescente influência dos movimentos independentes, sem suporte partidário e que dão voz a um descontentamento e indiferença para com o desempenho dos diversos partidos políticos. Muitos deles, são movimentos de cidadãos com ideias e convicções similares que procuram o melhor em prol das zonas onde vivem. De facto, estamos perante um novo paradigma que configura uma nova realidade e que se tem vindo a acentuar ao longo dos últimos anos, para já ao nível do poder local somente.

8.3 Resultados por região geográfica

8.3.1 Região do Algarve

A região do Algarve é das que maiores alterações apresentam em termos de padrões eleitorais. Comparando as duas eleições autárquicas, constatamos que 2013 significou um forte revés para o PPD/PSD, com a perda de diversas freguesias principalmente para o principal partido da oposição (PS).

Os concelhos de Loulé, Alcoutim, Tavira, Olhão, Silves, Albufeira e Vila do Bispo apresentam mapeamentos de voto substancialmente distintos em 2013 (ver figura 8.3), comparativamente com 2009. Se compararmos os mapas das legislativas de 2011 e das autárquicas de 2013, embora os propósitos dos actos em causa sejam distintos, verificamos que as diferenças se acentuam e podem levar à conclusão que o propósito dos eleitores não terá sido apenas eleger os seus representantes locais, mas também expressar uma mensagem de descontentamento.

Para além da predominância dos socialistas, verificamos que os comunistas alargaram a sua implantação no concelho de Silves. Curioso, o facto de o PCP-PEV não ter conseguido ser o partido mais votado em nenhuma das freguesias algarvias nas Legislativas de 2011, quando em ambas as eleições autárquicas conseguiu ser o partido mais votado em algumas das freguesias algarvias. É um claro exemplo da importante dimensão dos comunistas no âmbito do poder local.

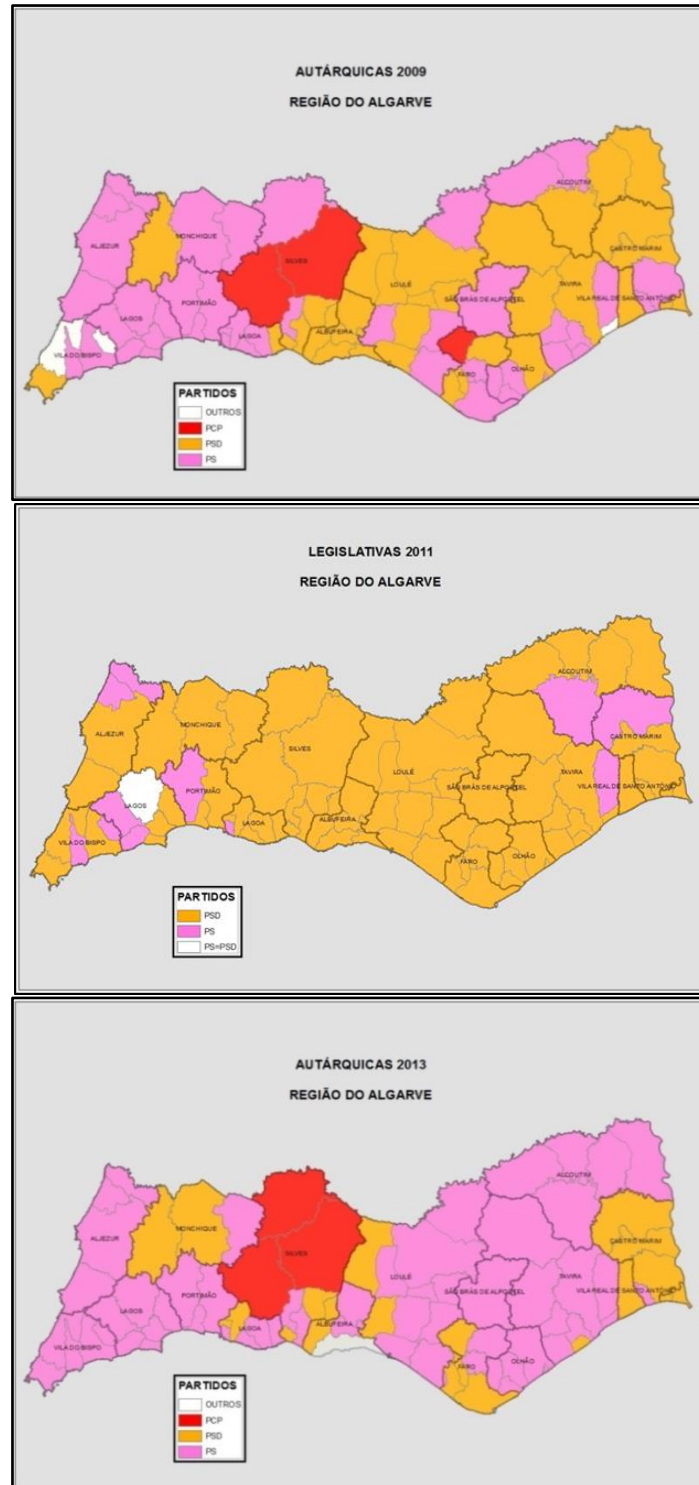


Figura 8.3 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região do Algarve.

8.3.2 Região do Alentejo

A região do Alentejo é reconhecida como o principal bastião dos comunistas pois representa a zona de maior implantação do PCP-PEV no nosso país. Comparando os três escrutínios, verifica-se que mesmo aqui, a dimensão autárquica do partido é superior à alcançada em eleições legislativas. Tratando-se de um terreno hostil para os partidos de direita e centro-direita, os diversos mapeamentos apresentados (ver figura 8.4) acabam por comprovar este facto de forma inequívoca.

Da análise da cartografia eleitoral da região do Alentejo, constata-se que o desempenho do PS é superior nas eleições legislativas comparativamente com as eleições autárquicas, a que não será indiferente o facto de o PCP-PEV apresentar um desempenho superior ao nível do poder local, conforme referido. Se nas Legislativas de 2011, os comunistas registaram um ligeiro decréscimo em termos de votos, as Autárquicas de 2013 confirmam a vitalidade do partido no âmbito do poder local.

Por sua vez, o PPD/PSD regista por norma um pior desempenho nas autárquicas quando comparado com as legislativas. A norte da região, nomeadamente os concelhos de Sousel, Alter do Chão, Castelo de Vide, Fronteira e Arronches, e Almodôvar a sul, quase que funcionam como *outliers* quando se pretende encontrar um padrão espacial que configure o comportamento dos sociais-democratas. Como seria expectável, o registo das Legislativas de 2011 esteve longe de se confirmar nas Autárquicas de 2013.

Quanto aos demais partidos, se o CDS/PP não consegue qualquer resultado de relevo, já o BE inverteu a tendência registada desde o seu aparecimento em 1999. De facto, se nas Legislativas de 2009 conseguiu ser o 3º ou 4º partido mais votado na região, em 2011 quedou-se praticamente como o 5º partido mais votado na generalidade das freguesias acentuando a desilusão do seu eleitorado.

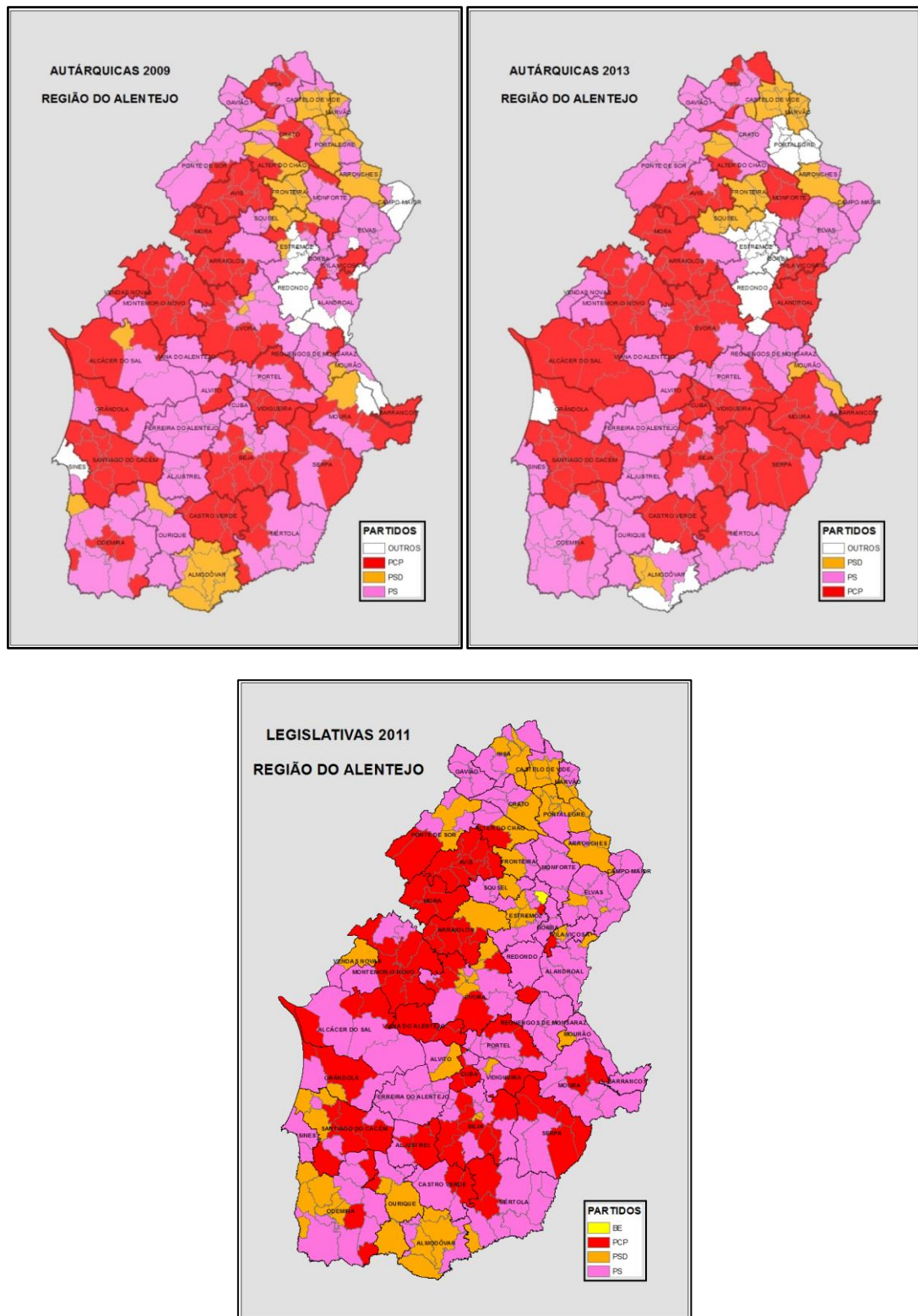


Figura 8.4 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013 (b) e das eleições Legislativas de 2011 (c) para a região do Alentejo.

8.3.3 Região da Estremadura e Ribatejo

A região da Estremadura e Ribatejo configura a existência de padrões espaciais associados às três eleições analisadas bastante heterogéneos (ver figura 8.5). Para tal, é suficiente analisar e comparar o comportamento do PCP-PEV nos dois tipos de eleição. Se nas legislativas de 2011 os comunistas apenas conseguem alguns registos significativos na margem sul do Tejo, já nas autárquicas a relevância do partido atinge outros contornos. Particularmente nas recentes eleições autárquicas de 2013, o partido registou um crescimento em termos de votação tão significativo, que na margem sul a generalidade dos concelhos (Sesimbra, Palmela, Benavente, Alcochete, Barreiro, Moita, Seixal, Almada e Setúbal) ficou sobre a sua égide.

Se nas Legislativas de 2011, os sociais-democratas conseguiram alcançar um dos seus melhores resultados nesta região, as últimas eleições autárquicas inverteram essa tendência. Á priori, com a excepção dos concelhos localizados mais a norte (Nazaré, Alcobaça, Caldas da Rainha, Rio Maior, Bombarral e Óbidos), será possível associar o desempenho do partido à menor capacidade de mobilização do eleitorado é quando comparada com outro tipo de eleição. Por outro lado, as Autárquicas de 2013, apesar do tipo de eleição e os objectivos em causa serem diferentes, poderá ter funcionado como uma advertência ao governo. Por conseguinte, os resultados alcançados pelos partidos que formam a coligação que governa actualmente o país, poderão ser vistos como uma penalização do eleitorado face às medidas e políticas adoptadas pelo executivo.

Quanto aos socialistas, apesar do decréscimo significativo do número de votos verificado a nível geral nas Legislativas de 2011 e por conseguinte também na região da Estremadura e Ribatejo, conseguiram ao nível do poder local voltar a ter um bom comportamento nas Autárquicas de 2013. Provavelmente, este desempenho não foi melhor devido ao acentuar de um fenómeno recente associado aos escrutínios que elegem os órgãos de poder local e que está relacionado com a vitória em diversas freguesias de listas formadas por independentes.

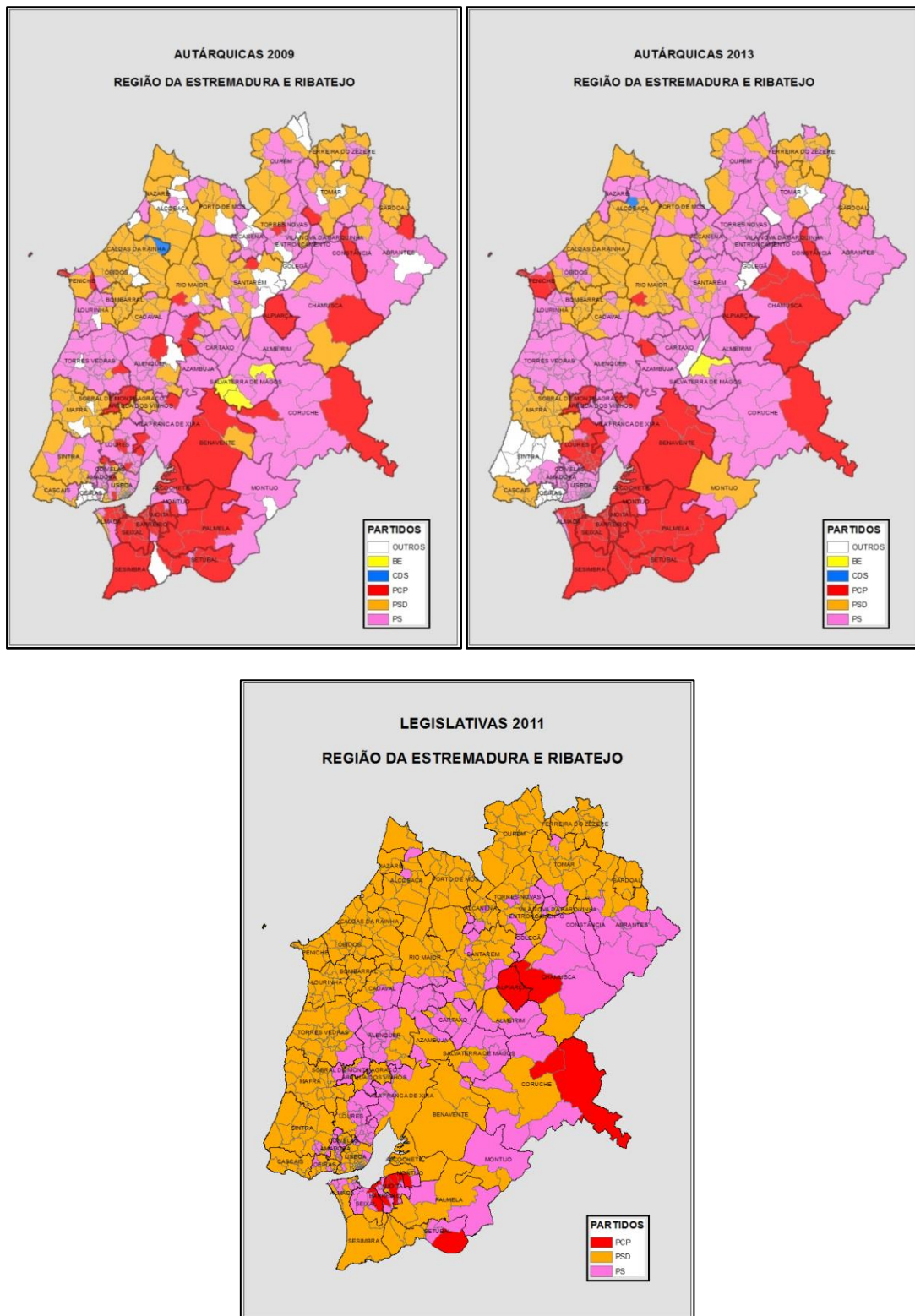


Figura 8.5 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região do Estremadura e Ribatejo.

8.3.4 Região da Beira Litoral

Os resultados eleitorais considerados para a região da Beira Litoral configuram também a existência de padrões espaciais bastantes heterogéneos conforme se pode verificar na figura 8.6.

Comparando apenas as duas eleições autárquicas, verificamos que o PPD/PSD não conseguiu repetir em 2013 o resultado de 2009, porventura pelas mesmas razões anteriormente apresentadas para outras regiões mas que são passíveis de extrapolar para a totalidade do território. Quanto ao padrão cartográfico resultante do mapeamento da votação do partido nas Legislativas de 2011, é completamente diferente. Provavelmente devido á conjuntura da época, o partido obteve um resultado deveras contundente, uma vez que o PS apenas conseguiu vencer num conjunto restrito de freguesias. Também será necessário considerar o facto de o eleitorado conseguir distinguir de forma clara o propósito de cada uma das eleições e desse modo, expressar a sua vontade de forma diferente consoante esse mesmo objectivo. Se o PS foi severamente punido nas Legislativas de 2011, já nas Autárquicas de 2009 e principalmente nas Autárquicas de 2013, conseguiu cativar parte significativa do eleitorado. Inclusive, conseguiu retirar ao PCP-PEV as freguesias que este havia ganho nas eleições de 2009. Portanto, ou o PS conseguiu demonstrar nestas eleições de 2013 que começou a inverter a tendência verificada em 2011 ou efectivamente, o eleitorado distinguiu perfeitamente o objectivo dos dois tipos de escrutínios e fez a respectiva opção, consoante o caso.

Quanto aos partidos de menor relevo, merece destaque o facto de o PCP-PEV ter perdido as suas referências locais particularmente no âmbito das autárquicas e de o próprio CDS/PP ter perdido algumas das suas freguesias em prol do PPD/PSD. A fraca dimensão destes partidos ao nível do poder local, condiciona por certo o desempenho dos mesmos noutro tipo de escrutínios. Paralelamente, também nesta região se acentuou o fenómeno dos independentes, reflexo de uma provável resposta dos cidadãos a um crescente distanciamento ou alheamento dos mesmos relativamente aos partidos políticos.

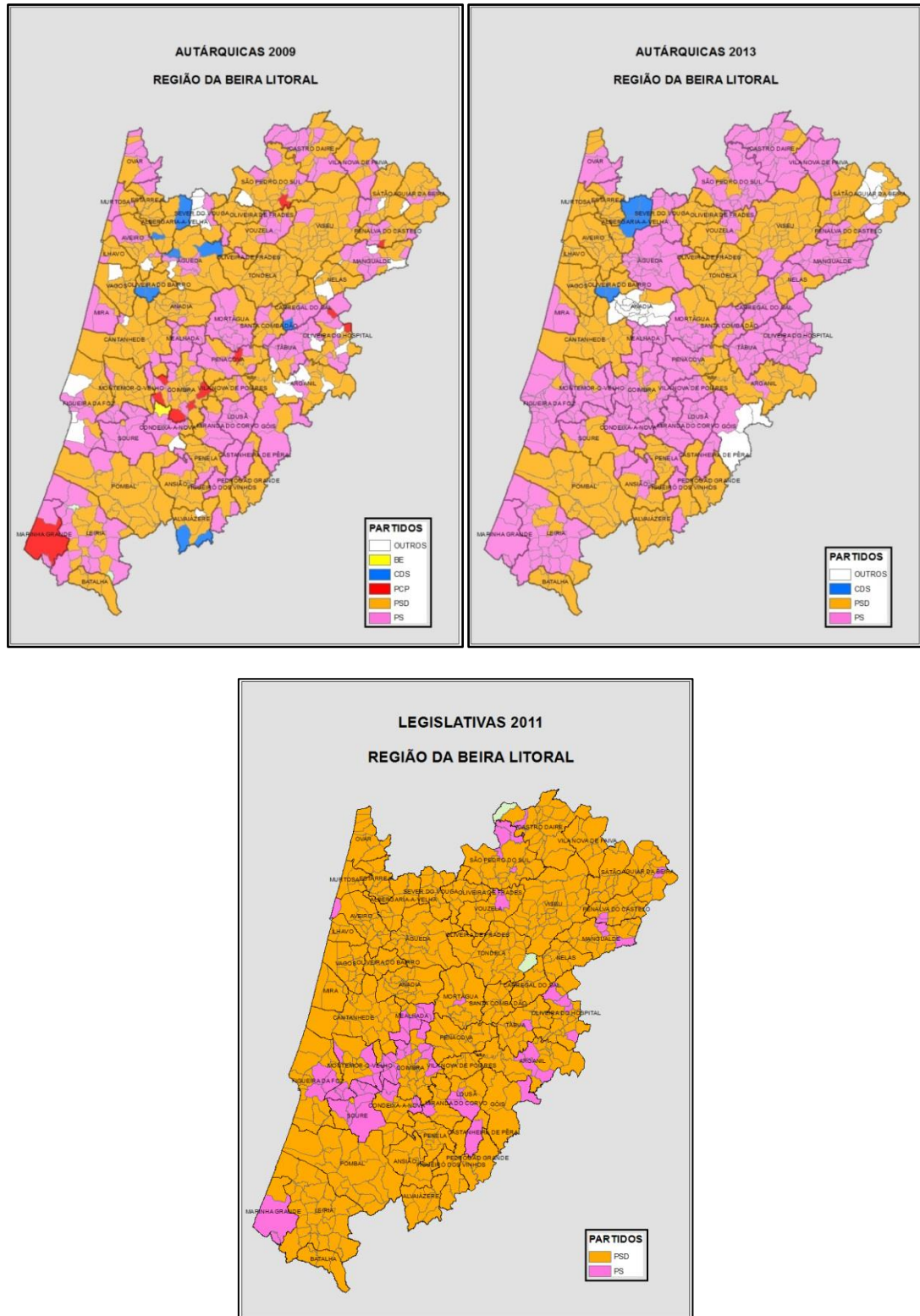


Figura 8.6 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região do Beira Litoral.

8.3.5 Região da Beira Interior

O mapeamento dos resultados eleitorais relativos à região da Beira Litoral reflecte o facto de o eleitorado responder nas urnas consoante o tipo de eleição em causa. Apesar de tudo, tanto nas eleições autárquicas quer nas eleições legislativas a paisagem política é caracterizada por um bipartidarismo que alastra à generalidade do território nacional. Uma vez mais, a reduzida implantação ao nível do poder local de partidos como o CDS/PP e o PCP-PEV, reflecte-se no mapeamento dos resultados das eleições legislativas. Comparando os mapeamentos das autárquicas de 2009 e 2013 verifica-se que globalmente os padrões espaciais são muito semelhantes (ver figura 8.7). O único factor diferenciador está relacionado com o número de freguesias que ficaram sobre o domínio de listas independentes.

O mapeamento das Legislativas de 2011, não apresenta um comportamento tão dominador do PPD/PSD como acontece noutras regiões. Provavelmente, em determinadas zonas, o facto do então líder dos socialistas ter nascido e vivido na região, acabou por funcionar como um foco de simpatia pela personalidade de um determinado individuo e poderá ter contribuído para condicionar em parte, os resultados finais. Os concelhos de Vila do Rei (PPD/PSD) e Vila Velha de Rodão (PS), são os únicos cujo eleitorado vota de forma igual independentemente do tipo de eleição em questão. Por outro lado, existem concelhos como os de Idanha-a-Nova e Proença-a-Nova por exemplo, cujo eleitorado votou consoante a circunstância e daí a diferença patente nos padrões espaciais resultantes do mapeamento dos resultados dos três escrutínios. Relativamente aos três principais concelhos desta região (Guarda, Covilhã e Castelo Branco), o mais estável a nível de padrão espacial é por certo o de Castelo Branco. Apesar se nas Legislativas de 2011, o concelho apresentar um padrão espacial resultante do mapeamento dos votos, que pode ser interpretado como um voto de censura ao executivo minoritário chefiado pelos socialistas, a cartografia associada às eleições autárquicas é muito estável. Quanto ao concelho da Covilhã, os padrões associados aos resultados das autárquicas caracterizam-se por serem heterogéneos (principalmente em 2009), embora nas

Legislativas de 2011 e em contraciclo com o comportamento nacional, haja um comportamento do eleitorado muito homogéneo e associado ao PS.

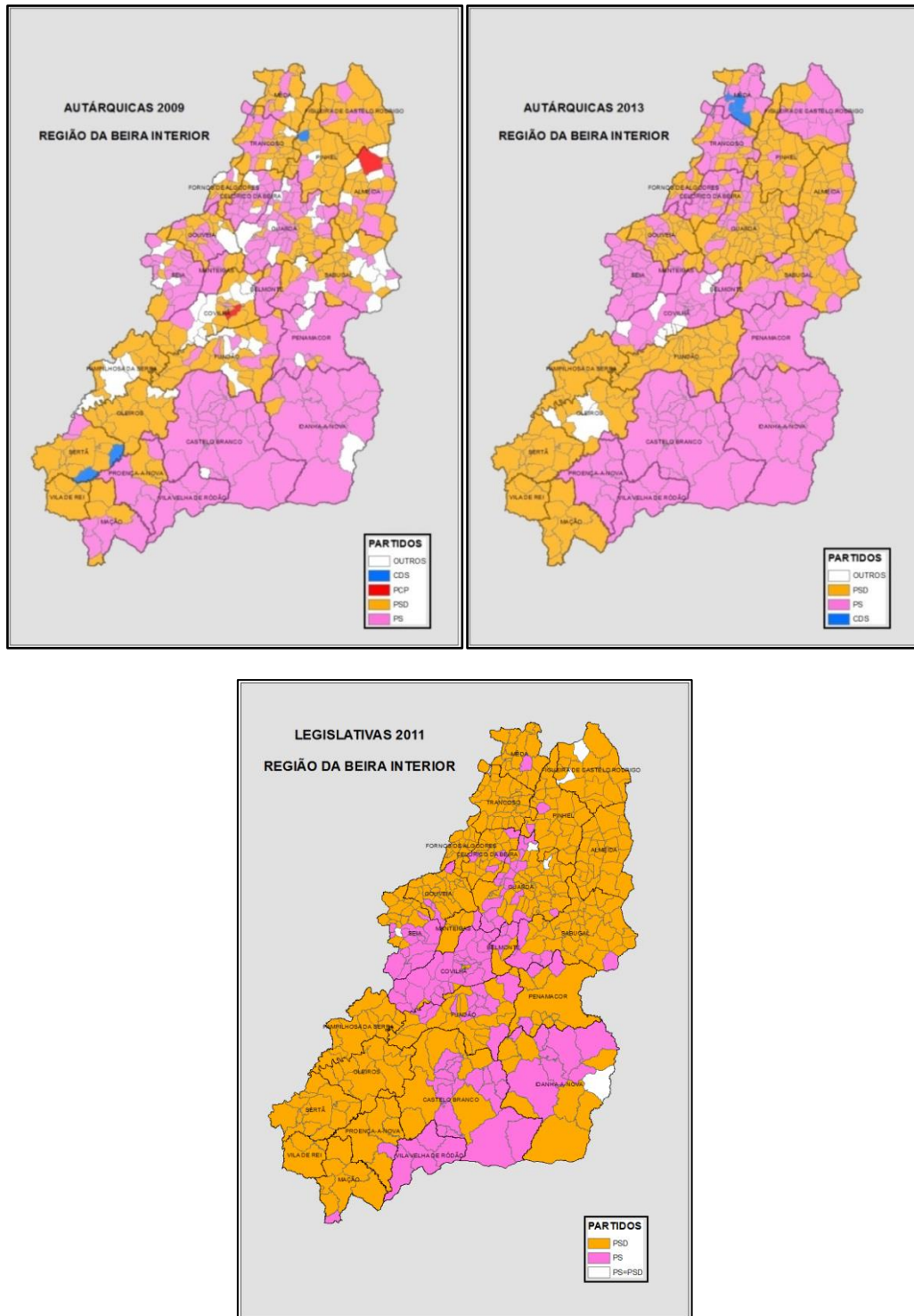


Figura 8.7 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c) para a região do Beira Interior.

8.3.6 Região Entre Douro e Minho

O mapeamento dos resultados das três eleições analisadas para a região de Entre Douro e Minho (ver figura 8.8) reflecte padrões espaciais bastante heterogéneos. Considerando apenas as autárquicas, conclui-se que os sociais-democratas foram bastante penalizados em 2013 com a perda de um número significativo de freguesias. Para além da subida natural e expectável dos socialistas, sobressai o aumento significativo da implantação do CDS/PP, quando comparado com as Autárquicas de 2009. Apesar de tudo, este vigor dos centristas a nível do poder local não se reflecte de modo algum nas Legislativas de 2011, o que poderá antever a existência de um fenómeno associado aos ciclos eleitorais conhecido como “o voto útil” e que neste caso, funcionaria com claro benefício do PPD/PSD.

Comparando os dois mapeamentos relativos às eleições autárquicas, sobressai o facto de não existir uma homogeneidade na distribuição do voto. Mesmo assim, ainda é possível aferir alguns concelhos que mantêm a tendência de voto como são os casos de Arcos de Valdevez, Cabeceiras de Basto, Vila Nova de Famalicão, Trofa, Maia e porventura Melgaço.

Curioso será prever se o mapeamento das Legislativas de 2015 estará mais associado ao padrão espacial apresentado para as Autárquicas de 2013 ou ao padrão das Legislativas de 2011. Efectivamente, ambos são bem distintos, deixando transparecer a ideia de que o eleitorado sabe perfeitamente distinguir o objectivo de cada eleição, mas também a especificidade de uma eleição de carácter local, na qual os cidadãos escolhem os seus representantes. Senão, observe-se o caso do concelho de Ponte de Lima cujo domínio do CDS nas autárquicas é por demais evidente, mas cujo contágio não se repercute nas eleições legislativas. De facto, também nesta região, a partidarização que caracteriza o panorama político desde finais da década de 80 (séc. XX) encontra-se patente no padrão espacial resultante do mapeamento dos resultados das Legislativas de 2011. Perante a conjuntura da época, o eleitorado penalizou o PS e daí o PSD dominar a paisagem política desta região. Já as eleições Autárquicas de 2013 poderão ter tido um significado mais

amplamente, servindo como um meio privilegiado para os cidadãos penalizarem de forma indirecta o governo (em particular, o PSD).

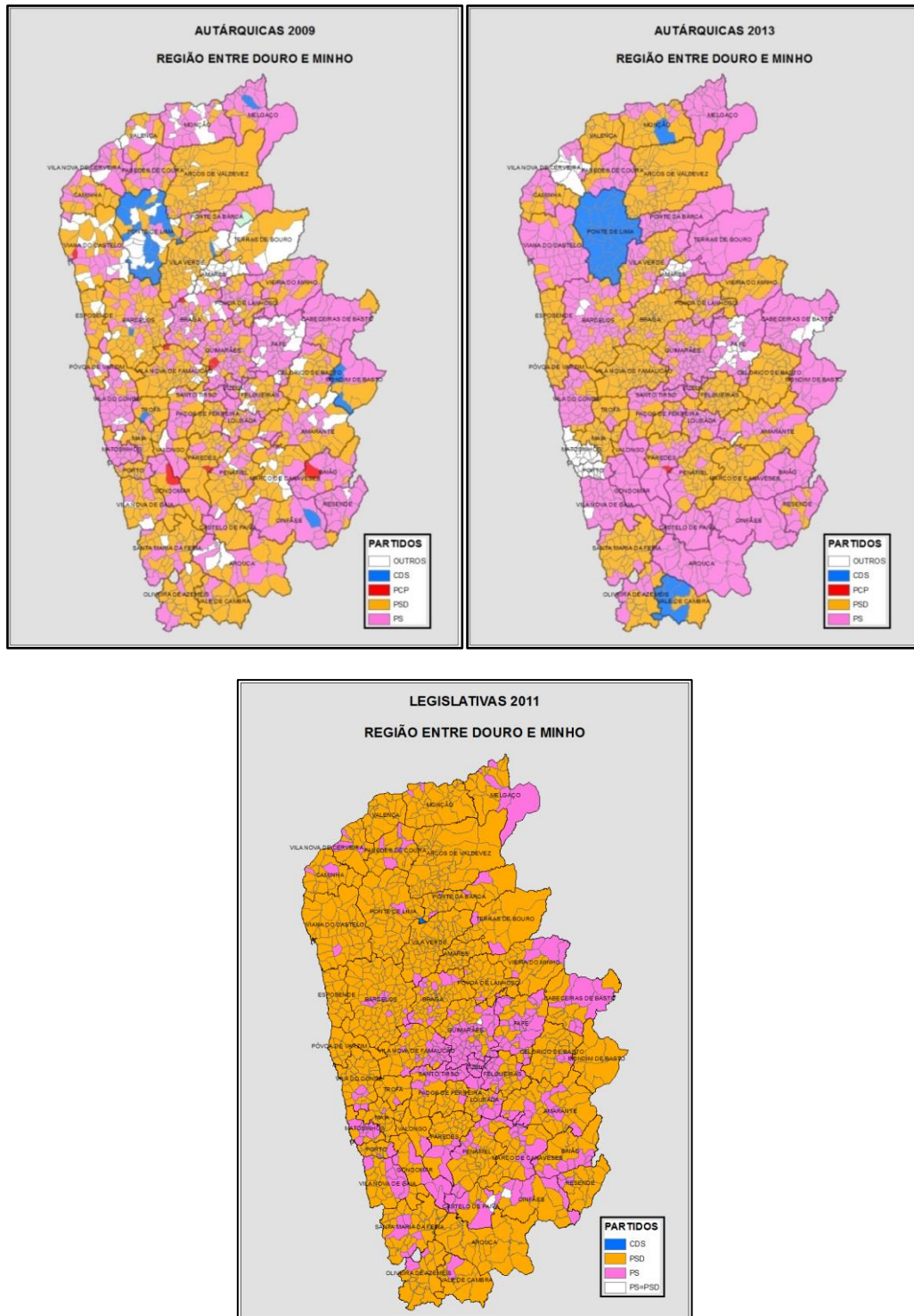


Figura 8.8 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c) para a região Entre Douro e Minho.

8.3.7 Região de Trás-os-Montes e Alto Douro

Conforme já o afirmamos anteriormente, a região de Trás-os-Montes e Alto Douro de cariz vincadamente mais rural, será porventura a que apresenta o eleitorado mais fiel a um determinado partido (PSD) e que poderá ser justificado pelo facto de estarmos perante um eleitorado mais conservador. Apesar de a conjuntura poder ser desfavorável ao partido em causa (como foi o caso das Autárquicas de 2013), este normalmente conta com a fidelidade de uma parte significativa do eleitorado, embora seja inequívoca a existência de indícios gerais que comprovam o descontentamento de parte do eleitorado perante a realidade actual do país. Embora não seja fácil aferir que os resultados das Autárquicas de 2013 foram um veículo privilegiado para os cidadãos demonstrarem todo o seu descontentamento face à actual conjuntura, podemos analisar o padrão espacial resultante do mapeamento da votação das eleições de 2013 e constatar que raramente o PS conseguiu tal desempenho por estas paragens. De facto, se atentarmos em concelhos como Montalegre, Vinhais, Vila Flor, Miranda do Douro, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Moimenta da Beira, verificamos que o respectivo eleitorado optou de forma por candidatos afectos ao PS.

Contudo, veja-se que o padrão espacial das Legislativas de 2011 mostra claramente que em nenhuma outra região do continente, os sociais-democratas obtêm um apoio tão explícito por parte do eleitorado (ver fig. 8.9) e mesmo nos padrões espaciais de voto dos demais partidos, sobretudo do principal partido da oposição, será difícil identificarmos uma situação similar.

Os concelhos de Mirandela, Boticas, Vimioso, Valpaços, Armamar e Penedono serão aqueles onde existe uma maior uniformidade de comportamento independentemente do tipo de eleição que se analise. Já os concelhos de Moimenta da Beira, Torre de Moncorvo e Montalegre são exemplos de concelhos cujo eleitorado se poderá caracterizar por apresentar uma maior volatilidade face ao comportamento apresentado nas três eleições.

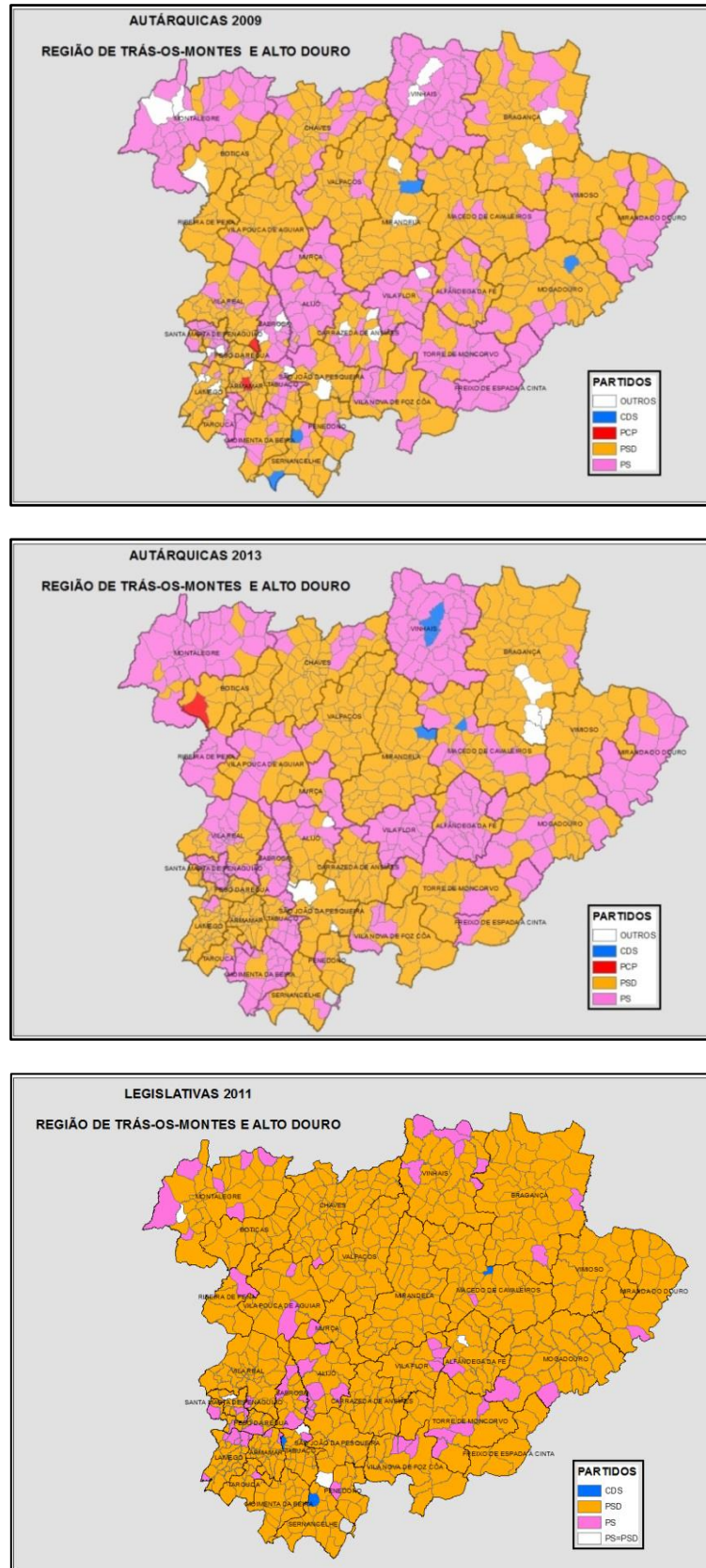


Figura 8.9 (a,b,c) – Mapeamento dos resultados das eleições Autárquicas de 2009 (a), das eleições Autárquicas de 2013(b) e das eleições Legislativas de 2011(c)para a região de Trás-os.Montes e Alto Douro.

8.3.8 Considerações finais

Em muitas das regiões consideradas, as eleições autárquicas de 2013 representaram para os cidadãos mais do que a mera eleição dos seus representantes para os órgãos de poder local. Efectivamente, os resultados e preferencialmente os padrões espaciais a eles associados, demonstram que houve um sinal de contestação de parte do eleitorado que não se identifica com as directrizes que têm norteado a acção do governo de coligação de centro-direita.

Apesar de tudo, transparece de forma inequívoca de que os cidadãos distinguem de forma clara o propósito diferenciado de cada tipo de eleição. Aliás, os diversos mapeamentos dos resultados eleitorais originam padrões espaciais bem elucidativos do tipo de comportamento dos portugueses. Porém, é certo que a variabilidade dos padrões associada às eleições legislativas é manifestamente superior à registada quando analisamos eleições autárquicas.

Por fim, este estudo permite confirmar que a implantação de um partido em termos de poder local traz por norma, dividendos aos respectivos partidos em eleições legislativas. Contudo, há excepções como foi possível verificar pontualmente. A própria dimensão dos partidos não é idêntica nos diversos tipos de eleição. Como se verificou, por exemplo os comunistas alcançam por vezes resultados expressivos ao nível do poder local, mas que posteriormente não são confirmados em eleições legislativas.

9. Estatística Espacial: conceitos, ferramentas e tipos de análises

9.1 Introdução

É consensual que os dados geográficos possuem características especiais, que devem orientar a exploração de dados relativos a fenómenos espaciais. O mais importante aspecto a ter em consideração é a Primeira Lei da Geografia (PLG): *"everything is related to everything else, but near things are more related than distant things"*, (Tobler, 1970). Consequentemente, num enquadramento geográfico as observações dependem umas das outras, apresentando elevados níveis de interacção e interdependência. Outra característica subjacente aos dados geo-referenciados tem a ver com a esperada não-estacionaridade, ou seja, um processo subjacente a um fenómeno numa determinada área não tem que forçosamente ser o mesmo noutra área para o mesmo fenómeno. É expectável que o processo associado ao fenómeno, sofra alterações no espaço, colocando em causa possíveis explicações de carácter global passíveis de ocultar especificidades locais. Relacionado com a não-estacionaridade dos dados, está a forte possibilidade de ser possível observar localmente relações que não se verificam globalmente o que por si só, explica a irrelevância da maioria das estatísticas sobre mapas locais. Por fim, outra característica importante que advém da PLG, está relacionada com o facto de a incerteza e os erros se apresentarem agrupados no espaço, ou seja, a qualidade dos dados e da sua representação variar ao longo da área de estudo. Por conseguinte, importa ter em conta que quando trabalhamos com dados georreferenciados, a localização, a área, a topologia, o arranjo espacial, a distância e a posição, representam o cerne da análise espacial.

Actualmente, a explosão de dados georreferenciados devido aos mais recentes desenvolvimentos nas Tecnologias de Informação, constitui uma das características mais relevantes no âmbito da Ciência de Informação Geográfica. Este facto realça a importância do desenvolvimento de ferramentas que permitam lidar com estas

grandes quantidades de dados georreferenciados. Os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) permitem armazenar grandes quantidades de dados, sendo que a sua gestão e acesso são bastante simples e feitas mediante a utilização de sofisticadas ferramentas. Se a isto, juntarmos os desenvolvimentos verificados nas tecnologias de recolha de informação geográfica, completamos um cenário que se caracteriza pela existência de dados suficientes para responder a inúmeras questões, mas um conjunto limitado de ferramentas. O carácter multivariado dos dados georreferenciados leva a que necessitemos de novas ferramentas que permitam explorar, relacionar e prever.

Ao revermos a literatura, encontramos diversas definições para “análise espacial”. De forma mais restritiva, podemos definir a análise de dados espaciais como o estudo estatístico de fenómenos que se manifestam no espaço (*Anselin*, 1989). Já *Openshaw* (1993) utiliza uma definição mais abrangente e rica do ponto de vista teórico, concluindo que a análise espacial é usualmente definida como a descrição e análise de elementos com 0, 1, 2, 2 ½ e 3 dimensões encontradas em mapas (pontos, linhas, áreas, superfícies), incluindo também a análise e modelação de toda a informação relacionada ou relacionável com mapas. Contudo, também podemos ver a análise espacial como a análise, modelação e aplicação de políticas onde o espaço ou a localização é importante ou que utiliza informação espacial no seu sentido mais lato. Por fim, consideremos *Bailey* (1994) que entende a análise espacial como a capacidade de manipular dados espaciais em diferentes formas e extrair significado adicional como resultado.

Entre as diversas definições existentes, nada consensuais e pouco objectivas conclua-se, a preocupação presente de destacar o espaço enquanto factor central e determinante, constitui o elo de ligação entre todas elas. Provavelmente, a última das definições apresentadas, represente a que mais se identifica com esta preocupação, a que não é alheio o facto de *Bailey* ser o único não geógrafo de todos os especialistas referenciados. Em resumo, a localização, a área, a topologia, o arranjo espacial, a distância e a posição constituem o núcleo da acção da análise

espacial, sendo que o mesmo está implicitamente expresso na Primeira Lei da Geografia. Por conseguinte, existe o reconhecimento do espaço enquanto fonte de explicação para os padrões apresentados pelos diversos fenómenos que nele se manifestam.

Da interpretação desta lei sobressai a constatação da inviabilidade da análise de dados espaciais mediante a utilização dos métodos tradicionais da Estatística Clássica, atendendo à importância do papel da localização na compreensão dos fenómenos observados no espaço. As amostras de dados geográficos ao não serem independentes, colocam em causa a Estatística Clássica (esta pressupõe que as observações são independentes e identicamente distribuídas). Assim, atendendo a que por norma as observações tenderão a apresentar-se agrupadas no espaço, identificamos tal dependência espacial presente nos dados como autocorrelação espacial.

No entanto, existe um segundo efeito espacial decorrente da importância da localização neste tipo de dados, designado por heterogeneidade espacial. Este efeito está relacionado com a diferenciação espacial, resultado da originalidade intrínseca de cada local. Existem outras duas razões que inviabilizam em grande parte a utilização das metodologias estatísticas clássicas. A primeira, tem conta que o espaço (localização) não constitui uma variável relevante nos processos estatísticos: “Muitos tipos de análise apenas tratam os atributos dos objectos sem qualquer referência explícita à localização, nesta classe teríamos que incluir a grande maioria das técnicas estatísticas *standard*, que vão desde os simples testes de média de variância até à regressão múltipla e análise factorial”, (Goodchild, 1986). Como é compreensível, os métodos estatísticos existentes não foram concebidos tendo em conta as características específicas do espaço, enquanto variável explicativa: “Estes métodos de estatística a-espacial não são normalmente relevantes em termos de análise espacial porque tratam a informação espacial como sendo equivalente a dados de sondagem, sendo que geralmente falham quer no tratamento dos elementos chave que tornam os dados espaciais especiais

(dependência espacial, a sua natureza não amostrável, os efeitos das unidades de área modificável, ruído e complexidade multivariável), quer em produzir resultados que sejam sensíveis á natureza e necessidades da análise geográfica (*Openshaw*, 1993)

A segunda razão baseia-se, no que diz respeito à Ciência da Informação Geográfica, no facto de presentemente não existir uma razão válida para testar a significância de determinados indicadores ou procurar construir amostras “significativas”. *Gould* (citado por *Goodchild*, 1986) relativamente à autocorrelação espacial, afirmou não ser possível imaginar porque devemos esperar independência nas observações espaciais quando têm muito pouco interesse e importância em termos de pesquisa geográfica.

Todos os esforços no sentido de compreender os padrões espaciais, estruturas e processos indicam que é precisamente a ausência de independência – nos fenómenos espaciais que nos permitem substituir padrões, e por isso previsibilidade e ordem, pelo caos e a aparente ausência de interdependência das coisas no tempo e no espaço. *Goodchild* (1986) enfatiza tal ideia ao concluir, ser impossível para um geógrafo imaginar um mundo onde a autocorrelação espacial estivesse ausente. Mais, não haveria regiões de qualquer tipo, na medida em que a variação de todos os fenómenos ocorreria independentemente da localização, e lugares na mesma vizinhança seriam tão diferentes entre si como lugares em diferentes continentes.

Conforme vimos, a análise de dados espaciais é uma das preocupações básicas dos geógrafos e cada vez mais, ganha importância em outros campos (*Cliff e Ord*, 1973). A avaliação da autocorrelação espacial é geralmente considerada como uma das primeiras tarefas de análise de dados geográficos (*Hubert e Arabie*, 1991). *Moran* (1950) observou que o estudo de processos estocásticos conduzia naturalmente ao estudo de fenómenos estocásticos distribuídos no espaço de duas ou mais dimensões. Existem diferentes definições de correlação espacial. Por exemplo,

Upton e Fingleton (1985) definiram-na como sendo uma propriedade que os dados mapeados possuem sempre que se exhibe um padrão organizado. No entanto, esta definição é vincadamente subjectiva, pois a exposição de um "padrão organizado" pode ter múltiplos significados. Os mesmos autores afirmaram que a correlação espacial existe sempre que há uma variação espacial sistemática nos valores através de um mapa, ou padrões nos valores registados em locais indicados. Se os altos valores numa determinada localização estão associados com altos valores de localizações vizinhas, a correlação espacial é positiva e quando os altos valores e baixos valores alternados entre localizações adjacentes, a correlação espacial é negativa (por exemplo, um tabuleiro de xadrez).

Curiosamente, *Upton e Fingleton* (1985) argumentam ser mais útil definir autocorrelação espacial através da compreensão do que significa falta de autocorrelação espacial, ou seja, se não houver nenhuma ligação entre as variáveis (X_i , X_j) em qualquer par de regiões (i , j) na área de trabalho, então os dados apresentam falta de autocorrelação espacial. Por outras palavras, a falta de correlação espacial deveria ser encontrada num determinado padrão mapeado que se desvie significativamente de um mapa onde cada valor X_i foi aleatoriamente atribuído com igual probabilidade para cada localização (i , j) no mapa. Tanto *Griffith* (1991) como *Goodchild* (1987) concluíram que a autocorrelação lida simultaneamente com a localização e a informação relativa aos atributos. Determinar se os valores de um padrão mapeado se desviam significativamente de um padrão no qual os valores são atribuídos aleatoriamente, requer algum tipo de índice de comparação.

Relativamente à autocorrelação espacial, *Cliff e Ord* (1973) concluíram de forma simplificada, de que muitas vezes é necessário ver se a distribuição de algum atributo existente em algumas áreas implica a sua presença em áreas vizinhas mais ou menos provável e em caso afirmativo, diz-se que o fenómeno apresenta autocorrelação espacial. Tais investigações podem ser estendidos a qualquer estrutura de regiões ou conjunto de pontos em que o valor de uma variável X

podem ser obtido. *Goodchild* (1987) aludiu que num sentido mais amplo, a autocorrelação espacial está relacionada com o grau em que os objetos ou as actividades, em algum lugar sobre a superfície da terra, são semelhantes a outros objetos ou atividades localizados nas proximidades, reflectindo a primeira lei de Tobler de Geografia.

9.2 Medidas de autocorrelação espacial

9.2.1 Índice Global de Moran

Entre as diversas medidas de autocorrelação espacial univariadas normalmente referenciadas, destaca-se o *Índice Global de Moran* (1950), também designado por Índice Global de Associação Espacial e que permite averiguar a existência de *dependência espacial* de uma dada variável em diferentes lugares ou, caso contrário, indica uma distribuição espacialmente aleatória.

Este índice mede a correlação espacial com base, simultaneamente, na localização e no valor da entidade. Dado um conjunto de entidades e um atributo associado, o Índice Global de Moran avalia se o padrão expresso é agrupado, disperso ou aleatório. O cálculo do mesmo pressupõe também o cálculo dos valores de **z** e **p**, através dos quais é possível avaliar o seu significado. Os valores de **p** correspondem a aproximações numéricas da área sob a curva de uma distribuição conhecida, limitado pelo teste estatístico. O processamento desta medida começa com o cálculo da **média** e da **variância** para avaliação do atributo. Em seguida, para cada valor de função, ele subtrai a média, criando um desvio em relação à média. Os valores do desvio para todas as entidades vizinhas (entidades dentro de uma faixa com uma determinada distância, por exemplo) são multiplicados em conjunto para criar um produto cruzado. Quando os valores para as entidades vizinhas são ambos maiores do que a média ou ambos menores do que a média, o produto cruzado será positivo. Quando um valor é menor do que a média e o outro é maior, o

produto cruzado será negativo. Em todos os casos, quanto maior for o desvio da média, maior será o resultado do produto cruzado. Se os valores do conjunto de dados tendem a se agrupar espacialmente (agrupamento de valores altos que se encontram próximo de outros valores altos, ou agrupamento de valores baixos que se localizam perto de outros valores baixos), o **Índice de Moran será positivo**. Quando valores altos repelem outros valores elevados, e tendem a estar perto de valores baixos, o **índice de Moran será negativo**. Se os valores positivos entre produtos forem idênticos aos valores entre produtos negativos, o índice será aproximadamente zero. O numerador é normalizado pela variância para que os valores de índice se enquadrem entre -1,0 e 1,0. Depois de calculado o **valor observado**, procede-se ao cálculo do **valor esperado** do índice, para que posteriormente se proceda à respectiva comparação. Dado o número de entidades do conjunto e a variância para os valores de dados em geral, são calculados os parâmetros **z-score** e **p-valor**, que indicam se esta diferença é estatisticamente significativa ou não. Os valores do índice não podem ser interpretados directamente, somente no contexto da hipótese nula (estatística inferencial).

A determinação da autocorrelação espacial utilizando o *Índice Global de Moran* (ou *Moran I*) entre vizinhos de primeira ordem, é feita com base na seguinte fórmula:

$$I = \frac{n}{2a \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n W_{ij}} \times \frac{\sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n W_{ij} (x_i - \bar{x})(x_j - \bar{x})}{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \quad (1)$$

Onde

N é o número de unidades espaciais indexada por *i* e *j*;

X_i valor da variável considerada na área *i*

X_j valor da variável considerada na área *j*

\bar{X} valor médio da variável na região em estudo

W_{ij} elementos da matriz padronizada de proximidade espacial

O valor esperado de *Moran I* segundo a hipótese nula de ausência de correlação espacial:

$$E(I) = \frac{-1}{N-1} \quad (2)$$

E a variância igual a (3)

$$Var(I) = \frac{NS_4 - S_3S_5}{(N-1)(N-2)(N-3)(\sum_i \sum_j w_{ij})^2}$$

Onde

$$S_1 = \frac{1}{2} \sum_i \sum_j (w_{ij} + w_{ji})^2 \quad (4)$$

$$S_2 = \frac{\sum_i (\sum_j w_{ij} + \sum_j w_{ji})^2}{1} \quad (5)$$

$$S_3 = \frac{N^{-1} \sum_i (x_i - \bar{x})^4}{(N^{-1} \sum_i (x_i - \bar{x})^2)^2} \quad (6)$$

$$S_4 = \frac{(N^2 - 3N + 3)S_1 - NS_2 + 3(\sum_i \sum_j w_{ij})^2}{1} \quad (7)$$

$$S_5 = S_1 - 2NS_1 + \frac{6(\sum_i \sum_j w_{ij})^2}{1} \quad (8)$$

Os valores negativos (positivos) indicam a existência de autocorrelação negativa (positiva). Os valores variam de -1 (dispersão perfeita) a 1 (correlação perfeita), sendo que o valor zero, traduz a existência de um padrão espacial aleatório. Para os testes de hipótese estatística, os valores de *Moran I* podem ser transformados em valores Z, sendo que valores maiores que 1,96 ou menores que -1,96, indicam uma autocorrelação espacial que é significativa ao nível de 5%. Por conseguinte, através

deste indicador podemos averiguar o grau de autocorrelação espacial de uma variável z em diferentes áreas i e j , (X_i, X_j) , ponderada pela proximidade geográfica medida por w_{ij} , onde o numerador evidencia a média dos produtos dos desvios das áreas i e j em relação à média global, e o denominador é uma medida da variabilidade dos desvios. Os valores de *Moran I* correspondem ao declive da recta de regressão e, à semelhança de um coeficiente de correlação linear, normalmente variam entre 1 e -1, ou seja:

- O *Índice* é *positivo* quando existe *dependência espacial*, com os valores das áreas vizinhas a evidenciarem similaridade entre si. Assim, quanto mais próximo de 1, maior é a autocorrelação espacial, sendo o valor 1 atribuído a uma *autocorrelação positiva* (directa) perfeita;
- O *Índice* é *negativo* quando existe dependência espacial, mas os valores das áreas vizinhas são *dissemelhantes*. Quanto mais próximo de -1, maior é a autocorrelação espacial, sendo o valor -1 atribuído a uma *autocorrelação negativa* (inversa) perfeita (trata-se de um fenómeno raro de observar);
- No caso de o Índice ser zero ou próximo de zero, indica que as variáveis são *espacialmente independentes*, ou seja, *não existe autocorrelação*.

Subjacente ao cálculo do índice há a consideração duas hipóteses:

- **Hipótese nula H_0 :** distribuição espacial aleatória dos dados obtidos para a variável em análise, ou seja, independência espacial;
- **Hipótese alternativa H_1 :** existência de dependência espacial.

Neste contexto, é aconselhável estimar a validade estatística da autocorrelação espacial através da averiguação da significância do índice, sendo frequente associar a estatística do teste a uma distribuição normal. Se o “risco” admitido for por

exemplo de 5%, significa que é de 0.05 a probabilidade (p) admitida de cometermos um erro associado à rejeição da hipótese nula.

Uma outra forma mais impressiva de observar a dependência espacial pode ser conseguida através do *Gráfico de Dispersão de Moran*, construído com base nos valores de uma distribuição normal de um dado atributo (X_i), comparados com a média dos valores dos atributos dos seus vizinhos W_{xi} .

9.2.1.1 Significado dos valores de z e p

A maioria dos testes estatísticos começa por identificar uma hipótese nula que para as ferramentas de análise de padrões (análise de padrões e de mapeamento *clusters*), representando uma completa aleatoriedade espacial, quer das próprias entidades quer dos valores associados a essas identidades. Os parâmetros z e p processados pelas ferramentas de análise de padrões informam sobre a possibilidade de rejeitar a hipótese nula ou não. Quando os valores destes parâmetros são de ordem a rejeitá-la, significa que ao invés de um padrão aleatório, as entidades (ou os valores associados com suas entidades) apresentam um determinado grau de agrupamento ou de dispersão estatisticamente significativo. Sempre que identificamos uma determinada estrutura espacial, como *clustering* na paisagem (ou nos dados espaciais), observamos determinadas evidências de alguns processos espaciais subjacentes ao trabalho, sendo que isto representa muitas vezes, naquilo que verdadeiramente os investigadores estão interessados.

O valor- p representa uma probabilidade e desta forma, para as ferramentas de análise de padrões, traduz a probabilidade com que o padrão espacial observado foi criado por algum processo aleatório. Quando o valor- p é muito pequeno, é muito improvável que o padrão espacial observado seja o resultado de processos aleatórios, podendo-se assim rejeitar a hipótese nula. Os valores de Z são simplesmente valores de desvios-padrão. Ambos os parâmetros (Z e p) estão associados à distribuição normal padrão.

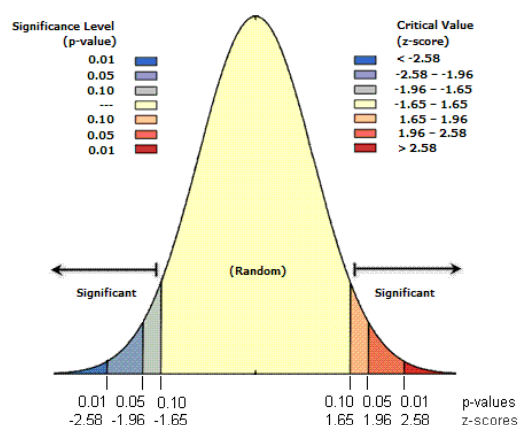


Figura 9.1 - Índice Global de *Moran* (valores p e resultados Z) (<http://edndoc.esri.com>)

Valores muito altos ou muito baixos (negativos) de *z*, associados a valores muito pequenos de *p*, localizam-se nas extremidades da distribuição normal (ver figura 9.1). Quando processamos uma ferramenta de análise de padrões e geramos valores pequenos de *p* e um valor muito alto ou muito baixo de *z*, isso indica que é improvável que o padrão espacial observado reflita o padrão aleatório teórico representado pela nossa hipótese nula. Para a rejeitar, devemos fazer uma análise subjectiva sobre o grau de risco que estamos dispostos a aceitar para estarmos errados (para falsa rejeição da hipótese nula). Portanto, antes de fazermos o processamento, devemos seleccionar um determinado nível de confiança (90, 95 ou 99%, respectivamente). Por exemplo, seleccionando um grau de confiança de 99%, indicamos que não estamos dispostos a rejeitar a hipótese nula, a menos que a probabilidade com que o padrão foi criado de forma aleatória seja muito pequeno (menor que 1%).

Tabela 9.1 – Conjugação dos valores do grau de confiança, com os parâmetros *z* e *p*.

z-resultado (Desvio Padrão)	p-valor (Probabilidade)	Nível de confiança
< -1.65 or > +1.65	< 0.10	90%
< -1.96 or > +1.96	< 0.05	95%
< -2.58 or > +2.58	< 0.01	99%

9.2.2 Índice Local de Moran

A medida global de autocorrelação (*Índice de Moran*) analisada anteriormente e o respectivo processo de visualização (*Gráfico de Dispersão de Moran*), embora constitua um indicador útil, pode revelar alguma insuficiência, especialmente quando se investiga um elevado número de áreas associadas, como por exemplo a totalidade dos concelhos de uma dada subsecção estatística. Uma vez que o indicador agora considerado apenas fornece um único valor como medida de associação, alguns autores (Anselin, 1995) sugerem, com vantagem, a aplicação de *indicadores locais de autocorrelação*, como uma ferramenta estatística mais adequada para a detecção de sub-regiões com dependência espacial, permitindo identificar áreas de dependência espacial significativa (*hotspots*), que estão para além do alcance dos indicadores globais. Simultaneamente, não só se potencia a detecção de eventuais *clusters* espaciais, como também é possível averiguar a existência de uma ou mais relações de dependência espacial entre áreas dissemelhantes. Uma das ferramentas de identificação de *autocorrelação espacial local* normalmente utilizada é o denominado **Índice Local de Moran(I)** ou **Índice Local de Associação Espacial** – LISA (*Local Index of Spatial Association*) (Anselin, 1995), que permite calcular um índice de autocorrelação espacial para cada área, permitindo a identificação de agrupamentos, ou conjuntos de agrupamentos (*clusters*), onde a associação espacial é significativa, com base na seguinte fórmula matemática:

$$I_i = \frac{x_i - \bar{X}}{S_i^2} \sum_{j=1, j \neq i}^n W_{ij} (x_j - \bar{X}) \quad (9)$$

Onde x_i é um atributo para a entidade i .

\bar{X} representa a média do atributo correspondente

W_{ij} é o peso espacial entre as entidades i e j

$$S_i^2 = \frac{\sum_{j=1, j \neq i}^n (x_j - \bar{X})^2}{2an-1} - \bar{X}^2 \quad (10)$$

Com n igual ao número total de entidades.

O valor de Z_{Ii} para a estatística deve ser calculado da seguinte forma:

$$Z_{Ii} = \frac{I_i - E[I_i]}{\sqrt{V[I_i]}} \quad (11)$$

$$E[I_i] = - \frac{\sum_{j=1, j \neq i}^n W_{ij}}{n-1} \quad (12)$$

$$V[I_i] = E[I_i^2] - E[I_i]^2 \quad (13)$$

O cálculo dos parâmetros indicados anteriormente, é feito atendendo às seguintes relações:

$$E[I^2] = A - B \quad (14)$$

$$A = \frac{(n-b_{2i}) \sum_{j=1, j \neq i}^n w_{i,j}^2}{n-1} \quad (15)$$

$$B = \frac{(2b_{2i}-n) \sum_{k=1, k \neq i}^n \sum_{h=1, h \neq i}^n w_{i,k} w_{i,h}}{(n-1)(n-2)} \quad (16)$$

$$b_{2i} = \frac{\sum_{i=1, i \neq j}^n (x_i - \bar{X})^4}{(\sum_{i=1, i \neq j}^n (x_i - \bar{X})^2)^2} \quad (17)$$

De acordo com o anteriormente descrito para o Índice Global de Moran, também a validade estatística do valor calculado para o *índice local* deve ser averiguada, verificando-se os respectivos valores de significância em relação à hipótese nula (independência espacial) e sendo considerados estatisticamente significativos os valores inferiores a 0,05. A ferramenta de visualização aplicada ao índice Moran

local é conhecida por **Mapa de Significância LISA**, onde são mapeadas e destacadas as *associações significantes* ($p < 0,05$). Normalmente, neste tipo de mapas, as áreas são classificadas em quatro grupos a saber: não significantes; com significância entre 0,05 e 0,01; com significância entre 0,01 e 0,001; e maior do que 0,001 (Anselin, 1995).

Existem ainda outras ferramentas de visualização como o Mapa de *clusters* LISA que classifica as áreas com autocorrelação espacial estatisticamente significativa, segundo os quadrantes do gráfico de dispersão de Moran a que pertencem. Um valor positivo para o *Índice Local de Moran* indica que uma dada entidade tem na vizinhança entidades com valores igualmente altos ou baixos de atributos, sendo que esse recurso faz parte de um *cluster*. Um valor negativo para o *Índice Local de Moran* indica que uma entidade tem vizinhos com valores diferentes (*outlier*). Em ambos os casos, o valor-p para a entidade deverá ser o menor possível para que o *cluster* ou o *outlier* possam ser considerados estatisticamente significativos. Note-se que este índice é uma medida relativa e só pode ser interpretado dentro do contexto dos valores dos parâmetros *z-score* ou *p-valor*. O *output* resultante do processamento dos dados (*clusters/outliers*) distingue entre um *cluster* estatisticamente significativo (0,05) constituído por valores elevados (**HH**), um *cluster* de baixos valores (**LL**), um *outlier* no qual um valor alto está rodeado sobretudo por valores baixos (**HL**), um *outlier* que apresenta um valor baixo rodeado principalmente por altos valores (**LH**).

9.2.3 Análises Hot Spot (Getis-Ord G_i^*)

As denominadas análises *Hot Spot* utilizam vectores para identificar as localizações dos *Hot Spots* e dos *Cold Spots* estatisticamente significativos para um dado conjunto de dados espaciais. Através das análises dos denominados pontos quentes (*Hot Spot*), é possível calcular a estatística *Getis-Ord G_i^** (Mitchell, 2005; Getis e Ord, 1992, Ord e Getis, 1995) para um determinado conjunto de dados. Os valores dos parâmetros de **z** e **p**, para uma dada distribuição de um conjunto de dados, dão-

nos a informação sobre a localização de *clusters* espaciais (tanto para valores altos como para valores baixos). Esta ferramenta funciona analisando cada entidade dentro do contexto das entidades vizinhas. Assim, o facto de uma determinada entidade apresentar um valor alto poderá ser relevante, embora possa não constituir um *hot spot* estatisticamente significativo. Para tal, será necessário que tal entidade esteja rodeada por outras entidades caracterizadas por apresentarem também elas, valores altos. A soma local para uma dada entidade e para os respectivos vizinhos é proporcionalmente comparada com a soma de todas as entidades. Quando o valor desta soma local é muito diferente do valor esperado e a diferença é demasiado grande para ser atribuída a uma determinada aleatoriedade, resulta num valor significativo do parâmetro *z*.

A estatística Getis-Ord G_i^* é dada por:

$$G_i^* = \frac{\sum_{j=1}^n W_{i,j} x_j - \bar{X} \sum_{j=1}^n W_{i,j}}{S \sqrt{[n \sum_{j=1}^n W_{i,j}^2 - (\sum_{j=1}^n W_{i,j})^2] / (n-1)}} \quad (18)$$

Onde x_j representa o valor do atributo para cada entidade *j*; $W_{i,j}$ representa o peso espacial entre as entidades *i* e *j*; *n* corresponde ao número total de entidades consideradas. Por outro lado:

$$\bar{X} = \frac{\sum_{j=1}^n x_j}{n} \quad (19)$$

$$S = \sqrt{[(\sum_{j=1}^n x_j^2) / n - (\bar{X})^2]} \quad (20)$$

O calculo da estatística G_i^* para cada entidade, resulta num valor para o parâmetro *z* (*z-score*). Para valores positivos estatisticamente significativos de *z*, quanto maior for o seu valor, mais intenso será o *cluster* constituído por valores altos (*hot spot*).

Para valores negativos estatisticamente significativos de z , quanto menor for o valor de z , mais intenso será o *cluster* composto por valores baixos (*cold spot*).

Tabela 9.2 – Variação de z -score e p -valor.

z-score	p-valor	resultado
alto	pequeno	Hot spot significativo
baixo negativo	pequeno	Cold spot significativo
$\cong 0$		Não há clusters

O valor de z o indica o local de um determinado valor pertencente a um determinado conjunto de dados em relação à média, padronizado em relação ao desvio padrão:

- $z = 0$ é equivalente à média da amostra (conjunto de dados)
- $z < 0$ é um valor menor que a média
- $z > 0$ é um valor maior do que a média

O parâmetro z -score é amplamente utilizado na determinação dos limiares de confiança e para avaliar a significância estatística:

Tabela 9.3 – Valores do parâmetro z para diversos níveis de significância.

Valores de Z-score para níveis de significância estatística	
Significância	z-score
90%	≥ 1.645
95%	≥ 1.960
99%	≥ 2.576
99.9%	$\geq 3.291^*$
*Quando uma célula tem este valor, então algo de excepcional caracteriza a localização deste ponto.	

Com base nos resultados registados nas eleições legislativas portuguesas realizadas entre 1991 e 2011 (excluindo as regiões autónomas), apresentamos dois case-study nos quais utilizámos tanto o **Índice Local de Moran(I)** (que permite calcular um índice de autocorrelação espacial para cada área, permitindo a identificação de agrupamentos, ou conjuntos de agrupamentos (*clusters*), onde a associação espacial é significativa) como as **análises Hot Spot** (são utilizados vectores para identificar as localizações dos *pontos quentes e pontos frios* estatisticamente significativos para um dado conjunto de dados espaciais).

9.3 Estudo de caso: Análise do comportamento do bloco PS&PSD

9.3.1 Introdução

A aplicação de *indicadores locais de autocorrelação*, constituem uma ferramenta estatística mais adequada para a detecção de sub-regiões com dependência espacial, permitindo identificar áreas de dependência espacial significativa (*hotspots*), que estão para além do alcance dos indicadores globais. Simultaneamente, não só se potencia a detecção de eventuais *clusters* espaciais, como também é possível averiguar a existência de uma ou mais relações de dependência espacial entre áreas dissemelhantes. Com o objectivo de aplicar algumas das medidas de autocorrelação espacial apresentadas inseridas no âmbito da estatística espacial, consideramos como variável de estudo a taxa de votação do bloco constituído pelos dois maiores partidos (PPD/PSD e PS).

Em concreto, testamos uma das ferramentas de identificação de *autocorrelação espacial local*, o Índice Local de Moran I ou Índice Local de Associação Espacial – LISA (*Local Index of Spatial Association*) que permite calcular um índice de autocorrelação espacial para cada área, permitindo a identificação de agrupamentos, ou conjuntos de agrupamentos (*clusters*). O *output* resultante do processamento dos dados (*clusters/outliers*) distingue entre um *cluster* estatisticamente significativo (0,05) constituído por valores elevados (**HH**), um *cluster* de baixos valores (**LL**), um *outlier* no qual um valor alto está rodeado sobretudo por valores baixos (**HL**), um *outlier* que apresenta um valor baixo rodeado principalmente por altos valores (**LH**).

Paralelamente, também utilizamos as denominadas análises *Hot Spot*, as quais utilizam vectores para identificar as localizações dos *Hot Spots* e dos *Cold Spots* estatisticamente significativos para um dado conjunto de dados espaciais. Através das análises dos denominados pontos quentes (*Hot Spot*), é possível calcular a estatística *Getis-Ord Gi* para um determinado conjunto de dados. Os valores dos

parâmetros de **z** e **p**, para uma dada distribuição de um conjunto de dados, dão-nos a informação sobre a localização de *clusters* espaciais (tanto para valores altos como para valores baixos).

Da análise dos resultados do bloco para cada uma das eleições analisadas, resultou um conjunto de três mapas que expressam os outputs gerados pelo processamento desses mesmos dados eleitorais. Assim, em cada figura, o mapa 1 traduz a informação relativa aos pontos quentes, o mapa 2 reflecte os resultados da aplicação do Índice Local de Moran (I) e o mapa 3 (já apresentado no capítulo II) apresenta a variação da taxa de votação do bloco PSD/PS em cada uma das entidades espaciais analisadas (freguesias).

9.3.2 Resultados e discussão

A tabela 38 apresenta o valor (em %) obtido pelo bloco formado pelos dois maiores partidos portugueses em cada um dos escrutínios considerados, durante o período compreendido entre 1991 e 2011. Conforme se constata, embora nos dois últimos atos eleitorais a taxa tenha sido inferior a 70%, tais resultados reflectem e confirmam uma das principais características do sistema eleitoral português: a sua bipartidarização.

Tabela 9.4 – Taxas de votação dos dois maiores partidos nacionais entre 1991 e 2011.

Eleição/partido (%)	PPD/PSD	PS	TOTAL
Legislativas 1991	50,60	29,13	79,73
Legislativas 1995	34,12	43,76	77,88
Legislativas 1999	32,32	44,06	76,38
Legislativas 2002	40,21	37,79	78,00
Legislativas 2005	28,77	45,03	73,08
Legislativas 2009	29,11	36,56	65,67
Legislativas 2011	38,66	28,05	66,71

9.3.2.1 Eleições Legislativas de 1991

Nas eleições legislativas de 1991 o bloco constituído por PS e PPD/PSD registou o seu maior valor (79,73 % dos votos) e ao qual não será por certo indiferente, o facto de os sociais-democratas terem alcançado uma maioria absoluta. O conjunto de mapas apresentados para este escrutínio (ver figura 9.2) acaba por comprovar espacialmente esta realidade. Por exemplo, no mapa 3 verifica-se que exceptuando os distritos de Setúbal, de Beja, de Évora, de Portalegre, de Lisboa (com a excepção da zona norte e oeste) e de Santarém (com a excepção da zona norte), o bloco PS/PSD conseguiu taxas de votação iguais ou superiores ao valor global nacional no restante território.

O mapa 1 permite identificar as localizações dos pontos quentes (*HotSpots*) (preferencialmente localizados nos distritos localizados a norte) e dos pontos frios (*ColdSpots*) (localizados a sul), estatisticamente significativos para o nosso conjunto de dados espaciais. O mapa 2 representa o output resultante do processamento do Índice Local de Moran(I), ferramenta de autocorrelação espacial através da qual é possível identificar agrupamentos ou conjuntos de agrupamentos. Conjugando a informação contida nos dois primeiros mapas da figura verifica-se que nas regiões onde o valor do Giz (estatística *Getis-Ord Gi*) é maior corresponde aos locais onde potencialmente existirão *clusters*. De facto, é possível identificar diversos *clusters* constituídos por valores elevados (**HH**) (H=high; L: low): distritos de Leiria, Coimbra, Viseu Aveiro, Vila Real, Porto, Braga, Vila Real e Viana do Castelo. Toda a região do Alentejo caracteriza-se pela existência de *clusters* de baixos valores (**LL**). Pontualmente, é possível identificar *outliers* que apresentam um valor baixo rodeado principalmente por altos valores (**LH**).

A principal conclusão resultante da análise deste conjunto de dados, resulta no facto da informação contida nos três mapas ser complementar, isto é, apesar de obtidos por processos distintos, espacialmente expressam realidades semelhantes. Mais, a interpretação em conjunto permite confirmar aquilo que é possível retirar de cada um deles. Em termos cartográficos, comprova-se o ajustamento de cada

grupo a um determinado conjunto de valores da variável em estudo. Comparando os mapas 1 e 2, subentende-se que os *hotspots* configuram a existência de *clusters* HH e que os *coldspots* se identificam com a existência de um dos dois tipos de *outlier* possíveis: *outlier* no qual um valor alto está rodeado sobretudo por valores baixos (HL); *outlier* que apresenta um valor baixo rodeado principalmente por altos valores (LH).

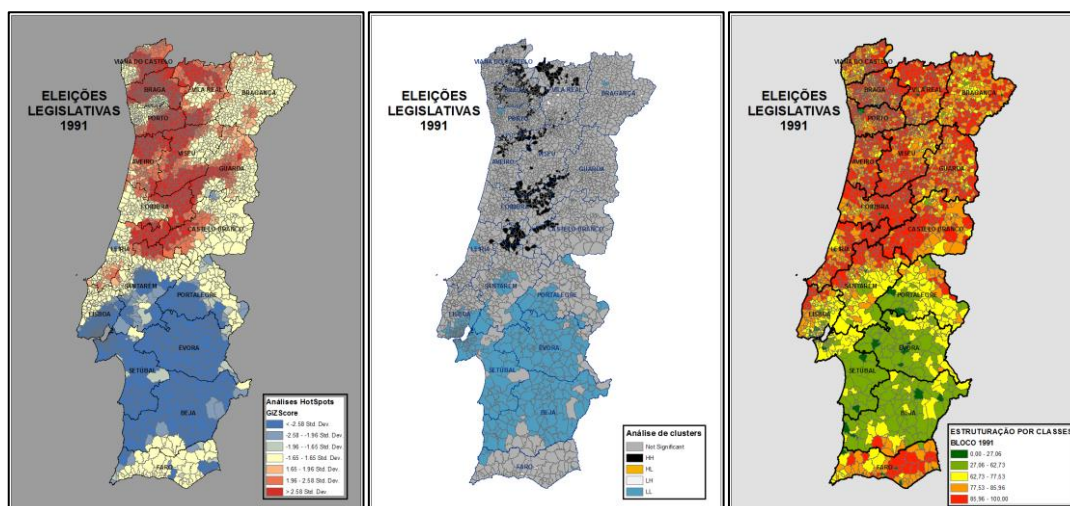


Figura 9.2 - Eleições Legislativas de 1991: análises *hotspots* (esquerda), Índice Local de Moran I (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita).

9.3.2.2 Eleições Legislativas de 1995

Nas eleições legislativas de 1995, o bloco PS/PSD obteve 77,88% dos votos a nível nacional, ou seja, quase menos 2 % que em 1991. Este facto, aliado ao decréscimo do resultado do PSD (obteve 34,12%, quando em 1991 tinha conseguido 50,60%) e ao aumento do PS (passou de 29,13% em 1991 para 43,76% em 1995), resultaram que espacialmente exista uma alteração na localização dos denominados pontos quentes e consequentes, clusters de valores altos.

Consultando os mapas 1 e 2 da figura 9.3, verifica-se um deslocamento dos pontos quentes, indicativos da concentração de valores altos da taxa de votação do bloco, para o interior. Nos distritos localizados no centro-sul e sul do continente, o padrão espacial é deveras semelhante ao de verificado em 1991.

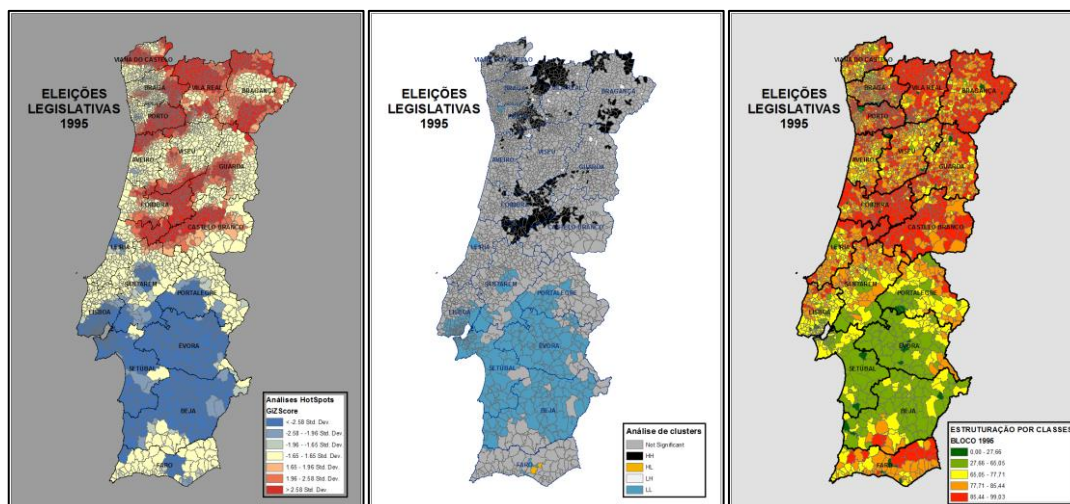


Figura 9.3 - Eleições Legislativas de 1995: análises *hotspots* (esquerda), Índice Local de *Moran* (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita)

9.3.2.3 Eleições Legislativas de 1999

As eleições legislativas de 1999 mantiveram a tendência já registada em 1995, relativamente ao decréscimo da taxa de votação do bloco (76,38% comparativamente com os 77,88% registados em 1995). Se os socialistas mantiveram praticamente o mesmo registo (44,06% comparativamente com os 43,76% de 1995), já os sociais-democratas registaram uma queda mais acentuada (32,32% quando em 1995, tinham conseguido 34,12%).

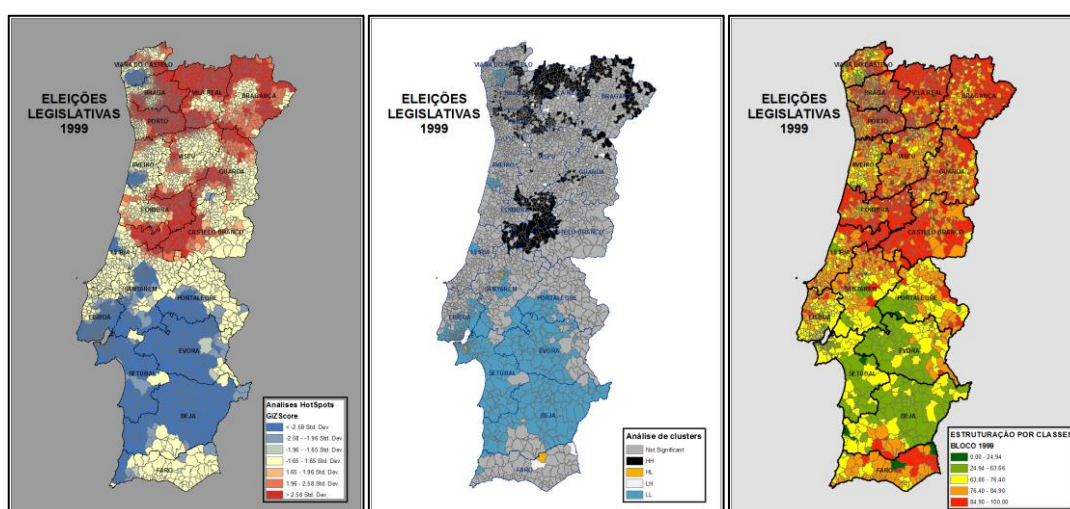


Figura 9.4 - Eleições Legislativas de 1999: análises *hotspots* (esquerda), Índice Local de *Moran* (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita).

Ao compararmos os resultados da geografia eleitoral associados aos escrutínios de 1995 e 1999 (ver figura 9.4), verificamos que são algo similares como consequência de os resultados serem praticamente idênticos. Acresce referir, que com base no mapa 2 (Índice Local de *Moran I*), é possível comprovar um reforço dos clusters de valores altos (HH), geograficamente localizados nos distritos de Vila Real e de Bragança.

9.3.2.4 Eleições Legislativas de 2002

As eleições legislativas de 2002 marcam uma inversão na tendência que vinha caracterizando os anteriores escrutínios, uma vez que a percentagem de votos do bloco formado pelos dois principais partidos, aumentou quase dois pontos. Para tal, há a considerar o resultado obtido pelo PSD que cresceu praticamente 8% (passando de 32,32% em 1999 para 40,21% em 2002), valor superior ao decréscimo registado pelo PS (passou de 44,06% em 1999 para 37,79% em 2002). Desta forma, estas variações dos resultados tiveram consequências relativamente à distribuição espacial da variável de estudo. Conforme o mapa 1 da figura 9.5, houve um reforço considerável dos valores do bloco nos distritos de Coimbra, Viseu, Viseu e Viana do Castelo.

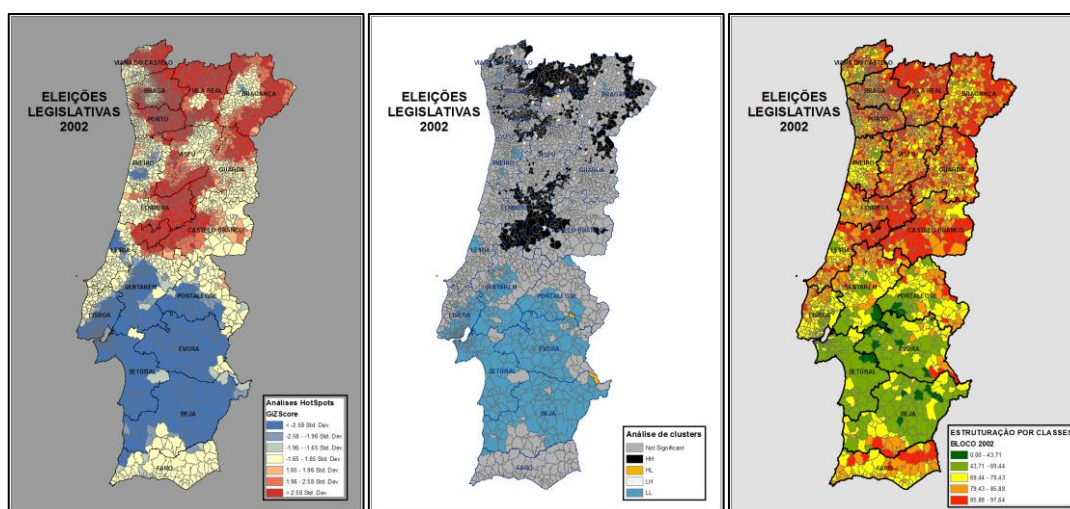


Figura 9.5 - Eleições Legislativas de 2002: análises *hotspots* (esquerda), Índice Local de *Moran* (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita).

Ao longo do período de tempo estudado, começa desde logo a deslumbrar-se uma ideia de base assente no facto de existirem determinadas áreas (neste caso, distritos) que serão mais sensíveis às variações dos resultados dos dois maiores partidos. Assim, por exemplo, constata-se que variações positivas no caso do PPD/PSD, geram o fortalecimento ou mesmo a definição de novos clusters nos distritos mais a norte. Nos distritos de Aveiro e Porto, o bloco perde protagonismo ao ponto de aparecer um novo grupo que engloba estes distritos.

Por outro lado, as variações positivas dos resultados dos socialistas tendem a gerar o reforço dos clusters localizados na região centro-centro/norte. Quanto à região sul do país, como seria expectável, não representa um território favorável ao desempenho do bloco, uma vez que o peso dos comunistas nesta região específica é muito expressivo. Da análise do mapa 2 da mesma figura, conclui-se que o cluster existente na região centro precisamente na região onde confluem os distritos de Leiria, de Coimbra, de Viseu, da Guarda e de Castelo Branco, é espacialmente maior comparativamente com 1999. Também no distrito de Viana do Castelo, a distribuição dos resultados permitiu fortalecer o respectivo cluster espacial.

9.3.2.5 Eleições Legislativas de 2005

Os resultados das eleições legislativas de 2005, configuram o regresso à tendência anterior que configurava um decréscimo da taxa do bloco formado por PS e PPD/PSD: se em 2002 esse valor era de 78%, em 2005 o valor diminuiu para 73,09%. Analisando individualmente cada partido, o PPD/PSD registou uma perda bastante significativa de eleitorado, passando de 40,21% para 28,77% dos votos nacionais. Já o PS viu o seu eleitorado crescer de 37,79% para 45,03%, o que se traduz num aumento bastante inferior ao decréscimo verificado pelo partido rival.

Tal transferência de protagonismo entre os dois principais partidos gerou alterações nos respectivos padrões de voto. Neste caso concreto, o assumir por parte do PS como partido incumbente reflecte-se no reforço dos clusters espaciais de valores

altos (ver figura 9.6) associados aos distritos de Castelo Branco e da Guarda. Simultaneamente, verifica-se que alguns destes clusters anteriormente localizados nos distritos de Vila Real e Bragança deslocaram-se para sul (ver mapas 1 e 2), reflectindo a subida dos resultados do bloco nos distritos de Viseu e da Guarda, particularmente nos concelhos mais a norte de ambos os distritos.

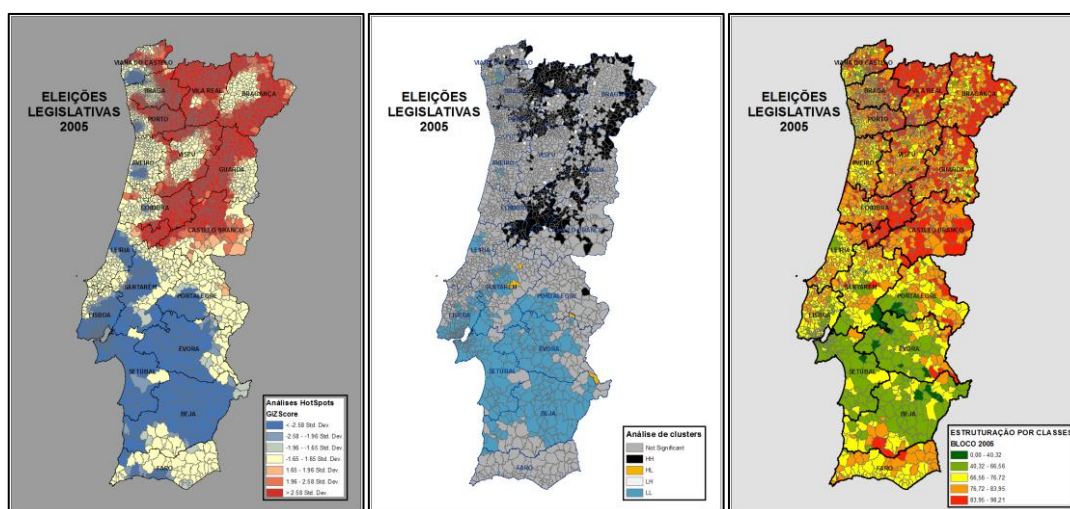


Figura 9.6 - Eleições Legislativas de 2005: análises *hotspots* (esquerda), Índice Local de *Moran* (centro) e estruturação dos resultados em classes (direita).

9.3.2.6 Eleições Legislativas de 2009

As eleições legislativas de 2009 confirmaram um novo e acentuado decréscimo da taxa de votação do bloco que pela primeira vez foi inferior a 70% (65,67% em 2009 contra os 73,08% de 2005). Esta queda abrupta, encontra justificação no fortalecimento nos denominados partidos de segunda linha, neste caso em concreto, do CDS/PP e do BE que em conjunto obtiveram mais de 20% dos votos nacionais. Em contrapartida, o PSD manteve praticamente a mesma percentagem de votação e o PS registou um decréscimo significativo (36,56% comparados com os 45,03% em 2005).

Um outro factor deveras importante e que por certo condicionou os resultados do nosso estudo particularmente no que respeita às eleições legislativas de 2009, está relacionado com a abstenção eleitoral. Efectivamente, foi a primeira vez que esta ultrapassou os 40%, registando um acréscimo de quase 5% relativamente a 2005.

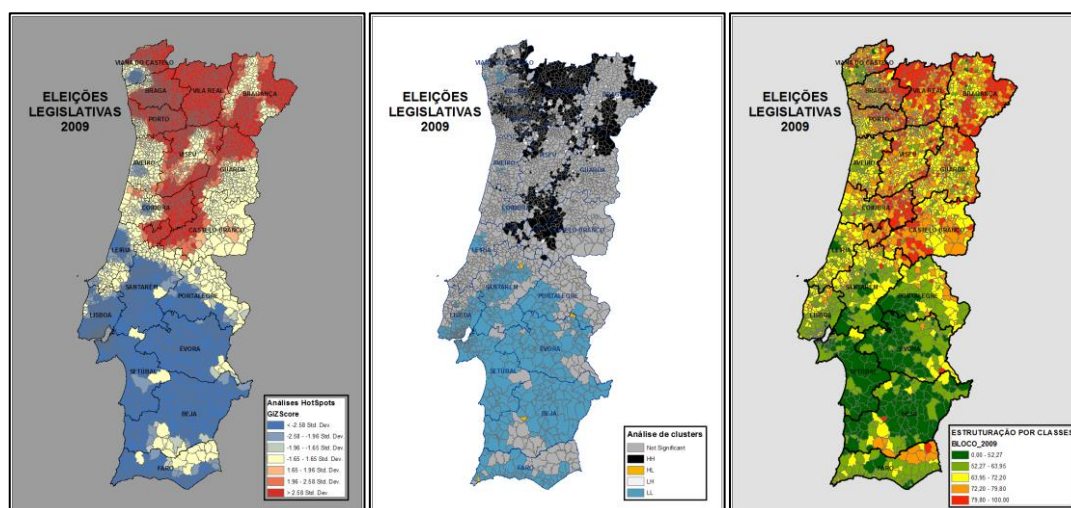


Figura 9.7 - Eleições Legislativas de 2009: análises *hotspots* (mapa 1), Índice Local de *Moran* (mapa 2), estruturação dos resultados em classes (mapa 3) e localização espacial dos diversos grupos (mapa 4).

Assim e como seria expectável, o mapeamento dos resultados da nossa variável de estudo (ver figura 9.7) demonstram um fortalecimento dos *clusters* de valores altos geograficamente localizados no norte do país (distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e Vila Real) em detrimento dos localizados na região centro. Por outro lado, a quase totalidade dos distritos situados abaixo do rio Tejo, continua a caracterizar-se por estar associada a *clusters* de baixos valores em virtude de ser uma região com menor preponderância dos partidos de direita e simultaneamente, de maior preponderância dos partidos de esquerda, particularmente o PCP. O único dado que difere das eleições anteriores, tem a ver com o facto de o distrito de Faro deixar de caracterizar-se espacialmente por uma região sem significado, para passar identificar-se com uma região/*cluster* de baixos valores (LL).

9.3.2.7 Eleições Legislativas de 2011

As eleições legislativas de 2011 provocaram uma nova ordem política nacional, com o PSD em parceria com o CDS/PP a assumir a responsabilidade governativa. Quanto a resultados, o PS viu o seu eleitorado reduzido em cerca de 8,5% enquanto o PSD conseguiu crescer quase 10% comparativamente a 2009. Estes resultados conjugados com a queda acentuada do BE (passou de 9,81% em 2009 para 5,17% em 2011) e o crescimento do CDS (registou 11,71% dos votos enquanto em 2009, obteve 10,43%), conduziram a um ligeiro aumento da taxa de votação do bloco PS/PSD (em 2011 foi de 66,1% face aos 65,67% de 2009).

Conforme concluído anteriormente, a alteração do partido mais votado reflecte-se na geografia dos resultados, pois os padrões espaciais espelham essa mesma mudança (ver figura 9.8). Como seria expectável, atendendo ao padrão espacial que ao longo dos anteriores escrutínios se foi confirmando, o processamento dos resultados de 2011 permitiram reforçar os clusters na região norte do país, em detrimento dos clusters localizados na região centro. Analisando os mapas 1 e 2, comparando os mapeamentos de 2009 e 2011, verifica-se que os distritos de Viseu (região norte) e de Bragança são as áreas geográficas responsáveis por estas alterações.

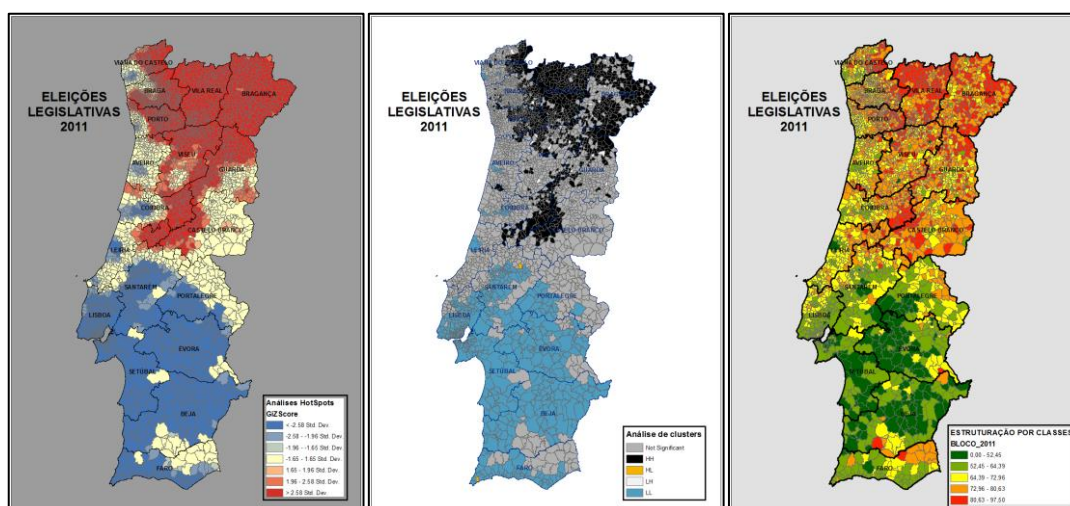


Figura 9.8 - Eleições Legislativas de 2011: análises *hotspots* (mapa 1), Índice Local de *Moran* (mapa 2), estruturação dos resultados em classes (mapa 3) e localização espacial dos diversos grupos (mapa 4).

9.3.2.8 Considerações finais

Actualmente, tendo em conta os meios tecnológicos disponíveis e conforme foi dissecado no capítulo I, o contributo da Geografia Eleitoral pode ser de extrema utilidade no suporte das análises conduzidas pelos diversos especialistas. A realidade de cada escrutínio pode ser dissecada através de diferentes perspectivas conforme o temos vindo a comprovar ao longo deste trabalho, sendo que o principal objectivo passa por mostrar toda a complementariedade que tais análises permitem e consequentemente, a mais valia que representam no âmbito dos estudos dos padrões eleitorais.

Porém, é necessário que o manipulamento dos dados seja feita de forma a que as diversas análises e respectivas conclusões não possam ser deturpadas pela manipulação desses mesmos meios. A formação ou reforço das equipas multidisciplinares será por certo o caminho mais racional a seguir, pois possibilitará que especialistas de diversas áreas conjuguem o respectivo conhecimento em prol de objectivos similares.

9.4 Estudo de caso: Análise do comportamento eleitoral por partido

À semelhança do case study anterior, utilizámos neste caso em concreto também o Índice Local de *Moran I* como ferramentas de identificação de autocorrelação espacial local, para além das denominadas análises *Hot Spot*, onde são utilizados vectores para identificar as localizações dos *Hot Spots* e dos *Cold Spots* estatisticamente significativos para um dado conjunto de dados espaciais. Através das análises dos denominados pontos quentes (*Hot Spot*), é possível calcular a estatística *Getis-Ord Gi** para um determinado conjunto de dados. Para tal, consideramos os dados relativos aos escrutínios de 1999 a 2011 (5 eleições), opção justificada pelo facto de apenas a partir de 1999 ser possível analisar em conjunto, os cinco partidos com actual representação parlamentar.

9.4.1 Partido Socialista

Da aplicação do *Índice Local de Moran(I)* ou *Índice Local de Associação Espacial* e conforme referido anteriormente, o *output* resultante do processamento dos dados (*clusters/outliers*) distingue entre um *cluster* estatisticamente significativo (0,05) constituído por valores elevados (**HH**), um *cluster* de baixos valores (**LL**), um *outlier* no qual um valor alto está rodeado sobretudo por valores baixos (**HL**), um *outlier* que apresenta um valor baixo rodeado principalmente por altos valores (**LH**). No caso do PS, verifica-se os clusters constituído por valores elevados se distribuem um pouco por todo o país. Contudo, é possível identificar algumas zonas que apresentam ao longo do tempo um comportamento que nos permite identificá-las como zonas notáveis (ver figura 9.9 e/ ou anexo X): concelho de Coimbra, grande parte dos concelhos do distrito de Castelo Branco, concelhos localizados a Sudeste do distrito da Guarda, zonas Sul e Este do distrito de Braga, concelhos de Abrantes e Almeirim no distrito de Santarém, diversos concelhos do distrito do Porto, alguns concelhos localizados a Este dos distritos de Portalegre e Évora, concelho de Melgaço no distrito de Viana do Castelo e concelho de Vinhais no distrito de

Bragança. Pontualmente, existem alguns pequenos *clusters* que não apresentam uma sequência temporal que permita considerá-los como zonas relevantes, dado que dependem da maior ou menor expressividade do resultado global nacional. Conforme já verificámos anteriormente através de outro tipo de análises, confirma-se que o PS é por ventura o partido que apresenta uma distribuição mais uniforme do respectivo eleitorado ao longo do território.

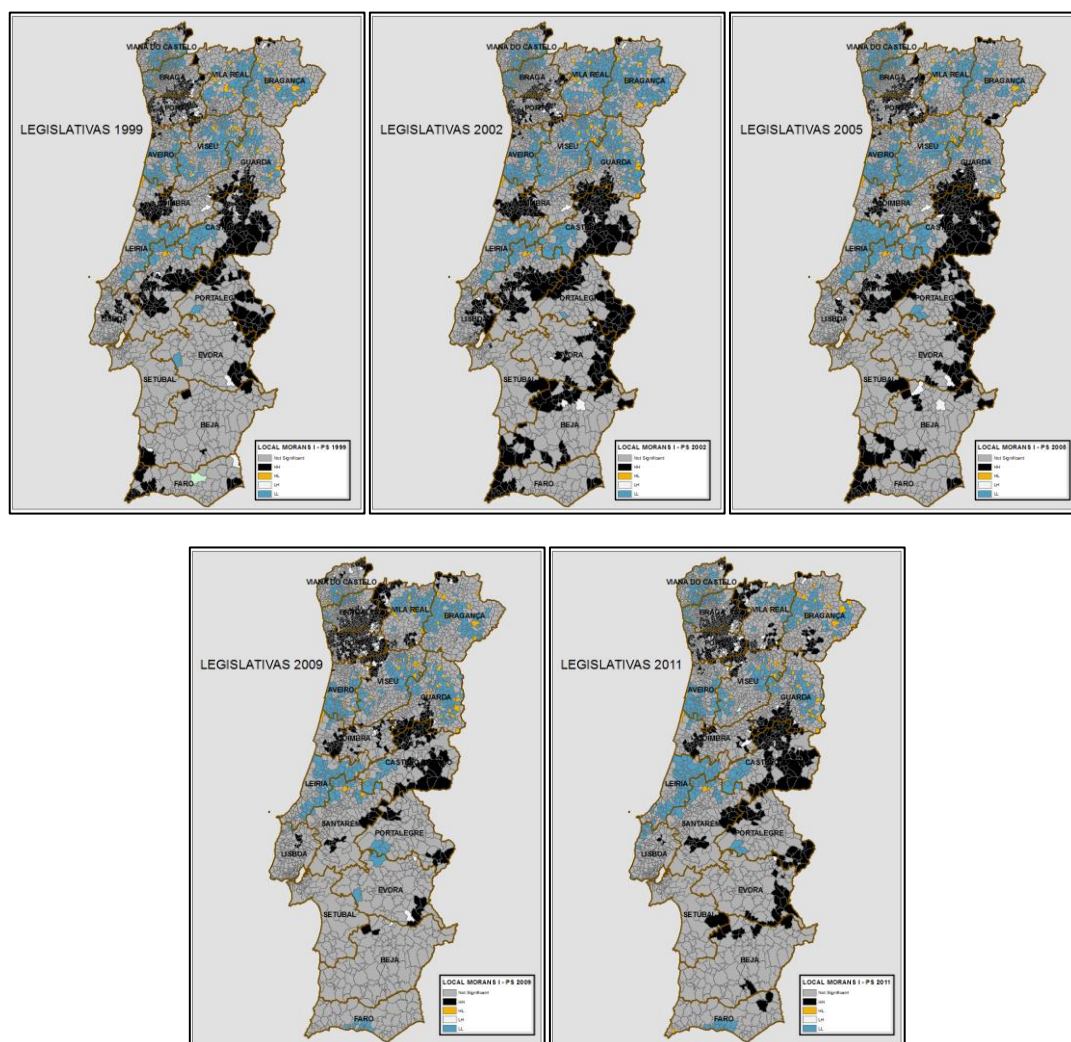


Figura 9.9 - Partido Socialista: outputs da aplicação do Índice Local de Moran (I) ou Índice Local de Associação Espacial.

A análise dos pontos quentes (ver figura 9.10 e/ou anexo XI) confirma os resultados anteriormente descritos para o índice Local de Moran (I). Efectivamente e conforme podemos verificar, a localização dos denominados pontos quentes coincide com

alocalização dos *clusters* anteriormente analisada. Interessa referir que o facto de uma determinada entidade apresentar um valor alto embora possa ser relevante, poderá não constituir um *hot spot* estatisticamente significativo. Para tal, será necessário que tal entidade esteja rodeada por outras entidades caracterizadas por apresentarem também elas, valores altos. Consequentemente, é natural que existam ligeiras diferenças nas áreas associadas aos *clusters* identificados com o processamento do índice Local de Moran (I) e os pontos quentes resultantes das análises *hotspots*. Curioso será constatar que os pontos frios (*cold spots*) se mantêm inalteráveis ao longo do tempo e estamos a falar dos distritos de Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda (zonas Centro e Norte), Aveiro (zonas Centro e Sul), Leiria, Santarém (zona Norte) e Castelo Branco (zona Oeste).

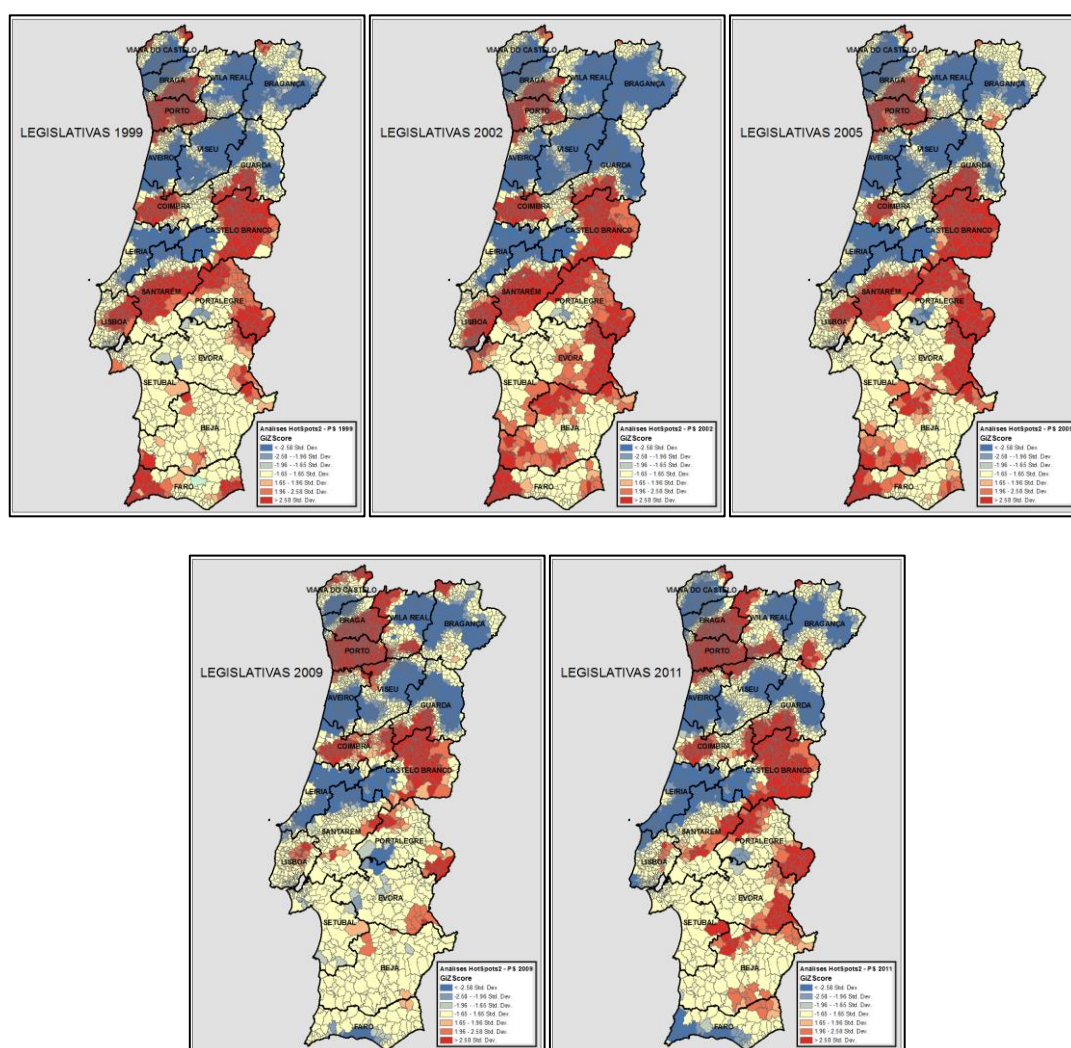


Figura 9.10 - Partido Socialista: outputs da análise *HotSpots* e resultados do cálculo da estatística *Getis-Ord*.

9.4.2 Partido Popular Democrata/Partido Social Democrata

Ao contrário dos socialistas, os sócias-democratas apresentam padrões bem definidos ao longo do tempo que através das diversas análises realizadas são bem patentes (ver figuras 9.11, 9.12 e/ou anexo XI). Por exemplo, os *clusters* estatisticamente significativos constituídos por valores elevados (**HH**) localizam-se nas zonas centro e norte do território, com maior ou menor expressividade, dependendo do resultado global nacional.

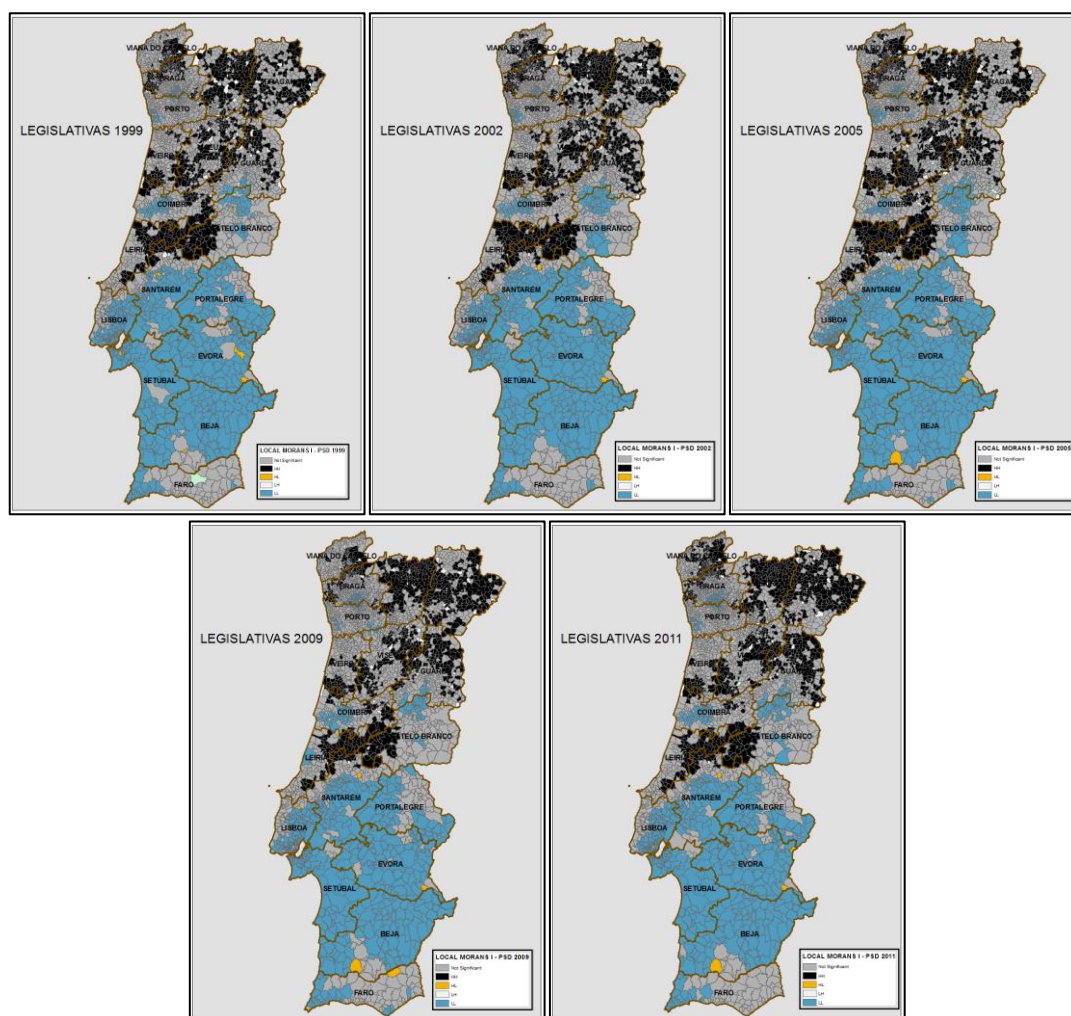


Figura 3.11 - Partido Social Democrata: outputs da aplicação do Índice Local de Moran (I) ou Índice Local de Associação Espacial.

Assim, destacam-se os distritos de Leiria, de Castelo Branco (zona Oeste), da Guarda (zonas Centro e Norte), de Aveiro, de Viseu, de Bragança, de Vila Real, de Braga

(zona Norte), de Viana do Castelo e de Coimbra (zona Este). Os restantes distritos constituem na sua generalidade áreas *coldspots* quanto à distribuição dos resultados do PPD/PSD.

Reforce-se o facto de que este comportamento tem-se mantido ao longo do tempo, o que perfaz a ideia de um padrão estabelecido e que permite caracterizar o eleitorado social-democrata.

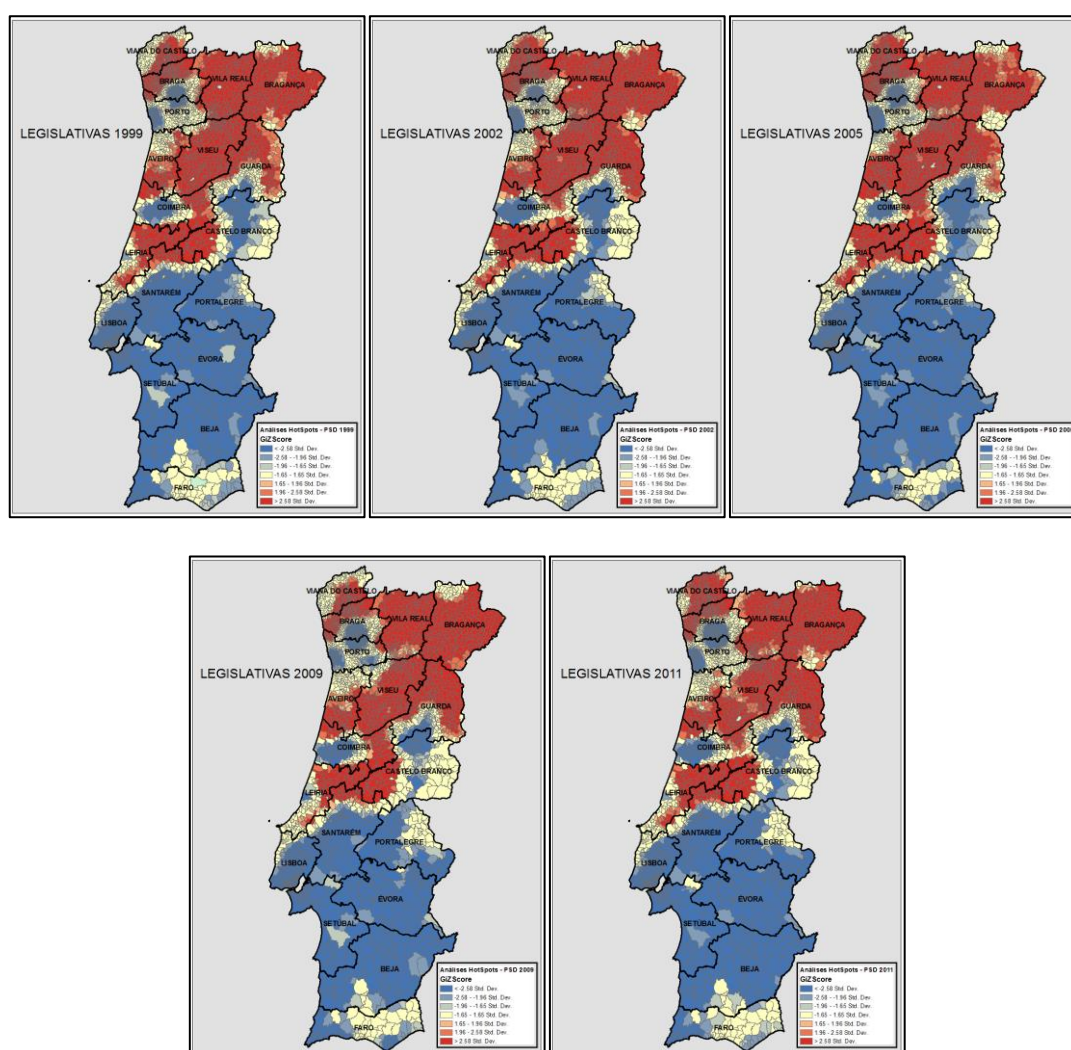


Figura 9.12 - Partido Social Democrata: outputs da análise *HotSpots* e resultados do cálculo da Estatística *Getis-Ord G_i^** .

9.4.3 Partido Comunista Português/Partido Ecologista

O processamento dos resultados eleitorais do Partido Comunista Português resulta num padrão espacial bem definido e que dificilmente sofre oscilações ao longo do tempo (ver figuras 9.13, 9.14, ou anexo XI). Ambas as análises realizadas mostram que o eleitorado comunista está fortemente implantado nos distritos de Beja, Évora, Setúbal, Portalegre (excepto zona Nordeste), Santarém (zonas Centro e Sul), Lisboa (zonas Centro e Este particularmente) e Faro (concelho de Aljezur).

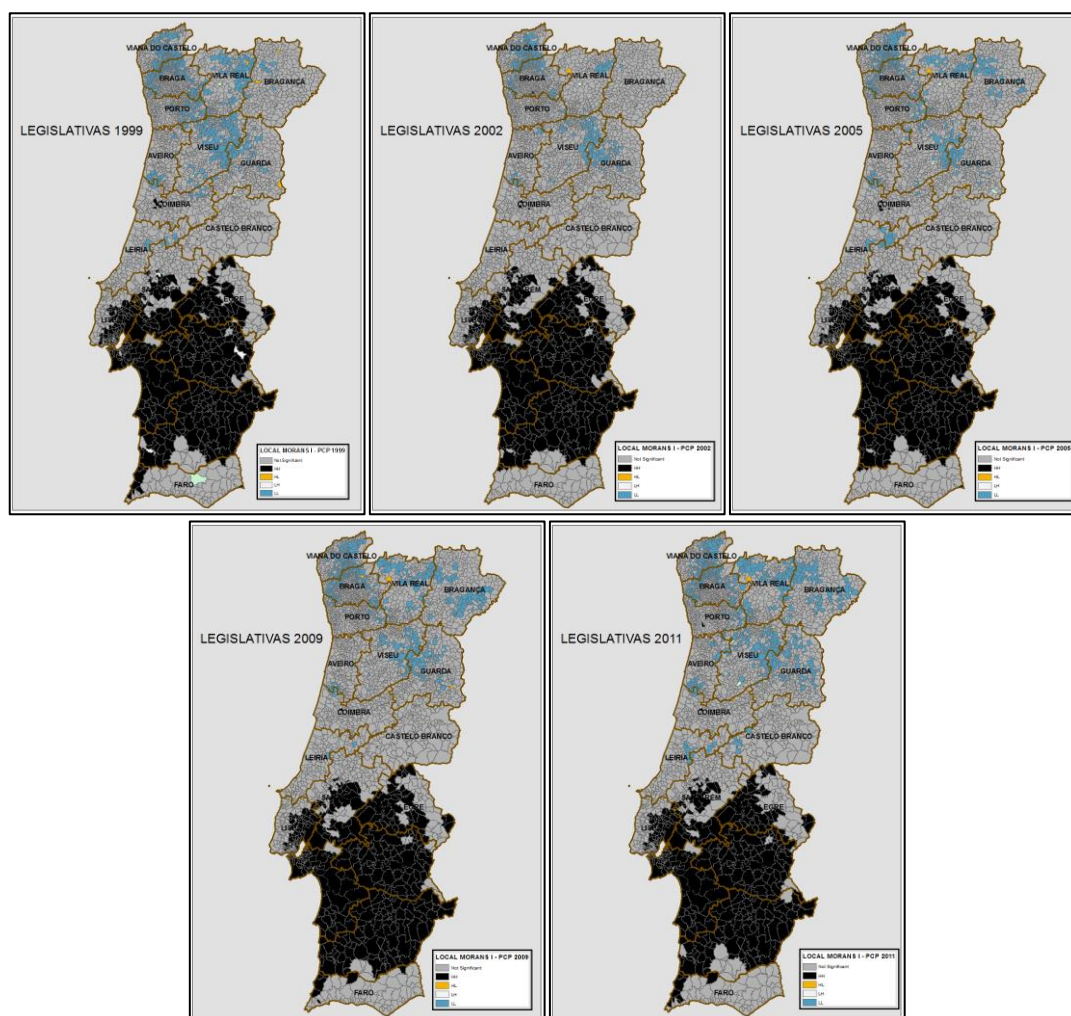


Figura 9.13 - Partido Comunista Português: outputs da aplicação do Índice Local de Moran (I) ou Índice Local de Associação Espacial.

A complementaridade deste tipo de análises permite por exemplo neste caso, verificar da existência de um ponto quente localizado no concelho de Coimbra e

que não sendo meramente pontual, constitui um facto consumado ao longo do tempo. Ressalve-se o facto de tal conclusão não ser perceptível nos outputs gerados pelo processamento do índice Local de *Moran* (I).

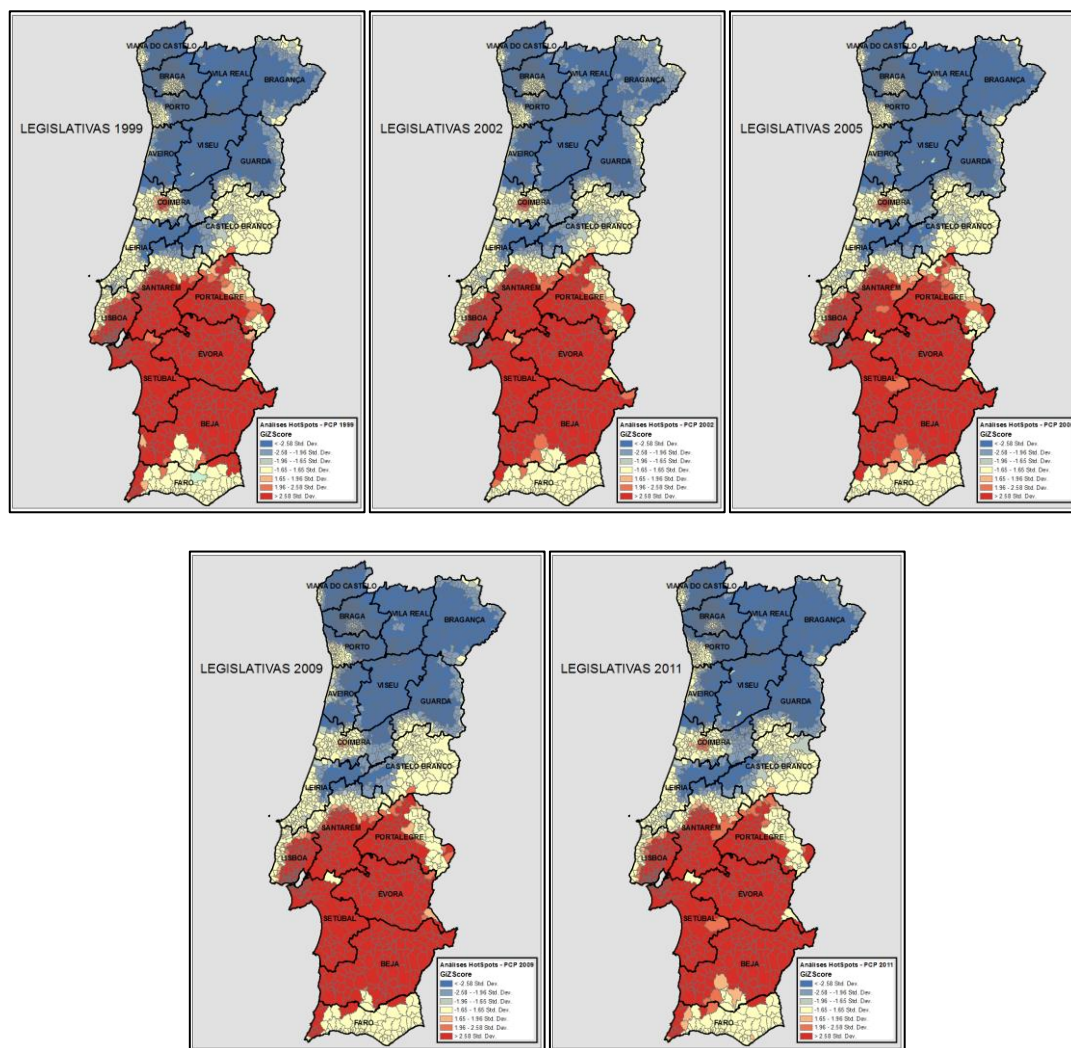


Figura 9.14 - Partido Comunista Português: outputs da análise *HotSpots* e resultados do cálculo da estatística *Getis-Ord Gi**.

9.4.4 Centro Democrático Social/Partido Popular

A conjugação dos resultados dos dois tipos de análises realizadas (ver figuras 9.14, 9.15 e/ou anexo XI) permite concluir que as regiões em que os centristas conseguem uma maior relevância são as seguintes: distrito de Viana do Castelo

(zona Sul), distrito de Braga (zona Norte), distrito de Bragança (zona Centro-Oeste), distrito de Aveiro, distrito de Viseu (zona Este), distrito da Guarda (zona Centro), distrito de Leiria (zona Centro com tendência para alastrar a sul) e distrito de Lisboa (zona Sudoeste).

Nas Legislativas de 2011, assistiu-se pela primeira vez desde 1999, ao aparecimento de um *cluster* no distrito de Faro e outro na região de Setúbal, os quais terão de ser confirmados em futuros escrutínios para se verificar se foram apenas pontuais ou se há a clara tendência mas se manterem e configurarem novos *clusters* espaciais no que diz respeito à distribuição do eleitorado centrista.

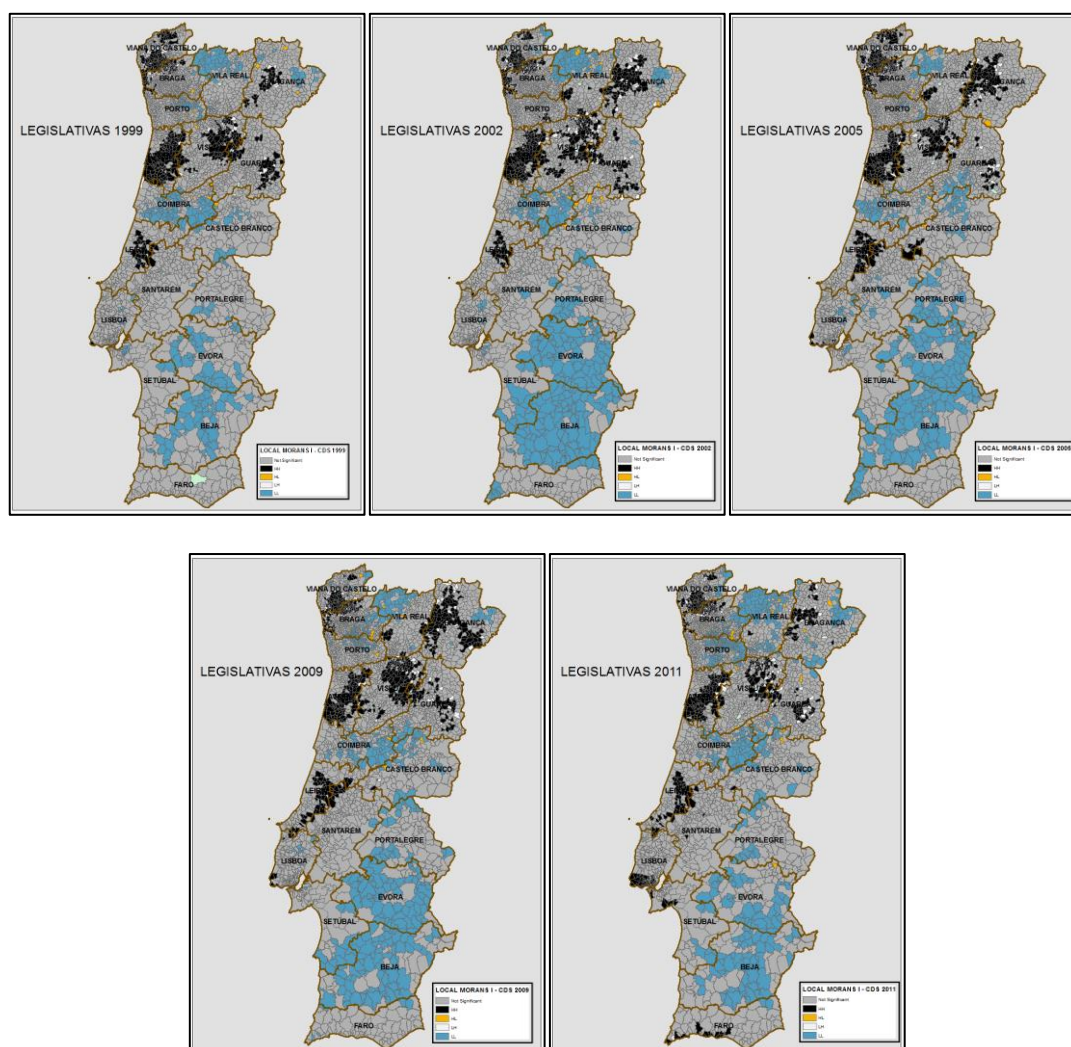


Figura 9.15 - Centro Democrático Social: outputs da aplicação do Índice Local de Moran (I) ou Índice Local de Associação Espacial.

Outra constatação inerente à comparação entre os padrões espaciais correspondentes aos resultados de centristas e sociais-democratas, tem a ver com o facto de haver grande similaridade entre ambos relativamente às áreas geográficas de maior incidência.

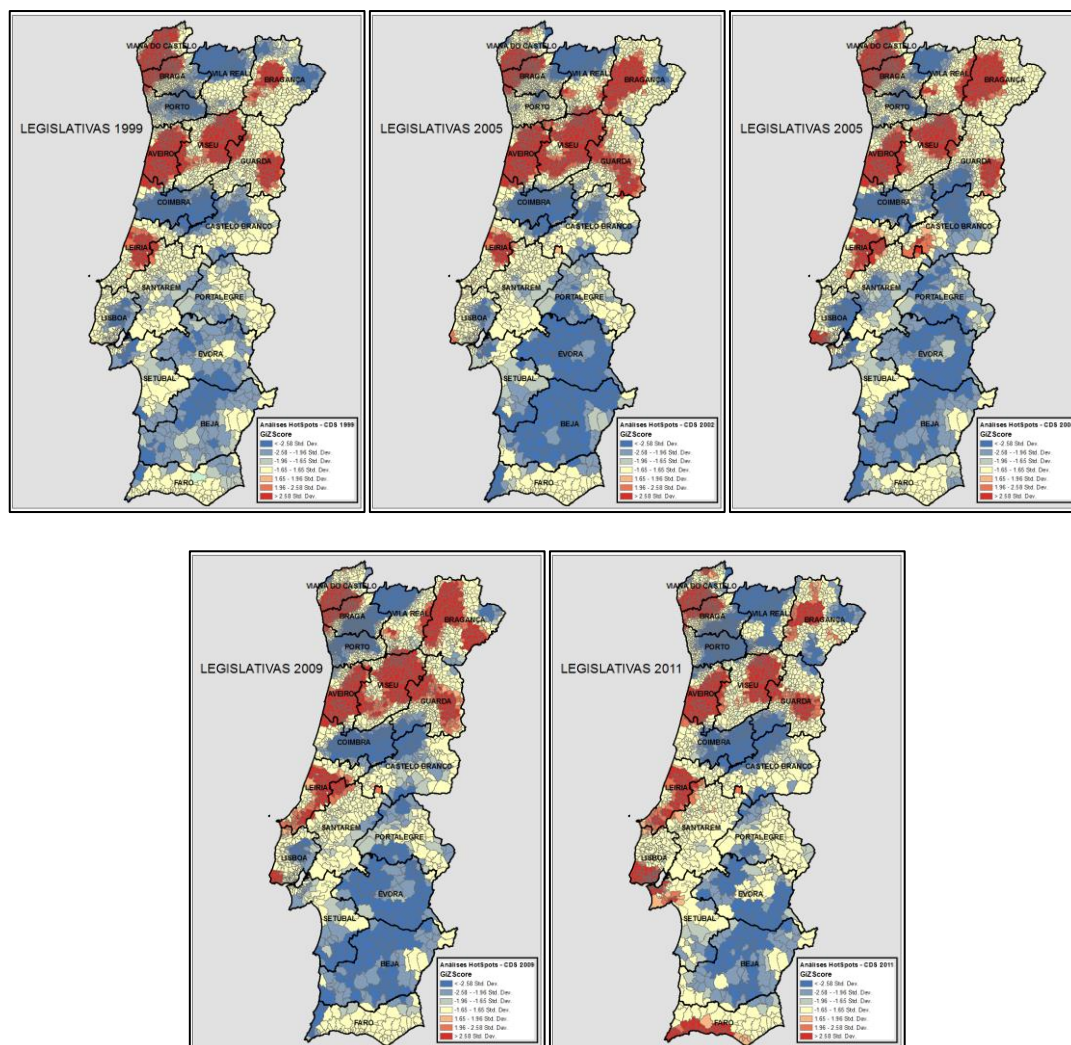


Figura 9.16 - Centro Democrático Social: outputs da análise *HotSpots* e resultados do cálculo da estatística *Getis-Ord Gi**.

9.4.5 Bloco de Esquerda

A conjugação dos resultados apresentados, define claramente em termos espaciais o comportamento do BE. Analisando os outputs das análises realizadas com base nos resultados do Bloco de Esquerda (ver figuras 9.17, 9.18 e/ou anexo XI), conclui-se

que o facto de maior relevância tem a ver com o facto de os *clusters* de maior representatividade do partido se localizarem junto ao litoral e de preferência em redor dos maiores centros urbanos. Confirma-se que desde o seu aparecimento nas Legislativas de 1999, o partido tem privilegiado sobretudo as zonas urbanas e exceptuando 2011, tem gradualmente ganho projecção para zonas mais interiores do território. Assim, destaca-se o distrito do Porto (zona Oeste), o distrito de Coimbra (zonas Centro e Oeste), o distrito de Leiria (zona Centro), o distrito de Santarém, o distrito de Lisboa, o distrito de Setúbal (zona Oeste e Noroeste) e o distrito de Faro (exceptuando a zona nordeste).

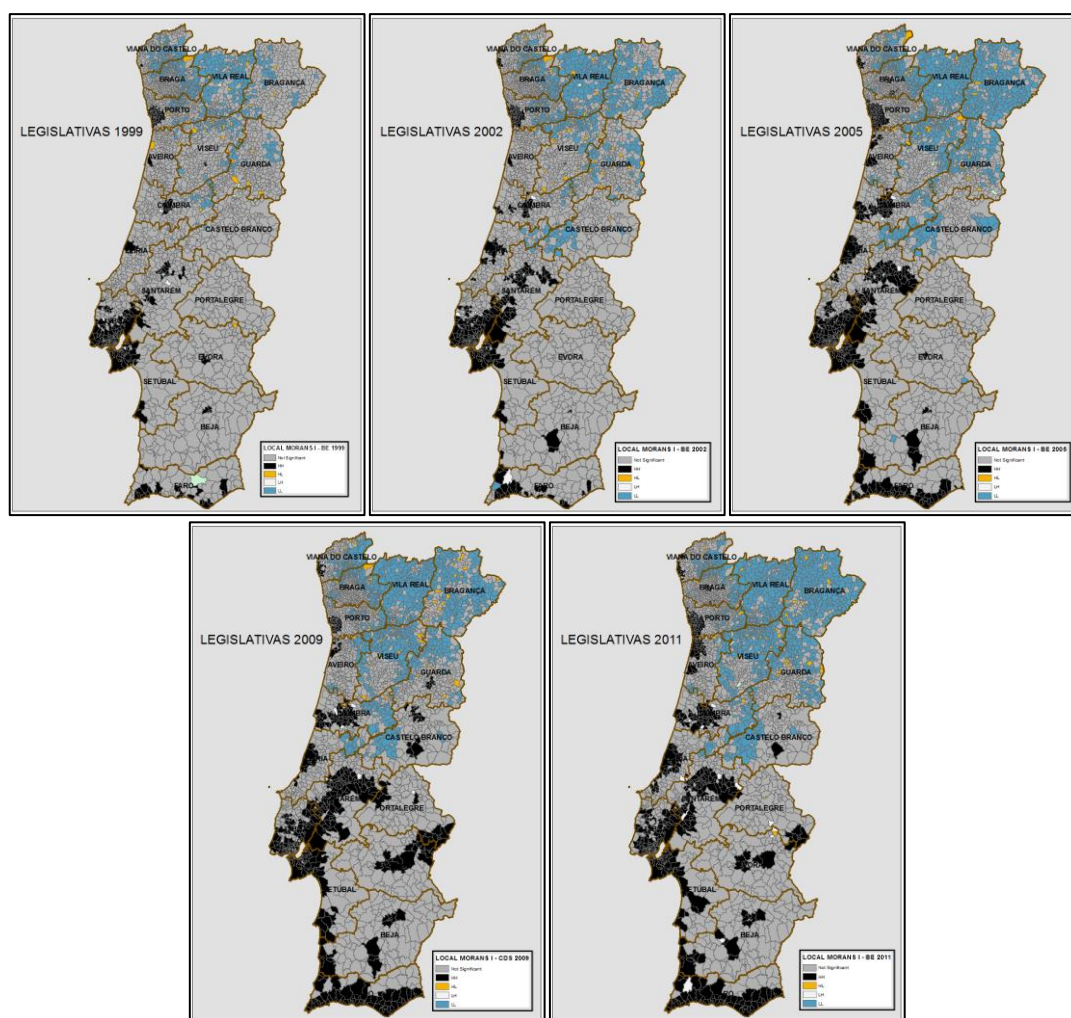


Figura 9.17 - Bloco de Esquerda: outputs da aplicação do Índice Local de Moran (I) ou Índice Local de Associação Espacial.

Merecem também relevo os concelhos de Beja, Évora, Elvas, Viana de Castelo e Caminha, pois configuram pequenos *clusters* bloquistas.

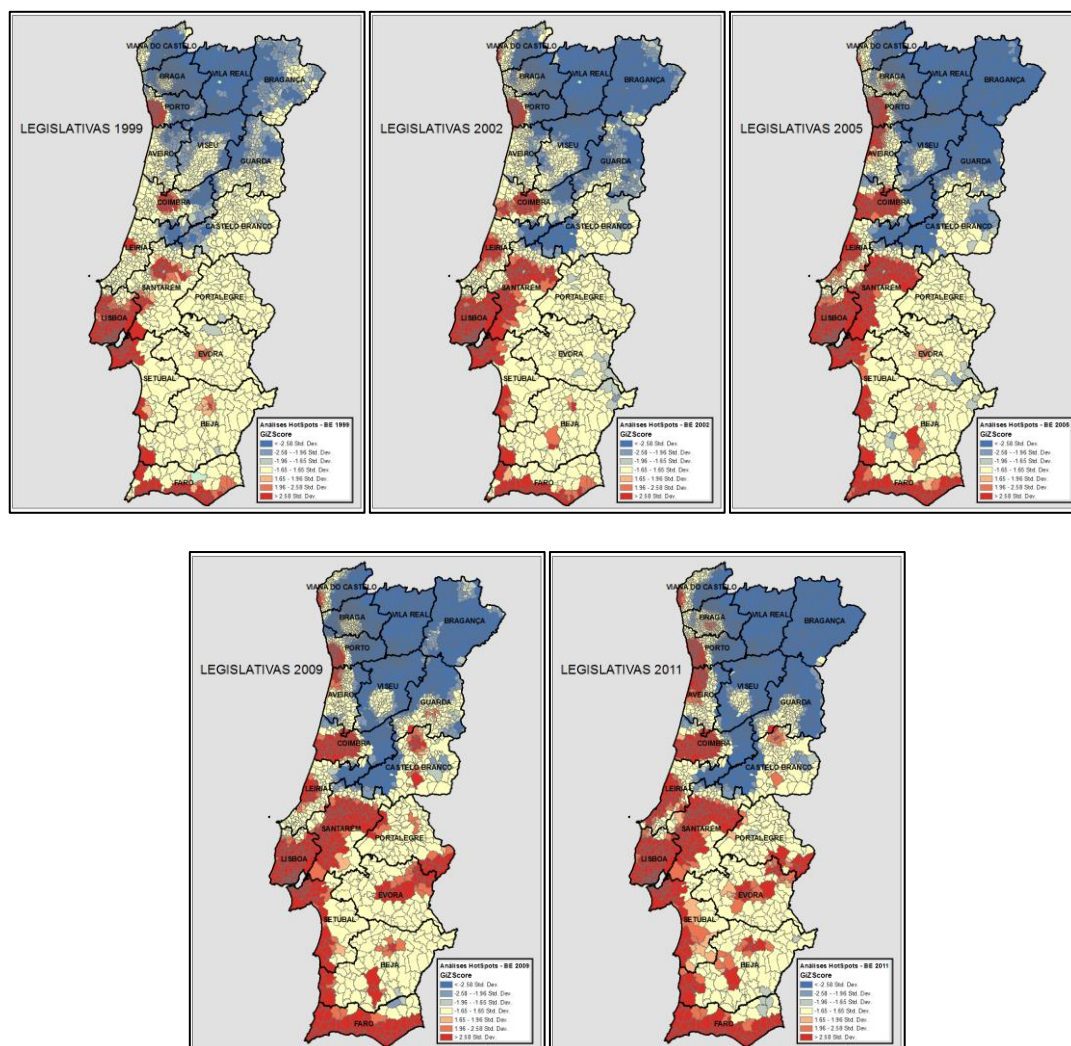


Figura 9.18 - Bloco de Esquerda: outputs da análise *HotSpots* e resultados do cálculo da

Estatística *Getis-Ord Gi**.

As eleições Legislativas de 2011 foram um claro revés na tendência expansionista do partido e como tal, será necessário esperar pelas próximas eleições para constatar se há uma nova inversão no comportamento espacial do eleitorado do BE ou se pelo contrário, se confirma a tendência de 2011 e os *clusters* bloquistas se configuram aos centros urbanos localizados preferencialmente ao longo do litoral do território.

10. Caso de estudo: Análise comparativa para a região da Estremadura e Ribatejo, dos resultados das eleições legislativas realizadas entre 1999 e 2011.

10.1 Introdução

As características dos dados eleitorais justifica uma abordagem típica de Data Mining, como por exemplo a utilização de redes neuronais como o SOM. As redes neuronais de *Kohonen*, também conhecidas como mapas auto-organizados (*self-organizing maps*), ou simplesmente SOM foram inicialmente propostas em Kohonen (1982), tendo ganho maior visibilidade no início da década de 90. O SOM pode ser caracterizado como uma rede neuronal não supervisionada, que pode ser encarada como uma projecção não linear de dados multidimensionais, estando por esta razão completamente livre para se ajustar aos dados de input. Os SOM pertencem a uma classe de métodos de redes neuronais que são técnicas de regressão não linear. Estas redes podem ser treinadas de forma a aprender ou encontrar relações entre *inputs* e *outputs* ou a apresentar os dados de forma a identificar neles padrões desconhecidos.

De forma simplificada, um SOM consiste numa malha regular de neurónios, onde cada neurónio tem um número de coeficientes sinápticos (*Haykin*, 1999) igual à dimensão do problema, fazendo desses pontos, pontos no espaço onde estão os dados. Durante o treino (não supervisionado), os neurónios são movidos para os locais onde há maior densidade de dados, mantendo entre si, e entre si e os dados, as relações topológicas. Isto é, neurónios vizinhos na grelha terão pesos sinápticos semelhantes (logo estarão próximos no espaço dos dados) e vice-versa. Por outro lado, dados que estão próximos serão mapeados para neurónios que estarão também próximos. O algoritmo SOM providencia uma topologia preservada em unidades num mapa que representa uma alta dimensão anterior. Essas unidades ou neurónios estão representados de forma bi-dimensional num mapa ou grelha. A propriedade da topologia preservada significa que o SOM agrupa grupos similares

de vectores ou neurónios. Pontos que estão próximos uns dos outros no espaço de *input* são mapeados para unidades próximas no mapa. Assim o SOM tem uma boa capacidade para *clustering* e também para a visualização de dados de grande dimensão. Os *Self-Organizing Maps* têm sido aplicados com sucesso, em variados problemas de análise exploratória de dados multivariados e especificamente na análise de dados geodemográficos.

Por forma a processar os dados há que começar por ajustar os parâmetros, como o raio de vizinhança topológica, o número de neurónios, e a taxa de aprendizagem. As possibilidades de análise que os outputs fornecidos permitem, entre as quais as matrizes U (Vesanto, 1999), constituem ferramentas de inestimável valor na compreensão da estrutura interna dos dados.

10.2 Tratamento da Informação e resultados

Desta forma e no nosso caso concreto, o SOM foi utilizado para agrupar os indivíduos em estudo, as freguesias da região da Estremadura e Ribatejo, em clusters, tendo por base cinco variáveis (as proporções de votos dos cinco maiores partidos: BE, CDS, PCP, PSD, PS) associadas às eleições legislativas portuguesas realizadas entre 1999 e 2011. No agrupamento das freguesias, usando os mapas auto-organizados de Kohonen foram treinados mapas de 20x20 neurónios. Foi utilizada uma grelha rectangular, com funções de vizinhança gausseanas e diminuições lineares dos raios de vizinhança e ritmos de aprendizagem. Foram executados vários treinos em duas fases. Usou-se na primeira um raio de vizinhança inicial 10, ritmo de aprendizagem 0,3 e 400 épocas. Na segunda fase usou-se um raio inicial de 5 e um ritmo de aprendizagem de 0,1 e 800 épocas. Para o processamento do SOM utilizou-se uma shapefile (informação em formato vectorial, ESRI®) que continha todos os resultados eleitorais necessários.

Para cada escrutínio, processaram-se os respectivos dados e obteve-se uma matriz U, a qual nos permite analisar a distribuição dos diversos clusters espaciais relativos a cada um dos partidos políticos considerados. Repare-se que à selecção de um

determinado conjunto de neurónios, está por inerência associada uma componente geográfica que nos permite identificar a localização exacta das freguesias que constituem um determinado cluster.

Nas páginas seguintes (ver figuras 10.1 a 10.5), é possível visualizar o conjunto de resultados obtidos para o nosso case study. Em cada uma das figuras e para um melhor enquadramento, inclui-se o mapa da região estudada com os partidos vencedores por freguesia já apresentados no capítulo III.

Se no conjunto de matrizes U (matriz de distancias unificadas que corresponde à representação de um SOM) apresentadas, conseguimos analisar um determinado conjunto de variáveis em simultâneo, também é possível fazê-lo variável a variável, conforme apresentado na figura 10.6, onde apresentamos os mapas com as coordenadas planas para cada um dos partidos seleccionados e considerando a respectiva variação de 1999 a 2011.

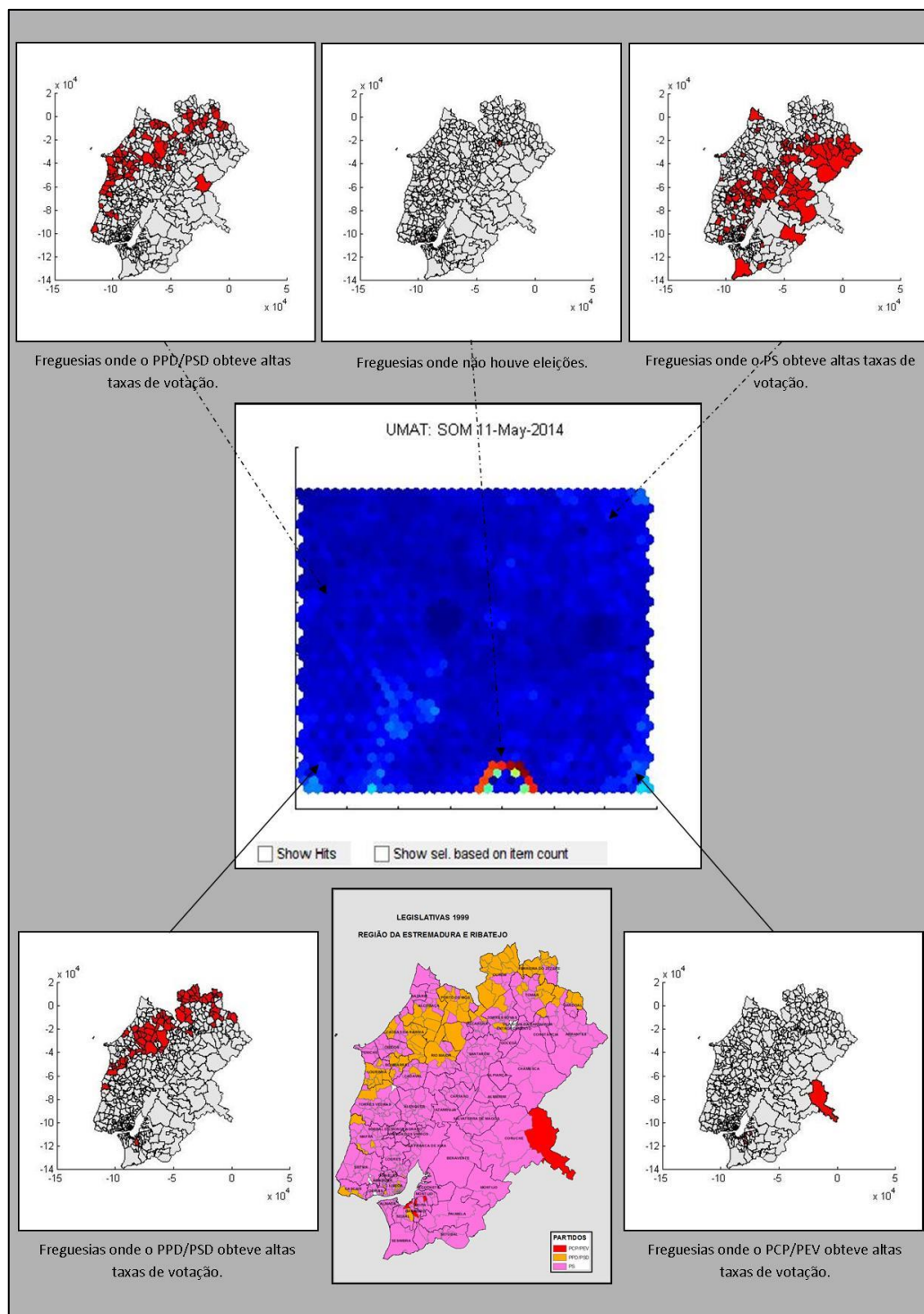


Figura 10.1 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos *clusters* relativos às eleições Legislativas de 1999.

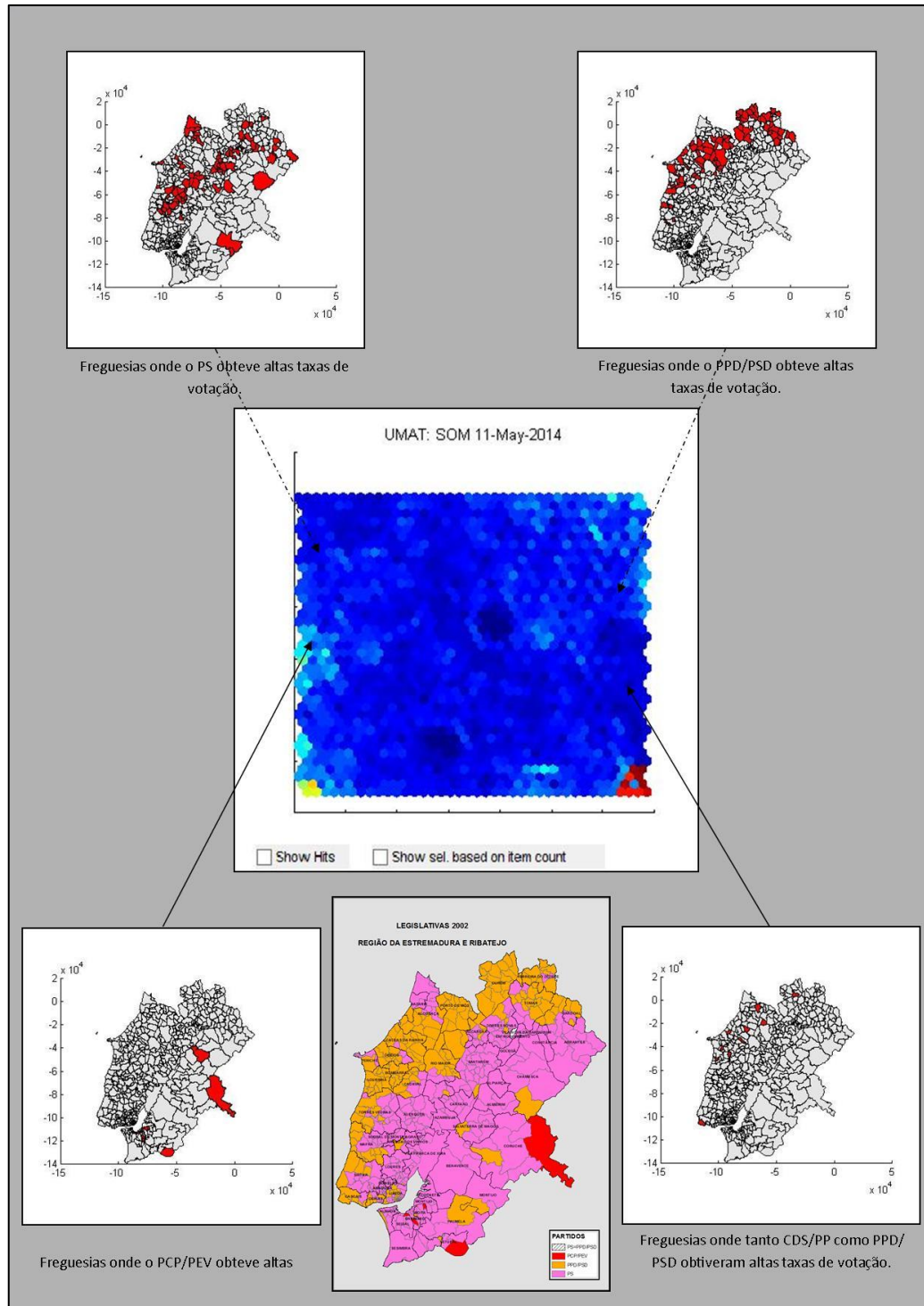
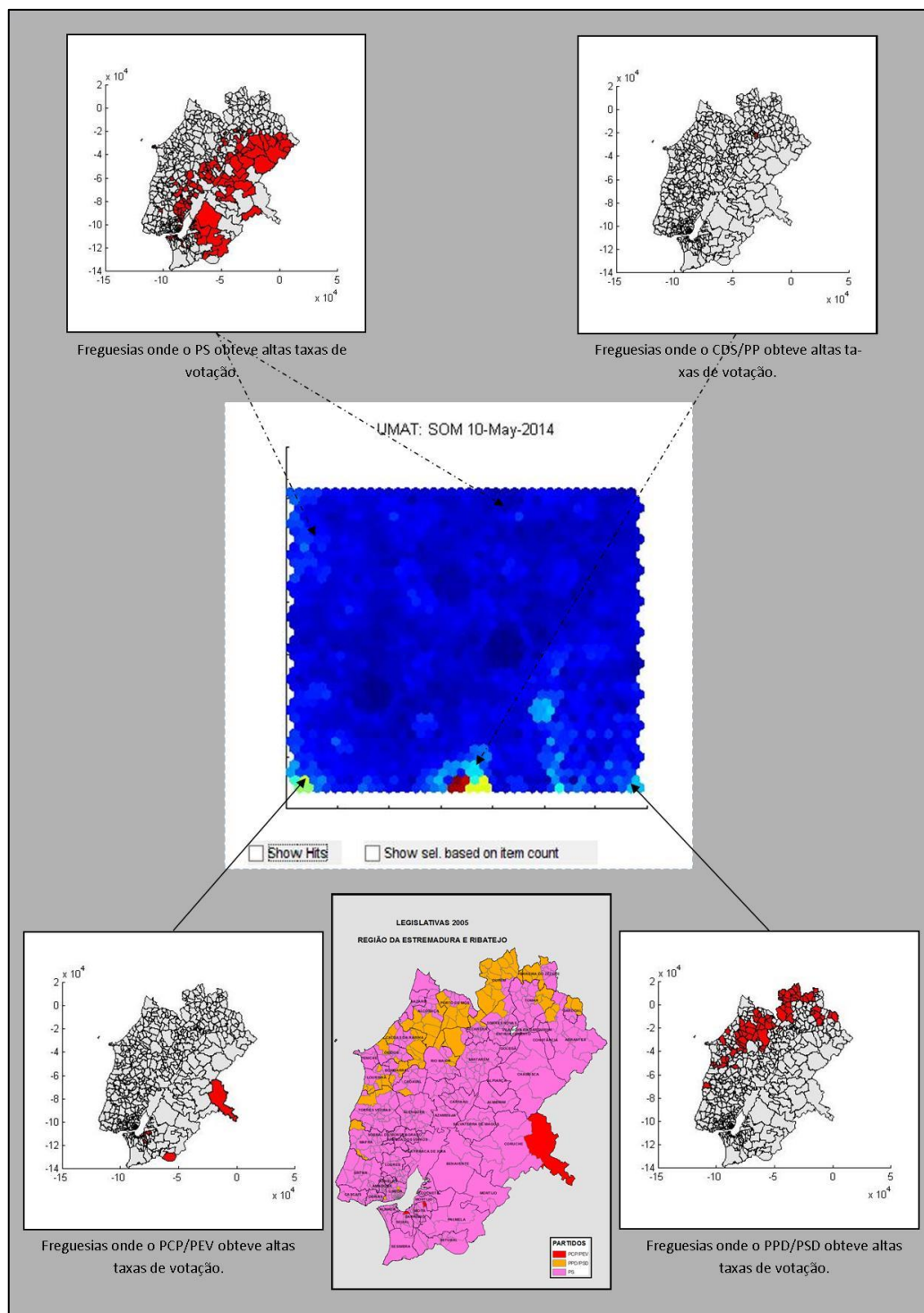


Figura 10.2 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos *clusters* relativos às eleições Legislativas de 2002.



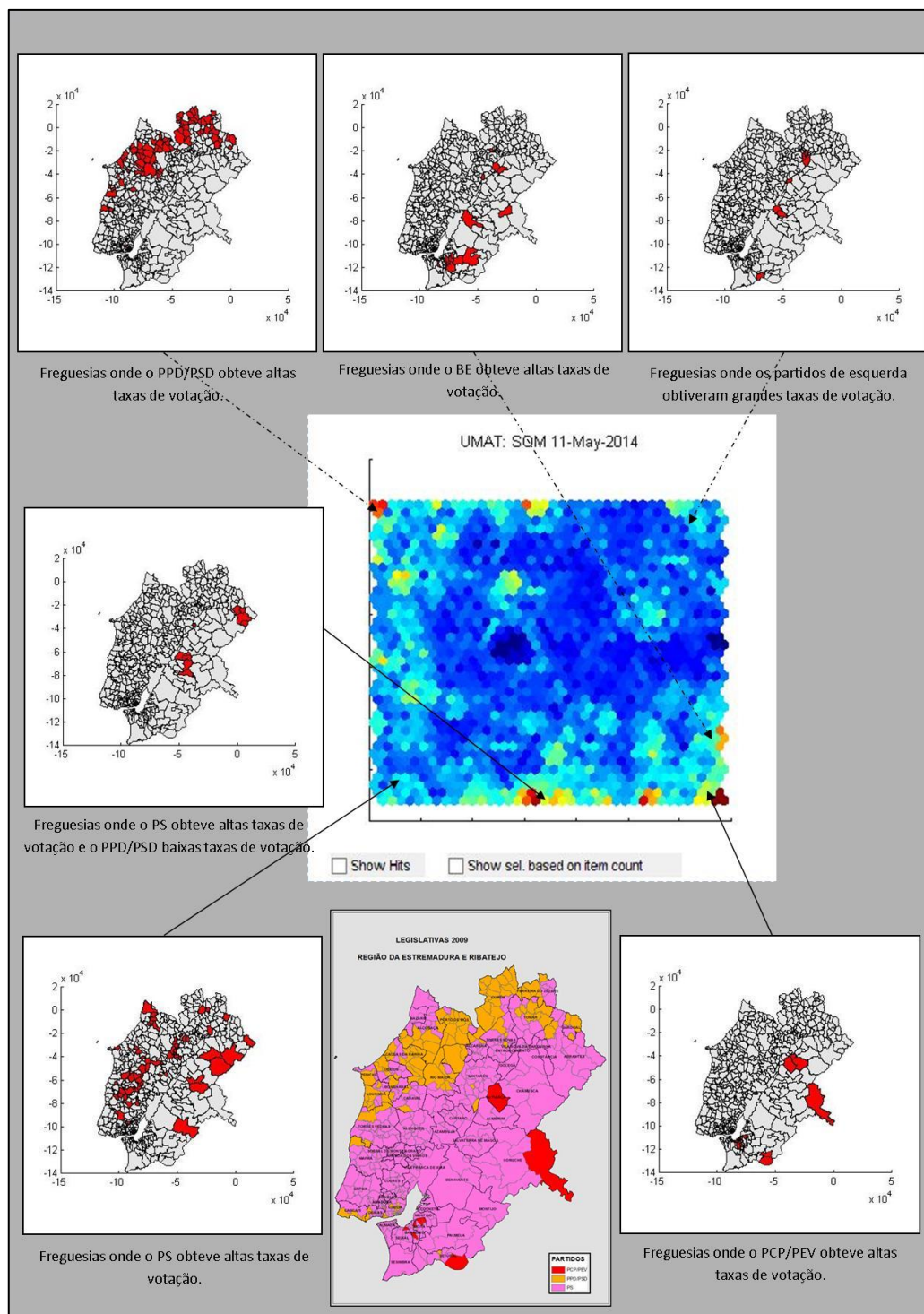


Figura 5 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos *clusters* relativos às eleições Legislativas de 2009.

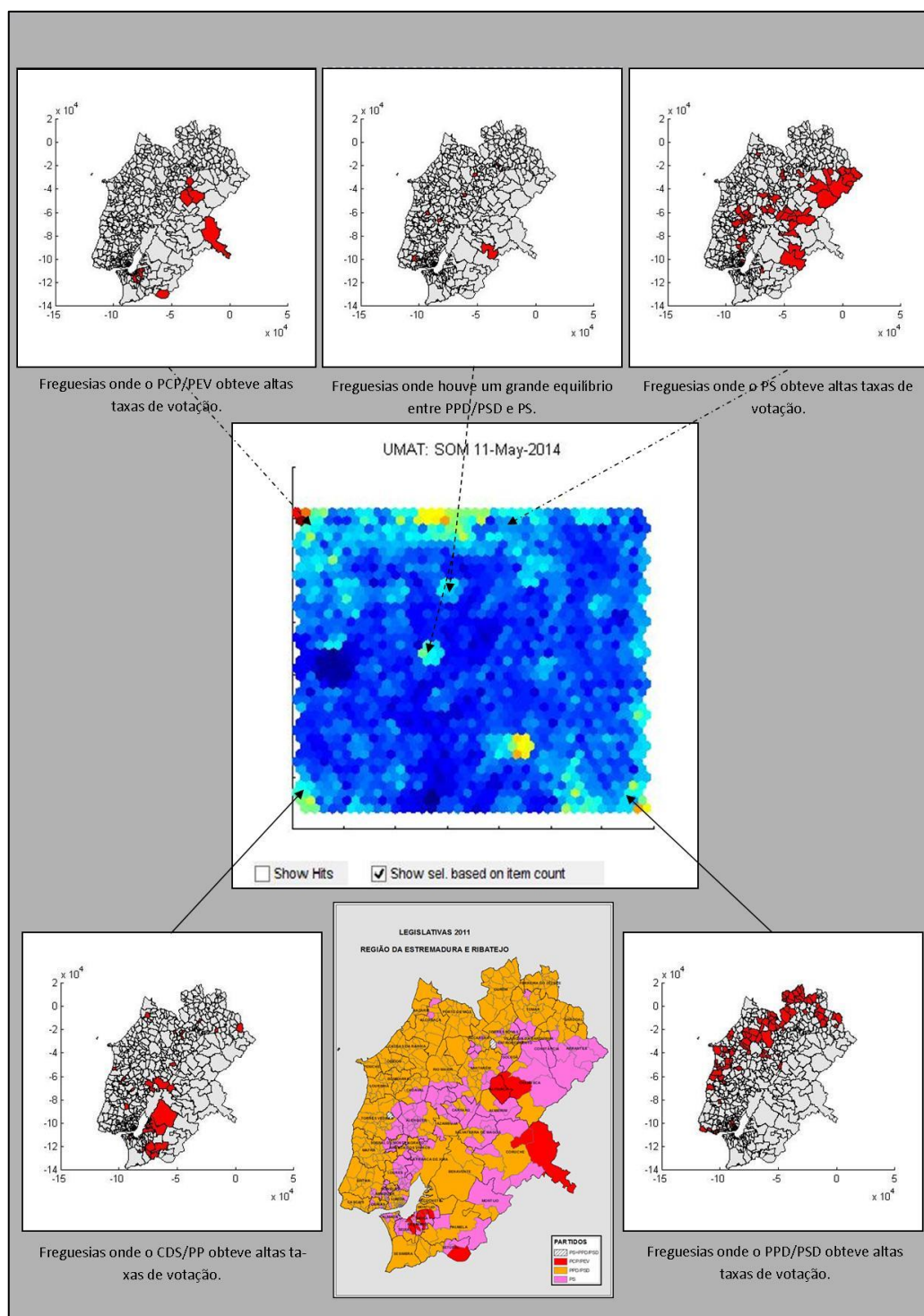


Figura 10.5 - Análise SOM: Mapeamento dos diversos *clusters* relativos às eleições Legislativas de 2011.

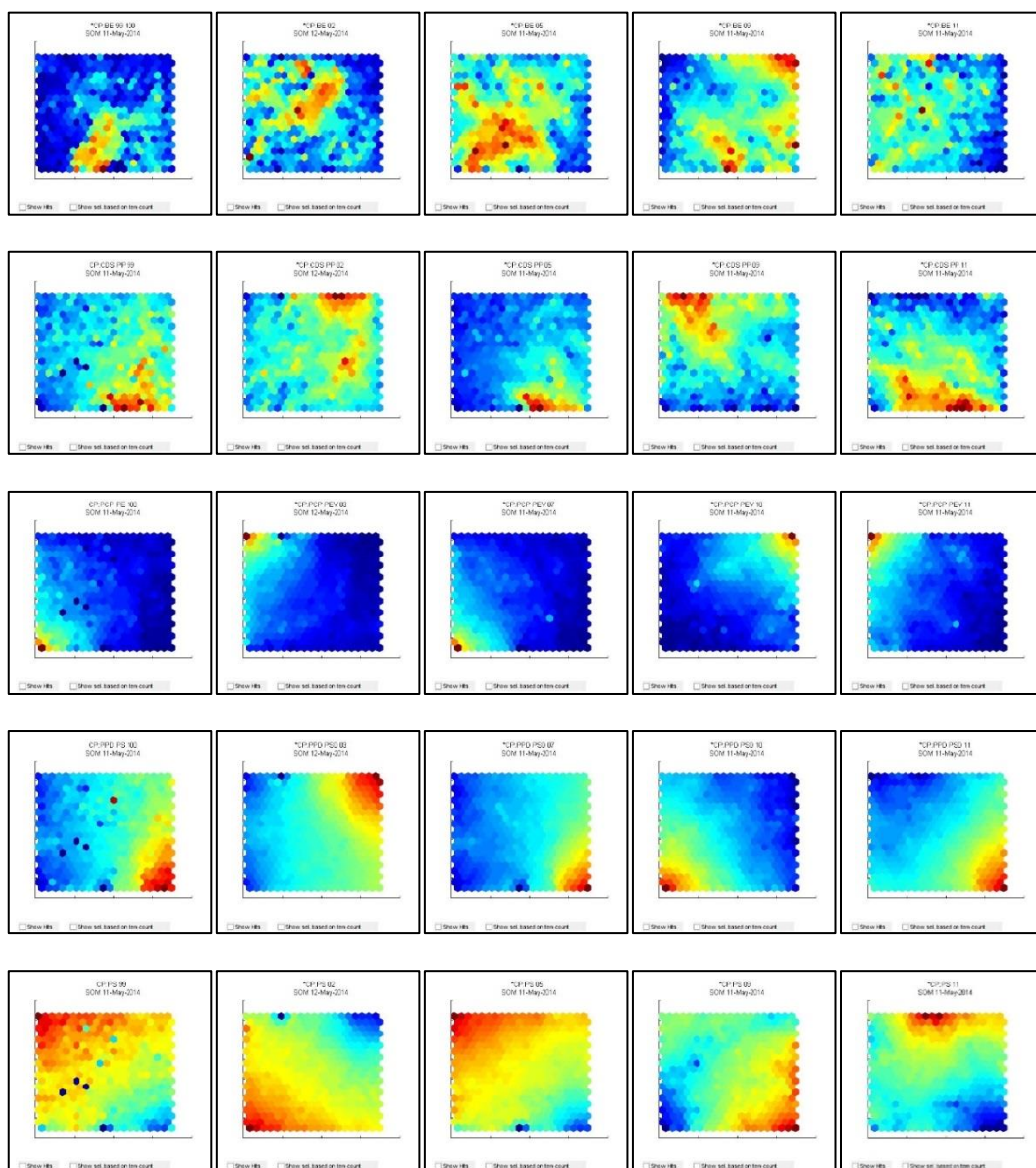


Figura 10.6 - Mapas com as coordenadas planas para cada partido (de cima para baixo, 1ª linha=BE; 2ª linha=CDS/PP; 3ª linha=PCP/PEV; 4ª linha=PPD/PSD; 5ª linha=PS; da esquerda para a direita= 1999, 2002, 2005, 2009 e 2011)

10.3 Considerações finais

Da interpretação individual das diversas matrizes U, resultou um conjunto de considerações para cada um dos escrutínios seleccionados que confirmaram tudo o que anteriormente havia sido referenciado para esta região quando procedemos à análise por exemplo, partido a partido por região (ver cap. III). De facto e conforme se comprova, existe uma quase total concordância entre a localização dos diversos *clusters* identificados através do SOM e a informação anteriormente cartografada.

Com maior ou menor preponderância, os resultados obtidos confirmam o domínio do PPD/PSD (o CDS/PP também regista taxas de votação significativas) a norte da região. Por outro lado, o PS é o partido que ao longo dos diversos escrutínios tem dominado a maior parte das freguesias no centro e sul da região. Quanto ao PCP/PEV, é na denominada margem sul que alcança uma maior expressividade junto do eleitorado, numa tendência seguida também pelos bloquistas. Porém, as eleições legislativas de 2011 contribuíram para alterar significativamente a cartografia eleitoral da região. De facto, devido a um conjunto extraordinário de circunstâncias, o espriar do domínio dos sociais-democratas por toda a zona oeste e mesmo numa parte significativa a sul, representou a imagem mais forte destas eleições.

O tratamento dos dados eleitorais mediante o processamento do SOM mostra-se um processo extremamente válido e constitui em nossa opinião, uma mais-valia no âmbito dos estudos eleitorais, mormente na análise dos resultados eleitorais. Provavelmente, pelas próprias especificidades do método, será um dos processos a considerar na análise simultânea de um determinado conjunto de variáveis. Por exemplo, se no nosso caso considerámos apenas cinco variáveis (os cinco maiores partidos políticos), poderíamos ter incluído a percentagem de votos nulos, de votos brancos e de abstenção. Teríamos por certo, determinados *outputs* que nos permitiriam dissecar sobre a forma como estas variáveis se distribuíam

especialmente e se por acaso, essa mesma distribuição contribuía para a existência de novos *clusters*.

Conforme concluímos anteriormente, o maior contributo que reconhecemos poder obter através deste método de processamento e de análise, reside no facto de podermos estudar um determinado conjunto de variáveis em simultâneo. Se a isto, associarmos a imediata localização geográfica e visualização dos resultados analíticos que comprovam as especificidades próprias de cada um dos *clusters* seleccionados, estaremos pois na presença de um novo domínio de análise no que respeita à Geografia Eleitoral portuguesa.

11. DISCUSSÃO

Na conclusão deste trabalho, será importante apresentar um conjunto de reflexões que nos parecem pertinentes, sintetizando e refletindo sobre os resultados obtidos.

1. O comportamento político dos indivíduos decorre em larga medida da forma como estão inseridos na sociedade, sendo que tal posicionamento é essencialmente uma resultante de um conjunto de condições, entre as quais se destacam o estatuto social, o nível de vida, o nível de instrução e o enquadramento cultural (Gaspar e André, 1989). Porém, o comportamento eleitoral de uma parcela significativa da população modifica-se substancialmente de eleição para eleição, como reflexo de determinadas condições estruturais ou conjunturais. Esta variação de comportamentos norteou um conjunto de análises realizadas neste estudo, nomeadamente na identificação de padrões espaciais que, na nossa opinião, representava uma lacuna nos estudos eleitorais realizados até ao presente no nosso País.

Conforme comprovado através das diversas análises realizadas no âmbito deste estudo, as eleições representam uma área de estudo privilegiada para os especialistas, em primeiro lugar pelo simples facto de gerarem enormes quantidades de dados que podem ser cartografados, geridos e analisados através de diversos prismas. A conjugação de novos desenvolvimentos ao nível metodológico como a introdução dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), o recurso aos métodos hierárquicos e dos *Self Organizing-Map* (SOM), da econometria espacial, por exemplo, têm permitido aos especialistas entrar em novos domínios no que concerne à análise de dados eleitorais. Não é pois de estranhar que estas novas perspetivas, combinadas com metodologias analíticas-espaciais tradicionais, acentuem o carácter explicativo multidisciplinar da Geografia Eleitoral. Efetivamente, em termos conceptuais, teóricos e pragmáticos, a Geografia

Eleitoral pode enquadrar-se de novo como um elo importante entre a política e a geografia (*Warf e Leib; 2011*).

2. Sem grande controvérsia, é possível afirmar que a Geografia Eleitoral, no contexto nacional, praticamente resumiu-se ao trabalho de Jorge Gaspar e seus pares no final dos anos setenta e durante a década de oitenta, produzindo uma obra importante baseada em dados agregados que proporcionaram algumas conclusões fundamentais sobre o comportamento eleitoral dos portugueses. Ao longo do nosso estudo, foi possível extrair um vasto conjunto de conclusões que procuram consolidar o conhecimento do comportamento do eleitorado português, sendo certo que algumas delas encontram confirmação em estudos e análises sociopolíticos existentes, mas acabam reforçadas pela dimensão espacial associada aos dados eleitorais que procuramos evidenciar. De facto, o recurso a um conjunto de novas tecnologias permite dar uma nova ênfase a este tipo de análises que envolvam resultados eleitorais. Esta nova forma de olhar pode inclusive criar determinadas expectativas quanto a uma possível antecipação de futuros cenários.

3. O mapeamento dos resultados das eleições legislativas realizadas entre 1991 e 2011 confirma o bipartidarismo como a principal característica do sistema eleitoral português, facto comprovado pelos dois principais partidos (PSD e PS) obterem sistematicamente a maioria dos votos. Apesar de tudo, o somatório da votação destes dois partidos tem decrescido ao longo do tempo e, mesmo analisando o tipo de padrões espaciais resultantes da cartografia destes resultados, constatámos que existe uma determinada regularidade espacial, independentemente de qual seja o partido mais votado. Tal situação poderá, à partida, levantar a questão da consolidação da mobilidade de um eleitorado centrista substancial que vai alternando entre PS e PSD (*Jalali, 2003*).

4. Da análise dos resultados eleitorais mediante a estruturação do eleitorado por blocos ideológicos (considerando um bloco formado pelo PSD e CDS, e outro bloco constituído por PS, PCP e BE), resulta um conjunto de padrões deveras interessante. Se é nos distritos do norte e centro/norte que o bloco de centro-direita alcança

maior preponderância, consolida-se o facto de os distritos do Alentejo serem os mais estáveis em termos ideológicos e, neste caso, com relevância para o bloco centro-esquerda. Em contrapartida, tanto o Algarve como as restantes regiões apresentam comportamentos fortemente condicionados pelas conjunturas que envolvem cada um dos escrutínios analisados. Esta mobilidade ganha maior expressividade na faixa litoral português compreendida entre os distritos de Lisboa e Viana do Castelo. Contudo, nos escrutínios de 1991 e 2011, face aos resultados obtidos pelo PSD em contraponto com os resultados dos socialistas, registou-se uma alteração do padrão espacial ajustado às demais eleições.

Todavia, nas suas grandes linhas, o comportamento eleitoral dos portugueses, que poderá ser explicado por dois tipos de vetores – social e cultural (Gaspar e André, 1989) – evidencia uma forte componente geográfica, traduzida em padrões espaciais que refletem determinados perfis de comportamento que se foram consolidando ao longo do tempo e que em condições normais definem: a Norte do território o domínio dos partidos de direita e centro-direita (particularmente os distritos de Vila Real e Bragança, que constituem bastiões historicamente correlacionado com o PSD); enquanto a Sul predominam claramente os partidos de esquerda e centro-esquerda, com PS e PCP/PEV a vencerem de forma cíclica em quase todas as freguesias. Se a região do Algarve se tem revelado bastante volátil e permeável à conjuntura que serve de cenário a cada um dos escrutínios analisados, já a região do Alentejo, embora continue a representar a base do eleitorado comunista, é cada vez mais palco de disputa entre comunistas e socialistas. Nos distritos localizados ao longo do litoral do território existe uma maior variabilidade expressa nas decisões do eleitorado que nas diversas eleições.

Existe pois uma mobilidade de parte significativa do eleitorado cuja influência no resultado final em cada eleição se tem revelado decisiva. Por outro lado, a cartografia dos resultados eleitorais associada aos principais centros urbanos comprova o que André (1988) concluiu sobre o comportamento eleitoral no conjunto das áreas urbanas. Estas podem-se caracterizar, em síntese, por uma

predominância do voto de esquerda e também por uma maior mobilidade desse mesmo voto. Esta constitui a sua característica fundamental e em muitos casos, poderá estar relacionada com o voto útil, sendo razoável pressupor-se que a estrutura social e económica é, no meio urbano, menos condicionante em termos de fidelidade eleitoral. Porém, apesar de a análise da mobilidade ser complexa, podemos sugerir que a mobilidade potencial do eleitorado nas áreas urbanas seja superior, atendendo ao conjunto de condições subjacentes à decisão de voto que favorecem ou dificultam esses movimentos.

Observe-se que, já em 1989, Gaspar e André, procurando sintetizar as grandes linhas evolutivas da Geografia Eleitoral portuguesa nos primeiros anos da terceira República, concluíam que as grandes transformações humanas e sociais registadas ao longo de todo o território não tinham tido correspondência significativa no comportamento político e eleitoral dos portugueses. Apesar de tudo, já eram perceptíveis algumas alterações de fundo na Geografia Eleitoral dos portugueses, como a diminuição das diferenciações entre Norte e Sul, apesar de esta diferença continuar a ser o principal traço distintivo dessa Geografia Eleitoral. Mais, as tendências verificadas na realidade geográfica, económica e social não pareciam ter reflexos de dimensão equivalente nos comportamentos eleitorais: acentuada litoralização do povoamento, terciarização, urbanização difusa, diminuição dos contrastes inter-regionais, acentuar do desemprego e do trabalho precário. Curiosamente, quase três décadas depois, somos induzidos a concordar com a actualidade de tais conclusões. Claro que para além destas, haverá outras tendências que atualmente poderão ter outro peso. Por exemplo a tentativa de explicar comportamentos eleitorais tem conduzido à análise de como os incentivos para a participação eleitoral são indissociáveis dos contextos de inserção social dos indivíduos (Magalhães, 2008).

5. Outro factor relevante no contexto das eleições prende-se com a abstenção eleitoral, a qual tem registado um crescimento ao longo das últimas décadas e mesmo no caso das eleições legislativas, superou nos dois últimos escrutínios os

40%. Tal comportamento terá por certo diversas leituras, para as quais será necessário analisar um vasto conjunto de variáveis. Num sentido mais lato, quanto aos padrões espaciais definidos por esta variável, concluímos que o número de freguesias que registam taxas de votação superiores à média nacional de forma sistemática é relativamente reduzido e em termos espaciais situam-se ao longo do litoral e nas zonas centro e centro-sul de preferência. Os distritos do interior norte serão por certo os que acabam por registar valores de abstenção superiores aos valores nacionais, refletindo provavelmente um comportamento tipificado do eleitorado local. Ainda dentro deste enquadramento, é possível distinguir comportamentos diferenciados quando analisamos a abstenção eleitoral segundo o prisma urbano-rural, dado que ao longo do tempo se tem comprovado que é nas regiões urbanas que se registam as maiores taxas de votação em contraponto com as áreas rurais, nas quais a abstenção tem vindo a aumentar de forma sistemática.

Curiosamente, poderíamos comparar estes dados com os valores que Gaspar (1985) utilizou para comparar a abstenção em 1975 (8,3%) e 1983 (21,4%). Algumas das reflexões entretanto referenciadas, continuam a fazer sentido, tais como o facto de a abstenção ter maior incidência no Campesinato e na então denominada Nova Pequena Burguesia, em contraponto com os menores valores registados entre o proletariado industrial (Gaspar, 1983). Segundo Gaspar e André (1989), acerca da evolução da abstenção no período compreendido entre 1975 e 1985, “o aumento da abstenção não teve grandes repercussões na alteração do seu padrão espacial, verificando em particular, que as áreas onde a participação eleitoral foi maior são sensivelmente as mesmas – norte litoral (excepto Viana do Castelo) e o norte do Alentejo. A uniformidade espacial que caracteriza, na generalidade, o aumento da abstenção entre 1975 e 1985 traduz, de algum modo, um crescente alheamento de uma parte considerável do eleitorado, para quem as expectativas de mudança decorrente dos resultados eleitorais foram progressivamente diminuindo (...) processo de marginalização parece decorrer menos no contexto social e político regional em que o eleitorado se insere e resultará sobretudo de uma atitude de contestação passiva da prática nacional, com uma amplitude semelhante nas várias

regiões do país”. Em conclusão, mais de vinte anos após este estudo e com as taxas de abstenção a praticamente duplicarem, é possível atestar a validade de tais conclusões com base na análise dos padrões espaciais gerados entretanto. O nosso estudo mostrou ainda a existência de um conjunto de freguesias que ao longo destes últimos anos têm registado, de forma regular, taxas de abstenção inferiores aos valores nacionais. Preferencialmente localizam-se junto ao litoral: distritos de Viana do Castelo, Braga (zona oeste), Porto, Aveiro, alguns concelhos de Leiria e de Lisboa, para além da região de Santiago de Cacém. Quanto à região mais interior, merecem destaque alguns concelhos dos distritos de Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.

6. Ao longo do nosso estudo procuramos analisar o comportamento de cada um dos cinco partidos actualmente com representação parlamentar e no contexto de uma proposta de divisão administrativa apresentada a quando do referendo sobre a Regionalização. Desta forma, foi possível identificar as áreas de maior e menor incidência para cada partido mediante a identificação de *clusters* espaciais, o que poderá contribuir provavelmente para condicionar as estratégias que possam vir a ser utilizadas em futuras campanhas eleitorais e que implicitamente terão repercussões quer a nível económico quer logístico das mesmas.

Refletindo sobre a distribuição espacial dos resultados por partido, podemos tirar as seguintes ilações:

6.1 A distribuição espacial do CDS/PP mostra duas realidades bem distintas: a norte do rio Tejo, o partido obtém as taxas de votação mais altas e, a sul, o partido não consegue mobilizar uma parte significativa do eleitorado residente. Tal configuração espacial expressa o facto de que, a norte o partido alcança percentagens de votação bem superiores ao valor obtido a nível nacional, enquanto a sul os resultados são inferiores aos valores de referência. Este padrão ao longo do tempo, não tem apresentado variações significativas, havendo contudo, a registar uma subida das percentagens de voto em algumas zonas do Alentejo e do Algarve, principalmente a partir das Legislativas de 2005 e reforçadas em 2011 em virtude do bom

desempenho do partido a nível nacional. Merece relevo também, o comportamento do partido nos distritos de Leiria e Aveiro. Devido a diversos factores, o concelho de Ponte de Lima constituirá porventura, o bastião mais emblemático do partido. Podemos concluir que o CDS/PP tende assim, cada vez mais, a assumir-se como um partido com dimensão nacional.

Haverá por certo, determinadas áreas cuja distribuição espacial da votação do partido reflete a questão do voto tático (estratégico) e consequentemente, a mobilidade de parte significativa do eleitorado centrista para o PPD/PSD. Esta realidade pressupõe um nível de informação elevado por parte do eleitorado que justifica a reduzida expressão urbana do voto do CDS ao longo do tempo. Este carácter não urbano do voto supõe que o eleitorado centrista valoriza conjunturalmente os aspectos políticos em detrimento da afirmação partidária. Tal tendência já anteriormente havia sido referenciada por Gaspar e André (1989).

6.2 O voto comunista é aquele que continua a apresentar maiores diferenciações territoriais, quer ao nível das várias regiões do País, como no que respeita a dicotomia urbano e não urbano. O eleitorado comunista é nitidamente o mais concentrado no território. Ao longo destes vinte anos, nas regiões onde os comunistas obtiveram votações elevadas, o apoio proveio sobretudo das áreas não urbanas, enquanto nos distritos onde a expressão eleitoral foi reduzida, os resultados registados nas zonas urbanas foram superiores. Tradicionalmente é a sul do rio Tejo que os comunistas alcançam os seus melhores resultados, com particular destaque para os distritos de Évora e Beja. Na região do Algarve, o partido obtém melhores resultados na zona do barlavento em comparação com a zona do sotavento. A norte da linha definida pelo rio Tejo, a distribuição dos resultados eleitorais do PCP-PEV e os respectivos padrões espaciais, refletem as taxas de votação geralmente inferiores aos valores obtidos pelo partido a nível nacional. Algumas exceções merecem realce pois configuram a provável existência de *clusters* espaciais (p.e. Coimbra e Nazaré) nos quais o partido obtém, por norma, resultados de relevo. Em síntese, o padrão espacial deste partido é muito claro e

regular ao longo do tempo em todo o território, uma vez que os distritos de Lisboa, Santarém, Portalegre, Setúbal, Évora, Beja e de uma certa forma, no distrito de Faro, representam as áreas onde os comunistas obtêm os resultados mais expressivos. Nos demais distritos e de forma recorrente, o partido regista taxas de votação inferiores aos valores obtidos pelo partido a nível nacional.

6.3 Os padrões espaciais associados ao Partido Social Democrata refletem uma certa uniformização territorial que poderá estar correlacionada com o alargamento da respectiva base social (Gaspar e André, 1989). Por outro lado, apresentam algo de comum com a distribuição do CDS/PP, pois acabam por traduzir taxas de votação muito altas a norte do Tejo (normalmente superiores aos resultados nacionais), em contraponto com as baixas taxas de votação que o partido regista na região do Alentejo. Porém, sobretudo nas áreas urbanas de maior dimensão (Beja, Évora e Setúbal), os sociais-democratas têm conseguido obter ao longo dos últimos escrutínios uma crescente projeção. Simultaneamente, estes mesmos padrões espaciais acabam por comprovar a existência dos denominados bastiões (p.e. os distritos de Leiria e Vila Real), áreas onde as taxas de votação regularmente são superiores aos valores nacionais. Já, nos grandes centros urbanos, particularmente em Lisboa e Porto, os sociais-democratas registam resultados muito semelhantes aos resultados nacionais em termos percentuais, a que por certo não será indiferente a maior mobilidade eleitoral.

6.4 O mapeamento dos resultados do PS por princípio tende a gerar padrões espaciais que se caracterizam por uma maior diversidade, traduzindo uma maior heterogeneidade de resultados. À semelhança do que Gaspar e André (1989) concluíram, comprova-se que o eleitorado do PS deixou de estar concentrado nos distritos onde se localizam os principais centros urbanos e na região centro e se tem distribuído de uma forma mais equilibrada. Apesar de, em determinados escrutínios os sociais-democratas terem ganho com resultados expressivos, nos padrões espaciais afectos aos socialistas é possível identificar perfeitamente as áreas tradicionalmente associadas tanto ao PPD/PSD como ao PCP-PEV, e nas quais os

socialistas obtiveram taxas de votação bem inferiores aos valores nacionais. As Legislativas de 1995, 2005 e 2009 geraram padrões espaciais diferenciados dos demais pelo simples facto do partido ter alcançado a nível nacional, resultados deveras expressivos. Já nas Legislativas de 1999, nas quais o PS obteve 44.06% dos votos, constitui uma exceção pois seria suposto que o mapeamento dos resultados gerasse um padrão semelhante aos anteriores. A zona nordeste do território constituída por um considerável número de freguesias com fraca densidade populacional mas de considerável dimensão geográfica, condicionou o respectivo mapeamento. Em suma, os padrões espaciais associados à distribuição de voto do PS não encontram paralelo nos demais partidos analisados, uma vez que não é possível identificar *clusters* espaciais que traduzam a existência de valores extremos de forma continuada ao longo do tempo. Indubitavelmente, trata-se do partido que gera um maior consenso entre o eleitoral nacional, no sentido em que será porventura aquele que possui uma base de apoio e de consenso mais ampla.

6.5 O panorama político nacional no final da última década do século XX, ficou marcado pelo aparecimento de um novo partido, o Bloco de Esquerda. Tratando-se de um pequeno partido com representação parlamentar interessava pois, perceber a sua verdadeira dimensão política e como tem evoluído a respectiva distribuição geográfica. De facto, se nas Legislativas de 1999 o partido se assumiu claramente como o quinto partido nacional em todas as regiões, nas Legislativas de 2002, nas regiões mais a sul manteve-se a mesma tendência enquanto nas demais, o partido apresentou um maior equilíbrio entre o número de freguesias onde foi o quinto partido mais votado e aquelas em que o partido foi quarto, constituindo a Beira Litoral um bom exemplo. A partir das eleições Legislativas de 2005 o panorama alterou-se significativamente. Assim, nas regiões mais a sul, com particular destaque para a região do Algarve, o BE conseguiu cativar mais eleitores de modo a que em diversas freguesias se constitui como o terceiro partido mais representativo. Ao longo do país, os bloquistas assumiram-se como a quarta força política ao nível do número de freguesias (quanto ao número de votos, globalmente o BE manteve-se como o quinto partido mais votado, ainda atrás dos tradicionais

quatro partidos mais votados). No Norte e no Centro, a tendência para o BE ser o quarto partido manteve-se e inclusive, na região de Entre Douro e Minho, o partido conseguiu ser o terceiro partido mais votado em quase 25% das freguesias. Nas Legislativas de 2009, o facto de o partido ter conseguido quase 10% dos votos a nível nacional, refletiu-se de forma diferente nas diversas regiões consideradas. Nas três regiões localizadas mais a Sul e na Beira Interior, a percentagem de freguesias em que o BE foi o quarto partido mais votado, foi inferior ao valor nacional enquanto nas demais regiões, a taxa foi superior. O Algarve foi sem dúvida a região onde o BE apresentou um melhor comportamento, constituindo-se como o terceiro partido mais votado em mais de 70% das freguesias. No Alentejo e na Estremadura e Ribatejo, esta taxa foi superior a 30% enquanto na Beira Interior, a taxa foi aproximadamente 28%. Confirmando as análises realizadas anteriormente nas duas regiões mais a Norte, o BE identificou-se claramente como a quarta força mais votada. Contudo, embora esta realidade estivesse em contraciclo com o que se verificou nas regiões localizadas mais a sul, anuiu, em parte, os resultados a nível nacional que apresentam o BE como o quarto partido mais representativo.

Comparando os resultados das Legislativas de 2009 e 2011, confirma-se o decréscimo generalizado da votação do BE ao longo de todo o território, o que implicitamente significou uma perda de protagonismo considerável do partido no que diz respeito à respectiva representação parlamentar. Se em 2009 o partido foi preferencialmente quarto ou mesmo terceiro, já em 2011, o BE inverteu a tendência de subida e perfilou-se sobretudo, como o quinto partido nas escolhas dos eleitores, tanto no número de votos como ao nível das freguesias.

A curto prazo, e que por certo passará já pelas próximas eleições Legislativas agendadas em condições normais para 2015, haverá a expectativa de verificar se se confirma esta tendência regressiva do eleitorado afecto ao BE ou, porventura, o partido recupera a confiança do eleitorado perdido e inverte essa mesma tendência, projetando-se como o quarto partido mais votado. A sobrevivência do partido poderá estar em causa e não será de todo despropositado entrar em

comparação como o percurso do PRD (Partido Renovador Democrático) em meados da década de oitenta.

6.6 Da análise dos padrões eleitorais por região, sobressai o seguinte conjunto de considerações:

- O eleitorado algarvio apresenta uma certa tendência a ser volátil, reflexo de uma certa susceptibilidade à conjuntura política e socioeconómica, associada aos diversos momentos eleitorais. A existência de um claro desequilíbrio demográfico, com a maioria da população a residir junto ao litoral e nas zonas urbanas, em contraponto com a baixa densidade populacional que caracteriza as zonas rurais localizadas mais a norte, constitui por certo um factor condicionador das escolhas políticas desse mesmo eleitorado. Por outro lado, factores como a idade, as habilitações académicas, a classe social e o grau de religiosidade, tenderão a formatar as opções do eleitorado algarvio, aliás à semelhança do que se passa em todo o território nacional. Numa região com uma orografia tão diversificada, é perfeitamente natural que exista um conjunto de clivagens que justifique a existência de uma acentuada heterogeneidade entre as diversas sub-regiões do Algarve.

- A região do Alentejo continua a ser o principal bastião dos comunistas que contudo, têm visto os socialistas a contestar progressivamente tal tendência ao longo destas duas últimas décadas. Contudo, a principal conclusão a retirar tem a ver com o facto de o Alentejo ser a única região do país onde há uma clara disputa a três (PS, PPD/PSD e PCP-PEV), contrariando por absoluto a tendência geral para o bipartidarismo que caracteriza as outras regiões.

- Na região da Beira Interior, o padrão espacial resultante da cartografia dos resultados eleitorais é bastante claro e inequívoco. Se a norte e sudoeste o predomínio é claramente do PPD/PSD, já nas freguesias localizadas ao centro e a sudeste, o eleitorado manifesta preferência pelo PS. Nos concelhos como Castelo Branco, Guarda e Covilhã onde se concentram as maiores *urbs* da região e por conseguinte, onde predomina um eleitorado com melhores recursos educacionais

(desde logo pela localização de polos universitários em cada uma das cidades de maior dimensão), com acesso privilegiado aos *media* e onde o debate de ideias será porventura mais rico, verifica-se uma maior volatilidade na tendência de voto. Esta provavelmente poderá ser justificada pelo facto de os indivíduos mais instruídos se caracterizarem por uma menor lealdade aos partidos políticos, sobretudo porque terão maior probabilidade de ter um estatuto social intermédio e um maior nível de informação política, elementos que os tornam mais propensos a oscilar o sentido de voto consoante as conjunturas.

- Na região da Estremadura e Ribatejo verificamos que, com a exceção, das eleições de 1991 e 2011, o Partido Socialista tem dominado a zona metropolitana de Lisboa. Também nos concelhos de Abrantes, Constância, Salvaterra de Magos e Azambuja o domínio do PS tem sido consolidado ao longo do período que compreende o conjunto de eleições analisadas. Já a norte da região, particularmente nos concelhos de Ourém, Ferreira do Zêzere, Alcobaça e Porto de Mós o PPD/PSD tem exercido um domínio mais ou menos vincado ao longo destas duas décadas. Quanto ao Partido Comunista, tem consolidado pequenos focos de influência na margem sul (Coruche, Montijo, Seixal e Barreiro).

- A região da Beira Litoral apresenta uma distribuição espacial mais homogénea e que reflete um padrão bipartidário assente no facto, de nos anos em os socialistas-democratas assumem o papel de partido “incumbente”, a influência nos resultados verificados nas freguesias que fazem parte desta região é bastante mais significativa, comparativamente quando são os socialistas a vencer as eleições. Constata-se também que o número de freguesias que são permanentemente fiéis ao PPD/PSD é bastante significativo e bem superior ao número de freguesias “socialistas”.

- A região Entre Douro e Minho reflete de forma elucidativa a conjuntura que serve de cenário a cada uma das eleições consideradas. Apesar de existir um considerável número de freguesias fieis ao PSD, o eleitorado desta região manifesta claramente a tendência dos resultados nacionais. Quando o PS vence a nível nacional, a região

literalmente exprime essa tendência e o mesmo se passa quando o PSD assume essa preponderância. Esta região também fica marcada por ser aquela onde os centristas obtêm a sua maior expressão eleitoral, nomeadamente no distrito de Viana do Castelo. Trata-se de uma das regiões que apresenta uma maior volatilidade no que diz respeito às decisões do eleitorado.

- A região de Trás-os-Montes e Alto Douro caracteriza-se fundamentalmente por ser o principal bastião do PPD/PSD, pois mesmo nas eleições onde os socialistas alcançaram um resultado nacional bastante expressivo, os sociais-democratas preservaram um número bastante significativo de freguesias sobre o seu domínio. Esta realidade assenta num eleitorado mais conservador e associado a um conjunto específico de valores traduzidos num maior grau de religiosidade, numa maior implantação do *habitat* rural e no maior peso dos camponeses. Relativamente à primeira, ressalve-se o facto de “em Portugal, a região e a religião não são mutuamente independentes, dado o maior grau de religiosidade que se verifica no Norte do país” (Jalali, 2003).

7. Ao longo deste trabalho procurámos demonstrar e reforçar a importância do contributo que a Geografia Eleitoral pode proporcionar enquanto modelo explicativo das decisões de voto. Entre os vários ramos que fazem parte da sua constituição, privilegiámos os padrões de voto e a geografia da representação. Relativamente aos padrões identificados na Geografia Eleitoral, estes só poderão ser compreendidos se formos capazes de identificar as fontes de variação espacial na votação de indivíduos (Cox, 1969). No entanto, os padrões de voto não poderão ser totalmente compreendidos sem um modelo de votação individual apropriado que identifique e explique como o lugar ou o contexto local, impulsiona a variabilidade na escolha do voto de cada indivíduo (Cox, 1969). Em muitos casos, os padrões eleitorais revelam que os eleitores tendem a ser espacialmente agrupados em *clusters* porque o comportamento eleitoral individual está ligado de alguma forma aos sinais prevalentes na vizinhança do eleitor ou na sua própria rede pessoal de ligações.

Será pois pertinente questionar até que ponto a continuação e o desenvolvimento do trabalho pioneiro de Jorge Gaspar, com suporte nas novas tecnologias, poderá contribuir para a aceitação da Geografia Eleitoral como um modelo explicativo das decisões de voto viável no âmbito do contexto nacional?

Em nossa opinião, os desenvolvimentos tecnológicos registados entretanto e aplicados ao longo deste trabalho permitem não só desenvolver uma nova visão como dar um novo enfoque a estes assuntos relacionados com os comportamentos eleitorais dos cidadãos. O realce que procurámos dar à Geografia Eleitoral permite reforçar a ideia de uma complementaridade entre os diversos métodos explicativos das decisões de voto, expressa na crescente necessidade de evidenciar o carácter multidisciplinar das equipas responsáveis por este tipo de estudos e análises.

Referências bibliográficas

Adams P., 2007, *"Atlantic Reverberations: French Representations of an American Presidential Election"*, London, Ashgate.

Agnew, John A. 1996, *"Mapping Politics: How Context Counts in Electoral Geography."*, *Political Geography Quarterly*. 15(2): 129-146.

Agnew, J.A., 1990, *"From political methodology to geographical social theory? A critical review of electoral geography."*, In R.J. Johnston, F.M. Shelley, and P.J. Taylor (eds), *Developments in Electoral Geography*, London, Routledge.

Agnew, John A., 1988, *"Beyond Core and Periphery: The Myth of Regional Political-Economic Restructuring and Sectionalism in Contemporary American Politics."*, *Political Geography Quarterly*. 7(2): 127-139.

Agnew, J.A., 1987, *"Place and Politics: The Geographical Mediation of State and Society"*, Boston: Allen &Unwin.

Alford, R., 1963, *"Party and Society: The Anglo-American Democractics"*. Chiugo: Rand McNauUy.

Anselin, L., 1989, *"What is Special About Spatial Data? Alternative Perspectives on Spatial Data Analysis"*, Technical Paper, NCGIA. Geography Departement, University of California Santa Barbara, California.

Anselin, L., 1994, *"Exploratory spatial data analysis and geographic information systems"*, In:Painho, M. (Ed.) *New tools for spatial analysis: proceedings of the workshop*, Luxemburgo: EuroStat, p.45-54.

Anselin, L. (1995),*"Local indicators of spatial association—LISA."*, *Geographical analysis*, 27(2), 93-115.

Anselin, L., 2003, *"Spatial externalities, spatial multipliers, and spatial econometrics"*, *International Regional Science Review*, vol. 26, n. 2, pp. 153-166.

- Archer J., 1988, "Macrogeographical versus microgeographical cleavages in American presidential elections: 1940-1984", *Political Geography Quarterly*, 7:111-26.
- Archer, J. C., 2002, "The Geography of na interminable election: Bush v. Gore, 2000.", *Political Geography* 21.
- Archer, J. e F. Shelley, 1986, "American Electoral Mosaics", Washington, DC: Association of American Geographers.
- Archer, J. e F. Shelley, 1988, "The Geography of US presidential elections, *Scientific American* 259, 44-53.
- Archer, J., G. Murauskas and F, Shelley, 1985, "Counties, states, sections, and parties in the 1984 presidential election, *Professional Geographer* 37, 279-87.
- Archer, J. e P. Taylor, 1981, "Section and Party: A Political Geography of American Presidential Elections", New York, John Wiley, Research Studies Press.
- Bailey, T. C., 1994, "A review of statistical spatial analysis in geographical information systems", In: Fotheringham, A.S., Rogerson, P.A. (eds) *Spatial analysis and GIS* Taylor and Francis LTD. 1900 Frost Road, Suite 101, Bristol PA 19007, pp13-44.
- Bartels, L., (2008), "(Forthcoming):The Study of Electoral Behavior," in *The Oxford Handbook of American Elections and Political Behavior*, ed. By J. Leighley. Oxford University Press.
- Berelson, Bernard R., Paul F. Lazarsfeld, and William N. McPhee. 1954, "Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign", Chicago: University of Chicago Press.
- Berry B.J., 1969, "Review of *International Regions and the International System* (by B.M. Russett)", *Geographical Review* 59: 450-51.
- Bishop, George F., Robert W. Oldendick, Alfred J. Tuchfarber, and Stephen E. Bennett, 1979. "Questions About Question Wording: A Rejoinder to Revisiting Mass Belief Systems Revisited." *American Journal of Political Science* 23: 187-192.
- Bourdieu, P., 1979, *La Distinction*, Paris, Ed. Minuit.
- Butler, David, and Donald Stokes, 1969, "Political Change in Britain: Forces Shaping Electoral Choice.", New York: St. Martin's Press.

- Caleiro, A. & Guerreiro, G. (2005), "Understanding the election results in Portugal: a spatial econometrics point of view", *Portuguese Economic Journal* 4 (3): 207–228.
- Caleiro A., 2008, "Para uma visão espacial dos resultados eleitorais em Portugal", Universidade de Évora, Departamento de Economia.
- Campbell, Angus and Robert L. Kahn, 1952, *The People Elect a President*. Ann Arbor, MI. Survey Research Center, Institute for Social Research, University of Michigan.
- Campbell, Angus, Philip E. Converse, Warren E. Miller, and Donald E. Stokes, 1960, "The American Voter", New York: John Wiley & Sons.
- Card, S. K.; Mackinlay, J. D.; Shneiderman, B., 1999, "Readings in Information Visualization: Using Vision to Think", Morgan Kaufman Publishers.
- Cliff, A.D. and Ord, J.K., 1973, "Spatial autocorrelation", Pion, London.
- Converse, P. E., and Gregory B. Markus, 1979, "Plus ça change ...: The New CPS Election Study Panel." *American Political Science Review* 73: 32-49.
- Cox, Kevin R., 1969, "The Voting Decision in a Spatial Context.", *Progress in Geography*. 1: 81-117.
- Curtice, J., e Steed, M., 1982, "Electoral choice and the production of government: the changing operation of the electoral system in the United Kingdom since 1955", in *British Journal of Political Science*, XII, pp. 249-298.
- Curtice, J., 1992a, "The British electoral system: fixture without foundation", in D. Kavanagh (ed.), *Electoral Politics*, Oxford, Clarendon Press.
- Curtice, J., 1992b, "The hidden surprise: the British electoral system in 1992", in *Parliamentary Affairs*, XL, pp. 445-464.
- Curtice, J., e Steed, M., 1998, "Neither representative nor accountable: first-past-the-post in Britain", artigo apresentado nos annual workshops do European Consortium for
- Curtice J., 2003, "Pesquisar e explicar a mudança eleitoral na Grã-Bretanha", *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 507-532

Dearlove J., Saunders P. R., 1984, "Introduction to British Politics: The Political Economy of a Capitalist Democracy", Polity Press.

Downs, Anthony, 1957, "An Economic Theory of Democracy", New York: Harper.

Duverger, M., 1959, "Die politischen Parteien", ed. Castelhana, 2001, Los Partidos Políticos, Tübingen, Mohr.

Elazar, Daniel J., 1984, "American Federalism: A View from the States". 3rd edition. New York: Harper and Row.

Espírito Santo, P., 2006, "Sociologia política eleitoral – Modelos e explicações de voto", ed. 1. Lisboa: ISCSP.

Fayyad, U., Stolorz, P., 1997, "Data mining and KDD: Promise and challenges" Future Generation Computer Systems, 13, 99-115

Fernandes, A. T., 2001, "Uma breve introdução crítica a Modelos do Comportamento Eleitoral, André Freire (2001)", Oeiras, Celta Editora, publicada em Sociologia, Problemas e Práticas, nº39, 2002, pp. 209-212

Flanagan, S., e Dalton, R., 1985, 1990, "Models of change", in P. Mair (org.), The West European Party System, Nova Iorque, Oxford University Press, pp. 232-246.

Franklin, M. N., et al., 1992, "Electoral Change — Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries", Cambridge, Cambridge University Press

Freire, André, 2001, "Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999", Oeiras, Celta Editora.

Freire, André, 2000, "Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995." *Análise Social* 35.154-155: 115-145.

Gaspar J., Honório F. e André I., 1990, "Geografia eleitoral II", Lisboa, EPRU.

Gaspar J., André I., 1990, "Geografia eleitoral I", Lisboa, EPRU.

Gaspar J., André I., 1989, "Portugal – Geografia Eleitoral: 1975 e 1987.", in Mario Baptista Coelho. Portugal – o Sistema Político e Constitucional, 1974-1987., I.C.S., Lisboa, 1989, pp. 257-277.

Gaspar J., 1987, "Le Vote Rural au Portugal", in *Espaces Populations Societes*, pp. 533 539.

Gaspar J., 1986, "Le Vote Rural" in *Aspects du Portugal Rural*, Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, Braga, pp. 77 85.

Gaspar J., 1985, "Dez Anos de Democracia: Reflexos na Geografia Politica" in E. S. Ferreira e W. C. Opello Jr. (eds.), *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974 1984*, Teorema, Lisboa, pp. 135 155.

Gaspar J., 1984, "Les elections portugaises 1975-1976" in J. Naylor e J. B. Aceves (eds.) *Iberian Studies – Journal of the Iberian Social Studies Association*, University of Keele (Inglaterra), Vol. XIII, nos. 1-2 Primavera-Outono, pp. 34-57.

Gaspar J., Honório F. e André I., 1984, "As Eleições para a Assembleia da Republica 1979-83: Estudo de Geografia Eleitoral", Lisboa, Instituto de Pesquisa Social Damião de Góis.

Gaspar J., 1983, "Geografia e Sociologia dell'Astensionismo in Portugallo", in M. Caciagli e P. Scaramozzino, *Il voto di chino vota*, Edizioni di Comunita, Milano, pp. 71 88.

Gaspar J., 1983, "L'Abstention Electorale au Portugal 1975 1980", in *Finisterra*, XVIII 35, pp. 65 97.

Gaspar J., 1983, "Les Elections Portugaises 1975 1976", in Jacques Cadart, *Les Modes de Scrutin des Dix huit Pays Libres de l'Europe Occidental*, PUF, Paris, pp. 145 182.

Gaspar J., Vitorino N., 1976, "As Eleições do 25 de Abril - Geografia e Imagens dos Partidos", Lisboa, 315 p., Livros Horizonte.

Gaxie, D., 1978, "Le cens caché: inégalités culturelles et ségrégation politique", Paris: Seuil.

Getis, A. and J.K. Ord. 1992. "The Analysis of Spatial Association by Use of Distance Statistics" in *Geographical Analysis* 24(3).

Goodchild, M. F., 1986, "Spatial autocorrelation" (Vol. 47), Norwich: Geo Books.

Goodchild, M.F., 1991, "Spatial Autocorrelation", CATMOG 47.

Griffith, D.A., 1987, "Spatial Autocorrelation: A primer", Association of American Geographers, Resource Publications in Geography.

Gudgin, G. e P. Taylor, 1979, "Seats, Votes and the Spatial Organization of Elections", London, Pion.

Haykin, S. (1999), *Neural Networks: A Comprehensive Foundation*, Prentice Hall.

Heppen, John J. 2003. "Racial and Social Diversity in U.S. Presidential Election Regions." *Professional Geographer*. 55(2): 191-205.

Hubert, L. and Arabie, P., 1991, "The assessment of spatial autocorrelation through constrained multiple regression", *Geographical Analysis*, 23:95

Inglehart, R., 1971, "The silent revolution in Europe: intergenerational change in postindustrial

societies." *Amer. Pol. Sci. Rev.* 4.

Jalali C., 2003, "A investigação do comportamento eleitoral em Portugal: história e perspectivas futuras", *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 545-572

Johnston, R., 1982, "The changing geography of voting in the United States: 1946-1980", *Transactions of the Institute of British Geographers* 7: 187-204.

Johnston, R., 1985, "The Geography of English Politics", Londres, Groom Helm.

Johnston, R., Pattie, C., e Allsopp, J., 1988, "A Nation Dividing?", Londres, Longman.

Jonhston, R., F. Shelley and P.Taylor (eds), 1990, "Developments in Electoral Geography", London and New York, Routledge.

Johnston, R., Pattie, C., Dorling, D., e Rossiter, D., 2001, "From Votes to Seats; the Operation of the UK Electoral System since 1945", Manchester, Manchester University Press.

Johnston, R, 2005," Anglo-American electoral geography: Same roots ans same goals, but different means and ends?", *Professional Geographer*.

Johnston, R. e C. Pattie, 2006, "Putting voters in Their Place: Geography and Elections in Great Britain", New York, Oxford University Press.

- Johnston, Ron J. and Charles Pattie. 2008. "Place and Vote," in *The SAGE Handbook of Political Geography*, eds. K. Cox, M. Low, and J. Robinson. London: Sage Publications: 357-375.
- Kaski, Samuel; Kangas, Jari; Kohonen, Teuvo., 1998, "Bibliography of self-organizing map (SOM) papers: 1981-1997", *Neural Computing Surveys*, v.1, p.102-350.
- King G., 1996, "Why Context Should Not Count.", *Political Geography* 15, 2: 159-64.
- King G., 1997, "A solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data", Princeton, Princeton University Press.
- Kohonen, T. Self-organizing formation of topologically correct feature maps. *Biological Cybernetics*, v. 43, p. 59-69, 1982.
- Kohonen, T., 1990, "The self-organizing map", *Proceedings of the IEEE* 78(9):1464–1480.
- Kohonen, T., 2001, "Self-Organizing Maps", Berlin: Springer-Verlag.
- Lazarsfeld, Paul F., Bernard Berelson, and Hazel Gaudet, 1944, "The People's Choice: How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign", New York: Columbia University Press.
- Leib, J. and Quinton, N., 2011, "Chapter 2 – "On the Shores of the "Moribund Backwater"?", *Trends in Electoral Geography Research since 1990*, in Warf, B. and Leib, J.(eds.): *Revitalizing electoral geography*, England, Ashgate.
- Lipset S.M., 1981 [1960], "Political Man. Baltimore", John Hopkins Univ. Press, Expanded Ed.
- Lipset, S., 1959, 1987, "El Hombre Político: Las Bases Sociales de la Política", Madrid, Tecnos.
- Lipset S.M., Rokkan S., 1967, "Cleavage structures, party systems and voter alignments: an introduction. In *Party Systems and Voter Alignment*", ed. Lipset SM, S. Rokkan, pp 1-64, New York:Free
- Lipset, S. M., e Rokkan S. ([1985]1992), "Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores", in Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa: Gradiva, pp. 161-259.

Lobo M. C., 2007, "Resposta à recensão de Joaquim Aguiar «O discurso do eleitorado»" *Análise Social*, vol. XLII (182), 317-324

Magalhães P., 2008, "Redes sociais e participação eleitoral em Portugal", *Análise Social*, vol. XLIII (3.^o), 473-504

Mair, Peter., 2002, "In the Aggregate: Mass Electoral Behaviour in Western Europe, 1950-2000", in Hans Keman (ed.) *Comparative Democratic Politics*, Londres/Thousand Oaks/Nova Deli: Sage.

Mair, Peter, 1997, "Party System Change: Approaches and Interpretations", Oxford, Clarendon Press.

Manza J., Hout M. e Brooks C., 1995, "Class voting in capitalist democracies since world War II: Dealignment, Realignment, or Trendless Fluctuation?", *Annu. Rev. Sociol.*, 21:137-62

Marsh, M., 1998, "Testing the second-order election model after four European elections", in *British Journal of Political Science*, 28, pp. 591-607.

Marsh, M., e Franklin, M., 1996, "The foundations: unanswered questions from the study of European elections, 1979-1994", in C. van der Eijk e M. Franklin (eds.), *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union*, Ann Arbor/Michigan, Michigan University Press, pp. 11-33.

Martis, K., 1982, "The Historical Atlas of United States Congressional Districts: 1789-1983", New York, The Free Press.

Martis, K., 1989, "The Historical Atlas of Political Parties in the United States Congress; 1789-1989", New York, Macmillan.

Mcallister, I., e Rose, R., 1984, "The Nationwide Competition for Votes", Londres, Frances Pinter.

McGinn, C., 2012, "Ph.D. The Electoral Geography of Provisional Ballots in North Carolina by County: The 2008 U.S. Presidential Election".

Mellow, N. e Trubowitz P., 2005, "Red versus blue: American electoral geography and congressional bipartisanship, 1898-2002, *Political Geography*.

Miller, H. and J. Han., 2001, "Geographic Data Mining and Knowledge Discovery", London, UK, Taylor & Francis.

Mitchell, Andy, 2005, "The ESRI Guide to GIS Analysis", Volume 2. ESRI Press.

Moran, P.A.P., 1950, "Notes on continuous stochastic phenomena", *Biometrika*, 37:17

Morril R., 1981, "Political Redistricting and Geographic Theory", Washington, DC: Association of American Geographers.

Nataf, Daniel, 1995, "Democratisation and Social Settlements: the Politics of Change in Contemporary Portugal", Albany, State University of New York Press.

Nicley E.P., 2011, "Chapter 5 - "Elections and Cultural Political Economy: The Political Geography of the Bloque Nacionalista Galego in the Galicia Autonomous Community", in Warf, B. and Leib, J.(eds.): *Revitalizing electoral geography*, England, Ashgate.

Nie, Norman H., Sidney Verba, and John R. Petrocik, 1976, "The Changing American Voter", Cambridge, MA: Harvard University Press.

Nie, Norman H., and James N. Rabjohn, 1979, "Revisiting Mass Belief Systems Revisited: Or, Doing Research is Like Watching a Tennis Match." *American Journal of Political Science* 23: 139-175.

Nohlen D., 2007, "Os Sistemas Eleitorais: O Contexto Faz a Diferença", *Livros Horizonte*

Norris, P., 1997,, «Second-order elections revisited», in *European Journal of Political Research*, 31 (1-2), pp. 109-114.

O'Loughlin, John, 2003, "Spatial Analysis in Political Geography," in *A Companion to Political Geography*, eds. John Agnew, Katharyne Mitchell, and Gerard Toal. Malden, MA: Blackwell Publishing Company: 30-46.

Openshaw, S., 1999, "Geographical data mining:key design issues", *GeoComputation* 99, Mary Washington College in Fredericksburg, VA, USA, on 25-28 July.

Openshaw, S., 1995, "Developing Automated and Smart Spatial Pattern Exploration Tools for Geographical Information Systems Applications", *The Statistician*, 44, 3-16

Openshaw, S., 1993, "What is gisable spatial analysis?", *Proceedings of the workshop on New Tools for Spatial Analysis*, ISEGI, Lisboa.

Openshaw, S., 1994, "Two exploratory space-time-attribute pattern analysers relevant to GIS," in A. S. Fotheringham and P. A. Rogerson (eds.) *Spatial Analysis and GIS*, London: Taylor and Francis, 83-104.

Ord, J.K. and A. Getis, 1995, "Local Spatial Autocorrelation Statistics: Distributional Issues and an Application", in *Geographical Analysis* 27(4).

O'Sullivan, D. and Unwin, D., 2003, "Geographic Information Analysis", Hoboken, NJ, John Wiley & Sons.

Johnston, Ron, and Charles Pattie, 2007, "Funding local political parties in England and Wales: donations and constituency campaigns.", *The British Journal of Politics & International Relations* 9.3: 365-395.

Pattie, C., D. Dorling e R. Jonhston, 1997, "The electoral geography of recession: Local economic conditions, public perceptions and the econoSmic vote in the 1992 British general elections", *Transactions of the Institute of British Geographers*.

Prescott, J.R.V, 1959. "The Functions of Methods of Electoral Geography", *Annals of Association of American Geographers*, 49, Issue 3, p296-304

Reif, K., 1985, "National electoral cycles and European elections", in *Electoral Studies*, 3 (3), pp. 244-255.

Reif, K., e Schmitt, H., 1980, "Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of European election results", in *European Journal of Political Research*, 8 (1), pp. 3-44.

Reynolds, D.R., 1990, " Whither electoral geography? A critique." In R.J. Johnston, F.M. Shelley, and P.J. Taylor (eds), *Developments in Electoral Geography*, London, Routledge.

Ripley, B. D., 1977, "Modelling spatial patterns", *Joural of the Royal Statistic Society*, v. 39, 9.172-212.

Rokkan, S., 1970, "Citizens, Elections, Parties", Oslo e Nova Iorque, Universititesforlaget.

Rose R., 1974, *"Electoral Behavior: A Comparative Handbook"*, New York, Free Alford RR, 1963, *Party and Society*, Chicago: Rand McNally

Rossi, Peter H., 1959, *"Four Landmarks in Voting Research"*, in Eugene Burdick and Arthur J. Brodbeck, eds, *American Voting Behavior*. Glencoe, IL: The Free Press.

Rossiter, D., Johnston, R., Pattie, C., Dorling, D., Mcallister, I., e Tunstall, H., 1999, *"Changing biases in the operation of the UK's electoral system, 1950-97"*, in *British Journal of Politics and International*

Santos F. P., 1962, *" Geografia e economia da revolução de 1820"*, Publicações Europa América

Swauger J., 1980, *"Regionalism in the 1976 presidential election"*, *Geographical Review* 70: 157-66.

Shelley, F. M., 2002, *"The Electoral College and the Election of 2000."* *Political Geography*. 21(1): 79-83. *Relations*, I, pp. 133-164.

Shelley, Fred M., J. Clark Archer, Fiona M. Davidson, and Stanley D. Brunn, 1996, *"Political Geography of the United States"*, New York: The Guilford Press.

Shelley, F.M., R.J. Johnston, and P.J. Taylor, 1990, *"Developments in electoral geography"*, in R.J. Johnston, F.M. Shelley and P.J. Taylor (eds), *Developments in Electoral Geography*, London, Routledge, 1-31.

Shelley, F. M., 1988, *"Structure, stability and section in American politics"*, *Political Geography Quarterly* 7: 51-8.

Siegfried, André, 1913, *"Tableau politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République"*, Paris: Armand Colin.

Siegfried, André, 1949, *"Géographie Electorale de l'Ardèche sous la Ille République"*, Paris: Armand Colin.

Shin, Michael, 1997, *"A Comment on R.K. Ormond and D.B. Cole's 'Tolerance and Rejection'."* *Professional Geographer*. 49(1): 137-139.

Shin M. e J. Agnew, 2008, *"Berlusconi's Italy: Mapping Contemporary Italian Politics"*, Philadelphia, Temple University Press.

Silveira F.E., 1998, *"A Decisão do Voto no Brasil"*, Porto Alegre, EDIPUCRS

Skupin, A., and R. Hagelman, 2005, *"Visualizing demographic trajectories with self-organizing*

Maps", *Geoinformatica* 9(2):159–179.

Smith, Eric R., 1989, *"The unchanging American voter"*. Univ of California Press.

Smith, Eric R. A. N., 1980, *"The Levels of Conceptualization: False Measures of Ideological Sophistication."* *American Political Science Review* 74: 685-696.

Sousa, Marcelo Rebelo, 1983, *"Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português"*, Braga, Livraria Cruz.

Stock, Maria José, 1989, *"O centrismo político e os partidos do poder em Portugal"*, in M. Baptista Coelho (ed.), *Portugal: O Sistema Político e Constitucional, 1974-87*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Steed, M., 1965, *"An analysis of the results"*, in D. Butler e A. King, *The British General Election of 1964*, Londres, Macmillan.

Sullivan, John L., James E. Piereson, George E. Marcus, and Stanley Feldman, 1979, *"The More Things Change, the More They Stay the Same: The Stability of Mass Belief Systems."* *American Journal of Political Science* 23: 176-186.

Taylor, P., 1973, *"Some implications of the spatial organization of elections"*, *Transactions of the Institute of British Geographers* 60: 121-36

Taylor, P., e R.J. Johnston, 1979, *"Geography of Elections"*, London:Penguin.

Tingsten H., 1937, *"Political behavior: studies in election statistics"*, London: P.S. King.

Tobler, W. (1970), *"A Computer Model Simulating Urban Growth in the Detroit Region,"* *Economic Geography*, vol. 46, pp. 234-240.

Turner, Frederick Jackson, 1932, *"The Significance of Sections in American History"*, New York: Henry Holt and Company. Chapters 2, 6, 7, and 11.

Upton, G.J., and Fingleton, B., 1985, *"Spatial data analysis by example, volume 1: Point pattern and quantitative data"*, Wiley, Toronto Singapore, Brisbane, New York, Chichester.

Vairinhos V. M., Galindo M. P., 2004, *"Biplots PMD – Data Mining Centrada em Biplots. Apresentação de um Protótipo"*, XI Jornadas de Classificação e Análise de Dados.

Vesanto, J., 1999, *"Intelligent Data Analysis"*, 3, 111-126

Vieira A., Lobo V., 1999, *"Agrupamento do País por métodos hierárquicos e com self organizing maps (SOM)"*

Wade, Larry L., 1989, *"The Influence of Sections and Periods on Economic Voting in American Presidential Elections: 1828-1984"*, *Political Geography Quarterly*. 8(3): 271-288.

Warf, B. and Leib, J., 2011, *"Chapter 1 – Introduction"*, in Warf, B. and Leib, J.(eds.): *Revitalizing electoral geography*, England, Ashgate.

Warf, B., 2009, *"The US electoral college and spatial biases in voter power"*, *Annals of the Association of American Geographers* 99(1): 184-204.

Warf, Barney and Cynthia Waddell, 2002, *"Florida in the 2000 Presidential Election: Historical Precedents and Contemporary Landscapes."* *Political Geography*. 21(1): 85-90.

Webster G.R., T. Chapman and J. Leib, 2010, *"Sustaining the societal and scriptural fence: cultural, social and political topographies of same-sex marriage in Alabama"*, *Professional Geographer* 62: 211-29.

Webster, G. R., 2002, *"Introduction to Forum: The 2000 Presidential Election and the Florida Debacle in Geographic Context."* *Political Geography*. 21(1): 67-70.

Webster, Gerald R., 1989, *"Partisanship in American Presidential, Senatorial, and Gubernatorial Elections in Ten Western States."* *Political Geography Quarterly*. 8(2).

Webgrafia

Comissão Nacional de eleições: **www.cne.pt** (30/04/2014)

Esri Company: **www.esri.com** (23/04/2014)

Instituto Nacional de Estatística: **www.ine.pt** (10/03/2014)

ANEXOS